

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPG  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE-  
IGDEMA

EDSON VALENTE COSTA NETO

A REDE URBANA DO ESTADO DE ALAGOAS: HIERARQUIA DOS CENTROS  
URBANOS E REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES

MACEIÓ

2022

EDSON VALENTE COSTA NETO

A REDE URBANA DO ESTADO DE ALAGOAS: HIERARQUIA DOS CENTROS  
URBANOS E REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente - IGDEMA da Universidade Federal de Alagoas como requisito necessário para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Paulo Rogério de Freitas Silva

Maceió

2022

**Catálogo na Fonte  
Universidade Federal de  
Alagoas Biblioteca Central  
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 –

C838r Costa Neto, Edson Valente.  
A rede urbana do estado de Alagoas : hierarquia dos centros urbanos e regiões de influência das cidades / Edson Valente Costa Neto. – 2022. 276 f. : il. color.

Orientador: Paulo Rogério de Freitas Silva.  
Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 192-200.  
Apêndices: f. 201-276.

1. Hierarquias. 2. Redes urbanas - Alagoas. 3. Planejamento urbano. I. Título.

CDU: 911.3:711(813.5)

*Dedico este trabalho ao meu gato de estimação  
Lui, que me mostrou o significado do  
verdadeiro amor, fidelidade e felicidade, um  
ser de luz maravilhoso que entrou em minha  
vida, da maneira mais inusitada, estando  
sempre ao meu lado dia e noite, sempre me  
olhando da forma mais afetuosa e sincera que  
eu jamais poderia imaginar encontrar.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu pai José Edson Valente Costa e minha mãe Cleonilda Neves Valente, que apesar de toda as dificuldades, conseguiram criar os 4 filhos e por nos derem condições de podermos estudar e de nos formar em universidades públicas, dando-nos as condições de termos uma educação de qualidade.

Agradeço a minha esposa Lara Patrícia Lins Almeida Valente, pelo apoio e paciência ao longo destes dois anos, quando muitas vezes, deixei de dar-lhe atenção para poder me dedicar nesta dissertação.

Gostaria de agradecer imensamente a minha amiga, parceira, cúmplice de tudo que fiz, faço e farei em minha vida, Larissa Cavalcante Mendes, por sempre me ajudar não importa a hora ou local, sempre saberei que poderei contar com seu apoio mais que essencial em todos os momentos de minha vida.

Agradeço ao Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva, por todo o apoio, orientação, indicações para participar de congressos e encontros da área de geografia, que contribuíram de forma significativa em minha vida acadêmica e que irei carregar todo este conhecimento e experiência para a vida.

Agradeço ao meu Coorientador Miguel Ângelo Campos Ribeiro, pelos ensinamentos, por ter me aceito na turma de doutorado na UERJ, na disciplina de Geografia do Turismo, e me proporcionando um grande aprendizado e muitas risadas ao longo do curso.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a rede urbana do estado de Alagoas, referente aos estudos Esboço Preliminar de Divisão do Brasil em Espaços Polarizados de 1967 e Regiões de Influência das Cidades – REGIC (2020). Salientamos que este trabalho possui como metodologia a pesquisa qualitativa-descritiva, fazendo uso de levantamento bibliográfico e documental. De acordo com o documento Regiões de Influência das Cidades – REGIC, publicado pelo IBGE em 2020, Alagoas apresenta a seguinte hierarquia urbana, classificada a partir dos seguintes níveis: Capital Regional A – Maceió; Capital Regional C – Arapiraca, atestando a inexistência de Capital Regional B, assim como de metrópole; Centros Sub-regionais B - Penedo, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e União dos Palmares, atestando a inexistência de Centros Sub-regionais A; e Centros de Zona B - Coruripe, Olho d'Água das Flores, Pão de Açúcar, Porto Calvo e Viçosa, atestando a inexistência de Centros de Zona A. Os demais 89 municípios de Alagoas foram hierarquizados como centros locais (REGIC, 2020). As análises dos resultados serão feitas através da metodologia utilizada no REGIC (2020). Maceió atende os requisitos em gestão pública e empresarial, promovendo o estabelecimento de relações com as cidades que compõem o seu arranjo populacional, fazendo com que o seu processo de urbanização seja parecido com os das grandes metrópoles brasileiras devido a sua capacidade econômica e de atrair investimentos. A cidade de Arapiraca apresenta uma conexão com outras cidades que compõem a sua região de influência, oferecendo uma variedade de bens e serviços que atende as necessidades de acordo com a condição de cada população, que vai em busca destes serviços dissipando ainda mais o seu alcance dentro desta rede urbana. Isto acontece devido ao crescimento econômico nos setores de serviços, construção civil e indústrias com muitas ofertas de emprego atraindo ainda mais as populações dos municípios em seu entorno. Desta forma, as transformações que ocorrem em todos os setores, principalmente no produtivo, serviços e capital transformam a estrutura urbana, modernizando-a, aumentando ainda mais as especificidades de Arapiraca em relação as outras cidades da região. Os Centros Sub-regionais B evoluíram na prestação de bens e serviços mais especializados, principalmente nos setores de comércio, saúde e educação, evitando que as suas populações não tenham que se deslocar até a capital Maceió, devido através de uma boa gestão do território, aumentando as suas capacidades de atrair investimentos, transformando-se em pólos de comercialização regionais. Os Centros de Zona B alagoanos foram capazes de ascender na hierarquia, passando por transformações significativas em sua estrutura urbana, sendo dotados de hospitais, clínicas e leitos de atendimento nas mais variadas especialidades, com uma diversificação nos bens e serviços que podem atender as necessidades imediatas de consumo de sua população, contudo, ainda são dependentes dos serviços ofertados pelos Centros Sub-regionais B, ou até mesmo da capital Maceió, já que estão inseridos dentro de suas áreas de influência.

**Palavras-chave:** hierarquia, rede urbana, Alagoas.

## RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar la red urbana del estado de Alagoas, en referencia a los estudios Esbozo Preliminar de División de Brasil en Espacios Polarizados de 1967 y Regiones de Influencia de Ciudades - REGIC (2020). Destacamos que este trabajo tiene una metodología de investigación cualitativa-descriptiva, haciendo uso de la investigación bibliográfica y documental. Según el documento Regiones de Influencia de las Ciudades – REGIC, publicado por el IBGE en 2020, Alagoas presenta la siguiente jerarquía urbana, clasificada a partir de los siguientes niveles: Capital Regional A – Maceió; Capital Regional C – Arapiraca, que atestigua la inexistencia de la Capital Regional B, así como una metrópoli; Centros Subregionales B - Penedo, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos y União dos Palmares, acreditando la inexistencia de los Centros Subregionales A; y Centros de la Zona B - Coruripe, Olho d'Água das Flores, Pão de Açúcar, Porto Calvo y Viçosa, lo que demuestra la inexistencia de Centros de la Zona A. Los otros 89 municipios de Alagoas fueron clasificados como centros locales (REGIC, 2020). Los resultados se analizarán utilizando la metodología utilizada en REGIC (2020). Maceió cumple con los requisitos en la gestión pública y empresarial, promoviendo el establecimiento de relaciones con las ciudades que componen su arreglo poblacional, haciendo que su proceso de urbanización sea similar al de las grandes metrópolis brasileñas por su capacidad económica y de atracción de inversiones. La ciudad de Arapiraca tiene conexión con otras ciudades que conforman su región de influencia, ofreciendo una variedad de bienes y servicios que satisfacen las necesidades de acuerdo a la condición de cada población, que va en busca de estos servicios, disipando aún más su alcance. dentro de esta red urbana. Esto sucede debido al crecimiento económico en los sectores de servicios, construcción civil e industrias con muchas ofertas de trabajo, atrayendo aún más a la población de los municipios de su entorno. De esta forma, las transformaciones que se dan en todos los sectores, principalmente en el productivo, de servicios y capital, transforman la estructura urbana, modernizándola, aumentando aún más las especificidades de Arapiraca en relación a otras ciudades de la región. Los Centros Subregionales B evolucionaron en la provisión de bienes y servicios más especializados, principalmente en los sectores de comercio, salud y educación, evitando que sus poblaciones tengan que viajar a la capital Maceió, debido a una buena gestión territorial, aumentando su capacidad de atracción inversión, transformándose en polos regionales de comercialización. Los Centros de la Zona B de Alagoas supieron ascender en la jerarquía, pasando por transformaciones significativas en su estructura urbana, siendo equipados con hospitales, clínicas y camas asistenciales en las más variadas especialidades, con una diversificación de bienes y servicios que pueden atender necesidades inmediatas. consumo de su población, sin embargo, aún dependen de los servicios ofrecidos por los Centros Subregionales B, o incluso la capital Maceió, ya que están ubicados dentro de sus áreas de influencia.

**Palabras clave:** jerarquía, red urbana, Alagoas.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa político-administrativo do Estado de Alagoas .....	18
Figura 2. Centros de Polarização de 1º nível e suas regiões de influência.....	42
Figura 3. Centros de Polarização de 2º nível e suas áreas de influência.....	43
Figura 4. Evolução da metodologia do IBGE nos anos de 1966, 1972, 1978, 1993 e 2007.....	70
Figura 5. Plantação de fumo em Arapiraca em 1955.....	79
Figura 6. Justiça Federal.....	99
Figura 7. Tribunal Regional Eleitoral.....	100
Figura 8. Tribunal Regional do Trabalho.....	100
Figura 9. Sede da Receita Federal.....	101
Figura 10. Sede do Ministério do Trabalho e Emprego.....	101
Figura 11. Sede IBGE.....	102
Figura 12. Sede Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.....	102
Figura 13. Equatorial Energia de Alagoas.....	103
Figura 14. Braskem.....	103
Figura 15. BIG Bom Preço, Bairro Antares.....	105
Figura 16. EXTRA Mangabeiras.....	105
Figura 17. Unicompra, Bairro Farol.....	106
Figura 18. Atacadão, Bairro Tabuleiro dos Martins.....	106
Figura 19. Assaí Atacadista.....	106
Figura 20. MAXXIAtacado.....	107
Figura 21. Indústria de Base DEDINE.....	107
Figura 22. Indústria SOCOCO de Alagoas.....	107
Figura 23. Rede de comércio varejista em Maceió.....	108
Figura 24. Rede de lojas AMERICANAS.....	108
Figura 25. Deslocamento para aeroporto de Maceió – Brasil – 2018.....	109
Figura 26. Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares – Maceió.....	111
Figura 27. 1º Macrorregião da Saúde e 1º Região de Saúde de Alagoas.....	112
Figura 28. Localização dos Hospitais na cidade de Maceió.....	112

Figura 29. Hospital Geral do Estado.....	113
Figura 30. Hemocentro de Alagoas.....	113
Figura 31. Maternidade Escola Santa Mônica.....	114
Figura 32. Hospital de Doenças Tropicais – HDT.....	114
Figura 33. Hospital da Mulher – Maceió.....	113
Figura 34. Hospital Universitário – Maceió.....	114
Figura 35. Hospital Metropolitano de Alagoas localizado em Maceió.....	115
Figura 36. Ambulatório Noélia Lessa.....	116
Figura 37. Ambulatório Assis Chateaubriand.....	116
Figura 38. Ambulatório Denilma Bulhões.....	117
Figura 39. Hospital UNIMED.....	117
Figura 40. Hospital do Coração.....	118
Figura 41. Santa Casa de Misericórdia de Maceió.....	118
Figura 42. Hospital Veredas.....	118
Figura 43. Hospital Arthur Ramos.....	119
Figura 44. MediRadius.....	119
Figura 45. Hospital Santa Luzia.....	119
Figura 46. Concentração de Instituições de Ensino Superior no Estado de Alagoas....	120
Figura 47. Universidade de Ciências da Saúde.....	121
Figura 48. Inst. Federal de Alagoas – IFAL, Maceió.....	121
Figura 49. Universidade Federal de Alagoas- UFAL.....	121
Figura 50. CESMAC.....	122
Figura 51. Faculdade Tiradentes – Fits.....	122
Figura 52. Faculdade da Cidade de Maceió – FACIMA.....	123
Figura 53. Grupo Estácio.....	123
Figura 54. Faculdade Maurício de Nassau – UNINASSAU. ....	123
Figura55. Faculdade – SEUNE. ....	124
Figura 56. Fórum Eleitoral.....	130
Figura 57. Poder Judiciário, Justiça do Trabalho - Vara do Trabalho em Arapiraca....	130
Figura 58. Fórum do Poder Judiciário em Arapiraca. ....	131
Figura 59. Ministério do Trabalho e Emprego - Delegacia Regional do Trabalho e Emprego de Arapiraca.....	131
Figura 60. Ministério Público do Trabalho e Emprego de Arapiraca.....	131
Figura 61. Agência do INSS e Posto da Receita Federal. ....	132

Figura 62. Cidades que são influenciadas por Arapiraca. ....	132
Figura 63. Grupo Coringa. ....	134
Figura 64. Fábrica de produtos plásticos Merconplas. ....	135
Figura 65. Grupo Araforros – Arapiraca – AL. ....	135
Figura 66. Distribuidora de alimentos Andrade – AL. ....	135
Figura 67. Unicompra Arapiraca.....	136
Figura 68. Maxxi Atacado Arapiraca. ....	136
Figura 69. Assaí Atacadista Arapiraca ....	137
Figura 70. Supermercado G Barabsa Arapiraca. ....	137
Figura 71. Rede de Lojas Americanas Arapiraca.....	138
Figura 72. Rede de Lojas Guido em Arapiraca. ....	138
Figura 73. Rede de Lojas RENNEN Arapiraca.....	138
Figura 74. Serviço de telefonia móvel, internet móvel e residencial – OI Telecomunicações Arapiraca.....	139
Figura 75. Serviço de telefonia móvel, internet móvel e residencial – TIM comunicações Arapiraca.....	139
Figura 76. Campus da Universidade Federal de Alagoas em Arapiraca. ....	140
Figura 77. Campus Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. ....	140
Figura 78. Instituto Federal de Alagoas - IFAL, Campus Arapiraca. ....	141
Foto 79. Unidade do Grupo Educacional Privado Tiradentes – UNIT. ....	141
Figura 80. Grupos Educacionais Privados Pitágoras e UNOPAR em Arapiraca.....	141
Figura 81. CESMAC polo Arapiraca. ....	142
Figura 82. 2º Macrorregião da Saúde e 7º Região da Saúde de Alagoas.....	143
Figura 83. Região de Planejamento do Agreste Alagoano. ....	147

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Nível de centralidade dos centros urbanos.....	46
Quadro 2. Exemplo hipotético de Hierarquia Urbana e Funções Centrais formuladas por Christaller.....	51
Quadro 3. Bens e serviços de baixa complexidade.....	52
Quadro 4. Bens e serviços de média e elevada complexidade.....	53
Quadro 5. Níveis de Centralidade das Cidades Brasileiras.....	56
Quadro 6. Centralidades no nível superior da hierarquia urbana no Brasil segundo os estudos IBGE/REGICs de 1966, 1978, 2000 e 2008.....	61
Quadro 7. Subsistemas urbanos -Brasil (2010) .....	62
Quadro 8. Grupo hierárquicos da gestão do território e a hierarquia urbana.....	68
Quadro 9. Culturas produzidas em Arapiraca em 1955.....	77
Quadro 10. Número de estabelecimentos na cidade de Maceió.....	104
Quadro 11. Deslocamento médio entre as cidades de origem e destino em linha reta em quilômetros.....	125
Quadro 12. Número de estabelecimentos comerciais e da administração pública de Arapiraca.....	133
Quadro 13. Número de estabelecimentos, empregos formais, remuneração total e remuneração média no município de Santana do Ipanema - AL – 2015.....	149
Quadro 14. Número de estabelecimentos de saúde de Sanatana do Ipanema -AL.....	151
Quadro 15. Número de leitos e internações por especialidades em Santana do Ipanema - AL.....	152
Quadro 16. Número de estabelecimentos, empregos formais, remuneração total média no município de Delmiro Gouveia – AL.....	154
Quadro 17. Número de estabelecimentos, empregos formais, remuneração total média no município de São Miguel dos Campos – AL. ....	157
Quadro 18. Relação entre os grupos hierárquicos da gestão do território e a hierarquia urbana.....	188

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Movimentação Anual de Passageiros.....	110
Tabela 2. Número de matriculas nas universidades e faculdades de Maceió.....	127

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 CONCEITOS TEÓRICOS SOBRE REDE URBANA .....	22
CAPÍTULO 2 PERIODIZAÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES.....	36
CAPÍTULO 3 A REDE URBANA ALAGOANA ATRAVÉS DO ESTUDO PRELIMINAR DO BRASIL EM ESPAÇOS POLARIZADOS, IBGE (1967). .....	72
3.4 Centros de Zona B: Coruripe, Olho d'Água das Flores, Pão de Açúcar, Porto Calvo e Viçosa. ....	93
3.4.1 Coruripe.....	93
3.4.2 Olho d'Água das Flores.....	94
3.4.3 Pão de Açúcar.....	94
3.4.4 Porto Calvo.....	95
3.4.5 Viçosa.....	96
CAPÍTULO 4 EVOLUÇÃO DA REDE URBANA ALAGOANA ENTRE OS ESTUDOS ESBOÇO PRELIMINAR DE DELIMITAÇÃO DOS ESPAÇOS POLARIZADOS - 1967 E REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES, REGIC - 2020. ....	98
4.2 Capital Regional C Arapiraca.....	128
4.3 Centros Sub-regionais B: Penedo, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e União dos Palmares. ....	148
4.3.1 Santana do Ipanema.....	148
4.3.2 Delmiro Gouveia .....	153
4.3.4 São Miguel dos Campos.....	157
4.3.5 União dos Palmares .....	159
4.3.6 Penedo .....	161
4.4 Centros de Zona B Coruripe, Pão de Açúcar, Olho d'Água das Flores, Porto Calvo e Viçosa. ....	163
4.4.1 Coruripe.....	163

4.4.2 Olho d'Água das Flores.....	164
4.4.3 Porto Calvo.....	165
4.4.4 Pão de Açúcar.....	167
4.4.5 Viçosa.....	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
REFERÊNCIAS.....	193
Anexos 1.....	202
Anexos 2.....	266

## INTRODUÇÃO

Com o crescimento das cidades e das inovações tecnológicas (engenharia, telecomunicações) financiados pela classe burguesa do século XIX, ocorreu o aparecimento de redes de transportes que auxiliaram o deslocamento mais rápido de pessoas, mercadorias e serviços, diminuindo a distância entre as cidades alterando sua organização espacial transformando o território.

As cidades brasileiras e seu processo de urbanização modificaram-se ao longo de toda a sua história sofrendo transformações políticas e socioeconômicas que vão desde o período colonial aos dias atuais. Segundo Santos (1993, p.19), é a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve, onde “a casa da cidade torna-se a residência mais importante do senhor de engenho, que só vai a sua propriedade rural na época do corte e moenda da cana”. Entretanto, foram necessários mais dois séculos para que a urbanização chegasse ao nível que conhecemos hoje. Isto ocorre devido ao tamanho continental do país, e as fracas relações entre as cidades, mas com o crescimento da agricultura, fazendas de gado e exploração de minérios, contribuíram para a expansão das cidades e seu crescimento demográfico.

Entretanto, o crescimento urbano brasileiro não alçou grande desenvolvimento, apresentando uma variação muito baixa entre o final do século XVIII e metade do século XIX (de 6.8% para 10.7%), pois a maioria das capitais brasileiras e as cidades em seu entorno tinham como base econômica a agricultura, ocasionando uma estagnação da expansão urbana e populacional (SANTOS, 1993).

Cada cidade tenta se destacar em uma especialidade econômica voltada para o mercado externo, por exemplo, cidades do Nordeste brasileiro na produção de cana-de-açúcar (engenhos ou fazendas de gado), enquanto outras na oferta de bens e serviços, já que as condições da terra onde eram instaladas algumas cidades não permitia determinadas atividades econômicas (pastoril ou agricultura). Desta forma, a cidade se apropriava de uma parcela excedente do campo, gerando atividade comercial, mantendo seu papel político como área centralizadora do poder econômico (MARICATO, 2001).

Entender a rede urbana alagoana, exige a compreensão de seu passado colonial, uma vez que cada região tem seu desenvolvimento de forma distinta das outras. Segundo Corrêa (1992), Alagoas na década de 1960, apresentava baixo índice de

urbanização, que era característica de uma região de economia predominantemente agrária, pois a maioria da população trabalhava no campo e residia na cidade, principalmente em regiões de atividade canavieira. Outra questão está em relação a distribuição demográfica entre a capital Maceió, que possuía 150.000 habitantes e as demais cidades que não chegavam a conter 20.000 habitantes.

Tal fato mostra-se característico de um êxodo rural, pois com a urbanização da capital, Maceió torna-se um grande centro atrativo de oportunidades, devido ao desenvolvimento de atividades-chaves na economia alagoana (comércio e serviços). Contudo, a localização de cidades importantes na década de 1960, situavam-se nas zonas do Agreste e Sertão diferentemente da Zona da Mata e Litorânea com cidades pequenas, já que esta diversidade é devido a organização do espaço rural (CORRÊA, 1992).

No Agreste e Sertão, a diversidade econômica é determinada por centros de comandos, ou seja, cidades maiores estendem sua área de influência a municípios mais próximos relativos ao desenvolvimento de serviços (comércio, agropastoris, educação e saúde). A importância de um centro está diretamente relacionada com o seu grau de centralidade que é diretamente relacionado a partir de suas funções, ou seja, quanto maiores elas forem, maior a diversificação de bens e serviços ofertados, maior será sua área de influência a outras cidades (CORRÊA, 1989).

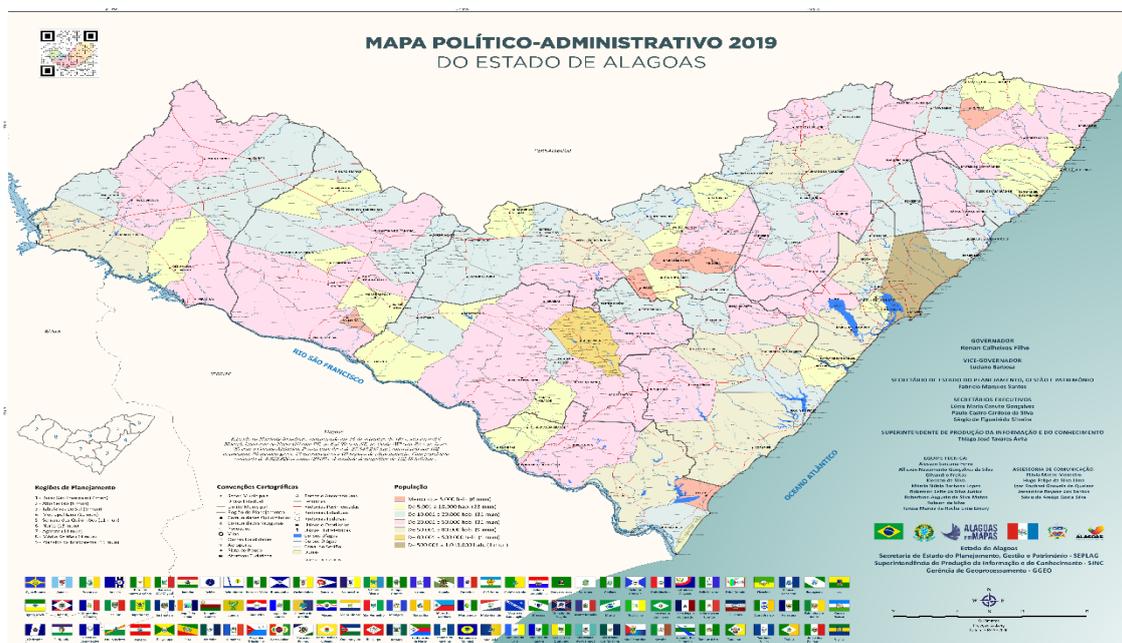
Isso faz com que, mesmo Maceió sendo a capital, ocorre uma variação nas taxas de crescimento das zonas Agreste-Sertão e Zona da Mata Litorânea, onde os meios de transporte (navegação fluvial, marítima, ferroviário e rodoviários) foram um fator de extrema importância no desenvolvimento da organização urbana de Alagoas.

Assim, a rede urbana para que ela seja viável, exige organização e planejamento para a circulação e comunicação que são compartilhadas entre as cidades de forma local ou regional, no que tange a melhor distribuição de serviços e tecnologias, onde esta rede se adapta as mudanças do tempo e espaço (CORRÊA, 1992).

Localizado na Região Nordeste do Brasil, o estado de Alagoas ocupa uma área de 27.848,003 Km<sup>2</sup>, limitando-se ao Norte e Noroeste com o estado de Pernambuco, ao Sul com o estado de Sergipe, a Sudoeste com o estado da Bahia e ao Leste com o Oceano Atlântico. É formado por 102 Municípios, cuja capital é Maceió (ALAGOAS, 2019).

O estado de Alagoas está, portanto, constituído por 102 municípios assim distribuídos, conforme a figura abaixo:

Figura1. Mapa político-administrativo do Estado de Alagoas.



Fonte: ALAGOAS, 2020.

Sendo assim, temos como objetivo geral desta pesquisa, estudar a hierarquia urbana do estado de Alagoas, amparado no estudo das Regiões de Influência das Cidades REGIC (2020), dos municípios do estado de Alagoas, onde buscamos de forma específica apresentar uma periodização dos REGIC's enfatizando as suas metodologias, analisando a composição das redes geográficas no território alagoano e a sua hierarquia urbana, distribuição e área de influência, com o intuito de verificar a sua evolução hierárquica dentro do estado de Alagoas, fazendo uma análise comparativa referente a sua evolução entre os estudo Esboço Preliminar da Divisão do Brasil em Espaços Polarizados (1967) e Regiões de Influência das Cidades (2020).

Partimos da ideia de que a hierarquia de centros urbanos segundo o REGICs de 2018, publicado em 2020, é constituído por Metrôpoles (Grande Metrôpole Nacional, Metrôpole Nacional e Metrôpole), Capitais Regionais (Capital Regional A, Capital Regional B e Capital Regional C), Centros Sub-Regionais (Centro Sub-Regional A, Centro Sub-Regional B e Centro Sub-Regional C), Centros de Zona (Centros de Zona A, Centros de Zona B) e Centros Locais e que Regiões de Influência das Cidades são ligações

estabelecidas entre os centros menores para os de maior hierarquia, sendo uma rede formada por um conjunto de unidades urbanas ligadas entre si.

A partir dessa base metodológica, a hierarquia dos centros urbanos alagoanos será definida através das centralidades da gestão pública do território (avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e Judiciário em nível federal) junto com a centralidade da gestão empresarial, assim como a presença de diferentes equipamentos e serviços, onde levou-se em consideração a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro. E que, Regiões de Influência das Cidades, são as intensidades das ligações que as cidades possuem entre si.

Sendo assim, faremos uso de pesquisa quantitativa por meio de coleta de dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com o intuito de oferecer os dados mais atuais perante a pesquisa. Neste aspecto, usaremos como suporte teórico autores como Roberto Lobato Corrêa (1977; 1988; 1989; 1996; 2000; 2006), Milton Santos (1978; 1993; 1997; 2005; 2008), Dias (2005), Gomes (2000) e Sposito (2007).

A pesquisa documental consistiu no levantamento e seleção de documentos oficiais, leis, relatórios, legislações, planos de governo, programas e projetos relacionados à temática estudada. Nessa perspectiva, obtivemos informações nas seguintes fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Planejamento e Gestão, Secretaria Estadual de Saúde de Alagoas – SESAU, Superintendência de Planejamento de Alagoas, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

A dissertação está estruturada em 4 capítulos. No capítulo 1 intitulado: Conceitos teóricos sobre rede urbana, demonstraremos alguns conceitos sobre rede urbana, redes técnicas e redes geográficas, baseados nos autores clássicos como Christaller, Miossec, Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos, com o intuito de demonstrar como estas redes surgiram e como na atualidade elas se estruturam dentro das localidades centrais.

No segundo capítulo, intitulado Periodização dos Estudos Sobre Regiões de Influência das Cidades, pretendemos mostrar como foram feitos os estudos relacionados

as regiões de influência, promovidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os quais foram: Esboço Preliminar da Divisão do Brasil em Espaços Polarizados de 1967, Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas de 1972, Regiões de Influência das Cidades de 1987, Regiões de Influência das Cidades de 1993, publicado nos anos 2000, Regiões de Influência das Cidades de 2007, publicado em 2008 e Regiões de Influência das Cidades de 2018, publicado em 2020.

As pesquisas listadas acima, tem como finalidade analisar a rede urbana brasileira, determinando a hierarquia dos centros urbanos e suas regiões de influência sendo de fundamental importância para a compreensão dos estudos de influência das cidades no país, já que o mesmo estabelece parâmetros para a classificação das cidades e suas interconexões, mostrando pontos de intersecção no território brasileiro apresentando categorias de distribuição distintas de centralidades urbanas.

Cada estudo apresenta as transformações da rede urbana brasileira de acordo com o período em análise, adotando uma metodologia distinta, estabelecendo a hierarquia e os vínculos entre as cidades e a influência que cada uma exerce, sendo um importante instrumento no auxílio do planejamento urbano pelo estado, principalmente para a instalação das unidades administrativas, investimentos públicos e privados em determinadas regiões e a distribuição dos serviços de saúde, educação, bens e serviços prestados à população.

No capítulo 3, intitulado: A rede urbana alagoana na década de 1960, salientamos que nosso objetivo neste capítulo é mostrar a rede urbana alagoana na década de 1960, tendo como foco a metodologia aplicada no estudo Esboço Preliminar do Brasil em Espaços Polarizados de 1967, com o objetivo de analisar a composição estrutural das cidades mais importantes no período, que por sinal são as mesmas que apresentam-se no topo da hierarquia urbana no estudo REGIC (2020), que serão analisadas no capítulo 4, sendo elas: Maceió, Arapiraca Delmiro Gouveia, Penedo, São Miguel dos Campos, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, União dos Palmares, assim como cidades menores que foram ganhando um leve destaque e ascenderam a classificação de Centro de Zona, sendo elas: Viçosa, Porto Calvo, Coruripe, Pão de Açúcar e Olho d'Água das Flores.

No capítulo 4, intitulado: Evolução da rede urbana alagoana entre os estudos Esboço Preliminar de Delimitação dos Espaços Polarizados - 1967 e Regiões de Influência das Cidades REGIC (2020), analisaremos a evolução da rede urbana alagoana,

no estudo REGIC (2020) em relação ao primeiro estudo promovido pelo IBGE em 1967, utilizando como base metodológica, a mesma metodologia utilizada pelo estudo Regiões de Influência das Cidades – REGIC (2020).

Devido a pandemia causada pelo COVID-19, a ida aos respectivos locais (cidades) não foi possível, fazendo-se necessário o uso de imagens disponíveis na internet (plataforma Google e Google Maps), contudo, para dar maior veracidade as informações, será disponibilizado nos Anexos os endereços dos estabelecimentos identificados no presente estudo. Outra contribuição que pretendemos dar em nosso trabalho será na seção de Anexos de uma linha do tempo da classificação hierárquica de todos os municípios alagoanos de acordo com os estudos promovido pelo IBGE de 1967 ao REGIC (2020).

Nas considerações finais, faremos algumas análises sobre o papel da SUDENE em promover o desenvolvimento no Nordeste e em especial Alagoas e em relação ao Estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC 2020), daremos ênfase a alguns pontos que consideramos importantes em relação a apresentação dos resultados ofertados pelo IBGE em relação aos obtidos em nossa pesquisa.

## CAPÍTULO 1 CONCEITOS TEÓRICOS SOBRE REDE URBANA

A rede urbana, é um conjunto de centros funcionalmente planejados, composto de reflexos sociais, resultado de uma série de processos mutáveis agregados por diversos agentes sociais que abrangem diversas áreas como o Sociologia, Economia, Arquitetura e Geografia. Desta complexidade emerge uma heterogeneidade de tipos de redes urbanas, distintas de acordo com combinações de características, como o tamanho dos centros, a densidade no espaço regional, as atribuições que desempenham, a natureza, intensidade, regularidade e alcance espacial das interações e a distribuição da rede. Estas podem ser compreendidas como redes sociais, redes transnacionais-econômico-políticas e, sobretudo, as redes técnicas, redes geográficas e a rede urbana.

Segundo Corrêa (1989), a rede urbana é um reflexo da sociedade e do capital que a transforma através da escolha de locais estratégicos, devido as suas especificações que favorecem a produção e apropriação de determinadas áreas para a produção e consumo de bens e serviços para a população. Desta forma, as cidades interagem dentro de uma rede em consequência do capital acumulado e investimentos em infraestrutura, principalmente nos transportes e comunicação que conectam os diversos lugares que fazem parte desta rede. As potencialidades do mercado de bens e serviços ofertados pelas cidades está atrelada na relação tempo de produção versus consumo, ou seja, de acordo com a oferta e demanda, associado a uma distribuição eficiente de estradas e vias de comunicação entre as cidades, permitem expandir o raio de atuação das cidades frente as outras.

Hoje, quando pensamos na palavra rede, nos vêm à mente a relação rede de água e esgoto, rede de transportes, redes telefônicas, rede pluvial que existem nas grandes cidades, associando esta palavra ao sentido de conexão entre um ou vários pontos dentro do território. Segundo Corrêa (1997), a rede pode ser definida como um ponto geográfico que está conectado por um número determinado de ligações. Segundo Ribeiro (2001), estas redes utilizam de uma estrutura lógica em que há a necessidade de conexões e interligações dentro do território para que tenham efetividade, sendo imprescindível uma organização espacial.

Sendo assim, a rede tem como principal finalidade a comunicação entre pessoas que compartilham o mesmo espaço. De acordo com Ribeiro (1998), o avanço

tecnológico fez que com as pessoas, independentemente de sua localização no globo, estejam conectadas a uma só rede, a qual podemos citar a rede mundial de computadores através da internet. Contudo, estas redes tem o poder de provocarem a exclusão de determinadas regiões, pela diminuição do fluxo de pessoas ou mercadorias, já que estes lugares são dependentes da dinâmica do capitalismo, sendo o principal fator de sucesso de uma região ou fracasso (DIAS, 2001).

Esta situação de sucesso ou fracasso é determinada no grande número de centros que sofrem processo de industrialização, especialização da mão de obra, melhores salários, favorecendo o surgimento de uma classe trabalhadora e assalariada, que necessitam de bens e serviços que possam atender as suas necessidades, obrigando-os a diversificarem as suas funções (CORRÊA, 1993).

O capital acumulado pelas cidades promove um desenvolvimento desigual entre elas, principalmente nos grandes centros (metrópoles) que detém os meios de produção, circulação, mão de obra mais qualificada, assim como maior grau de investimento em infraestrutura e inovações tecnológicas. Isso faz com que o fluxo de pessoas esteja atrelado a maior diversificação da oferta de bens e serviços que cada centro pode oferecer, evidenciando um desenvolvimento desigual entre as cidades, já que isto promovem um movimento de “pendulo” entre as cidades menos desenvolvidas e os grandes centros. Desta forma, o capital acumulado entre as cidades faz com que umas se desenvolvam e dinamizem a região, enquanto outras, devido ao baixo investimento e perspectivas de retorno financeiro ficam estagnadas e até mesmo perdem a suas funções de atração, aumentando ainda mais o abismo entre as cidades mais desenvolvidas e menos desenvolvidas (RIBEIRO, 1998).

A rede urbana pode ser usada para entender as dinâmicas sociais de uma região, que segundo Santos (1992), apresenta-se como: (a) forma, relacionada ao aspecto visível da rede urbana, relacionada a sua composição e estruturação dentro do espaço; (b) função, o papel que cada cidade exerce dentro da rede urbana, através de suas funções; (c) estrutura, como a rede urbana está estruturada dentro do espaço e as interrelações existente dentro da rede urbana. Estas dinâmicas segundo o autor, não dão a perspectiva de saber quais os resultados serão encontrados, ficando à mercê das vicissitudes do tempo.

Para a construção da rede urbana é necessário decisões que estejam atreladas a cunhos sociais, pois a mesma é dependente dos fixos (serviços, produtos, bens

ofertados) e dos fluxos (pessoas), já que estes componentes são partes inerentes a rede e estão subordinados a relações e interesses de poder (econômico, político), como salienta Ribeiro (1998), já que devido a dinamicidade que a rede urbana apresenta, ela tende a ser mutável em sua forma e função, entretanto, ela não muda de livre vontade, ela é dependente de agentes que a controlam e a moldam de acordo com seus interesses e necessidades, de acordo com os planos traçados dentro do território baseados nos fixos e fluxo ali existentes, já que cada cidade é um organismo único, com múltiplas funções e hierarquias distintas. Neste aspecto, a cidade é mais do que um distribuidor de bens e serviços dentro da rede urbana, pois ela tem a capacidade de fazer parte de outro tipo de rede.

Muito dos estudos sobre redes influenciaram as pesquisas geográficas com a finalidade de entender o espaço rural, urbano e industrial, organizando-o de uma maneira articulada que justificasse o estudo das redes ou redes geográficas. Atualmente, estas redes vem se tornando mais intensas, devido ao grande volume de fluxos de pessoa, mercadorias e serviços, associado ao advento da internet, promovendo uma maior conectividade entre as pessoas, contudo, esta conexão não se aplica apenas as pessoas (fluxos), mas também aos fixos (empresas), pois as redes podem ser materiais (pessoas, mercadorias, matérias-primas) e imateriais (fluxos de informações ou ordens), servindo ao espaço, dando-lhes suporte e fazendo parte do sistema de produção (DIAS, 2001).

Para August Lösch, que elaborou a Teoria do Equilíbrio Espacial Geral, levou em consideração a relação hierárquica entre as cidades, mas manteve a atenção nas áreas de mercado e a localização das cidades para a maximização dos lucros. Outro autor, Von Thünen, considerava que quanto fosse mais perto do centro consumidor, maior seria o lucro do produtor. Weber visava a minimização dos custos perante as indústrias na relação custo do transporte, mão de obra e a aglomeração de pessoas, principalmente relacionado a despesas destes trabalhadores em deslocar-se para as indústrias com diminuição dos custos dos transportes e diminuição dos salários, ou seja, a implementação de uma indústria depende do custo da mão de obra e do transporte até a mesma.

François Perroux elaborou a Teoria da Unidade Econômica Dominante que, passou a ser conhecida como Teoria dos Polos de Crescimento. Nesta, o autor afirma que o surgimento de uma empresa motriz promove a concentração do capital incentivando o surgimento de outras indústrias, pois, esta indústria motriz iria se beneficiar de outras que atendessem a sua demanda por novas tecnologias, estimulando o surgimento de outros

setores, ocasionando transformações estruturais no local, como estradas e rodovias, aumentando o número de empregos e conseqüentemente o dinheiro circulante na região. Assim, é necessário que esta região seja interligada por redes que abasteçam toda a área que é influenciada por estas atividades, ou seja, a criação de “zonas de desenvolvimento” que é usando no Brasil para configuração de cidades médias (MALDANER, I.S.; LIMA, J.F.; GRECO, S.C., 2007).

Neste sentido, cada cidade pode ser considerado um centro de atração de pessoas, na oferta de bens e serviços que atendam às suas necessidades, atuando em uma economia de mercado, gerando acúmulo de capital financeiro o qual irá servir para seu desenvolvimento, aumentando ainda mais o seu raio de alcance dentro do espaço urbano, polarizando a região de atuação, gerando uma centralidade, já que cada função (oferta de bens e serviços) provoca um deslocamento de pessoas dependendo de sua oferta e do valor do serviço ser viável ou não economicamente. Quando uma cidade apresenta uma diversidade na oferta de bens e serviços, maior será a referência desta cidade em atender as necessidades das pessoas, expandindo a sua área de influência e claro apresentando uma maior hierarquia (grau de importância) dentro da região.

Mas isto não quer dizer que pelo fato de uma cidade ser considerada a mais importante da região, todas as populações em seu entorno irão se deslocar apenas a ela, já que dependendo da especificidade do serviço ou bens ofertados por este centro, ele pode ter um valor agregado maior do que o indivíduo esteja disposto a pagar e exigir um deslocamento também maior, então, a população ao invés de ir ao centro de maior referência tenta encontrar os mesmos serviços ou bens em outros centros mais próximos e com o valor mais atrativo, já que os produtos mais especializados são encontrados em menor quantidade e tem maior valor agregado e exige um maior deslocamento e custo, sendo característicos dos grandes centros, ao contrário de bens e serviços de uso corriqueiro que apresentam menor custo, menor deslocamento e são encontrados em maior quantidade em centros de menor hierarquia.

Autores como Walter Christaller (1933), buscaram compreender a dinâmica das cidades partindo dos conceitos de centralidade, localidade central e região de influência dando fundamento a relação de hierarquia entre os centros urbanos e a sua distribuição de bens e serviços de acordo com o tamanho das cidades e sua localização, visando a minimização dos custos de deslocamento dos consumidores e a interação entre

as cidades através das redes de transportes voltado ao mercado consumidor (CORRÊA, 1997).

Segundo REGIC (2020), a Teoria das Localidades Centrais, demonstra que as cidades maiores englobam as cidades menores em relação as suas funções, já que as grandes cidades ofertam os mesmos serviços que as cidades imediatamente inferiores na hierarquia urbana, pois os grandes centros apresentam serviços mais especializados, diferente das cidades menores que ofertam serviços de baixa ou média complexidade, fazendo com que a relação seja inversamente proporcional: quanto mais especializado o centro for, menor será a oferta de bens e serviços especializados e mais distante dos outros centros de hierarquia inferior ele estará, em contra partida, quanto menor a especialidade do serviço, maior será a quantidade de centros que ofertam este serviço e menor será o valor agregado.

A teoria proposta por Christaller (1933), tenta justificar a maneira com que as cidades se organizam dentro de um arranjo socioeconômico da população e como as suas ações transformam o espaço, definindo os padrões que constituem esse sistema urbano. A teoria não determina uma regra para o desenvolvimento da rede urbana, ou seja, ela se auto-regulamenta, independente dos atores envolvidos no processo, que segundo o autor, Christaller (1933): “se há leis que regem a teoria econômica, deveria haver também leis que regessem a ocupação urbana no espaço” (REGIC, 2020).

Os seguintes quesitos foram analisados por Christaller (1933), para a formulação de sua teoria, sendo eles (REGIC, 2020):

- a) Povoamento urbano e rural – estes são relacionados nos aspectos atividades desenvolvidas pelas pessoas no espaço e outro relacionado como estas pessoas se distribuem no espaço. No primeiro quesito, é relacionado a oferta de bens e serviços por parte da população e o segundo relativo à atividade desta população na área rural. Isso demonstra que a ocupação do espaço é direcionada de acordo com as funções ofertadas por cada lugar e isto influencia a maneira com que estas cidades se desenvolvem, o que diferencia em relação ao meio rural, onde o que predomina é o uso do solo para a instalação das pessoas naquele lugar. Sendo assim, a cidade tem como características possuir funções de serviços, administrativas e industriais, enquanto o campo apresenta apenas a função de produção agrícola por famílias que dependem de sua exploração;

- b) Centralidade – a cidade assume o papel de centro de importância na região devido as funções (oferta de bens e serviços) para a população residente em seu entorno;
- c) Bens e Serviços Centrais – são os produtos ofertados pelas cidades centrais, que são procurados e consumidos pela população residente em seu entorno. Entende-se neste caso, que os lugares centrais apresentam funções que chegam em locais além de suas áreas de influência, chegando a outros lugares centrais, enquanto os lugares de baixa centralidade apresentam uma influência apenas local;
- d) Região Complementar – é o local onde está situado a cidade (centro) e onde ela executa as suas relações com outros centros ou localidades. E esta região complementar junto com o lugar central compõe uma só unidade dentro da região, apresentando duas características: quando o centro é superior, essa região complementar apresenta características superiores devido as funções assimiladas pelo centro, e quando este mesmo centro não apresenta características superiores, temos uma região complementar de baixa hierarquia já que as suas funções centrais também são básicas;
- e) Distância Econômica – a importância neste quesito não é a distância em valor absoluto e sim em relação ao custo de viagem e benefícios, tais como frete, armazenamento relacionado a produtos, custo do transporte e tempo de chegada para a população. Neste aspecto, o que realmente importa é o quão necessário é este produto e serviço em determinado momento. Neste ponto, Christaller (1933), percebe a relação entre o alcance espacial (range) do produto ou serviço e o fato de haver mercado (threshold) para ofertá-lo, e neste aspecto ganha importância a região complementar que é componente do lugar central;
- f) Alcance Espacial (Range) – é a distância máxima que uma pessoa está disposta a percorrer em busca de bens e serviços, diretamente relacionado ao valor agregado do produto, levando-se em consideração os custos de deslocamento até o local onde ele se encontra, oferta e demanda, qualidade do produto/serviço, quantidade disponível e o preço.
- g) Mercado mínimo (Threshold) – é a proporção mínima exigida para que haja um mercado consumidor de bens e serviços para que eles possam ser produzidos, ofertados e consumidos, entretanto, o mercado mínimo não deve

ser confundido como alcance mínimo para bens e serviços em relação ao que seja o mercado ideal (apresenta um alcance ideal a produtos e serviços).

Outros princípios foram determinados por Christaller (1933), do ponto de vista na análise espacial referente a sua teoria, os quais são:

- a) Mercado – caracterizado por um número mínimo de localidades centrais e, claro consumidores, dispostos a se deslocarem sobre grandes, médias ou pequenas distâncias. Neste ponto, para cada centro local de hierarquia superior, irão existir 3 centros de hierarquia inferior, sendo assim, a distância percorrida em busca de bens e serviços dos centros superiores é três vezes maior que os dos centros imediatamente abaixo na hierarquia;
- b) Transporte – os locais centrais estão dispostos dentro de uma rede de tráfego que permite a comunicação entre centros de igual importância dentro da região;
- c) Administrativo – também conhecido como político-social, onde a capital exerceria a função de local central e ao seu redor fossem encontrados lugares de menor importância. Ocorrendo uma distinção entre regiões complementares, onde as decisões ocorrem na capital, mas são sentidas em todos os centros ao seu redor.

Segundo REGIC (2020), estes três princípios não ocorrem separadamente para determinar uma localidade central, pois são de naturezas distintas (dois de natureza econômica e um de natureza política), já que não ocorrem separadamente na identificação dos lugares centrais e sim através de suas combinações.

Contudo, a teoria proposta por Christaller (1933), sofreu críticas ao longo do tempo por mostrar que a rede urbana se autorregula, independente dos interesses dos atores envolvidos em sua estruturação, ao passo que o sistema estabelecido nessa hierarquia não apresenta um agente central que direciona o desenvolvimento destas cidades, o que hoje em dia, as relações econômicas de mercado são os grandes atores na dinâmica evolutiva da rede urbana, a partir de investimentos em áreas de grande potencial de retorno financeiro, especialização de mão de obra e inovações tecnológicas por parte das empresas e o papel dos estados em direcionar os investimentos em cada região. Isso faz com que centros considerados menos importante, possam crescer e se desenvolver de acordo com as estratégias estabelecidas pelos atores envolvidos no processo (empresas,

estados), direcionando investimentos de maneira específica, visando o desenvolvimento específico de cada região (REGIC, 2020).

Neste aspecto, a teoria dos Fluxo Centrais de Taylor (2004), complementa a teoria proposta por Christaller (1933), no que se refere aos relacionamentos externos das cidades, mas isto não quer dizer que elas não deixam de ofertar as populações bens e serviços, contudo, elas se conectam umas às outras através de relacionamentos específicos, o que Taylor (2004) chama de *town-ness* (as relações estabelecidas pelas cidades dentro da hierarquia urbana, polarizam o espaço em que elas estão inseridas, sendo característico de cidades menores e próximas no mesmo patamar de hierarquia, baseadas nas ofertas de bens e serviços de baixa e média complexidade que não necessitam de grandes deslocamentos para serem encontrados) e *city-ness* (as relações entre as cidades são feitas a longas distâncias, ou seja, além de sua área de influência, com serviços ofertados a outras localidades, por exemplo, empresas que abrem filiais em outros estados ou países, buscando novos mercados consumidores, sendo característico de grandes empresas ou corporações, ampliando assim a sua rede de conexões para além dos limites territoriais). Neste sentido, as cidades e a rede urbana que as compõe, são diretamente relacionadas as dinâmicas que estes atores executam dentro desta emaranhada rede de racionamentos, tanto local quanto extraterritorial na oferta de bens e serviços. Isso faz com que tanto a presença do *town-ness* e *city-ness* vai depender do grau de dinamicidade das cidades em relação ao capital acumulado por elas. Logo, o papel do estado, junto ao capitalismo de mercado, procura gerenciar o território de maneira a estabelecer critérios mínimos de funcionalidade destes centros (REGIC, 2020)

Outro autor que contribui de maneira significativa ao estudo da rede urbana, é Miossec (1976), ao distinguir três interações espaciais que produzem a rede urbana, já que estas se apresentam independentes entre si, pois segundo o autor, as cidades podem apresentar diferentes tipos de relações espaciais dentro do território, sendo capazes de organizar as suas redes de acordo com as suas necessidades, visando o seu desenvolvimento local ou regional, as quais são (RIBEIRO, 1998):

- (a) Rede de Distribuição, construída com bases na teoria das localidades centrais de Walter Christaller (1933), direcionada aos centros de distribuição de bens e serviços de acordo com o grau de sua centralidade e o tamanho da região de influência, com o objetivo de estabelecer uma diferenciação entre as cidades relacionado ao poder de atração e distribuição de bens e serviços, com o

intuito de atender as necessidades da população, que é estabelecido através da lei da oferta e demanda, diversificação de bens e serviços e a distância necessária para sanar as necessidades, ou seja, o grau de importância de cada centro é baseado na sua capacidade de ofertar o maior número de bens e serviços em relação a outras cidades, atraindo o maior número de pessoas possíveis em seu entorno. Outras questões são analisadas por Miossec (1976): uma delas é relacionada a hierarquia dos centros, pois a medida que este centro ganha importância, mais distanciado ele ficará e um outro centro de mesma hierarquia, evitando uma concorrência horizontal, pois este apresentará uma maior área de influência atendendo um maior número de pessoas em sanar as suas necessidades por bens e serviços e à medida que a hierarquia deste centro aumenta, mais diversificada será a oferta de bens e serviços (funções centrais) em sua área de influência.

Corrêa (1977), através de uma análise crítica Teoria das Localidades de Christaller (1933), chegou à conclusão que, em relação ao seu uso na atualidade, principalmente relacionado ao modo de produção capitalista, produção, distribuição e consumo na sociedade e no trabalho, o modo de produção capitalista promove um desenvolvimento desigual entre as cidades, promovendo uma distinção hierárquica significativa entre os centros situados dentro de uma rede de distribuição, já que estes são fundamentados na produção industrial e relação de trabalho, já que as cidades oferecem condições distintas dentro da rede de localidades centrais tanto no nível regional quanto intraurbano.

Neste aspecto, relacionado ao processo de acumulação capitalista por parte das cidades, Santos (1979), cita o “circuito superior e circuito inferior” baseado neste tipo de economia, principalmente relacionada ao consumo por parte dos assalariados nas diferentes classes sociais, pois dependendo da renda média destes trabalhadores, os que detêm maiores salários buscam bens e serviços de maior valor agregado, logo, exigindo maiores deslocamentos, enquanto os que recebem menores salários tem as suas necessidades atendidas localmente, sem grandes deslocamentos.

(b) Rede de Produção, relacionada a locais que oferecem vantagens para a produção, oferta de mão de obra, insumos para a produção, energia para a produção e acessibilidade aos bens e serviços. Este tipo de rede é característico das grandes empresas, principalmente multinacionais, que buscam maximização de seus lucros com baixo custo

de produção, fácil acesso a seus produtos por parte da população e facilidades na distribuição destes. Neste sentido, as atividades não são distribuídas somente de acordo com o interesse das empresas, pois as mesmas não podem fugir do interesse estatal em planejar o espaço (SILVA, 1997). Desta forma, a localização, no modelo atual de economia, os interesses devem estar em consonância com os interesses do mercado global, pois como observado por Miossec (1976), as empresas multinacionais vinculam a sua produção para a escala global de consumo e com isso elas articulam redes próprias, de maneiras complexas, com as mais diversas especializações na cadeia produtiva, interagindo com os centros urbanos de forma que cada um pode complementar a empresa da melhor maneira que atenda a seus interesses. Neste aspecto, cada cidade interage com a empresa, na oferta de insumos, outra com matérias-primas intermediárias e outras recebendo o produto final, isto faz com que cada centro se desenvolva em sua especificidade de acordo com o planejamento empresarial e estatal dentro do espaço.

(c) Rede de Gestão, caracterizada pela presença de polos constituídos por uma intrincada rede de informações, sendo locais dotados de tecnologia, mão de obra especializada e recursos, capazes de ofertar vantagens aos gestores locais ao pretenderem instalar empresas em determinadas localidades, por exemplo, filiais, que são controladas por um centro gestor que, necessariamente não esteja próximo ao polo. Contudo, este controle é gerenciado pelo estado (através de normas administrativas e leis) ofertando todo o suporte legal e estrutural com a criação de vias, estradas que deem acesso aos municípios por ele criado, assim como saneamento básico e infraestrutura educacional, promovendo o desenvolvimento local e as empresas privadas organizam o espaço de acordo com o tamanho de sua área de influência, através da criação de redes que promovam o fortalecimento de suas conexões com outros locais, sendo possível com a instalação de várias unidades da empresa em locais distintos.

Este tipo de rede, segundo Ribeiro (2001), é consequência da internacionalização do trabalho, já que as empresas almejam a sua produção para os mercados globais, tentando ganhar espaço em outras cidades, estados ou países. Segundo Corrêa (1991), este comportamento das empresas nacionais ou multinacionais apresentam cinco características em comum: a primeira, mostra empresas que detêm um grande controle sobre os meios de produção, tendo a necessidade de abrir várias unidades para dar conta da produção e dos serviços; a segunda, mostra empresas com múltiplas funcionalidades e que delegam a outras empresas que produzam determinados insumos para abastecer a sua produção principal, investindo capital em diferentes empresas

aumento assim o poder do bloco econômico empresarial; a terceira mostra que a mesma empresa pode apresentar níveis de desenvolvimento distintos de acordo com a localidade (rural ou urbana) a qual está instalada; quarta, a localização das empresas em determinado local leva em consideração os custos da mão de obra e o nível de qualificação e potencialidade de mercado para consumo dos produtos e a quinta refere-se ao poder de influência das empresas dentro do território que ela gerencia, através das diferenças sociais.

Este fenômeno ocorre após a II Guerra Mundial, coma expansão das empresas multinacionais ao redor do mundo, criando “nos” de redes organizando e influenciando áreas distintas do planeta, ampliando as aéreas de atuação. Neste sentido, à medida que a empresa vai crescendo e acumulando mais capital a divisão do trabalho segue no mesmo caminho (RIBEIRO, 2001). Segundo Corrêa (1991), o crescimento exponencial da empresa pode fazê-la a incorporar empresas concorrentes, para a diversificação de sua produção ou até mesmo pela busca de novos locais estratégicos em busca de insumos, fontes de energia, mercado consumidor e claro mão de obra mais barata e menos burocracia estatal.

Assim, Miossec (1976), tenta trazer para a rede urbana as características encontradas nas redes criadas pelas empresas. Para o autor, mesmo a capital, dotada de toda a infraestrutura, vias de comunicação, vias de escoamento, mão de obra, fontes de energia, insumos e matérias-primas não possui todas as funções que possam qualificá-la como um centro de uma rede de produção, cabendo ressaltar que a rede de produção é diretamente ligada a capacidade produtiva dos centros de acordo com a distribuição de suas funções dentro do território e da divisão do trabalho. Com essa conformação, a rede não se apresenta hierarquizada e sim mais especializada em pontos determinados dentro do território, ocorrendo o que Santos (1993) chama de “metrópoles incompletas”. Outro problema encontrado seria o fato das decisões tomadas pelas empresas também entrem em acordo com os interesses dos estados, principalmente em relação ao lucro (RIBEIRO, 1998).

Segundo Santos (1988), graças a modernidade das vias de comunicação e transportes, as cidades são capazes de manter relações de proximidade, pois graças a essa flexibilização da rede, os centros de nível com hierarquias inferiores, médias ou superiores podem comunicar-se entre si, devido a expansão da rede urbana. Até meados da década de 1940, a rede urbana brasileira apresentava centros urbanos com pouca funcionalidade, tanto em organização quanto em distribuição, sendo seus serviços

voltados para a produção rural já que a maioria da população neste período residia no campo. Entretanto, na década de 1950, o país abraça um viés industrial e urbano, devido a transformações no sistema capitalista que facilitou a transformação de uma simples rede de distribuição rural em uma complexa trama de distribuição com uma modernização do campo em relação a distribuição de produtos para a cidade.

Esta modernização ocorre através da criação das indústrias de base e o sucesso das de bens duráveis, enquanto as indústrias voltadas para o setor agrícola sofriam uma expansão com a difusão da agroindústria em território brasileiro, apoiadas com novas técnicas de produção com o apoio da ciência, aumentando de forma exponencial a produtividade no campo. Esta fragmentação de investimento ocorre devido as mudanças nas estatísticas do que seja classificada como uma cidade média, que em meados dos anos de 1940-50, era composta por 20.000 habitantes. Segundo Santos (1993), o crescimento do consumo, o aumento da renda e a expansão de transportes mais modernos, junto com uma divisão do trabalho mais acentuada, obrigam os centros regionais que passem a exigir maiores níveis de concentração de suas atividades de distribuição para atender a demanda de suas atividades econômicas (SANTOS, M. 2008).

Segundo Corrêa (2006), a rede urbana é um reflexo da atividade econômica da região, onde há uma hierarquia urbana e uma especialização decorrente de vantagens locais e funcionais de cada centro urbano, sendo um produto social cuja função é reunir toda a sociedade em uma porção do espaço determinando a sua existência. A divisão do trabalho manual e intelectual tornaram-se funções definidoras características dos centros urbanos favorecendo os meios de transporte, comunicação e desenvolvimento de tecnologias acelerando a produção e desenvolvimento de mercadorias, serviços e produtos.

No caso de países que foram colônias europeias, por exemplo Brasil, no período das grandes navegações, as primeiras cidades instaladas no território estavam localizadas no litoral, justamente por servirem de porta de entrada e saída de mercadorias e produtos. Com o avanço dentro do território e o surgimento de novas cidades, a rede apresenta características neste período colonial do tipo dendrítica, semelhante as ligações neuronais, sendo característico de uma cidade central, dotada de maior população, controle econômico e administrativo e as demais cidades, menores e sem funções importantes.

Outro fato comum nesta rede dendrítica, é a ausência de cidades com funções intermediárias, o que demonstra que este arranjo seja arquitetado de forma proposital para manter o poder central localizado em apenas uma cidade, principalmente na arrecadação de recursos. Isto favorece o aparecimento de cidades praticamente sem nenhuma função nos pontos mais extremos desta rede, tornando-as praticamente pontos de encontro em rotas comerciais. Contudo, à medida que estes pontos ou rotas de encontro ganham importância, as pessoas passam a usá-los como ponto de referência de transações comerciais, deixando de ser sazonal passando a definitivo (Corrêa, 1996), mas segundo Corrêa (2005), mesmo a rede dendrítica sendo composta por uma cidade central e as demais periféricas, esta rede pode passar por um processo de evolução, através do aumento das funções (bens e serviços, produtos).

Entretanto, no caso brasileiro, esta rede é fragmentada entre os grandes centros produtivos, ocasionado pela disparidade de investimentos entre as regiões do país, ou seja, os grandes centros (metrópoles), devido a sua maior atividade econômica detém uma grande malha de redes de distribuição eficientes, enquanto os pequenos centros, dispõe de redes esparsas de pequeno porte. Segundo Corrêa (1989), as diferenças entre as redes urbanas no Brasil, as trocas comerciais e diferentes movimentos populacionais acentuam os contrastes entre os processos de criação, apropriação e circulação de valores, pois os mesmos não são investidos de maneiras iguais em todas as redes.

Isto faz com que o capital invista apenas em locais que proporcione maiores condições de garantir maiores lucros, pois nestas áreas encontram-se as melhores redes de transportes e comunicação, com um mercado consumidor dinâmico que reúna os atributos mão de obra qualificada associada ao maior desenvolvimento socioeconômico, promovendo uma maior dinâmica espacial que inclui um complexo cenário com interesses políticos, econômicos e sociais, motivados tanto pelas indústrias quanto os agentes sociais (CORRÊA, 1989).

Entretanto, para Fresca (2004), essa dinâmica de interesses internos (indústrias) e externos (sociedade), faz com que a rede urbana manifeste novos padrões de desigualdades, principalmente no aspecto social, pois em países onde a rede urbana é mais antiga e que possuem uma economia estabilizada, a distribuição entre os grandes e pequenos centros é feita de forma mais igualitária. Diferentemente de como ocorre no Brasil, esta mesma rede é marcada por uma desigualdade entre os grandes centros repletos de tecnologia, enquanto em outros locais há deficiência de transportes e

telecomunicações, ocasionando uma má qualidade dos serviços e distribuição dos produtos.

Segundo Corrêa (2006), essas desigualdades ocorrem devido ao tamanho, distribuição e função de cada cidade em sua formação no território nacional para o modelo em que deva se ajustar a rede. Desta forma, quando se deixa livre a movimentação de pessoas e o conhecimento técnico no território, acaba por eliminar as barreiras, abrindo as portas para as trocas sociais e econômicas de uma ponta a outra desta cadeia (MOREIRA, R. 2006).

A seguir, no segundo capítulo, daremos início as análises dos estudos promovidos pelo IBGE, os quais são Esboço Preliminar da Divisão do Brasil em Espaços Homogêneos e Espaços Polarizados de 1967, Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas de 1972, Regiões de Influência das Cidades – Revisão Atualizada do Estudo da Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas de 1987, Regiões de Influência das Cidades (REGIC) de 1993, publicado nos anos 2000, Regiões de Influência das Cidades (REGIC) de 2007, publicado em 2008 e Regiões de Influência das Cidades (REGIC) de 2018, publicado em 2020, tendo como principal objetivo compreender a evolução do processo de urbanização no país, sendo de fundamental importância para o planejamento estatal em direcionar investimentos e implantação de serviços públicos e privados, com o intuito de disponibilizar bens e serviços para o população.

## CAPÍTULO 2 PERIODIZAÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES.

A pesquisa das Regiões de Influência das Cidades – REGIC, tem como finalidade analisar a rede urbana brasileira, determinando a hierarquia dos centros urbanos e suas regiões de influência sendo de fundamental importância para a compreensão dos estudos geográficos no país, já que o mesmo estabelece parâmetros para a classificação das cidades e suas interconexões, mostrando pontos de intersecção no território brasileiro apresentando categorias de distribuição distintas de centralidades urbanas.

Estes estudos foram iniciados na década de 1960, com a publicação do Esboço Preliminar da Divisão do Brasil em Espaços Homogêneos e Espaços Polarizados, realizado em 1967, seguido do segundo estudo Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas em 1972, terceiro Regiões de Influência das Cidades - REGIC (1993), publicado nos anos 2000, sendo uma revisão atualizada do estudo ocorrido em 1972, quarto REGIC - Regiões de Influência das Cidades – REGIC (2007), publicado em 2008 e o quinto Regiões de Influência das Cidades – REGIC (2018), publicado em 2020.

Esta pesquisa apresenta um importante papel no planejamento e decisões estatais, principalmente para a instalação de unidades da administração pública, investimento de empresas em determinadas regiões ou distribuição de serviços de saúde e educação para a sociedade (REGIC, 2020).

Cada REGIC respeita as modificações e transformações da rede urbana brasileira ao longo das décadas, onde cada estudo adota uma metodologia distinta estabelecendo a hierarquia e os vínculos entre as cidades e a influência que cada uma exerce sobre as demais, apresentando um importante papel no auxílio do planejamento urbano pelo estado, principalmente para a instalação das unidades administrativas, investimentos públicos e privados (em determinadas regiões), e a distribuição dos serviços de saúde, educação, bens e serviços prestados à população.

Desta forma, será analisado cada estudo do REGIC e a metodologia utilizada para o melhor entendimento da rede urbana brasileira. Cada REGIC foi dividido de acordo com o seu ano de publicação, respeitando a metodologia aplicada adicionando o aporte teórico de alguns autores como Santos (1967;1978;1993), Corrêa

(1967;1977;1988;1989;2000), Dias (2005) e Pereira (1967) para sua maior fundamentação.

## 2.1– Esboço Preliminar da Divisão do Brasil em Espaços Homogêneos e Espaços Polarizados – 1967.

A princípio, o Esboço Preliminar de Delimitação dos Espaços Polarizados de 1967, tinha como objetivo determinar os espaços polarizados, áreas de influência e as intensidades das relações que ocorriam entre as cidades brasileiras ao longo de todo território nacional na década de 1960, através do uso de questionário produzido pelo CNG-EPEA, averiguando a existência dos seguintes requisitos avaliativos propostos pelo respectivo estudo: (a) comércio de produtos finos; (b) comércio de produtos gerais em outras áreas de influência; (c) abastecimento dos varejistas; (d) abastecimento dos atacadistas; (e) distribuição de artigos para as atividades rurais; (f) proveniência (origem) dos doentes dos hospitais; (g) proveniência (origem) dos clientes dos médicos especialistas; (h) transações bancárias; (i) proveniência (origem) de alunos do curso secundário e (j) comercialização de produtos agrários que iriam auxiliar na determinação e identificação das áreas de influência das cidades.

De posse destes dados, foi possível a identificação de muitos centros urbanos que detinham uma atividade regional, e que suas ações alcançavam além de seus limites geográficos outros municípios, contudo, foi percebido uma dificuldade em determinar a extensão desta área de influência e a hierarquia apresentada entre as cidades.

Para resolver este problema, estipulou-se que os espaços polarizados seriam mensurados pelo grau de intensidade das atividades pesquisadas no questionário aplicado no respectivo estudo e, quanto a sua hierarquia, o centro que apresentasse a maior área de atuação e que englobasse outros centros seria o centro polarizador, ou seja, o maior centro seria a metrópole e os demais seriam centros polarizados, já que suas atividades eram mascaradas pelas ações das metrópoles, entretanto, estes mesmos centros menores não poderiam ter sua área de influência anulada por outro centro que não fosse a metrópole (IBGE, 1967).

A polarização das cidades brasileiras ocorre de forma heterogênea, pois depende do quão desenvolvida é esta cidade e do raio de influência que ela proporciona

na região em que atua, ocorre um menor ou maior deslocamento de pessoas, pois as intensidades de suas atividades são capazes de influenciar a dinâmica local, por exemplo, quando apresenta intensidades reduzidas é característico de regiões rurais, entretanto, em uma região que apresente alto índice populacional com nível técnico e econômico dinâmico, a polarização ocorre em menor intensidade, desde que estas áreas não sofram influência das metrópoles e que apresentem fluxos intensos de pessoas e atividades econômicas (IBGE,1967).

Segundo Corrêa (1989, p.51), o que irá caracterizar a importância de cada centro é o nível técnico e econômico da população que reside nesta área de influência. De acordo com Santos (1993, p.27), isso ocorre devido a uma “integração limitada do espaço e do mercado, de que apenas participa uma parcela do território nacional”.

De acordo com Santos (1993), quanto maior a divisão do trabalho, maior será o fator de crescimento para a sua diferenciação em relação ao crescimento dos subespaços no território. Assim, uma região pode apresentar aspectos voltados para a comercialização de produtos do setor primário, enquanto a outra desempenha um papel na prestação de serviços do setor terciário, o que não impede de uma mesma região exercer a dupla função.

Segundo o IBGE (1967), algumas cidades alcançaram certo grau de desenvolvimento de forma natural, tornando-se um polo de distribuição, adquirindo uma função de “escoamento” para a produção da região, dos centros polarizadores aos polarizados desde atividades industriais ou funções no setor terciário.

Em relação a sua metodologia, o IBGE (1967), admitia o conceito de regiões polarizadas e homogêneas mesmo que sua incidência no território brasileiro fosse encontrada de maneira esporádica. A fundamentação do estudo do REGIC para o ano de 1967, é baseada nos trabalhos de Michel Rochefort (1963), tendo como base de estudos da rede urbana francesa, sendo uma adaptação a realidade brasileira no período. Identificados os polos e escolhidos os critérios da teoria, ia-se hierarquizando as cidades de acordo com a infraestrutura de serviços (setor terciário). Sendo assim, as cidades eram hierarquizadas em níveis assim distribuídas: 1º nível as metrópoles de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém e as de 2º nível seriam as cidades polarizadas por estas metrópoles, dentro de suas áreas de influência (IBGE, 1967; PEREIRA et al, 1967).

Segundo Pereira et al (1967), o IBGE na década de 1960, sabia da existência do fenômeno de polarização e homogeneização dentro do território brasileiro e que ele ocorria em intensidades variadas nas diversas regiões do Brasil, tanto que a região Amazônica era considerada uma região homogênea, diferentemente da região Nordeste, assim como Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país. Desta forma, o IBGE (1967), aplica os critérios da teoria de M. Rochefort, baseado na estrutura terciária ofertada pelas cidades, hierarquizando-as de acordo com o aparato terciário, instituindo hierarquias, classificando quais eram homogêneas ou polarizadas. Sendo assim, as cidades poderiam transformar-se em centros polarizadores de acordo com a oferta de seu aparato terciário a outras cidades ou mesmo polos de desenvolvimento (sem a necessidade de possuir características polarizadoras).

Desta maneira, a proposta do estudo centrava-se na hierarquia geográfica, destacando a intensidade e movimentação dos fluxos de pessoas em busca de serviços. No estudo baseado na rede urbana francesa, foram usados vinte critérios para a sua análise, onde cada um recebia uma nota de acordo com o peso de cada critério, onde as notas seriam ponderadas classificando as cidades. No estudo brasileiro ocorrido em 1967, a classificação dos centros polarizadores foi feita levando-se em consideração o aparato terciário relacionado a atividade industrial e a quantidade da população urbana para discriminar os centros que possuísem igual hierarquia (REGIC, 1967).

Este estudo foi dividido em duas partes: a primeira, estabelece uma classificação dos centros de polarização, segundo o equipamento terciário polarizador, estabelecendo uma distinção entre centros de igual hierarquia, observando os seguintes requisitos (IBGE, 1967):

a) Comércio de mercadorias – analisa a presença de lojas e escritórios que comercializam certos tipos de produtos, podendo ser do tipo varejista (onde os centros devem possuir entre 2-4-6-8-10-12-14-16-18-20 tipos de comércio ou número de filiais de empresas de outros centros que atuem na cidade) ou comércio atacadista (presença de 14 tipos de comércio, onde as notas variam de 3-6-9-12-14);

b) Serviços bancários e financeiros – notas de acordo com o número de estabelecimentos bancários, porcentagem dos valores dos títulos descontados em relação ao total do país, companhias de seguro de acordo com a presença de sedes, filiais ou

escritórios no centro e companhias de investimentos de acordo com o número de empresas;

c) Serviços administrativos e de direção – as notas são aplicadas a presença de órgãos governamentais, federais ou estaduais instalados no centro, número de matrizes de bancos, número de assalariados externos das indústrias e número de empresas que possuem filial externa;

d) Serviços de consultoria e publicidade - notas de acordo com o número de agências de publicidade ou sobre a presença de 4 tipos de consultoria de acordo com o total de empresas inseridas neste centro;

e) Serviços de educação – notas avaliativas de acordo com a presença e variedade de cursos superiores e de cursos de ensino médio;

f) Serviços de saúde – notas de acordo com o número de leitos hospitalares existentes, número de acordo com a variedade de especialidades médicas e número de hospitais;

g) Serviços de cultura e lazer – notas de acordo com a existência de peças teatrais, número de teatros, emissoras de rádio, competições esportivas e existência de times profissionalizantes.

Obtidas as notas, foi possível estabelecer uma classificação de cada centro segundo o seu aparato terciário polarizador, comparando uma cidade em relação a outra referente a sua capacidade industrial, possibilitando uma análise mais discriminada entre os diferentes níveis de cada centro, já que sua atividade industrial será avaliada de acordo com o quantitativo de mão de obra empregada (valor mínimo de 1000 pessoas), assim como a diversificação dos setores industriais (IBGE, 1967).

Dadas as notas para cada centro de acordo com a sua atividade terciária, foi possível fazer uma comparação do nível de cada equipamento relacionado a sua atividade industrial, permitindo uma diferenciação entre estes centros que possuem equipamento terciário semelhante (CORRÊA, R. L; DAVIDOVICH, F. R, 1967).

A segunda etapa tinha como objetivo promover uma comparação entre a estrutura terciária e industrial com o quantitativo da população urbana, permitindo estipular a classificação de cada cidade, definindo a extensão de sua área de influência e seu nível de hierarquia em relação aos outros centros regionais. Isto foi possível graças a

aplicação do questionário ocorrida na primeira fase do respectivo estudo, que permitiu a análise da atuação destas cidades através do fluxo de mercadorias e pessoas assim como as relações regionais através dos centros que foram polarizados que sofriam influência das metrópoles. Com estes dados em mãos, o IBGE (1967), foi capaz de mensurar as áreas de influência destas cidades, deixando margem para possíveis atualizações, como por exemplo, os estudos sobre Subsídios à Regionalização em 1968 e a Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas em 1970 (IBGE, 1967).

Na segunda etapa, o IBGE (1967) não atribuiu notas e sim os quesitos do questionário CNG-EPEA (IBGE, 1967).

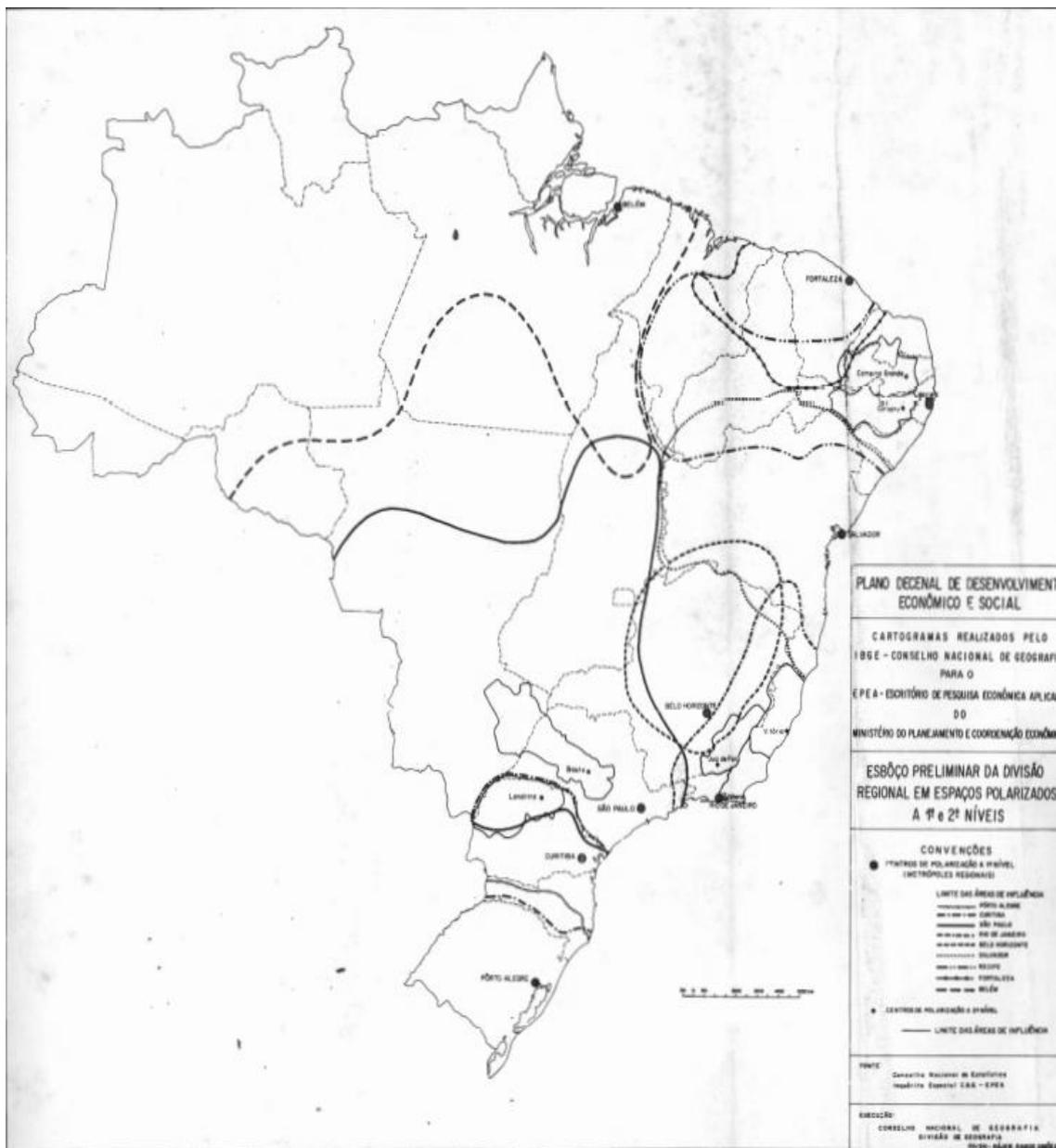
- a) Comércio varejista - análise do comércio de acordo com artigos ou produtos não encontrados em variedade e sua distribuição especializada e comércio de produtos destinados à lavoura;
- b) Comércio de produção agropastoril – produtos como: algodão, café, cacau, amendoim, borracha, arroz, feijão, gado, laticínios, consumo de leite;
- c) Comércio atacadista – abastecimento do comércio atacadista por comerciantes/atacadistas de outras cidades ou por grandes atacadistas de outras cidades;
- d) Função bancária – cidades que não contam com agências bancárias, onde seus moradores tem que se deslocar para as que possuem;
- e) Funções de direção – número de filiais de seus estabelecimentos em outra cidade;
- f) Função educacional – procedência de alunos do curso médio provenientes das áreas de influência;
- g) Função sanitário-hospitalar – atuação dos médicos especialistas e a influência dos hospitais das cidades;
- h) Influência através dos transportes – trajeto dos ônibus de acordo com a área de influência das cidades e quantidades de lugares oferecidos;
- i) Função de direção da atividade industrial – área de influência sobre os assalariados que trabalham na indústria.

De acordo com o IBGE (1967), após analisados os dados, foram criados mapas com as delimitações das cidades com seus diferentes setores e suas respectivas

áreas de influência, adicionando o quantitativo da população que vive nesta área, com o intuito de determinar a área de influência destes mercados regionais.

Abaixo temos a figura 2, que mostra, segundo o IBGE (1967), como ficou a Divisão do Brasil em Espaços Polarizados após as análises dos dados colhidos:

Figura 2. Centros de Polarização de 1º nível e suas regiões de influência.



Fonte: IBGE (1967).

Na figura 2 acima, vemos o Esboço Preliminar de Delimitação dos Espaços Polarizados de 1967, onde foram divididas as cidades em 1º e 2º nível onde: as de primeiro nível (pontos mais escuros), são as metrópoles brasileiras (centros polarizadores) e as de

segundo nível (pontos mais claros) são as demais cidades (centros polarizados) que estão dentro da área de influência destas metrópoles. As linhas contínuas e tracejadas mostradas na figura 2 acima, são os limites das áreas de influência de cada cidade em relação as outras, já que para haver um centro polarizador e outro polarizado não pode ocorrer do centro polarizado receber influência de mais de uma metrópole, segundo a metodologia aplicada no respectivo estudo.

Na figura 3, é exibido os demais centros de polarização que foram identificados depois das análises de todos os dados colhidos através do questionário aplicado no estudo IBGE (1967), onde cada ponto representa uma cidade (centro polarizador) e as linhas contínuas representam toda a sua área de influência dentro da região.

Figura 3. Centros de Polarização de 2º nível e suas áreas de influência.



Fonte: IBGE (1967).

Segundo Corrêa e Davidovick (1967), quando a hierarquia e as áreas de influência fossem delimitadas, o resultado da área de atuação de cada centro seria dado pela comparação dos fluxos de pessoas, mercadorias e as relações comerciais que ocorrem na região e seu poder decisório de influenciá-las. Delimitadas as áreas, os resultados seriam expostos em cartogramas seguindo a divisão administrativa do território brasileiro de 1967, mesmo que este já estivesse atualizado, servindo de base para o planejamento regional pelo estado e setores privados.

Cabe ressaltar que, a delimitação dos espaços polarizados dos municípios respeitou a divisão administrativa da federação brasileira de 1967, onde não havia documentação completa sobre todos os limites municipais e que se baseou nas informações contidas no Inquérito Municipal CNG-IPEA (IBGE, 1967).

## 2.2 Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas de 1972 e Regiões de Influência das Cidades – Revisão Atualizada do Estudo da Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, 1987.

Estes estudos foram possíveis graças ao seu antecessor Esboço Preliminar de Delimitação dos Espaços Polarizados – 1967, que deixou margem para uma revisão e possíveis atualizações acerca do desenvolvimento das atividades das cidades brasileiras e de suas áreas de influência de cada região analisada, com a adoção de novos critérios que viessem determinar o surgimento novos centros e novas hierarquias entre as cidades brasileiras, que no respectivo estudo, estabeleceu relações entre as cidades de dominância e subordinação.

A relevância deste estudo está baseada no aumento das transformações ocorridas na rede urbana brasileira, entre o estudo promovido em 1967 (Esboço Preliminar de Delimitação dos Espaços Polarizados – 1967) e 1972 (Divisões do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas de 1972) nos centros urbanos, devido ao aumento em suas atividades econômicas ocasionando uma crescente em suas relações com outras regiões devido ao crescimento do setor terciário, tornando-se centros atrativos de investimentos externos aumentando desta forma o seu capital interno, proporcionado assim melhores serviços as populações nos setores educacionais, lazer, saúde e de profissionais liberais nas mais diversas áreas de atuação (IBGE, 1972).

Desta forma, este novo quadro oferece recursos as regiões do país na capacidade de atrair investimentos que auxiliam no seu desenvolvimento interno e na expansão de suas áreas de influência, aumentando assim sua hierarquia perante outros centros na região. Adotada esta nova dinâmica, as cidades brasileiras tornam-se os agentes mais importantes no desenvolvimento regional, pois serão responsáveis diretamente pelo seu desenvolvimento, orientando da melhor forma a distribuição do desenvolvimento dentro região (IBGE, 1972).

No estudo promovido pelo IBGE (1972), optou-se por usar a metodologia da contagem de vínculos ou relacionamentos entre os centros urbanos nas seguintes atividades: fluxos agrícolas, distribuição de bens e serviços à economia e a população, utilizando um modelo baseado no conceito de HAGGETT e CHORLEY (IBGE, 1972, p.10), de uma simplificação das relações estruturais de forma generalizada entre os centros urbanos, já que para os autores a cidade é uma estrutura composta pela dinâmica econômica que promove relações comerciais com outras cidades ou centros, atribuindo este comportamento significativa importância em sua organização dentro da região.

Sendo assim, as cidades tem a capacidade de traçarem linhas dentro da região determinando pontos concretos de desenvolvimento. Para isto, foi necessário determinar os indicadores responsáveis que possibilitassem a mensuração dos relacionamentos e vínculos que existissem entre os centros urbanos: o primeiro seria através da rede viária e dos movimentos de massas (pessoas), pois no conceito de Brayan Berry, W. Garrison e W.C. Wallace (IBGE, 1972, p.10): “quanto maior for a ordem de um centro, maior será a convergência de estradas e, quanto mais concentrado o poder aquisitivo mais densa será a rede de transportes”, já que para estes autores, o centro urbano ele é diretamente ligado as áreas comerciais através das redes de transportes.

O segundo indicador seria mensurado através dos dados colhidos acerca da presença do setor terciário nos seguintes requisitos: comércio atacadista e varejista, serviços de saúde e educação, fluxos agrícolas e serviços bancários, utilizando um questionário produzido pelo CNG/IPEA, buscando estabelecer as ligações entre os centros urbanos, verificando a extensão de suas áreas de atuação, com o principal objetivo de determinar as suas hierarquias e áreas de influência.

Contudo, os dados obtidos não foram quantificados, optando-se pelo uso de matrizes de dados (onde cada matriz correspondia a um município) e as colunas destas matrizes eram nomeadas com os termos fluxos agrícolas, serviços a economia (máquinas agrícolas, venda de arame farpado, sacaria, fertilizantes, sementes, estabelecimento de

filiais, abastecimento do comércio varejista comum, serviços bancários) e na terceira coluna foram avaliados os fornecimentos de serviços no varejo fino, atendimento médico, serviços hospitalares e ensino médio (IBGE, 1972).

Documento publicado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2009), intitulado Comentários sobre o REGIC (2007), destaca que, no estudo IBGE (1972), o estado é quem promove o aumento do nível de hierarquia dos centros urbanos, de acordo com os dados encontrados nas matrizes, servindo de base para a distribuição de investimento nesta região.

Com estes dados em mãos, a classificação das categorias dos centros fora determinada em 4 níveis assim distribuídos:

- Nível 1 – a sua determinação levou em consideração a população em 1970, número de relacionamentos em todo território nacional, número de relacionamentos dentro de sua área de influência, número de centros subordinados e nota de equipamento funcional (IBGE, 1972, p.15).

Compilados os dados, os centros de nível 1 foram assim distribuídos, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1. Nível de centralidade dos centros urbanos.

Centros	
1a	Grande Metrópole Nacional - São Paulo
1b	Metrópole Nacional – Rio de Janeiro
1c	Centros Metropolitanos Regionais – Recife, Bahia, Belo Horizonte, Porto Alegre
1d	Centros Macrorregionais – Curitiba, Fortaleza, Belém e Goiânia

Fonte: IBGE (1972).

- Nível 2 - apresentam, de acordo com o respectivo estudo, o maior número de relacionamentos inseridos dentro da área de influência metropolitana, pois estes se ligam diretamente aos centros de nível 1 apresentando como principal característica uma alta distribuição de bens e serviços, principalmente no atacado e varejo, venda de maquinário agrícola e atração de filiais para a sua região. Outra característica importante destes centros é que o setor de varejo fino apresenta

população com poder aquisitivo para adquirir estes produtos e os serviços de saúde contemplam esta população com especialidades médicas (IBGE, 1972).

Contudo, dentro dos próprios centros de nível 2 ocorre uma subdivisão criando outras duas categorias (2a e 2b), que apresentam influência fora da zona de atuação dos centros de nível 2, influenciando centros de nível 3a, 3b, 4a e 4b, já que detém uma arquitetura urbana consolidada. Os centros de nível 3a apresentam ligações dentro das áreas de atuação dos centros de nível 1, tendo como característica a função de distribuição de bens e serviços à economia e a população e concentração de fluxos agrícolas. Os de nível 3b são compostos por pequenos centros que oferecem serviços de alta demanda e de pouca especialização distribuídos nas zonas rurais e cidades próximas, não possuindo o poder de subordinar outros centros. Centros de nível 4 (4a e 4b) são subordinados diretamente aos centros de nível 3 ou mantém relações com as grandes metrópoles ou centros regionais de hierarquia superior, já que sua oferta de bens e serviços promovem um baixo deslocamento de pessoas, sendo estes serviços na esfera bancária, médico generalista e produtos de varejo em atender a população local.

O estudo seguinte, Regiões de Influência das Cidades – Revisão Atualizada do Estudo da Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas de 1987, o IBGE (1987), propõe descrever as regiões de influência das cidades brasileiras, suas hierarquias como polos centrais e áreas de influência, sendo uma revisão dos estudos ocorridos em 1966 e 1972, sendo coordenado pelo geógrafo Roberto Lobato Corrêa, utilizando como base a Teoria dos Lugares Centrais de Christaller (1930), associada a Teoria dos Circuitos de Milton Santos (1979), tendo como objetivo identificar as redes centrais que existiam no Brasil, assim como a forma de seus arranjos espaciais, a presença de redes regionais dentro de centros de hierarquia intermediária e as suas diferenças, mesmo que estes centros estejam em um mesmo patamar de importância (IBGE, 1987).

Esta revisão foi necessária no âmbito de evidenciar a nova conformação da rede urbana brasileira, decorrente de uma dinâmica que afetou a sociedade brasileira, constituindo um estudo descritivo quanto as decisões administrativas na implantação de ações do governo na esfera social, econômica e na arquitetura dos territórios.

Para esta revisão foi utilizado a Teoria das Localidades Centrais proposta por Christaller (1930), que considera cada centro localizado em uma determinada região, em consideração a sua atuação na prestação do serviço aos seus residentes, recebendo o nome de localidades centrais, pois estas assumem o papel de fornecedoras de bens e serviços, ou seja, tornam-se referência em suas localidades (IBGE, 1987).

Desta forma, a centralidade das cidades foi determinada pela intensidade no deslocamento do fluxo de pessoas em busca de bens e serviços que viessem atender as suas necessidades, assim como pela oferta de equipamentos funcionais bem como a facilidade de deslocamento pra cada cidade. Sendo assim, se as cidades que ofereciam uma maior diversificação em bens e serviços com maior facilidade de acesso e deslocamento, conseqüentemente aumentaram sua área de influência e também atendem um maior número de pessoas, ou seja, o fator determinante que irá estipular a hierarquia destas cidades é a sua variedade de ofertarem bens e serviços na região, sendo assim centros de baixa hierarquia tendem a oferecer bens e serviço com alta demanda, atuando em uma área restrita enquanto, as de maior nível hierárquico, atuam na esfera de nível inferior e para outros centros de nível equivalente (RIBEIRO, 1998).

Segundo Corrêa (2000), as atividades dos centros de baixo nível na hierarquia são dependentes em sua estrutura funcional dos centros de nível superior devido ao processo de acumulação de capital, não tendo o poder de atrair número considerável de comerciantes, empresas ou filiais, entretanto estes centros de nível inferior garantem alguns serviços que atendem as necessidades das populações das regiões de baixo poder aquisitivo.

De acordo com Santos (1978), os centros urbanos de nível inferior localizados em regiões distantes e pobres (predominância em áreas rurais), as atividades que são exercidas em suas áreas apresentam mão de obra de baixa qualificação, isso faz com que o poder aquisitivo seja menor devido à baixa remuneração recebida por estes trabalhadores, não permitindo que a região consiga ofertar bens e serviço mais especializados equivalentes aos centros de nível superior.

A organização destes centros depende de sua localização geográfica, distribuição da população e nível de produção local. Este fator fica evidenciado no litoral brasileiro, onde concentra o maior número de centros com alto nível de hierarquia, justamente pelo seu papel de povoamento e escoamento da produção, concentração de unidades administrativas, portos para a exploração de produtos nas regiões do litoral e de poder político. Em relação as metrópoles localizadas no interior do Brasil, o seu desenvolvimento ocorreu fora do litoral por ter havido um crescimento da população em sua área de influência, deixando a metrópole na retaguarda (CORRÊA, 1988).

De acordo com Santos (1967), na década de 1940, a rede urbana brasileira passa por transformações significativas com a instalação de indústrias nas cidades proporcionando um aumento no poder aquisitivo da população, já que estes trabalhadores

são mais qualificados e com melhores salários e também com o desenvolvimento na rede de transportes (estradas e linhas férreas) para o escoamento desta produção ligando as metrópoles as cidades do interior, favorecendo a instalação de bens e serviços, empresas, comércios dentro da região e também a expansão da área de influências das metrópoles a outros centros. Assim, a área de influência destas cidades vai de maneira excêntrica, indo do litoral para o interior da região, onde essa conformação recebe o nome segundo Jhonson (1976) de “rede dendrítica de localidades centrais”, sendo comum em países subdesenvolvidos (IBGE, 1972).

Nos países subdesenvolvidos, a teoria das localidades depara-se com um problema referente ao grau de recursos de cada centro, onde estes acabam formando dois circuitos: o circuito superior e inferior. O que os diferenciam em cada centros são as tecnologias empregadas na organização das indústrias e empresas, volume da capital produzido, quantitativo de pessoas empregadas (assalariados), relações de trabalho com outras regiões e com o estado. Apesar de haver uma diferença no fator econômico, os dois circuitos veem da mesma origem, entretanto, o circuito inferior é dependente do superior.

No Brasil, a teoria das localidades encontra alguns problemas referentes aos graus de desenvolvimento dos centros urbanos: enquanto alguns possuem indústrias, empresas e volume de capital circulante e assalariados mais qualificados e bem pagos, outros centros não possuem nenhuma expressividade significativa devido aos seu baixo desenvolvimento promovendo a formação de dois circuitos: o circuito superior, que não tem expressividade nas cidades pequenas, pois praticamente não tem área de influência, já que seus bens e serviços atendem uma parcela da população mais abastarda com serviços mais especializados e de alto valor agregado, ocasionando um abaixa procura, sendo mais comuns nas grandes cidades, entretanto, o centro inferior está presente em pequenas localidades, principalmente nos aglomerados urbanos, com oferta de bens e serviços menos especializados e de baixo valor agregado apresentando uma demanda considerável (IBGE, 1972).

Segundo Corrêa (1977), estes circuitos podem coexistir, mas isto depende da região em que se encontram sendo classificados, segundo o autor, em plano superior (apresenta hierarquia definida na região) e plano inferior (os centros menores estão distribuídos dentro da área de influência dos planos superiores), onde cada plano superior e inferior, atendem uma parcela da população de acordo com seu poder aquisitivo.

Para o IBGE (1987), o conteúdo deste estudo serve para definir os diferentes níveis das unidades territoriais em torno dos centros urbanos, objetivando duas

finalidades: a primeira, em descrever o sistema de tomada de decisões em relação as atividades econômicas ligadas a produção industrial, assim como a absorção desta produção pela sociedade e a segunda parte propõe novas análises de todo ou partes do estudo, com o intuito de compreender as relações entre os processos sociais e a urbanização, que surge em ressonância a estes processos por influência estatal ou econômica sendo a análise mais importante.

Segundo o próprio IBGE (1987), o respectivo estudo apresentou algumas limitações, pois como o objetivo era fazer uma descrição dos centros que possuíssem hierarquia e que subordinam outros centros, acaba de forma indireta dividindo as regiões de influência em simples centros que apenas promovem a distribuição de bens e serviços, não levando em consideração as suas características inatas e também o que os diferenciam de outros centros regionais. Outra questão é que o IBGE (1987), não avaliou as ações que cada centro promovia em prol de seu desenvolvimento em busca de sua ascensão na hierarquia urbana, gerando uma classificação errônea entre as cidades.

Estes vícios no trabalho do IBGE (1987), foram consequências da não aplicação em todas as localidades do país, devido a não considerar os estabelecimentos comerciais inseridos em regiões rurais, vilas e povoados. Devido a estes problemas encontrados, o grau de hierarquia mais baixo estipulado pelo IBGE (1987) foi o centro de zona, que apresentou área de influência com alcance de no máximo a outra cidade, desde que não seja outra localidade central.

### 2.3 Regiões de Influência das Cidades, REGIC - 1993.

Os estudos sobre a urbanização brasileira promovidos pelo IBGE são a principal referência quando se pretende estudar e analisar os centros urbanos e suas áreas de influência. Estes trabalhos foram iniciados na década de 1960, com Esboço Preliminar de Delimitação dos Espaços Polarizados de 1967, seguido da Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas em 1972, Regiões de Influência das Cidades, 1978, sendo uma revisão ao estudo anterior e agora com Regiões de Influência das Cidades – 1993, publicado nos anos 2000 (REGIC, 2000).

Este estudo somou com os anteriores uma análise do sistema urbano brasileiro para fins de gestão, planejamento a nível regional e municipal, focado na urbanização e uso correto das decisões referente as mais variadas atividades econômicas e de

planejamento em infraestrutura no âmbito público e privado. Desta forma, as cidades são classificadas e hierarquizadas de acordo com seu nível de centralidade, especificando suas relações espaciais com outros municípios, mensurando sua área de atuação e interação com o mercado.

Neste estudo REGIC (2000), ainda é usada a Teoria das Localidades de Christaller (1933), como embasamento teórico, associado a informações referentes ao fluxo sobre o território impulsionado por relações pessoais e o estabelecimento de redes de maior ou menor intensidade dentro do território.

Segundo Christaller (1933), as cidades seriam reguladas por elementos que determinariam o seu tamanho e distribuição no espaço, onde todo núcleo de povoamento é considerado uma localidade central, baseado em sua distribuição de bens e serviços para a população residente, regiões vizinhas ou área de influência. Assim, quanto maior fosse o número de funções, maior seria a sua centralidade decorrente do número de pessoas que tivessem suas necessidades atendidas em sua área de influência (REGIC, 1993).

Outra questão pontuada por Christaller (1933) é sobre o alcance máximo, onde a população se dirige dentro do raio de alcance desta localidade central em busca de bens e serviços e, o alcance mínimo sendo relacionado a uma localidade central que dispõe de um número mínimo de clientes para justificar a instalação de um serviço dentro de uma área central. O quadro 2 a seguir mostra a hierarquia entre as cidades proposta por Christaller (1933), em relação as localidades centrais (REGIC, 2000):

Quadro 2. Exemplo hipotético de Hierarquia Urbana e Funções Centrais formuladas por Christaller.

Centros	Funções Centrais
Metrópole Regional	abcd efgf ijkl mnopqrst
Capital Regional	efgh ijkl mnopqrst
Centro Sub-Regional	ijkl mnopqrst
Centro de Zona	mnopqrst
Centro Local	qrst

Fonte: Corrêa (1989).

O quadro acima mostra que o nível hierárquico mais superior (metrópole regional) tem uma maior área de influência, englobando as demais áreas abaixo de sua

hierarquia, por apresentar todos os serviços de bens e consumo e que o último nível desta hierarquia, mostra o grau de influência da grande metrópole, onde os patamares mais baixos são absorvidos pelos mais altos.

Quanto maior o nível de hierarquia destes centros, maior será a distância entre os de mesmo nível (reduzindo a quantidade de centros no mesmo patamar), maior área de influência e de atendimento à população exercerá, sobre a oferta de bens e serviços, por haver mais pessoas empregadas. São criadas proposições acerca de arranjos espaciais referentes a três princípios: de mercado (para cada centro de respectivo nível de hierarquia haveria outros 3 centros abaixo deste, constituindo uma rede com menor número de centros); transportes (haveria um número reduzido de vias de transporte disponíveis à circulação de produtos, onde os principais centros iriam alinha-se por estas vias, sugerindo que para cada centro principal seriam criados outros 4 centros de nível abaixo) e administrativo, pela qual a rede seria estruturada (REGIC, 2000).

A metodologia utilizada para estudo promovido pelo REGIC (2000), foi a análise das funções centrais que foram mensuradas através dos dados referentes a presença de comércio e serviços para que se pudesse mensurar as centralidades das cidades brasileiras. Com isto, foram definidas 46 funções centrais referentes a bens e serviços (raros e frequentes) que serviram de base para o estudo. Das funções relacionadas, 14 foram classificadas como de baixa complexidade e de alta frequência (quadro 3) e as outras 30 funções foram classificadas como geradoras de fluxo de média e alta complexidade (quadro 4), sendo definidoras de hierarquias ou centralidades de valor maior que às 14 anteriores. As duas restantes (presença de jornais diários e rádios AM/FM), serviram para representar os fluxos referentes a buscas por serviços de informação. As funções definidoras seguem conforme os quadros 3 e 4 abaixo (REGIC, 2000 p. 21):

Quadro 3. Bens e serviços de baixa complexidade.

1.01	Produtos para Agricultura e Pecuária (sacaria, arame farpado, inseticidas, e ferramentas agrícolas)
1.02	Ferramentas e Louças em geral
1.03	Aparelhos Eletrodomésticos em Geral
1.04	Filmes Fotográficos e Serviços de Revelação
1.05	Móveis e Estofados

1.06	Óculos com Receita Médica
1.07	Hospital Geral (público e particular)
1.08	Laboratórios de Análises Clínicas (pertencentes ou não a hospitais)
1.09	Cirurgiões Dentistas
1.10	Agências Bancárias
1.11	Serviços Gráficos (impressos gerais)
1.12	Automóveis Novos
1.13	Serviços de Contabilidade
1.14	Serviços de Advocacia

Fonte: Diretoria de Geociências, departamento de Geografia - REGIC (2000).

Quadro 4. Bens e serviços de média e elevada complexidade.

2.01	Tratores, arados Mecânicos e seus Acessórios
2.02	Caminhões Novos
2.03	Aviões de Pequeno porte
2.04	Motores e Bombas Hidráulicas em Geral
2.05	Serviços Autorizados de Eletroeletrônicos (conserto de videocassetes, aparelhos de som, filmadoras e fornos de micro-ondas)
2.06	Persianas, Cortinas e Tapetes
2.07	Pratarias, Cristais e Objetos de Decoração
2.08	Artigos Importados (perfumes, bebidas e eletroeletrônicos)
2.09	Instrumentos musicais
2.10	Móveis para Escritórios
2.11	Máquinas de Escrever (manual, elétrica e eletrônica)
2.12	Computadores, Microcomputadores e Periféricos
2.13	Médico Pediatra
2.14	Médico Oftalmologista
2.15	Médico Cardiologista
2.16	Médico Oncologista e/ou Médico Nefrologista
2.17	Cirurgias Especializadas (de olhos, cardiovasculares, neurocirurgias e transplantes)
2.18	Serviços Especializados de Saúde (tomografia computadorizada, medicina nuclear e especializada)
2.19	Equipamentos e Instrumentos Médico-Cirúrgicos
2.20	Serviços de Ortodontia
2.21	Material e equipamentos de Dentistas
2.22	Oxigênio para Hospitais

2.23	Instrumentos Óticos de Precisão (binóculos, lupas, microscópios, lunetas entre outros)
2.24	Agências de Turismo (incluindo compra e venda de passagens aéreas e terrestres)
2.25	Escritórios e Agências de Publicidade (não incluindo serviços de propaganda volante ou de alto-falantes)
2.26	Serviços de Engenharia (não incluindo reformas e construções residenciais)
2.27	Escritórios de Consultoria e Planejamento
2.28	Cursos de Nível Superior (terceiro grau)
2.29	Cursos de Pós-Graduação (somente mestrado e doutorado)
2.30	Livros Técnicos e/ou Importados

Fonte: Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia – REGIC (2000).

Nesta linha de pesquisa, os fluxos referentes as informações (jornais e rádios AM/FM) foram analisadas, mas não incluídas como definidores de nível hierárquico entre as cidades.

Um ponto a se destacar na metodologia, foi a ausência das principais cidades brasileiras que não foram avaliadas no período, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília. O motivo que o (REGIC, 2000) alega é que estas cidades possuem em seu território mais de uma agência do IBGE que fazem as análises de dados socioeconômicos, o que provocaria erros nas avaliações, já que estas não possuíam os mesmos dados. Levou-se em consideração o fato destes centros serem pontos de referência das populações das cidades vizinhas em sanar as suas necessidades de bens e serviços de média e elevada complexidade, já que segundo o próprio REGIC (2000), as cidades de origem das populações conseguiam atender a demanda em busca de bens e serviços de baixa complexidade (REGIC, 2000).

Outra questão de caráter metodológico é que o estudo REGIC (2000), diferentemente de seus antecessores, estabeleceu parâmetros para a inclusão de cidades no estudo, já que nem todas as cidades apresentavam os requisitos mínimos de centralidade.

Assim, o pré-requisitos adotados pelo REGIC (2000, p.22), foram:

- Municípios dotados de pelo menos três características segundo informações colhidas pelas bases municipais – IBM/1989:
  - Ser sede de comarca;
  - Contar com agência bancária;
  - Dispor de médico residente na cidade e/ou;

- Dispor de emissora de rádio AM.
- Municípios que possuíssem população total superior a 20.000 habitantes, segundo a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – IBGE (1991).

Estabelecidos os requisitos, o REGIC (2000), fez uso de questionário contendo duas perguntas referentes aos seguintes aspectos: o primeiro, inquiria aos comerciantes de quais cidades eram originárias as pessoas que buscavam bens e serviços na cidade de acordo com os 46 itens avaliativos, e a segunda pergunta era referente a saber em quais cidades os moradores da cidade avaliada iam em busca de bens e serviços, mesmo que a cidade de origem deles apresentassem os mesmos serviços dos 46 itens avaliados.

Com os dados em mãos, foram elaboradas matrizes (quatro no total) que podiam descrever os relacionamentos espaciais que cada centro exercia, sendo assim descritas (REGIC, 2000):

- Matriz 1 – mostrava a origem das pessoas em busca de bens e serviços de pouca complexidade, servindo como definidora da área de influência dos centros mais procurados;
- Matriz 1 Invertida – responsável em determinar em qual centro as pessoas iriam em busca de bens e serviços de baixa complexidade, definindo assim a hierarquia do centro avaliado;
- Matriz 2 – responsável em registrar o fluxo de pessoas em busca de bens e serviços de média e elevada complexidade, determinando o relacionamento em cada centro;
- Matriz 2 Invertida – demonstra a origem das pessoas em busca de bens e serviços de média e elevada complexidade, determinando a área de influência do centro.

Foram criadas outras 4 matrizes (matriz 3 e 3-invertida, matriz 4 e 4-invertida) referentes a busca por serviços de informação (jornais, emissoras de rádio), onde seus dados não foram utilizados na determinação de hierarquia ou centralidade.

A criação de matrizes descritivas foi de fundamental importância para a identificação dos relacionamentos entre as cidades, na extensão de suas áreas de influência

e na construção das redes de ligação. Graças a estas matrizes, a centralidade e hierarquia de cada centro foi determinada através do cruzamento e racionamento dos dados entre si, identificando a demanda, alcance e extensão que cada centro apresenta na oferta de bens e serviços. As intensidades deram-se através do cruzamento dos dados referentes ao fluxo da população de um centro “A” para outro centro “B” em busca de bens e serviços de média e elevada complexidade. Em relação ao alcance espacial, os dados referentes a bens e serviços foram cruzados determinando qual cidade tem mais fluxo de pessoas em busca de bens e serviços (REGIC, 2000).

Sendo assim, a soma de todas as notas das matrizes em relação as variáveis analisadas (fluxo, intensidade e área de influência) cruzadas e relacionadas, foram capazes de dar as condições para que o REGIC (2000) fosse capaz de determinar as hierarquia e áreas de influência dos centros avaliados. Desta forma, foram determinados oito níveis de centralidade conforme o quadro 5 abaixo: Máximo, referente ao nível Metropolitano; Muito Forte ao Submetropolitano; Forte para a Capital Regional; Forte/Médio para os Centros Sub-regionais; Médio/Fraco para os predominantemente Centros de Zona; Fraco para o Centro de Zona e Muito Fraco para municípios subordinados (CONTE, 2014).

Quadro 5. Níveis de Centralidade das Cidades Brasileiras.

Níveis	Número de Cidades	Padrões de Cidades
Máximo	9	Metropolitano
Muito Forte	24	Predominantemente Submetropolitano
Forte	35	Predominantemente de Capital Regional
Forte para Médio	108	Predominantemente de Centro Sub-Regional
Médio	141	Tendendo a Centro Sub-Regional
Médio para Fraco	195	Predominantemente de Centro de Zona (ou Centro Local)
Fraco	250	Tendendo a Centro de Zona (ou Centro Local)
Muito Fraco	3733	Municípios Subordinados

Fonte: Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia - REGIC (2000).

#### 2.4 Regiões de Influência das Cidades REGIC (2007), publicado em 2008.

Os estudos produzidos pelo IBGE nos anos de 1967, 1972, 1987 e 1993 buscavam analisar as transformações ocorridas na urbanização brasileira, com o intuito de estabelecer a hierarquia e áreas de influências destas cidades. Esta hierarquia era baseada na oferta de bens e serviços que viessem a sanar as necessidades das populações dos centros urbanos. Com o advento do meio técnico-científico promovido pela globalização no final do séc. XX e início do séc. XXI, as cidades alcançaram um novo patamar de desenvolvimento, instituindo novas áreas de influência, promovendo transformações na rede urbana, principalmente na distribuição, produção, prestação de serviços, assim como a participação do setor privado junto com a gestão pública na tomada de decisões e no gerenciamento de investimentos dentro da região, determinado o desenvolvimento de maneira setorizada em cada cidade (REGIC, 2008).

Desta forma, a arquitetura clássica da rede urbana brasileira, formada pelo sistema de localidades centrais (constituído por níveis de hierarquia) é substituído por um sistema de relações não-hierarquizados entre as cidades, ou seja, não existe mais uma verticalização entre a importância de uma cidade para a outra, as relações tornaram-se agora horizontais de maneira que existe uma cooperação entre as cidades. Sendo assim, o desenvolvimento das cidades e da própria rede urbana deixa de estar atrelado a oferta de bens e serviços de baixa, média ou alta complexidade, e passa a ser definido pela gestão pública em parceria com o setor privado (REGIC, 2008).

Com esta nova conformação, os bens e serviços são substituídos por fatores mais relevantes, tais como: presença de órgão da administração federal, presença de sedes ou filiais de empresas, presença de ligações de linhas aéreas entre as cidades, presença de hospitais, presença de sinal de emissora de tv aberta, presença de instituições que ofereçam cursos de nível superior, diversificação de comércio de bens e serviços, presença de serviços bancários (público ou privados) e presença de domínios de internet (REGIC, 2008).

De posse destes dados, as interações que ocorrem entre estas cidades definirão a hierarquia entre elas. Segundo Dias (2005), este novo modelo faz com que as cidades mais distantes e menos desenvolvidas não fiquem de fora deste processo de desenvolvimento, garantindo assim uma homogeneidade na região devido a uma melhor política econômica e de investimentos gerada pelo estado.

Estas ações apresentaram uma importância significativa dentro do processo de urbanização, já que devido ao Brasil apresentava um alto grau de desigualdade social, que afeta diretamente a população menos favorecida ao acesso de bens e serviços de qualidade, a compreensão do formato destes novos arranjos fez com que os moldes das novas redes estejam de acordo com os parâmetros propostos pelo estudo REGIC (2008), identificando as relações horizontais com centros de mesmo nível hierárquico, desta forma, mesmo que uma cidade possuísse um número reduzido de habitantes ou poder econômico, mas venha a apresentar um certo nível de centralidade, receberá o mesmo nível de hierarquia de outro centro com características superiores (CORRÊA, 2006).

Neste estudo REGIC (2008), o IBGE optou mais uma vez pela metodologia do uso de questionários para a obtenção de dados relativos a rede urbana brasileira, e para a interpretação destes dados, fez uso de matrizes de relacionamentos, sendo o mesmo método utilizado no estudo promovido pelo REGIC (2000), analisando os seguintes requisitos: centralidade e hierarquia, área de influência, fluxo de pessoas e mercadorias, gestão do território (no âmbito administrativo, jurídico e econômico), em cerca de 4.625 municípios de 5.564 existentes no ano de 2007, onde 85% deste avaliados eram compostos por no máximo 20.000 habitantes (REGIC, 2008).

Devido ao grande número de cidades serem consideradas de porte médio, e ao seu quantitativo populacional, a pesquisa foi realizada em caráter local/regional, permitindo assim que o IBGE (2008) pudesse mostrar a evolução da rede urbana brasileira.

Contudo, o que realmente foi determinante na classificação hierárquica dos centros urbanos foi a relação entre Gestão Federal e Gestão Empresarial. O cruzamento das informações colhidas entre estas duas variáveis demonstra a ação descentralizadora do estado em promover o acesso da população a serviços essenciais, diminuindo o seu deslocamento aos grandes centros, assim, estas cidades puderam assumir o papel de centros locais em sua região, aumentando a cobertura do estado em todas as regiões (REGIC, 2008).

No aspecto Gestão Federal, o REGIC (2008), determinou as instâncias do Poder Judiciário e Poder Executivo como itens avaliativos da hierarquia urbana, sendo necessário a presença de 2 a 3 órgãos destes, os quais foram:

- Poder Judiciário: a presença de agência de INSS, Secretaria de Receita Federal, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e;

- Poder Executivo: órgãos da Justiça Federal Comum e Justiça Federal Especializada (Justiça do Trabalho e Justiça Eleitoral) que se subdividem em Superior Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Superior Tribunal Eleitoral (STE), Tribunal Regional Federal (TRF), Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Na gestão empresarial, naturalmente, as sedes das empresas buscam se instalar nos grandes centros (capitais), sendo que estas mesmas empresas optam por ampliar o seu alcance, promovendo uma abertura de unidades em outras localidades, desde que seja viável o retorno do investimento aplicado, sendo assim, o REGIC (2008), percebendo esta dinâmica, resolveu no presente estudo fazer uma análise dos centros na capacidade de atrair as filias destas empresas, verificando o número de unidades existentes em todo o território de sua atuação e a capacidade de atração que as cidades produzem fazendo com que as empresas enxerguem potencial de crescimento econômico na região. Todos estes dados compilados acerca da Gestão Federal e Gestão Empresarial foram compilados em matrizes de ligações, onde os maiores pesos foram atribuídos aos valores referentes aos dados dos centros de gestão (REGIC, 2008).

Para evitar erros na classificação hierárquica de alguns centros devido a alguns critérios estabelecidos pelo estudo, o IBGE (2008, p. 131) incluiu as seguintes análises através do uso de questionários: atividades de comércio e serviços, atividades financeiras, presença de ensino superior, serviços de saúde, internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo, promovendo assim uma análise mais pormenorizada entre as ligações dos centros mais especializados, facilitando na identificação das áreas de influência (IBGE, 2008).

De acordo com Corrêa (1996), a combinação de vários centros e suas especificidades estimulam a dinâmica dos fluxos de bens materiais e imateriais nestas redes por meio de trocas de informações entre os mesmos, onde um complementa o outro, ajudando no desenvolvimento de toda uma região. Era de suma importância compreender como a rede era estruturada-se, sendo fundamental o entendimento de sua formação espacial, não esquecendo da importância do estado na promoção de políticas públicas e investimentos locais de acordo com o interesse de cada região.

O REGIC (2008), classificou as cidades que compõe a rede urbana segundo a hierarquia em (REGIC, 2008, p.10-11):

- Grande Metrópole Nacional – São Paulo, contendo 19.5 milhões de habitantes, sendo a região mais populosa do país;
- Metrópole Nacional – Rio de Janeiro e Brasília, respectivamente com 11.8 milhões e 3.2 milhões de habitantes compondo o primeiro nível de gestão de território;
- Metrópole – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Porto Alegre, com variação de população entre 1.5 milhão a 5.1 milhões, formando o segundo nível de gestão territorial. O REGIC (2008, p.11) faz uma observação em relação a Goiânia e Manaus “que se inserem no terceiro nível da gestão territorial, mas tem porte e projeção nacional que lhes garantem a inclusão neste conjunto”;
- Capitais Regionais – 70 centros divididos em subníveis:
  - Subnível A - composto por 11 cidades com porte e padrões regionalizados, com capitais estaduais que não foram classificadas no nível metropolitano junto com a cidade de Campinas;
  - Subnível B – formado por 20 cidades, mais presentes no Centro-Sul e;
  - Subnível C – composto por 39 cidades, das demais regiões do país.
- Centros Sub-regionais – 169 cidades, principalmente do Nordeste e Centro-Sul, divididos nos subitens: Centro Sub-regional A (85 cidades) e Sub-regional B (79 cidades), com 95 mil a 71 mil habitantes, com atividades menos complexas, com área de atuação reduzida e relações com centros fora de sua rede de atuação;
- Centros de Zona – 556 nos Subnível A (192 cidades) e Subnível B (364 cidades), com população entre 45 mil e 23 mil habitantes e;
- Centros Locais – 4.473 cidades, com população menores que 10 mil habitantes, que não atuam fora dos limites de cada municípios, atendendo apenas as necessidades de seus habitantes.

De acordo com os dados colhidos pelo (REGIC, 2008), as cidades que possuíam atividade industrial, concentram um maior nível em sua hierarquia, justamente por apresentar um maior desenvolvimento econômico, técnico e possuir uma boa rede de transportes para a distribuição de sua produção e exportação de produtos e mão de obra

qualificada. Desta forma, as cidades que apresentam nível hierárquico mais alto, conseguem manter suas posições em relação as de nível mais baixo.

Abaixo temos o quadro 6, que mostra a evolução da rede urbana brasileira e das cidades de acordo com os estudos do IBGE/REGIC dos anos de 1966, 1978, 2000 e 2008, onde é possível identificar a hegemonia das cidades do sul e sudeste brasileiro em relação as demais regiões por possuírem uma rede urbana mais desenvolvida:

Quadro 6. Centralidades no nível superior da hierarquia urbana no Brasil segundo os estudos IBGE/REGICs de 1966, 1978, 2000 e 2008.

IBGE 1966	IBGE 1978	REGIC 2000	REGIC 2008
Grande metrópole nacional	Metrópole regional	Nível máximo	Grande metrópole nacional
São Paulo	São Paulo	São Paulo	São Paulo
Metrópole nacional	-	-	Metrópole nacional
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Centro metropolitano regional	-	-	Metrópole
Recife	Recife	Recife	Recife
Belo Horizonte	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Belo Horizonte
Salvador	Salvador	Salvador	Salvador
Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre
-	Manaus	-	Manaus
Centro macrorregional	-	-	-
Curitiba	Curitiba	Curitiba	Curitiba
Fortaleza	Fortaleza	Fortaleza	Fortaleza
Belém	Belém	Belém	Belém
Goiânia	Goiânia	Goiânia	Goiânia

Fonte: REGIC (2008); MOURA, R.; PÊGO, B. (2017).

Sendo assim, as cidades que estão inseridas na região Sudeste se sobressaem em relação as demais por apresentarem os principais centros de gestão pública e empresarial, sustentada por uma economia diversificada e com forte vínculo industrial, comércio dinâmico, bens e serviços diferenciados e recursos tecnológicos de última geração, conectando esta região de forma nacional e internacionalmente, sendo competitiva no mercado interno e externo (MOURA; PÊGO, 2017).

O quadro 7 abaixo, mostra com clareza a superioridade da região sudeste em relação aos demais subsistemas urbanos quanto ao seu desenvolvimento, participação no

PIB, grau de urbanização, número de centralidades, municípios em processo de metropolização e densidade demográfica.

Quadro 7. Subsistemas urbanos - Brasil (2010).

Subsistema urbano	Sudest	Sul	Central	Nordeste	Norte	Oeste	Brasil
Nº de município	1.666	1.187	381	1.797	231	303	5.565
% na população do Brasil	42,19	14,35	5,29	27,71	6,28	4,19	100
Grau de urbanização	92,92	84,94	90,21	73,09	73,25	80,02	84,36
% na área total do Brasil	10,71	6,76	7,67	18,13	34,66	22,07	100
Densidade Demográfica	88,23	47,57	15,46	34,23	4,06	4,25	22,4
% no PIB total do Brasil	56,14	15,95	6,96	13,37	4,05	3,53	100
% Mun. Em metropolização	H52,5	34,3	30,7	16,9	18,6	13,5	32,1
Nº centralidades	232	185	53	236	32	64	802

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010); REGIC (2008); MOURA; PÊGO; IPEA (2017).

## 2.5 Regiões de Influência das Cidades REGIC – 2018, publicado em 2020.

No estudo promovido em 2018, o REGIC (2020) manteve praticamente a mesma base de análise ao seu estudo anterior REGIC (2008), mostrando a hierarquia dos centros urbanos e suas divisões, assim como na identificação das regiões de influência.

Contudo, outros indicadores foram adicionados neste estudo, já que as cidades foram classificadas em relação a sua capacidade de comandar ou de influenciar

outras cidades em detrimento de suas atividades industriais, gestão pública e em promover a atração da população de cidades em seu entorno na busca de bens e serviços que venham a atender as suas necessidades que não podem ser atendidas em suas cidades de origem (REGIC, 2020).

Quando analisado as regiões de influência, o REGIC (2020) encontrou 15 cidades que possuem áreas de intersecção de influência de duas ou mais metrópoles. Desta forma, as ligações entre as metrópoles configuravam uma rede urbana, apresentando como característica centros de menor hierarquia se ligando aos de maior hierarquia, ou seja, para as 15 metrópoles encontradas no estudo, as suas ligações promoveram o fluxo de pessoas em busca de serviços, bens materiais e imateriais, demonstrando um movimento pendular entre estas cidades. Desta forma, o REGIC (2020), observou que a rede urbana brasileira promovia ligações dos centros de menor hierarquia para os de maior hierarquia, onde no final, as metrópoles ocupavam o lugar mais alto desta ascensão urbana, principalmente nas ações que geravam fluxo de pessoa.

A classificação das cidades permanece a mesma deste o último REGIC (2008), dividindo-as em 5 subdivisões internas, a saber: Grande Metrópole Nacional (Arranjo Populacional), composta por uma cidade; Metrópole Nacional (Arranjo Populacional), formada duas cidades; Metrópole, composta por 12 cidades: Capitais Regionais (divididas em Capital Regional A, Capital Regional B e Capital Regional C), formadas por 97 cidades; Centros Sub-regionais, compostos por 352 cidades, dividido em Centro Sub-Regional A (96 cidades), Centro Sub-Regional B (256 cidades), Centros de Zona, composto por 398 cidades com média de 10 mil habitantes, subdivididos em: Centro de Zona A (composto por 147 cidades, com cerca de 40 mil habitantes), Centro de Zona B (composto por 251 cidades, com medias de 15 a 35 mil habitantes dependendo da região os quais fazem parte) e Centros Locais (formados por 4037 cidades, correspondendo a 82.4% das cidades analisadas no estudo) (REGIC, 2020, p.13).

No estudo REGIC (2020), foi utilizada a Teoria das Localidades Centrais de Christaller e a Teoria dos Fluxos Centrais de Taylor como aporte metodológico. A Teoria das Localidades Centrais de Christaller (1933), entendia que quando uma cidade começava a exercer atividades econômicas que promoviam o deslocamento de pessoas de outras cidades em busca de sanar as suas necessidades de bens e serviços essenciais ou especializados (comércio varejista, serviços médicos, educacionais, culturais) que não eram encontradas em suas cidades de origem, acabavam por se tornarem localidades centrais (centros polarizadores na região) (REGIC, 2020).

Assim, as cidades polarizadoras criavam uma área de influência na região, graças a grande variedade na oferta de bens e serviços, onde quanto mais especializado for o centro maior será o seu alcance dentro da região, aumentando o raio de deslocamento destas populações em busca destes serviços, e claro, quanto mais especializado o serviço maior será o seu custo e menor o quantitativo de pessoas atendidas devido ao alto valor agregado, já que centros menos desenvolvidos tendem a ofertar serviços mais generalizados que atendem as populações locais devido à alta oferta e valores menores de custo, promovendo um maior deslocamento de pessoas devido à proximidade (REGIC, 2020).

A teoria dos Fluxos de Taylor (2004), foca nas relações extraterritoriais das cidades, podendo ou não ter caráter hierárquico, sendo composto por dois processos: a cidade continua sendo um fornecedor de bens e serviços influenciado a região em seu entorno e de outro é peça de uma rede que tem ligações de longa distância com outros centros de forma seletiva. Taylor chama as cidades que compõe o primeiro processo de *town-ness*, onde o espaço urbano das cidades e sua hinterlândia polarizam uma região, sendo uma característica de cidades pequenas, tendo uma economia baseada em bens e serviços e que não mantém relações de longa distância com outros centros.

O segundo processo chama-se *city-ness*, onde as cidades não se comportam como se houvesse uma hierarquia, não tendo uma cobertura territorial, já que as relações entre as cidades ocorrem em longa distância, independentemente de seu tamanho, não sofrendo por barreiras fronteiriças ou vias de acesso. O aparecimento destas *city-ness* nas cidades, ocorre principalmente quando as empresas exportam seus serviços para outras localidades, abrindo filiais e escritórios nos centros urbanos, tendo acesso a outros fornecedores e prestadores de serviços mais especializados, sendo uma característica de cidades de hierarquias altas.

Estes dois processos, segundo Taylor (2004), estão presentes em todas as cidades, sendo uma mistura de atividades com um corpo técnico especializado, atuando em uma rede de longa distância.

Assim, a análise da rede urbana brasileira, é um modelo adaptado dos modelos de redes interligadas de Taylor sendo usado em escala nacional, caracterizado pelas instituições públicas (INSS, Receita Federal, IBGE) e filiais de empresas que operam no mercado. Quando atuam, estas entidades tem o poder de modificar a organização do espaço, e o estado e as entidades privadas fazem a gestão deste território.

O recorte da pesquisa REGIC (2020), foi todo o território nacional, onde cada grupo de cidades de um mesmo território, garante uma coerência e homogeneidade dos dados colhidos, mostrando as redes interligadas por ligações de longa distância dentro do território, respeitando as fronteiras de cada município e a escala nacional (REGIC, 2020).

A metodologia e operacionalização foram usadas de maneira específica para o acúmulo de informações de natureza distinta da rede urbana brasileira, sendo assim, analisadas segundo os requisitos: As cidades e suas regiões de influência; As relações urbanas de proximidade; Gestão Pública; Relações de longa distância, Gestão do território; Estabelecimento da hierarquia urbana; Construção das regiões de influência e Análises temáticas da rede urbana brasileira.

Diante disto, foi aplicado o uso de questionário (fonte principal) na análise dos municípios brasileiros e, questionando-se qual ou quais destinos principais da população para a obtenção de bens e serviços, criando um quadro de relacionamento entre as cidades (REGIC, 2020, p. 71).

## 2.6 As cidades e suas regiões de Influência.

As cidades ou centros urbanos serão analisados, segundo o REGIC (2020) em:

- Arranjos Populacionais (AP) – são unidades compostas por mais de um território, que apresentam deslocamentos frequentes de pessoas para trabalhar ou estudar. Municípios que não são considerados AP, foram considerados cidades, sendo uma unidade urbana, já que os municípios são indissociáveis como unidade urbana;
- Concentrações Urbanas – são arranjos populacionais com mais de 100.000 habitantes, assim como os municípios que não compõem estes mesmos arranjos e que ultrapassam esse patamar. São denominados apenas como municípios;
- Demais municípios. – São os que não participam do arranjo populacional.

Foram analisadas as relações de proximidade entre as cidades por meio de questionário para verificar as atividades de gestão pública e empresarial do território, permitindo o estabelecimento de ligações entre as cidades relacionadas as atividades de

gestão. Neste aspecto, o REGIC (2020) também avaliou as cidades nos seguintes requisitos:

- (a) As Relações Urbanas de Proximidade - onde foi aplicado um questionário com os seguintes módulos: principal, agropecuário e internacional em 5.503 municípios, excluindo-se os que detinham alto nível de gestão de território, sendo usado apenas os resultados do módulo principal, objetivando uma resposta do comportamento cotidiano dos habitantes da rede urbana, já que os temas foram: compras de vestuário e calçados; móveis e eletroeletrônicos; serviços de saúde de baixa, média e alta complexidades; ensino superior; atividades culturais e esportivas; uso de aeroporto e a origem dos jornais que circulam no município. Um décimo tema foi adicionado aos resultados do questionário a partir da pesquisa: ligações rodoviárias e hidroviárias (REGIC, 2020, p. 73);
- (b) Gestão Pública - A avaliação da gestão pública, constituem ponto de referência para a prestação de serviços para a população ou outras instituições. Neste caso optou-se pelas instituições de atuação nacional e que agissem de forma descentralizada, desde que as suas unidades fossem localizadas em várias cidades. Neste caso, foram selecionadas instituições dos poderes Executivo e Judiciário, não entrando o Legislativo já que este poder é exclusivo de Brasília - DF. As instituições administrativas foram: INSS, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Secretaria Especial da Receita Federal, Justiça Federal, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho e o próprio IBGE (REGIC, 2020, p. 74). Tais instituições foram escolhidas por representarem a maneira com o estado atua no gerenciamento do território. A análise da gestão empresarial foi identificada no estudo através do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE/IBGE 2016, onde cada unidade empresarial é ligada a um CNPJ, avaliando-se sua localização, classe em que está inserida na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE e se esta empresa é sede ou filial. Foram analisadas apenas as empresas multilocalizadas, ou seja, que possuem duas unidades locais em dois municípios distintos.
- (c) Gestão do Território - A gestão do território fica sendo a relação entre os resultados da gestão empresarial e da gestão pública. Desta forma as

idades que tinham bons resultados em ambas as esferas, não sendo usado qualquer peso na base de cálculo, tiveram sua hierarquia calculada da rede urbana. Foram analisados 1896 centros de gestão pública e 1288 de gestão empresarial e o cruzamento desses dados deram como resultado o surgimento de 1117 centros de gestão do território, sendo classificados com centros de relativa importância nos dois âmbitos da pesquisa. No requisito gestão do território considerou-se as estruturas organizacionais hierárquicas dos órgãos e instituições da gestão pública e pelas relações das sedes e filiais da gestão empresarial. As ligações da gestão pública consideraram-se a existência de vínculos com órgãos públicos multilocalizados entre as cidades, adicionando-se pesos a base de cálculo, dependendo da relação desta gestão com os demais órgãos. Para a gestão empresarial, suas relações se estabelecem entre as filiais de uma cidade e a localização das sedes destas filiais em outra cidade.

- (d) Estabelecimento da Hierarquia Urbana e Construção das Regiões de Influência - A construção das regiões de influência e o estabelecimento da hierarquia urbana foram consideradas as relações urbanas de proximidade, mensuradas pelos questionários e as relações de longa distância, colhidos pelos dados da gestão de território. Ao todo 1117 centros foram ordenados de acordo com o Índice da Centralidade da Gestão do Território divididos em cinco grupos: Nível 1 (Metrópole), Nível 2 (Capital Regional), Nível 3 (Centro Sub-Regional), Nível 4 (Centro de Zona) e Nível 5 (Centro Local). Nos níveis 4 (Centro de Zona) e 5 (Centro Local) predominam as relações de proximidades, definidas apenas pelo resultado dos questionários; no nível 2 (Capital Regional) e 3 (Centro Sub-Regional) foi feita a soma dos valores obtidos nos questionários somando-se aos valores obtidos da gestão do território e o nível 1 (Metrópole), onde ocorre predominância do *city-ness* não foi aplicado questionário, tendo suas ligações definidas unicamente pela gestão do território (REGIC, 2020). Partindo deste raciocínio, temos a seguinte configuração (REGIC, 2020): as metrópoles (grupo 1), estão no topo da hierarquia dos centros urbanos, onde todos os demais centros abaixo dela tendem a se direcionar de forma direta ou indireta, mesmo que passem por outras cidades. Foram totalizados 12 centros de Arranjos

Populacionais (AP): São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Porto Alegre/RS, Salvador/BA, Recife/PE, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Curitiba/PR, Vitória/ES e Florianópolis/SC. O grupo 2 possui relações de longa distância que se sobressaem em relação as proximidades, embora tenham relações de *town-ness* significativa em sua rede, contudo, nesta classificação, o REGIC (2020) resolveu classifica-las como metrópoles devido à grande intensidade de relações do tipo *city-ness* e por sua atração acima da média em suas relações de influência com outros centros urbanos com atração populacional mediana, mesmo em uma região de baixa densidade demográfica como a Amazônia. As cidades são: Manaus/AM e os arranjos populacionais de Belém/PA e Campinas/SP. Nos grupos 3 (Centro Sub-Regional), 4 (Centro de Zona) e 5 (Centro Local), após a definição da hierarquia das metrópoles e toda a sua rede com os centros urbanos subordinados a elas, foram aplicados ajustes para analisar mais de um centro urbano. Para o grupo de cidades que ficaram como Centro de Zona e Centro Sub-Regional foram adicionados mais 2 níveis e 3 níveis para Capital Regional e Metrópole, conforme o quadro 8 a seguir.

Quadro 8. Grupo hierárquicos da gestão do território e a hierarquia urbana.

Grupo Hierárquico (CGT)	Hierarquia urbana
1. Metrópole	1ª. Grande Metrópole Nacional
	1b. Metrópole Nacional
	1c. Metrópole
1. Capital Regional	2a. Capital regional A
	2b. Capital Regional B
	2c. Capital regional C
2. Centro Sub-Regional	3a. Centro Sub-Regional A
	3b. Centro Sub-Regional B
3. Centro de Zona	4a. Centro de Zona A
	4b. Centro de Zona B
4. Centros Locais	5. Centro Local

Fonte: REGIC (2020).

De acordo com o quadro 8 acima, as cidades que possuíam centros de igual hierarquia ou superior, foram enquadradas em um nível superior a estas, baseado no Índice de Atração e o Índice de Centralidade da Gestão do Território para as cidades que tinham mais características do grupo superior da hierarquia (REGIC, 2020).

- (e) Análise Temática da Rede Urbana - Tem a finalidade de quantificar os centros urbanos hierarquizados com suas ligações evidenciando suas particularidades através do uso de questionário, usando os dados secundários da pesquisa promovidos pelo REGIC (2020), descrevendo com mais detalhes os módulos agropecuários e internacional, os quais foram excluídos das análises sobre “As relações Urbanas de Proximidade”.
- (f) As Relações Urbanas de Longa Distância - Analisadas através de questionários, onde os dados obtidos foram somados aos dados das Relações de Longa Distância entre os centros urbanos gerados por relações de comando e gestão (pública e empresarial no território), servindo como base para a hierarquização das cidades, retratando as ligações entre as mesmas.

A cada estudo publicado pelo IBGE acerca da hierarquia urbana e regiões de influência das cidades, ele traz para nós resultados mais completos sobre a atuação do estado em promover políticas públicas que atendam às necessidades da população na oferta de bens e serviços. Esta trajetória se deu a partir do primeiro estudo Esboço Preliminar da Divisão do Brasil em Espaços Homogêneos e Espaços Polarizados (IBGE, 1967), seguido pela pesquisa realizada em 1966, em Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas (IBGE, 1972) e logo depois, todas as que vieram em sequência receberam o título de Regiões de Influência das Cidades ocorridas em 1993 (publicado em 2000), 2007 (publicado em 2008) e 2018 (publicado em 2020). Estas pesquisas usaram como base a teoria das localidades centrais de Christaller (1966) e a teoria dos fluxos centrais de Taylor (2001), obtendo resultados em que, cada pesquisa realizada verifica-se a atualização das informações sobre a rede urbana brasileira, assim como a hierarquia entre as cidades e suas regiões de influência em promover as políticas públicas dentro do território brasileiro. Embora a dinâmica econômica do país venha mudando ao longo das décadas, as intensas transformações ocorridas, principalmente nos setores secundários e

terciários da economia, provocam uma desconcentração de serviços que eram exclusivos das grandes cidades, ou seja, as pequenas cidades foram capazes de se tornarem centros atrativos em bens e serviços para que a suas populações locais não necessitassem se deslocar a grande distância para sanar suas necessidades.

Portanto, uma rede urbana tanto reflete quanto reforça as características dos contextos políticos, econômicos e socioculturais do território, pois representa uma dimensão socioespacial, um elemento integrante da realidade em sua complexidade. Em constante mudança, a cidade e a rede urbana sofrem os efeitos e, ao mesmo tempo, promovem as transformações estruturais que se procedem em diversas escalas e em diferentes tempos, determinando a inserção e o reposicionamento das cidades na hierarquia urbana, pois alteram suas características físicas (tamanho, densidade e morfologia e funcionamento), assim como as interações espaciais entre centros. Esse conjunto de mudanças transforma, por conseguinte, a própria rede urbana em sua estrutura, natureza, forma espacial e seu significado.

Abaixo temos uma figura 4, que mostra a evolução das metodologias usadas pelo IBGE nos anos de 1966, 1972, 1978, 1993, para acompanhar as mudanças da rede urbana brasileira, chegando neste último, ao estudo promovido em 2007:

Figura 4. Evolução da metodologia do IBGE nos anos de 1966, 1972, 1978, 1993 e 2007.

Base Metodológica: Christaller (1966) e Rochefort (1957)			Base Metodológica: Christaller (1966) e Rochefort (1957) e Correa (1989)		Base Metodológica: Christaller (1966) e Rochefort (1957). Correa (1996); Camagni; Salone (1993) e Offner (2000)
1966	1972	1978	1993	2007	
DRB	DBRFU	REGIC 1978	REGIC 1993	REGIC 2007	
Aspectos avaliados: Centralidade/ Hierarquia Área de Influência Fluxos	Aspectos avaliados: Centralidade/ Hierarquia Área de Influência Fluxos	Aspectos avaliados: Centralidade/ Hierarquia Área de Influência Fluxos	Aspectos avaliados: Centralidade/Hierarquia Área de Influência Fluxos	Aspectos avaliados: Centralidade/Hierarquia Área de Influência Fluxos Gestão Territorial (administrativa, jurídica e econômica)	
Ferramentas: <b>Questionários</b> - para municípios acima de 10 mil hab.	Ferramentas: <b>Questionários</b> - (estudo anterior). <b>Matrizes</b> de relacionamentos	Ferramentas: <b>Questionários</b> - bens e serviços em baixa, média ou elevada complexidade. <b>Matrizes</b> de relacionamento	Ferramentas: <b>Questionários</b> - para municípios acima de 20 mil hab. (exclui 9 principais cidades). <b>Matrizes</b> de relacionamento (por complexidade e informação)	Ferramentas: <b>Questionários</b> - exclui os centros de gestão. <b>Matrizes</b> de relacionamento	

Fonte: CANTARIN (2015).

Diante do exposto, no capítulo 3 faremos uma análise da rede urbana alagoana na década de 1960, com o intuito de observar como o estado de Alagoas, mais especificamente a capital Maceió, que é o grande centro polarizador dentro estado se comporta em relação a sua influência exercida perante as demais cidades alagoanas, principalmente as do Litoral e Zona da Mata e as cidades do interior que se destacam como centros de atividades regionais, com seus comércios e serviços diversificados, mediante os requisitos metodológicos e avaliativos propostos pelo Estudo Preliminar do Brasil em Espaços Polarizados, IBGE (1967).

### CAPÍTULO 3 A REDE URBANA ALAGOANA ATRAVÉS DO ESTUDO PRELIMINAR DO BRASIL EM ESPAÇOS POLARIZADOS, IBGE (1967).

O início da formação urbana em Alagoas teve em seus primórdios nos séculos XVI e XVII quando surgiu a cidade de Penedo as margens do Rio São Francisco, a cidade de Porto Calvo, localizada no Norte do estado e Marechal Deodoro (antiga Alagoas) no centro do estado (SILVA, 2021)

Segundo Silva (2021), a criação das cidades alagoanas é equivalente as demais cidades brasileiras, já que elas eram dependentes de uma economia local, ou seja, comercializava-se o que a terra podia ofertar e que as relações comerciais entre as cidades eram fracas, devido ao tamanho do país e de suas localizações dispersas em um território pouco povoado. Amparado em Silva (2021, p. 129), o surgimento destas cidades sofriam variações de acordo com a dinâmica econômica e social da região, tempo e paisagem, tais como: os núcleos de fixação de povoamento, ou polos de colonização; os engenhos de açúcar; os portos; as propriedades rurais; os movimentos missionários; a travessia de rio, as áreas de passagem; os transbordos entre terra e rio; a capela; a igreja; o parador de viajantes; o entroncamento de estradas; o acampamento de obras de ferrovias e de rodovias; a estação ferroviária; o estaleiro; o poço d'água; o lugar de refugiados; a vila de pescadores; o arraial; o aldeamento indígena; o aldeamento de bandeirantes; o morgado; o cruzeiro; os quilombos; o curato; os fortes; e, por fim, a colônia militar.

Outras cidades também surgiram as margens do São Francisco tais como: Piaçabuçu, Penedo, Igreja Nova, Porto Real do Colégio, São Braz, Traipu, Belo Monte, Pão de Açúcar, Piranhas, Olho D'água do Casado e Delmiro Gouveia, já que este rio servia como uma estrada fluvial natural para o escoamento de produtos, mercadoria e pessoas que vinham do sertão, em direção a cidade do Recife e Salvador. Assim como os rios, as lagoas também promoveram o aparecimento de cidades, tais como a cidade do Pilar, que escoava a produção de açúcar pelos rios Santo Antônio e Mundaú, indo em direção ao porto de Jaraguá e os mesmos rios também serviam de via inversa, trazendo produtos e mercadorias para atender a demanda de fazendeiro e dos comerciantes (SILVA, 2021).

Neste sentido, conforme Araújo, Gomes e Santos Filho (2013) alguns municípios localizados no Sertão alagoano não apresentam nenhuma dinâmica econômica devido à ausência de atividade industrial e pecuária, sendo totalmente dependentes de ações do governo estadual, através dos repasses do Fundo de Participação

dos Municípios (FPN) e das aposentadorias dos pensionistas residentes nas cidades, que com esse dinheiro movimentam a economia local.

Em relação aos municípios do Agreste e Leste alagoano, apresentavam uma economia mais dinâmica devido a melhor fertilidade do solo, promovendo o plantio de diversas culturas e pecuária, assim como a não dependência do setor primário, investindo no setor terciário (serviços), como por exemplo, a cidade de Arapiraca que se tornou um polo regional no Agreste alagoano (SILVA, 2021).

Outro fator importante é o papel do setor público como agente fomentador da dinâmica econômica, já que o mesmo é o maior empregador perdendo em número de funcionários apenas para o setor de serviços e que, se não existisse programas assistenciais e recursos do Governo Federal, os municípios alagoanos entrariam em colapso, por não conseguirem arcar com as despesas e aposentadorias (CARVALHO, 2014).

Entretanto, com o passar dos anos, algumas cidades que viviam um dinamismo econômico passaram a apresentar uma diminuição em seu ritmo de crescimento. Muitas delas, por exemplo, as cidades de Santa Luzia do Norte, Satuba e Rio Largo passaram a ser consideradas cidades dormitórios, pois as suas populações se deslocam para trabalhar em Maceió e voltam apenas para dormir (SILVA, 2021).

Na década de 1960, mais especificamente em 1962, segundo Lima (1965), o estado de Alagoas apresentava 96 municípios, ocasionando um baixo índice de urbanização devido a alguns fatores tais como: a dependência econômica no setor açucareiro (Rio Largo, Passo do Camaragibe, Pilar), já que boa parte das cidades existentes ao longo da zona litorânea surgiram ao redor de engenhos ou de usinas de cana-de-açúcar (Silva, 2021), as diferenças populacionais entre as cidades, por exemplo, a capital Maceió com seus 150.000 habitantes, enquanto outras cidades apresentando entre 2000 a 20000 habitantes (Penedo), provocado pelo êxodo rural e também pela disposição das cidades dentro do território: o interior do estado (Agreste e Sertão) apresentavam cidades mais dinâmicas economicamente (Delmiro Gouveia) do que as litorâneas (CORRÊA, 1992).

Segundo Silva (2021), as cidades alagoanas foram surgindo devido a interesses econômicos, ou até certos centros viraram cidades de maneira forçada devido aos mais variados motivos. Segundo Corrêa (1992), as atividades econômicas que eram exercidas na região foram uma das desculpas utilizadas para a criação de cidades, desde que atendessem aos interesses econômicos, por exemplo, próximo a engenhos ou usinas

de açúcar, já que a economia alagoana era baseada na agroindústria canavieira. Contudo, segundo Silva (2021), o fato de transformar estes centros em cidades não era sinônimo de que haveria um desenvolvimento perene, pois cada cidade apresentava a sua dinâmica econômica e política relacionada a seu período de criação, ou seja, mesmo tendo o status de cidade estes núcleos de povoamento não apresentavam realmente uma condição de cidade. Esta relação torna-se evidente aos analisarmos a dinâmica das cidades localizadas no Agreste e Sertão de Alagoas, em comparação com as cidades litorâneas, ou seja, as cidades litorâneas ficaram na dependência da cultura da cana, enquanto as cidades do interior do estado diversificavam as suas economias

Contudo, algumas cidades conseguiram aumentar o seu quantitativo populacional devido a diversificarem a sua economia: passaram a ofertar bens e serviços mais diversificados, assim como a instalação de indústrias (Pilar, São Miguel dos Campos), aumentando o rendimento da população, contribuindo para a maior circulação de capital nas cidades (SILVA, 2021).

Neste aspecto, Maceió se destaca como sendo a capital e mais importante cidade do estado de Alagoas, por ser o centro de comando desta grande área canavieira, assumindo a função de centro político-administrativo, possuindo uma função de escoador da produção das usinas de açúcar, já que possui o porto e alguma indústrias (têxtil) e oferta bens e serviços diversificados de média e alta complexidade (IBGE, 1967)

Já no interior do estado (Agreste e Sertão), as cidades apresentam uma dinâmica mais acentuada (Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema e Arapiraca), pois algumas destas atuam como centros locais, com economia dinâmica, oferta de bens e serviços de baixa complexidade e de consumo imediato assim como comércio varejista, comércio atacadista, serviços agropastoris, estabelecimento de crédito, estabelecimentos educacionais e serviços médico-hospitalares). A cidade de Arapiraca desponta como o maior produtor de fumo da região e maior cidade do agreste, tendo a sua economia baseada na cultura fumageira, onde a sua produção é executada em pequenos lotes familiares (CORRÊA, 1992).

### 3.1 Maceió

Segundo o IBGE (1967), Maceió era o maior centro do estado de Alagoas, polarizado as demais cidades, já que detinha o poder político-administrativo da região,

pois graças a possuir um porto proporcionava o escoamento da produção canavieira e de algodão das cidades litorâneas e também por possuir funções administrativas. Contudo, devido a influência da cidade do Recife e de Salvador, com a construção de estradas e rodovias, acabam por enfraquecer a sua função de cidade portuária tendo uma redução de sua importância na distribuição de bens de consumo para o mercado externo. Apesar da significativa redução em importância no escoamento da produção, Maceió ainda permanece como um grande centro na oferta de bens e serviços de média e elevada complexidade apesar de não possuir um parque industrial considerado.

Segundo a Enciclopédia dos Municípios Alagoanos (IBGE, 1959, p. 78-79), Maceió apresentava as seguintes atividades econômicas: possuía 3 fábricas de tecido (Alexandria, localizada na cidade; Carmen, na vila de Fernão Velho; e da Saúde, na localidade de mesmo nome), sendo a principal atividade econômica na cidade, ofertava serviços nos ramos de alojamento e alimentação, higiene pessoal e confecção, conservação e reparação. Apresentava também um comércio de exportação de coco da praia e açúcar, além de produzir em pequena escala os seguintes produtos: café em grão, abacate, abacaxi, arroz, batata-doce, feijão, mandioca-mansa, milho. Não apresentava atividade expressiva no setor de agropecuária. No setor de indústria de alimentos possuía uma usina de açúcar refinado, 60 panificações e 10 estabelecimentos de produção de fubá e torrefação de café. Apresentava uma indústria madeireira, indústria de produtos químicos (3 fábricas de óleos vegetais, 4 fábricas de sabão). Apresentava empresas no ramo da construção civil (construção e reparo de edifícios) e indústrias no ramo de bebidas (22 estabelecimentos).

Em relação ao comércio atacadista possuía 18 estabelecimentos e 1500 varejistas, agências de aviação (mercadorias e passageiros), contava com 16 estabelecimentos bancários (9 bancos: Banco do Brasil, com sua Agência em Jaraguá; Banco do Povo (Agências de Maceió e Jaraguá); Banco da Lavoura de Minas Gerais; Banco do Nordeste S. A.; Bank of London & South América Limited; Caixa Econômica Federal de Alagoas e Banco de Alagoas (agência urbana e suburbana, 3 caixas de crédito e 4 cooperativas). Maceió possuía várias estradas de rodagens e era atendida pela Rede Ferroviária do Nordeste (RFN), redes marítimas (Companhia Nacional de Navegação Costeira; Lóide Brasileiro; Companhia do Comércio e Navegação) e lacustres, apresentava 20 empresas de ônibus que atendiam no interior do estado e na capital e possuía 14 agências dos correios (IBGE, 1959, p.79).

Apresentava estabelecimentos médico-hospitalar (Hospital de São Vicente, vinculado a Santa Casa de Misericórdia de Maceió, prestando serviços de Raio X, eletrocardiograma, com 14 médicos, 1 dentista e 13 enfermeiros), maternidade Sampaio Marques também vinculada a Santa Casa de Misericórdia, Hospital Infantil Getúlio Vargas, Pavilhão de Cirurgia Domingos Leite, Hospital do Câncer, Hospital de Pronto Socorro, Fundação Hospital da Agroindústria do Açúcar de Alagoas, Casa de Saúde Lessa de Azevedo, Sanatório General Severiano da Fonseca, Hospital de Isolamento Constança de Góis Monteiro, Casa de Saúde Miguel Couto, Casa de Saúde Dr. Neves Pinto, Colônia Portugal Ramalho, Centro de Saúde destinado aos trabalhos de profilaxia em geral, postos de saúde, postos de puericultura, 4 dispensários para clínica pediátrica, Hospital da Polícia Militar, Serviço Médico da Guarda Civil, Ambulatório do Educandário Eunice Weaver e Centro de Puericultura Martagão Gesteira (IBGE, 1959).

Em relação a educação (ensino fundamental), Maceió contava com 140 estabelecimentos de ensino primário, 14 grupos escolares, 1 escola de jardim infantil, 3 escolas isoladas mantidas pelo Governo do Estado, 5 grupos escolares mantidos pelo município, 1 grupo escolar rural e 80 estabelecimentos de escolas particulares. Na educação média (secundarista) contava com 13 estabelecimentos (3 escolas do comércio, 1 escola profissional feminina, 1 escola industrial e 1 curso para mulheres de origem rural). Sobre o ensino superior, Maceió apresentava 7 estabelecimentos (1 Faculdade de Direito, 1 Faculdade de Medicina, 1 de Engenharia, 1 de Ciências Econômicas, 1 de Filosofia, 1 de Serviço Social e 1 de Odontologia). A cidade ainda ofertava cursos profissionalizantes através do sistema “S” (SENAI, SENAC e SESC) (IBGE, 1959, p.83).

O município de Maceió contava com 1 estação de radiodifusão, 10 bibliotecas, 1 teatro, 21 cinemas, 12 clubes sociais, 24 associações culturais, Instituto Histórico de Alagoas, Centro Cultural Emílio de Maia, Sociedade de Cultura Artística de Alagoas, Comissão Alagoana de Folclore, Sociedade de Medicina de Alagoas, 1 Sociedade Franco-Brasileira, que se destinava à difusão da língua francesa na cidade além da circulação de 5 jornais impressos (IBGE, 1959, p.83).

### 3.2 Arapiraca

A instalação do núcleo urbano de Arapiraca ocorre no século XIX, em 1848, onde o estado de Alagoas ainda mantinha a sua dinâmica econômica baseada na agricultura canavieira e na agropecuária (SILVA, 2021).

De início, as culturas praticadas na região eram baseadas em cereais, mandioca, abacaxi, algodão e milho em grãos, contudo, a partir da década de 1950, o cultivo do fumo na região do Agreste foi ocupando espaço, sobrepujando o cultivo da cana e a pecuária (IBGE, 1959).

Com isto, a produção de fumo promovida por Arapiraca abastecia as cidades em seu entorno (Penedo, Igreja Nova, Limoeiro de Anadia, Quebrangulo, Viçosa e Palmeira dos Índios). A cidade de Arapiraca foi elevada à categoria de município, com a denominação de Arapiraca, pela Lei Estadual n.º 1.009, de 30 de maio de 1924, e desmembrado do distrito de Limoeiro (SILVA, 2021).

Abaixo temos o quadro 9 expondo as principais culturas exploradas em Arapiraca (IBGE, 1959).

Quadro 9. Culturas produzidas em Arapiraca em 1955.

Produtos	Unidade	Quantidade	Valor (Cr\$ 1000)
Fumo em folha	Arroba	290.870	17.452
Mandioca	Tonelada	23.476	14.086
Abacaxi	Fruto	996.000	2.988
Milho em grão	Quilo	1.454.400	2.666
Algodão	Arroba	11.400	1.482

Fonte: IBGE (1959).

Além destas plantações, Arapiraca produzia agave, banana, laranja, amendoim, batata-doce, cana-de-açúcar, fava, feijão e melancia. De maneira pouco expressiva, apresentava atividade na agropecuária com rebanhos esporádicos dentro do território.

A cidade fica localizada na zona Fisiográfica Sertaneja. Apresentava em 1950, uma população de 8791 habitantes e duas importantes aglomerações urbanas, a vila de Craíba (527 habitantes) e a vila de Lagoa da Canoa (620 habitantes);

Em relação ao setor de serviços, possuía o centro comercial mais importante da Região Sertaneja, onde a cidade de Arapiraca mantinha relações comerciais com a cidade do Recife, Salvador, Aracajú, Caruaru e Campina Grande, exportando fumo de corda, farinha de mandioca e cereais e, em contra partida, importava tecidos, calçados, açúcar, arroz e farinha de trigo. Sobre o setor de serviços, possuía 230 estabelecimentos varejistas (16 de tecido e 214 de estivos em geral), 20 firmas atacadistas (de fumo e cereais), no setor bancário tinha a presença do Banco da Lavoura de Minas e da Caixa Econômica Federal. Sobre o setor de transportes, era suprida pela Rede Ferroviária do Nordeste (RFN), que a ligava a Maceió por 221 Km e por estradas de rodagem estando a 155 km de distância da capital. Possuía uma agência postal da cidade e uma em cada aglomerado urbano (Craíba, Lagoa da Canoa e Lagoa do Rancho), possuía 1 cinema e uma rede hoteleira com 7 hotéis (IBGE, 1959).

Na área da saúde apresentava 1 posto de saúde sob direção do estado, 1 posto de Toracotomia do Departamento de Endemias Rurais, 2 casas de saúde (Casa de Saúde Santa Isabel e Casa de Saúde e Maternidade Afra Barbosa) e 1 serviço Médico-Cirúrgico Nossa Senhora de Fátima. Em relação a educação apresentava 67 estabelecimentos de ensino primário, 2 grupos escolares, 47 escolas isoladas, 18 cursos supletivos, onde deste total 37 ficavam localizadas na zona rural, 1 escola normal rural, 1 escola Técnica do Comércio, 1 escola de música, 1 curso de datilografia e 2 cursos de corte e costura. No setor cultural apresentava 1 cinema, 1 sociedade dançante e 1 clube esportivo (IBGE, 1959).

Na década de 1950, a principal indústria que havia na cidade era do setor fumageiro, com 696 estabelecimentos; a produção de farinha de mandioca ocupava o 2º lugar com 330 estabelecimentos. Quanto as outras atividades de menor expressividade temos os que produziam telhas e tijolos, carvão vegetal, lenha e alpercatas sertanejas. O setor de alimentos contava com 9 panificações e 1 fábrica de fubá de milho (IBGE, 1959).

A partir da década de 1950, o cultivo do fumo passou a ser a principal fonte econômica da cidade, passando a abastecer o mercado nacional devido ao seu baixo preço em relação a outros estados, chegando a ser exportado para outros países. Em 1950, instala-se na cidade a Exportadora Garrido, dando origem ao Polo Industrial Fumageiro no Agreste Alagoano e que foi ainda mais favorecido pela crise dos produtores de fumo

na Bahia na década de 1970 e com isso, Arapiraca passou a ser responsável por 90% do fumo produzido no Brasil, durante os anos de 1980 (NARDI, 2010).

Figura 5. Plantação de fumo em Arapiraca em 1955.



Fonte: IBGE (1959).

Mas essa hegemonia não perdurou por muito tempo, como demonstra a figura 5 acima, pois no final da década de 1980, apareceu os primeiros indícios de uma crise no setor produtivo de fumo em Arapiraca, provocada pela superprodução, derrubando os preços, dificultando as várias formas de comercialização, não garantindo um rendimento médio aos produtores e a redução no consumo de fumo devido a campanhas de prevenção contra os males a saúde provocados pelo cigarro (OLIVEIRA, 2007).

Quando se instalou a crise, a economia de Arapiraca recebeu um duro golpe, entretanto, isso fez surgir novas modalidades econômicas, contribuindo para a abertura de novas possibilidades de comércio evitando assim uma estagnação econômica, já que era um centro polarizador na região do Agreste e Sertão alagoano, possuindo a capacidade de se erguer novamente. Sendo assim, o setor de serviços assumiu um papel importante nesta nova dinâmica, onde tornou-se um polo de atração das cidades em seu entorno, com atuação incisiva dos serviços públicos estadual e federal e do setor empresarial (comércio varejista, comércio atacadista, serviços bancários, serviços de crédito e financeiras) (SOUZA e MARISCO, 2009).

### 3.3 Centros Sub-regionais B: Penedo, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

Segundo o IBGE (1967) as cidades de Penedo, Palmeira dos Índios e Santana do Ipanema são classificadas como centros econômicos com relativa importância, enquanto as cidades de São Miguel dos Campos, União dos Palmares e Delmiro Gouveia são cidades que faziam parte da área de polarização da cidade de Maceió. Neste aspecto, iremos analisar cada cidade de forma individual, de acordo com o estudo do IBGE (1967), e as análises referentes a sua evolução dentro da hierarquia urbana alagoana referentes ao REGIC (2020), serão tratadas na seção de resultados.

O processo de urbanização de Alagoas, segundo Lima (1965), foi influenciado de acordo com a atuação da população no território e nos ambientes em que se encontravam e com o passar do tempo, segundo Corrêa (1992), as rodovias e as ferrovias contribuíram para o surgimento de outras, as conhecidas cidades formadas pelos “nós rodoviários” ou cidades “ponto de trilhos”, contribuindo assim para o desenvolvimento das cidades dentro do território alagoano. Outro fator importante, conforme Almeida (2018), é a presença de água justamente por favorecer a agricultura e a fixação destas populações na região, pois devido a abundância ou escassez deste recurso é que são criadas um maior número de cidades no Litoral e Zona da Mata em relação as cidades do Agreste e Sertão, já que isto é um fator determinando nas rotas comerciais dentro do estado (SILVA, 2021).

#### 3.3.1 Penedo

A cidade de Penedo, em 1636, era conhecida como São Francisco e foi elevada a categoria de vila, pois era um importante entreposto comercial as margens do Rio São Francisco, pois era um bom caminho rumo ao estado da Bahia, além de apresentar uma excelente posição estratégica para o escoamento e chegada de produtos, mercadorias e pessoas. Está localizada ao Sul do Estado e situada à margem esquerda do rio São Francisco, o município de Penedo pertence à Zona Fisiográfica do Baixo São Francisco,

estando a 115 quilômetros de distância em linha reta da capital Maceió (SILVA, 2021; IBGE, 1959).

Segundo o IBGE (1959, p. 126), em 1950, Penedo contava com uma população de 20.762 habitantes, assim distribuída: população urbana de 10.345; população suburbana de 3.877 e população rural de 6.540. Sendo assim, 69% da população localizam-se na cidade, tornando Penedo um município eminentemente urbano, mostrando a real dinâmica que esta cidade apresentava como um entreposto comercial, já que sua população em 1950 era a 2º maior do estado, perdendo apenas para a capital Maceió em relação a aglomeração urbana.

A cidade apresentava como atividade econômica a agricultura (cultivo de arroz, nas margens dos rios e lagoas, sendo favorecida pelas enchentes do rio São Francisco, promovendo o cultivo de mandioca, feijão, manga, milho em grão e cana-de-açúcar), também encontramos atividades na pecuária, possuía indústrias de transformação (no setor têxtil, onde a principal fábrica era a Cia. Industrial Penedense), indústria no beneficiamento de produtos agrícolas (farinha de mandioca com 190 estabelecimentos), arroz beneficiado (10 estabelecimentos), pães e produtos referentes a panificações (8 estabelecimentos), torrefação e moagem de café (4 estabelecimentos), refino de açúcar (4 estabelecimentos), fabricação de fubá de milho (1 estabelecimento). Segundo o Registro Industrial de 1956, Penedo contava com os seguintes ramos industriais, cujos estabelecimentos estão assim listados: uma fábrica de óleos vegetais; uma de sabão; quatro de móveis de madeira; uma de mosaicos; sete de bebidas e refrigerantes, e uma de gelo (IBGE, 1959).

As pequenas atividades industriais, principalmente a indústria extrativa, constituem a maior arrecadação para o município, pois ainda de acordo com o Registro Industrial de 1956, existem 173 pequenos produtores de carvão vegetal, 68 de cestas e bolsas de cipó e outras fibras, 51 de urupemas, 15 de caçoás, 10 de abanos, 6 de esteiras, três de chapéus de palha de Ouricuri, três de lenha, dois de estopas e um de tamancos. A indústria de artigos de pesca conta com 58 produtores de covos e três de remos. A indústria de material cerâmico conta com quatro estabelecimentos de telha e tijolos e também se beneficia da pesca, sendo um dos mais importantes municípios pesqueiros do estado (IBGE, 1959, p. 127).

Penedo mantém relações comerciais com Maceió, Recife, Aracajú, Campina Grande e Rio de Janeiro. Importava farinha de trigo e produtos farmacêuticos de Recife, Salvador e Maceió e importava sal de Aracajú e o arroz produzido no município era exportado para Maceió. Existia na cidade 30 firmas atacadistas e 95 varejistas com a presença de três bancos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Mercantil Sergipense S.A.), apresentava uma Cooperativa Agrícola que financiava os produtores da região e de Agências dos Institutos de Aposentadoria dos Industriários e dos Comerciantes (IBGE, 1959).

Em relação aos meios de transporte, Penedo era atendida pela extinta VARIG, com voos fixos às segundas, quartas e sextas no sentido Norte - Sul e segundas, quartas, sextas e sábados no sentido Sul - Norte. Possuía empresa de navegação fluvial (Empresa Fluvial de Transportes Limitada), que fazia o percurso Penedo-Piranhas e o percurso Penedo-Neópolis era suprido por empresas de barcos particulares localizadas em Neópolis - SE. O município também era atendido por estradas de rodagem, e neste percurso atuava a Empresa Penedense de Transportes e por uma Agência Postal-Telegráfica dos Correios (IBGE, 1959).

No setor médico-hospitalar, Penedo possuía o Hospital de Caridade Nossa Senhora da Conceição com ambulatório, Raios-X, gabinete dentário, laboratório, farmácia, sala de operações, 56 leitos para indigentes e 11 para contribuintes com seis médicos para a parte clínica e um radiologista; Maternidade de Nossa Senhora do Bom Parto com 28 leitos e 23 berços e dois médicos; Pavilhão para Tuberculosos Santana com Raios-X, 29 leitos e seis médicos; Hospital Regional Penedo, mantido pelo governo do estado, dotado com Raios-X e o ambulatório, 40 leitos e cinco médicos, farmácia e auxiliares sanitários; Serviço Especializado de Saúde Pública com um lactário, uma farmácia, um laboratório, três médicos, um dentista, além de enfermeiros e outros auxiliares; um posto de malária com seis leitos, mantido pelo Governo Federal; um Ambulatório da Colônia de Pescadores, mantido pelo Instituto de Caça e Pesca, destinado ao atendimento em clínica geral, e no âmbito privado, a cidade possuía seis médicos, quatro dentistas, quatro farmácias e uma drogaria (IBGE, 1959).

Em relação aos serviços educacionais, Penedo, em 1956, apresentava quatro grupos escolares, 33 escolas de ensino fundamental e 10 cursos supletivos de alfabetização. Ao ensino secundarista (ensino médio atualmente), possuía dois ginásios, uma escola rural normal, uma escola técnica do comércio, uma escola de música, duas de

datilografia, quatro de corte e costura e uma de flores, bordado e costura. Graças a esta estrutura educacional, Penedo era considerada uma das melhores cidades de assistência educacional no estado. A cidade apresentava uma biblioteca, um museu, dois jornais de circulação diária, quatro associações culturais, um cinema, um teatro, quatro tipografias e seis sociedades esportivas (IBGE, 1959).

### 3.3.2 Delmiro Gouveia

O município de Delmiro Gouveia está localizado no extremo Oeste do Estado de Alagoas, limitando-se ao Norte com os municípios de Pariconha e Água Branca, ao Sul com Paulo Afonso, na Bahia e Canindé do São Francisco em Sergipe, ao Leste com Olho D'Água do Casado, Alagoas e ao oeste com Jatobá em Pernambuco, Paulo Afonso e Glória na Bahia. O território municipal ocupa 606,79 km<sup>2</sup> (2,18%) de Alagoas, inserida na Mesorregião do Sertão Alagoano que contém a Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco. O acesso a partir de Maceió, é feito através das rodovias pavimentadas BR-316, BR-101 e AL-220, com percurso em torno de 294,80 quilômetros (BRASIL, 2005).

Segundo Corrêa (1992), Delmiro Gouveia era um dos 3 grandes centros do Agreste Alagoano, que influenciava outras cidades pois apresentava uma grande força na prestação de serviços no comércio varejista, atacadista, serviços agropastoris, estabelecimento de crédito, serviços educacionais e hospitalares) e também por apresentar um centro industrial, principalmente no ramo têxtil. Isto é uma das características das cidades do Agreste, pois devido a ampliação de suas funções tanto na quantidade como na qualidade dos serviços, possibilitou exercer uma maior área de influência dentro da região, promovendo uma qualidade de vida melhor a seus habitantes e também por ter vias de transportes eficazes (estradas de rodagem, ferrovias e vias fluviais nas cidades próximas ao rio São Francisco), fazendo com que esta e outras cidades chegassem no auge do desenvolvimento urbano em Alagoas, tanto que este desenvolvimento nos transportes e sua evolução tornou-se um fator determinante em torna-la dinâmica ou obsoleta na região.

Segundo o IBGE (1959), em 1950, Delmiro Gouveia possuía uma população de 8.304 habitantes e com alguns povoados (Barragem, Salgado, Caixão, Sinimbu, Lagoinha e Cruz). A economia da cidade era baseada na indústria de tecidos e redes para dormir, assim como a agricultura (cultivo de batata-doce, algodão e mandioca brava) e pecuária (criação de bovinos, equinos, asininos, muares, suínos, ovinos e caprinos).

Em relação ao aparato industrial, Delmiro Gouveia contava com uma fábrica de tecidos (Companhia Agro-Fabril Mercantil), 160 estabelecimentos produtores de redes de algodão, um de beneficiamento de fibra, uma fábrica de óleo de caroço de algodão, duas fábricas de bebidas, um curtume e uma pequena fábrica de móveis de madeira. A indústria alimentícia contava com três panificações localizadas na cidade e uma na zona rural. Quanto indústrias menores, existiam no município três estabelecimentos produtores de farinha de mandioca, um de selas e arreios para animais, um de tijolos e telhas e um de alpercatas sertanejas.

Neste aspecto, Delmiro Gouveia se tornou um polo de comercialização no Agreste alagoano, tornando-se um centro de desenvolvimento espontâneo atraindo a população para uma área que não possuísse atividade econômica, dinamizando a região. Por apresentar um dinamismo econômico e poder de polarizar outras cidades, Delmiro Gouveia assume a função de centro de comando na região, através da concorrência e oferta de novos serviços englobando outras cidades devido a extensão de sua área de influência (REGIC, 1967).

No estudo brasileiro de 1967, a classificação dos centros polarizadores foi feita levando-se em consideração o aparato terciário relacionado a atividade industrial e a quantidade da população urbana para discriminar os centros que possuíssem igual hierarquia, contudo, apenas o aparato terciário serve como análise para a cidade de Delmiro Gouveia, por ser um centro polarizado pela capital Maceió, onde nesta etapa é possível estabelecer uma distinção entre centros de igual hierarquia, observando os seguintes requisitos (IBGE, 1967): a) Comércio de mercadorias; b) Serviços bancários e financeiros; c) Serviços administrativos e de direção; d) Serviços de consultoria e publicidade; e) Serviços de educação; f) Serviços de saúde e, g) Serviços de cultura e lazer.

Seguindo esta linha de avaliação, a cidade de Delmiro Gouveia, apresentava-se como área polarizada por Maceió relacionados aos fluxos e centros de comercialização, pela oferta de bens e serviços de baixa complexidade e de consumo imediato, já que em

comparação com Maceió na oferta de bens e serviços mais complexos e de maior valor agregado, exigindo um maior deslocamento das populações de outras cidades para sanar as suas necessidades (IBGE,1967):

- a) Comércio varejista - Em relação ao comércio apresenta 29 firmas varejista;
- b) Comércio de produtos agropastoris - baixa expressividade da atividade agropastoril devido as condições do solo;
- c) Comércio atacadista – possui três firmas
- d) Função bancária - não possuía agência bancária, fazendo uso das instaladas nas cidades de Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios;
- e) Funções de direção – não apresentava poder de decisão, pois não é centro polarizador;
- f) Função educacional – possuía 14 estabelecimentos de ensino primário;
- g) Função sanitário hospitalar – contava com uma casa de saúde, sem leitos de internamento, que funcionava como simples consultório;
- h) Influência através dos transportes – possuía estradas de rodagem e a Rede Ferroviária do Nordeste (R.F.N);
- i) Função de direção da atividade industrial – não apresentava esta função, apenas tinha uma cooperativa de consumo, para fornecer alimento aos funcionários da fábrica têxtil.

### 3.3.3 Palmeira dos Índios

A cidade de Palmeira dos Índios recebeu este nome devido em sua região ter possuído um aldeamento dos índios Chucurus no século XVII, que era cercado por inúmeras palmeiras. Segundo Lima (1965), em 1835, Palmeira dos Índios foi desmembrado da cidade de Penedo devido a possuir uma grande dinâmica econômica na região devido à grande procura por produtos agrícolas: algodão, açúcar e fumo, onde estas culturas eram favorecidas pelo clima da região, sendo elevada à categoria de cidade em 20 de agosto de 1889.

Segundo o IBGE (1967), a cidade apresentava em 1960, uma população de 54.540 habitantes, mas com uma população urbana de 17.365 habitantes. Neste período

ocupava 4º lugar de cidade mais populosa de Alagoas: Maceió – 99.088 habitantes; Penedo – 14.222; Rio Largo – 13.524; Palmeira dos Índios – 9.246; Arapiraca – 8.791. Possuía como principais atividades econômicas a agricultura (algodão, mamona, agave, cana-de-açúcar, milho, arroz e fava) e pecuária (criação de bovinos, equinos, asininos, muares, suínos, ovinos e caprinos). Não existia na cidade uma atividade industrial, e sim duas fábricas de móveis, duas de sabão, duas de bebidas, 67 indústrias de pequeno porte, uma fábrica de cofres de aço e 300 casas de farinha de mandioca (IBGE, 1959).

Apresentava um comércio dinâmico, pois a cidade abastecia toda a região, já que era beneficiada com boas estradas e pela Rede Ferroviária do Nordeste, que a conectava com a capital Maceió e outras cidades alagoanas como também cidades de outros estados, principalmente as de Pernambuco. Possuía duas empresas de transportes que garantiam a comunicação com a capital Maceió e cidades pernambucanas, a saber: Sertaneja de Transporte, fazendo a linha Maceió-Palmeira e a Bom Conselho, com sede na cidade de igual nome que fazia o percurso Palmeira - Bom Conselho - Garanhuns. Tamanha era a importância desta rede de transportes que elevou a cidade de Palmeira dos Índios, segundo Corrêa (1992), tornando-a a cidade de comando do Agreste e porta de entrada ou melhor “Porta do Sertão” na entrada de mercadorias e produtos.

Graças a estas ligações, Palmeira dos Índios importava ferragens, tecidos, produtos farmacêuticos, perfumarias, livros, farinha de trigo e exportava milho em grão, algodão em pluma, mamona, peles e couros, cal e outros produtos. Em relação ao comércio varejista e atacadista contava com 290 estabelecimentos (89 de estiva, 16 de tecidos, um de armarinho e três farmácias). Apresentava um estabelecimento de crédito, um banco público federal na cidade (Banco do Brasil), Banco Popular de Palmeira dos Índios, Departamento dos Correios e Telégrafos, uma Agência Postal-telegráfica e Telefônica na cidade; uma Agência Postal-telefônica no distrito de Cacimbinhas; nos distritos de Igaci e Minador do Negrão apresentavam agências postais. A Rede Ferroviária do Nordeste, antiga Great Western, mantinha agências telegráficas e telefônicas na cidade e no distrito de Igaci, apresentava campo de aviação para pouso de pequenas aeronaves, serviço de água encanada, três hotéis, três associações de caridade e uma Associação de Proteção à Infância e à Maternidade (IBGE, 1959, p.112).

Em relação a serviços médico-hospitalares apresentava um Hospital Regional Santa Rita com cinco médicos, um ambulatório, um gabinete dentário, uma farmácia, uma sala de operações e 50 leitos para internamentos; uma Casa de Saúde Remi Maia, possuindo um médico clínico geral e um radiologista, com 10 leitos, ambulatório e

farmácia; Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora do Amparo, sendo um hospital particular, dotado de ambulatório, farmácia, lactário e um laboratório de análises clínicas; um posto de Puericultura; Departamento Nacional da Criança com assistência de higiene pré-natal e infantil, possuindo um médico puericultor; Posto de Higiene do 6º Distrito Sanitário, mantido pelo governo do estado que oferecia serviço de higiene infantil, pré-natal e médico-sanitário em geral, com ambulatório, farmácia, lactário e um gabinete de microscopia, com um médico e dois enfermeiros e Serviço de Endemias Rurais mantido pelo Serviço Nacional de Endemias Rurais com ambulatório, gabinete de microbiologia e microscopia que contava com três médicos, um técnico de laboratório, um assistente social, três visitantes sanitários. Sobre atividades culturais, a cidade tinha um Biblioteca Pública Municipal, um jornal, três cinemas e três associações esportivas. Nos serviços educacionais apresentava 91 escolas de ensino primário fundamental comum, três grupos escolares e 19 cursos de ensino supletivo. Em relação ao ensino secundarista (atual ensino médio), um ginásio para o sexo masculino e outro para o sexo feminino e um educandário ministrando cursos ginásial e normal rural (IBGE, 1959, p. 113-114).

#### 3.3.4 São Miguel Dos Campos

De acordo com o IBGE (1959) foi um dos primeiros municípios brasileiros a receber portugueses em terras brasileiras. Segundo Silva (2021), o município surge devido as atividades dos engenhos próximos ao vale do rio São Miguel, pois era favorecido pela proximidade dos estuários para o escoamento de sua produção pela navegação fluvial, sendo elevada à categoria de vila em 10 de julho de 1832, tornando-se cidade em com o nome de São Miguel dos Campos, em 18 de junho de 1864 (SILVA, 2021; IBGE, 2010<sup>1</sup>).

Segundo o IBGE (1967), São Miguel dos Campos apresentava em 1960, uma população total de 24.270 habitantes, sendo destes 7.475 de população urbana. Apresentava algumas aglomerações urbanas em 1950, as quais são: Barra de São Miguel (554 habitantes); Boca da Mata – (463 pessoas); Mosquito (atual Campo Alegre) e alguns

---

<sup>1</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. In: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/sao-miguel-dos-campos/historico>>. Acesso: 09 de janeiro de 2022.

povoados: Jequiá da Praia, no distrito da sede (170 habitantes; Rateio e Niquim, situados no distrito de Barra de São Miguel (ambos com 231 habitantes) (IBGE, 1959, p. 182).

Em relação as atividades econômicas, o município apresenta atividade industrial têxtil: Fábrica de Tecidos São Miguel, Fábrica de Tecidos Vera Cruz), usinas de açúcar (Sinimbu, Triunfo e Caeté), duas fábricas de bebidas, uma torrefação e seis panificações, quatro indústrias panificadoras na vila de Campo Alegre, três na vila de Boca da Mata e uma no povoado de Jequiá da Praia; apresenta pequenas indústrias: 287 casas de farinha de mandioca; 33 produtores de carvão vegetal; 29 pequenos estabelecimentos de peixe salgado; cinco produtores de cal; cinco fabricantes de aguardente; três salineiras; 11 de extração de madeira e lenha e cinco cerâmicas. Na agricultura, apresentava as culturas de cana-de-açúcar, algodão e mandioca-brava, bananas, mangas, laranjas, com baixa atividade na pecuária, contudo, a atividade pesqueira era bastante praticada e gerava uma renda considerável entre os habitantes da zona litorânea (IBGE, 1959, p.183).

Em relação ao comércio varejista, apresentava 72 estabelecimentos (oito de tecidos e 64 de estivas em geral). Não existia no município agências bancárias, fazendo com que seus habitantes tivessem que se deslocar para Maceió em busca destes serviços. No setor de transportes, o município era servido por uma estrada de rodagem e por duas empresas responsáveis pelos trajetos: Limoeiro de Anadia, Coruripe, Junqueiro, São Miguel dos Campos e Maceió e a outra fazendo o percurso São Miguel dos Campos-Maceió, via Chã do Pilar. Apresentava três campos de pouso para aviões de pequeno porte, sendo dois públicos e um privado (Usina Sinimbu). Apresentava Agências Postais-telegráficas: três na sede municipal; uma na vila Barra de São Miguel; uma na vila Boca da Mata e outra no povoado de Jequiá da Praia (IBGE, 1959).

No setor médico-hospitalar apresentava um hospital (Hospital de Caridade Dr. José Inácio, que promovia cirurgias e no atendimento em clínica geral a população), um Posto de Puericultura e um posto de Assistência Médico-Profilática. Em relação a serviços educacionais, o município contava com 14 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, sendo seis mantidos pelo governo municipal, sete particulares e um do governo estadual, uma biblioteca, uma associação lítero-recreativa e um cinema (IBGE, 1959).

### 3.3.5 União dos Palmares

União dos Palmares é um município alagoano conhecido por ter abrigado o quilombo mais famoso de todo o Brasil, liderado pelo escravo Zumbi dos Palmares, onde escravos fugidos dos senhores de engenho buscavam abrigo e segurança neste local. Não há informações precisas acerca de sua criação e fixação, mas o período mais provável tenha sido em meados do século XVI, embora alguns historiadores como Inácio Acioli, afirmem que o quilombo surgiu durante a invasão holandesa em Pernambuco. Este quilombo ficava localizado na Serra da Barriga, onde os escravos eram totalmente livres, podendo executar quaisquer atividades, independentes de sua etnia. Com o passar dos anos os quilombos vão ganhando força e passam a invadir fazendas e engenhos com o intuito de resgatar escravos. A coroa portuguesa vendo os grandes prejuízos causados por estas invasões contra-atacou com sua força militar e em 1694, o Quilombo dos Palmares foi derrotado por Bernardo Vieira de Melo, Sebastião Dias e Domingos Jorge Velho (IBGE, 1959).

Segundo Silva (2021), União dos Palmares foi elevada à categoria de vila, aproximadamente entre 1835 e 1853, chegando à posição de cidade em 1889, ainda sob o regime imperial brasileiro. Segundo o IBGE (1967), União dos Palmares apresentava uma população de 46.844 habitantes e uma população urbana de 13.386 pessoas, sendo uma cidade polarizada pela capital Maceió.

O município apresentava outras aglomerações urbanas que são as comunidades Mundaú-Mirim (589 habitantes, sete logradouros públicos), Munguba (220 habitantes e dois logradouros públicos) e Rocha Cavalcante (524 habitantes), possuía também outros núcleos de povoamento em sua área rural, os quais são: Povoado Lajinha (que possuía uma usina com o mesmo nome, com 600 habitantes), Povoado Timbo (230 habitantes) e Povoado Bolão (com 100 habitantes). As atividades econômicas praticadas no município são a agricultura (cultivo de cana-de-açúcar, feijão, algodão, milho em grão, mandioca e café) e pecuária (IBGE, 1959, p. 192).

O município não apresentava atividade industrial significativa, tendo com indústria principal a usina Lajinha, produtora de açúcar. Apresentava também um engenho de cana, uma fábrica de doces e 559 estabelecimentos produtores de farinha de mandioca que praticamente abastecia o mercado local. Havia ainda três fábricas de vinho e vinagre, uma de fubá, duas de agave, cinco de carvão vegetal, duas de beneficiamento

de algodão e cinco panificações. Em relação ao comércio, existia na cidade oito estabelecimentos atacadistas e 60 varejistas. Em relação a existência de bancos, havia uma agência de banco federal (Banco do Brasil) e a Cooperativa Agrícola de União dos Palmares, que fomentava as mais variadas atividades agrícolas no município, promovendo uma dinâmica comercial com a cidade de Maceió e o estado de Pernambuco, favorecendo a exportação de seus produtos e promovendo a importação de outro, por exemplo, charque, farinha de trigo, ferragens, tecidos e produtos farmacêuticos (IBGE, 1959, p.193).

O município era atendido pela Rede Ferroviária do Nordeste (possuía uma estação telegráfica e telefônica) e por uma rodovia que fazia a ligação entre União dos Palmares e as cidades de Murici e São José da Laje. Apresentava também um campo de pouso particular para pequenas aeronaves, pertencente a Usina Lajinha. Possuía uma agência de Correios e Telégrafos: uma na sede municipal, uma no povoado Rocha Cavalcante e outra no distrito Mundaú-Mirim.

Sobre o sistema médico-hospitalar de assistência a população dispunha de: Hospital de São Vicente de Paula, munido de ambulatório, farmácia e 22 leitos para internamento, com serviços especializados, dispoendo de um médico e três enfermeiros; Maternidade Santa Catarina, que contava com um médico obstetra e uma Comissão Municipal da Liga Brasileira de Assistência, cuja finalidade era prestar assistência médica e distribuição de medicamentos à população carente. Em relação ao sistema educacional, o município apresentava dois grupos escolares, 13 escolas municipais de ensino primário geral e três escolas particulares. Quanto ao ensino secundário (atual ensino médio) funcionava na sede municipal um ginásio e uma escola técnica comercial para ambos os sexos. Possuía uma escola de corte e costura anexada ao Grupo Escolar Rocha Cavalcante e uma escola particular de datilografia. Contava com uma biblioteca, dois cinemas, não havia jornais circulantes na cidade e apresentava uma Associação Atlético-Cultural Palmarina (IBGE, 1959).

### 3.3.6 Santana do Ipanema

O município de Santana do Ipanema recebeu este nome devido estar localizado próximo ao rio Panema ou Ipanema, que na linguagem indígena local significa “água ruim”, sendo um arraial habitado por índios e mestiços. Foi elevada à categoria de

vila, com a denominação de Santana do Ipanema, pela lei provincial nº 681, de 24 de abril de 1875, desmembrando-se do município de Traipu e em 31 de maio de 1921, e por meio da lei nº 893, a vila foi elevada à cidade, com estrutura político-administrativa própria (SILVA, 2021).

A microrregião geográfica de Santana do Ipanema, dentre as microrregiões presentes na Mesorregião Geográfica do Sertão Alagoano é a que possui o maior número de municípios a ela vinculados (Carneiros, Dois Riachos, Maravilha, Ouro Branco, Palestina, Pão de Açúcar, Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira), apresentando a maior área em extensão territorial, podendo, dessa forma, evidenciar a importância de Santana do Ipanema no contexto regional do Sertão de Alagoas, já que é a polarizadora da microrregião geográfica que leva seu nome e exerce influência sobre nove municípios, dentre os 26 municípios que compõem a mesorregião geográfica do Sertão de Alagoas (SILVA, 2021).

O município apresentava em 1950, uma população de 61.235 habitantes, contudo, em 1960, fora reduzida para 34.853 habitantes. Continha três importantes aglomerações urbanas: vila de Maravilha; Poço das Trincheiras e Capim. Na zona rural apresentava sete povoados: Ouro Branco, Carneiros, Poço da Cacimba, Fazenda Nova e Várzea de Dona Joana. Tinha como principal atividade econômica a agricultura, composta por pequenas propriedades em um sistema de colônias agrícolas, sendo favorecido por terras muito férteis o que possibilitou ser um dos principais municípios fornecedores de alimentos (cereais) dentro do estado de Alagoas, assim como na produção de gado, milho, feijão, café, manga, batata, manga e algodão (IBGE, 1959; IBGE, 1967).

Em relação a presença de indústrias, apresenta as de beneficiamento de algodão e farinha de mandioca (622 estabelecimentos), estabelecimentos de laticínios (nove fábricas de queijo e manteiga), produtos alimentícios (uma fábrica de fubá de milho e 10 panificações). Havia também 40 estabelecimentos produtores de tijolos, telhas e outros artefatos de barro, três de selas e arreios para animais, oito de fumo em corda, duas de beneficiamento de fibra de agave, três curtumes, 18 marcenarias, três fábricas de bebidas e refrigerantes, e 12 de calçados, destacando-se a fabricação de alpercatas sertanejas (IBGE, 1959).

Sobre a oferta de bens e serviços, a cidade era o maior exportado de produtos alimentícios dentro do estado de Alagoas, na zona Sertaneja exportando sua produção para as cidades do Recife e Sergipe, assim como para a cidade do Pilar (AL), Arco Verde (PE), Viçosa (AL) e Paraíba. Importava da cidade do Recife tecidos, ferragens, farinha de trigo

e outros gêneros alimentícios; de Maceió importava querosene, gasolina e tecidos; da cidade de Penedo importava arroz e sabão e da cidade de Bom Conselho importava o café. Na sede municipal existem 35 estabelecimentos atacadistas e 210 varejistas, e pequenas firmas de gêneros de primeira necessidade. Neste total incluem-se 15 de tecidos, quatro de produtos farmacêuticos e o restante de estivas em geral. A vila de Capim, dispunha de 20 estabelecimentos varejistas e os demais distritos apresentavam pequenos estabelecimentos de gêneros alimentícios e tecidos. Nos povoados Carneiros e Ouro Branco havia regular movimento comercial de cereais com feiras semanais. Na cidade havia uma Agência do Banco do Brasil e uma Cooperativa Agrícola, que fornecia crédito junto aos agricultores locais (IBGE, 1959).

Em relação a presença de estradas, o município era servido pela Rodovia do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que o ligava as cidades de Palmeira dos Índios e Mata Grande. A rodovia estadual fazia a ligação com as cidades de Pão de Açúcar e Olho D'Água das Flores e possuía um campo de pouso para aeronaves de pequeno porte. Apresentava uma agência dos Correios e Telégrafos dentro da cidade, duas no distrito de Maravilha, outra no povoado Ouro Branco e uma no distrito de Poço das Trincheiras.

Em relação aos serviços médicos contava com uma associação de caridade (Sociedade São Vicente de Paula), Casa dos Pobres de Santana do Ipanema (para jovens desamparados). No aspecto educacional, o município contava com 86 estabelecimentos de ensino primário, assim distribuídos: dois grupos escolares, quatro escolas particulares, uma municipal e duas de ensino supletivo na cidade; nas vilas de Maravilha (uma escola rural e três municipais), na de Capim (uma escola rural e outra municipal), Poço das Trincheiras (uma escola rural e outra municipal). Quanto ao ensino secundário, existia na cidade um ginásio e uma escola técnica de comércio, uma escola de corte e costura e outra de música. Na cultura, a cidade apresentava uma biblioteca pública, duas associações (Associação Atlética Banco do Brasil e Sociedade Esportiva Ipanema Atlético Clube), um cinema, um jornal, uma secção da União dos Estudantes Secundários de Alagoas e o Tênis Clube Santanense (sociedade dançante e recreativa) (IBGE, 1959).

### 3.4 Centros de Zona B: Coruripe, Olho d'Água das Flores, Pão de Açúcar, Porto Calvo e Viçosa.

#### 3.4.1 Coruripe

Segundo o IBGE (1967), em 1960, a cidade Coruripe apresentava uma população de 20.499 habitantes. Continha uma aglomeração urbana, a vila de Poxim, que era abastecida por iluminação elétrica e continha 170 prédios. Possuía também alguns povoados e núcleos de povoamento: povoado Água de Menino (550 habitantes); povoado Barreiras (800 habitantes); povoado Bebedouro (350 habitantes); povoado França (240 habitantes); povoado Miaí (320 habitantes); povoado Jequiá da Praia (600 habitantes) e povoado Pontal de Coruripe (1 000 habitantes) (IBGE, 1959, p. 43).

A cidade apresentava atividades econômicas com a presença de indústria (Usina Camaçari e quatro engenhos banguês), agricultura (cana-de-açúcar, coco-da-baía, mandioca, banana e batata doce), pecuária. Existia também a atividade de indústrias menores: 42 casas de farinha, três alambiques de aguardente, duas engenhocas de rapadura, quatro padarias, três estabelecimentos de fabricação de telhas e tijolos, três de extração de sal marinho, e diversos de extração de cal de mariscos lenha e carvão vegetal (IBGE, 1959, p. 43).

Em relação ao comércio, mantinha atividade principalmente com a capital Maceió, Penedo e Recife. Existia 12 estabelecimentos varejistas e três atacadistas, não havendo estabelecimentos bancários, onde fazia uso da agência localizada na cidade de Penedo para suas movimentações financeiras (IBGE, 1959).

A cidade possuía agência dos Correios e Telégrafos, agência telefônica, e na vila de Poxim e no povoado de Camaçari, cada um destes dotado de uma agência postal.

Em relação aos serviços de saúde, a cidade possuía um Posto de Higiene e um Posto de Policlínica da Colônia de Pescadores. Na cidade existia duas farmácias; um médico e dois dentistas. Em relação ao ensino, apresentava 41 escolas de ensino primário, um grupo escolar, 33 escolas isoladas e sete cursos supletivos e três estabelecimentos na vila Poxim (IBGE, 1959).

### 3.4.2 Olho d'Água das Flores

Segundo o IBGE (1967), no ano de 1960, Olho d'Água das Flores apresentava uma população estimada em 9.070 habitantes, onde destes, 2.341 residiam na cidade. Exercia como atividade econômica a pecuária e agricultura, tendo como principais indústrias as de beneficiamento de algodão e de laticínios, mas apresenta também atividades industriais de pequeno porte, como casas de farinha e mandioca e no setor de alimentos (panificadoras). O comércio atacadista era de baixa expressividade, contando com dois estabelecimentos, enquanto o varejista apresenta 12 unidades. Não existia agência bancária, onde o município fazia as suas movimentações financeiras na cidade de Santana do Ipanema e era assistido por rodovias municipais e estaduais que permitiam a comunicação a outros municípios (IBGE, 1959; IBGE, 1967).

Em relação aos serviços de saúde, a cidade não possuía nenhum estabelecimento de saúde e de nenhum médico residente. Quando a população necessitava de alguma assistência em saúde os pacientes eram enviados a cidade de Pão-de-Açúcar. Sobre os dados educacionais havia no município 29 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, sendo um grupo escolar mantido pelo governo do estado, 20 municipais e dois particulares. Existia também seis cursos supletivos de alfabetização de adultos e adolescentes (IBGE, 1959, p. 109).

### 3.4.3 Pão de Açúcar

Segundo o IBGE (1967), em 1960, a cidade de Pão de Açúcar contava com uma população de 13.769 habitantes, sendo composta também por três vila: Vila de Alecrim (437 habitantes), Vila de Jacaré dos Homens (com 121 casas) e vila de São José da Tapera (com 181 residências). Apresenta também os seguintes povoados: Guaribas – 245 habitantes; Ilha do Ferro – 102 habitantes; Jacarezinho – 115 habitantes; Lagoa de Pedra – 136 habitantes; Machado - 120 habitantes; Retiro – 153 habitantes; Santiago – 63 habitantes e São José dos Anjos - com 108 habitantes (IBGE, 1959;1967).

Apresenta como atividades econômicas a agricultura, pecuária, pesca e possuía atividade industrial no ramo de laticínios. Apresentava 68 estabelecimentos de comércio varejista e seis atacadistas, tinha atividade bancária na cidade (Banco Mercantil Sergipense S/A) e fazia também uso nas movimentações financeiras no Banco do Brasil

da cidade de Santana do Ipanema. Era assistida por rede de transporte terrestre (Empresa Autoexpresso, que fazia os trajetos para Maceió, Olho d'Água das Flores e Santana do Ipanema) e fluvial (Fluvial Limitada, Fluvial S. Barreto Filho e São José).

Em relação os serviços de saúde, assistia a população com o Hospital Serviço Especial de Saúde Pública, mantido pela Comissão do Vale do São Francisco, dotado de todos os equipamentos na promoção da saúde dentro do município e que dava auxílio para outros municípios, dotado com 25 leitos de internamento; um posto de saúde e um posto de Puericultura. Em relação aos profissionais de saúde que atuavam na cidade existia três médicos, um dentista prático e quatro farmácias (IBGE, 1959, p. 117).

Em relação a educação, no ensino primário existia o grupo Escolar Bráulio Cavalcante, Escola Paroquial e Escola Particular São José e referente ao secundário, existia o Ginásio D. Antônio Brandão e Escola Normal Monsenhor Freitas. Na zona rural havia também nove escolas de ensino primário, cineteatro e um centro cultural (IBGE, 1959, p.117).

#### 3.4.4 Porto Calvo

Segundo o IBGE (1967), em 1960, Porto Calvo apresentava uma população de 16.037 habitantes. Existia no município duas aglomerações urbanas: a vila de Jacutinga (1.121 habitantes) e vila de Jundiá (544 pessoas), ambas possuindo acesso a rede elétrica. Havia também os povoados: Caxangá (360 habitantes); Campestre (520 moradores) e Usina Santana (620 pessoas). Tinha como atividade econômica a agricultura (cana-de-açúcar, arroz, café, coco-da-baía, laranja, manga, batata-doce, feijão, milho, fava e fumo) e a pecuária (criação de bovinos). Apresentava também atividade industrial (no ramo açucareiro com a Usina Santana), havia também três indústrias (atuavam no beneficiamento do arroz) e 11 panificadoras. Possuía indústrias de menor porte nas seguintes atividades: 161 casas de farinha de mandioca, seis engenhos de rapadura, duas produtoras de carvão vegetal, 11 de cerâmica, 15 de esteiras de junco e peri-peri, 22 de fumo em corda, 15 de lenha, sete de telhas e tijolos, duas de vinhos e vinagre e uma de queijo e manteiga.

Em relação ao comércio, existia na cidade 46 firmas varejistas, com ausência do setor atacadista, não apresentava na cidade serviços bancários, onde as suas operações financeiras davam-se na cidade de Maceió ou Barreiros. Em relação aos meios de

transporte, a cidade era servida por uma via fluvial (através do rio Manguaba), sendo assistida por várias estradas de rodagem. Possuía agência dos Correios e Telégrafos, uma agência postal-telegráfica e uma postal no povoado Campestre.

Sobre os serviços de saúde, era provida de um Hospital Regional São Sebastião e de um Posto de Higiene, mantido pelo estado, com uma farmácia e dois médicos atuantes e a usina Santana tinha um ambulatório para atender os seus funcionários. Acerca da educação, havia na cidade 32 escolas de ensino primário (IBGE, 1959).

#### 3.4.5 Viçosa

Segundo o IBGE (1967), em 1960, a cidade de Viçosa possuía uma população de 43.095 habitantes, sendo a 5º cidade mais populosa de Alagoas, ocupando o 2º lugar das cidades da Zona da Mata. Apresentava as seguintes aglomerações urbanas: Vilas de Pindoba Grande (484 habitantes), Chá Preta (458 habitantes) e Anel (346 habitantes). Apresentava também os povoados de Povoado Bananal (70 habitantes, dotados de uma escola), Caçamba (210 habitantes, com escola e serviço de rede elétrica), Cruzes (105 habitantes, com escola), Estrada Nova (180 habitantes), Sabalangá (200 habitantes, com escola), Tangil (130 habitantes, com escola), usina Boa Sorte (100 habitantes), usina Recanto (120 Habitantes) e fazenda Modelo (250 habitantes, com iluminação elétrica e grupo escolar (IBGE, 1959; IBGE,1967).

A cidade tem como atividades econômicas a pecuária e agricultura (algodão, cana-de-açúcar e mandioca). Apresentava atividade industrial (Usina Boa Sorte e Usina Recanto) na fabricação de açúcar e no beneficiamento de algodão; existia também seis fábricas de bebidas e uma de sabão. No ramo alimentício havia seis panificadoras, 115 de farinha, 25 de fumo de corda, 13 de rapadura e oito de aguardente. Em relação aos serviços, apresentava oito firmas atacadistas e 35 varejistas, continha uma agência do Banco do Brasil e uma do Banco de Viçosa. Sobre os transportes, a cidade era assistida pela Rede Ferroviária do Nordeste (que mantém serviços telegráficos na cidade e na Vila de Anel) e estradas de rodagem. Apresentava um campo de pouso para pequenas aeronaves assim como a presença de agência dos Correios e Telégrafos, uma agência postal-telegráfica e telefônica. Já na vila de Pindoba Grande havia uma agência postal-telegráfica e uma postal na vila de Anel e Chã Preta (IBGE, 1959).

Em relação aos serviços de saúde possuía um Hospital Nossa Senhora da Conceição, uma maternidade Dr. Manoel Brandão e um Pavilhão Infantil Manoel Joaquim Tenório. Contava na cidade com um posto de Higiene, um posto do Serviço de Endemias e um de Puericultura, nove farmácias, com um médico e três dentistas que atuavam na cidade. Sobre a educação, na vila de Pindoba havia três escolas estaduais, uma municipal e dois cursos supletivos; na vila de Chã Preta, duas escolas estaduais e uma municipal e na vila de Anel duas estaduais e uma de curso supletivo. Relacionado ao ensino secundarista apresentava, uma escola secundária, uma de ensino técnico de comércio e uma de datilografia (IBGE, 1959).

No capítulo 4, faremos uma análise dos resultados encontrados na pesquisadas acerca das cidades alagoanas e de sua hierarquia, utilizando a metodologia proposta pelo estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC) 2020, respeitando a hierarquia estipulada pelo respectivo estudo como Capital Regional A (Maceió), Capital Regional C (Arapiraca), Centros Sub-regionais (Palmeira dos índios, Santana do Ipanema, União dos Palmares, Palmeira dos Índios, Delmiro Gouveia e São Miguel dos Campos) e os Centros de Zona B (Coruripe, Olho D'Água das Flores, Pão de Açúcar porto Calvo e Viçosa), com o objetivo de determinar se realmente ocorre o estabelecimento das hierarquias e vínculos entre as cidades, e de que forma o estado atua como agente promotor do desenvolvimento associado ou não com o setor privado para a melhor oferta e assistência a bens e serviços, tanto de consumo quanto de cunho administrativo, mediante os órgão de gestão da administração estadual e federal.

## CAPÍTULO 4 EVOLUÇÃO DA REDE URBANA ALAGOANA ENTRE OS ESTUDOS ESBOÇO PRELIMINAR DE DELIMITAÇÃO DOS ESPAÇOS POLARIZADOS - 1967 E REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES, REGIC - 2020.

Neste capítulo faremos as análises das cidades alagoanas acerca da evolução de sua rede urbana, utilizando a metodologia aplicada pelo estudo Regiões de Influência das Cidades – REGIC (2020).

Buscaremos demonstrar as transformações recentes na rede urbana de Alagoas, estado localizado no Nordeste brasileiro, que possui uma hierarquia dos centros urbanos, classificada a partir dos seguintes níveis: Capital Regional A – Maceió; Capital Regional C – Arapiraca, atestando a inexistência de Capital Regional B, assim como de metrópole; Centros Sub-regionais B - Penedo, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e União dos Palmares, atestando a inexistência de centros Sub-regionais A; e Centros de Zona B - Coruripe, Olho d'Água das Flores, Pão de Açúcar, Porto Calvo e Viçosa, atestando a inexistência de Centros de Zona A. Os demais 89 municípios de Alagoas foram hierarquizados como Centros Locais e não serão descritos neste trabalho, já que suas funções são consideradas insuficientes segundo o REGIC (2020).

Faremos uma apresentação das cidades: Capital Regional (A) Maceió, Capital Regional (C) Arapiraca, Centros Sub-regionais (Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema, Penedo, São Miguel dos Campos, União dos Palmares e Palmeira dos Índios) e dos Centros de Zona B (Coruripe, Olho d'Água das Flores, Porto Calvo, Pão de Açúcar e Viçosa).

### 4.1 Capital Regional A Maceió

Segundo o IBGE (2021)<sup>2</sup>, Maceió é o maior município e também capital do estado de Alagoas, possuindo uma população, segundo o Censo de 2010, de 932.748 habitantes, com uma estimativa para 2020, de aproximadamente 1.025.360 habitantes.

---

<sup>2</sup> Dados obtidos no portal do estado de Alagoas em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/panorama>>. Acesso dia 02/06/2021.

Contudo, devemos frisar que o REGIC (2020) não aplicou questionário na cidade de Maceió em nenhum dos itens avaliativos do estudo para que pudesse classificar a sua hierarquia perante as outras cidades.

Neste aspecto, analisaremos os principais requisitos que garantiram, na avaliação do documento Regiões de Influência das Cidades REGIC (2020), a classificação hierárquica da cidade de Maceió como Capital Regional A dentro do estado de Alagoas.

No que concerne a gestão pública, as sedes destas instituições impactam diretamente nas decisões que ocorrem no território, estabelecendo pontos de referência para a prestação de serviços à população, sendo uma condição significativa em relação as ligações entre as cidades. Sendo assim, o REGIC (2020), optou por avaliar a presença de instituições que atuassem em todo o território nacional e de forma descentralizada e que fossem presentes em diversas cidades na prestação de serviços às populações bastantes significativos, pertencentes aos Poderes Executivo e Judiciário, sendo elas: INSS, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Secretária Especial da Receita Federal, Justiça Federal, Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e o próprio IBGE. Foram escolhidas justamente pelo seu poder em representar o estado, onde recolhem, emitem ou direcionam ordens em suas unidades descentralizadoras.

Neste aspecto, a cidade de Maceió apresenta as seguintes instituições, conforme as figuras 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 abaixo:

Instituições/Sedes da Gestão Pública no âmbito Federal na cidade de Maceió

Figura 6. Justiça Federal.



Fonte: Google Imagens (2021).

Foto: Ana Paula (2017).

Figura 7. Tribunal Regional Eleitoral.



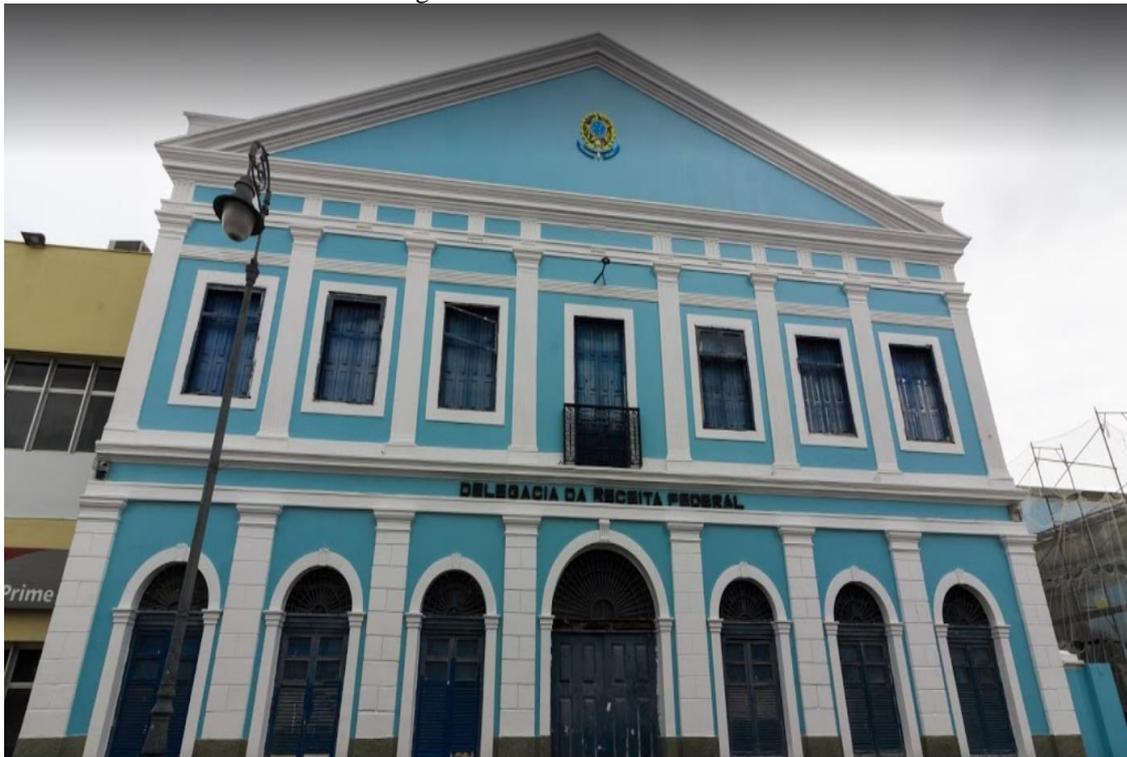
Fonte: Google Imagens (2021).  
Foto: Carlos Bruno (2016).

Figura 8. Tribunal Regional do Trabalho



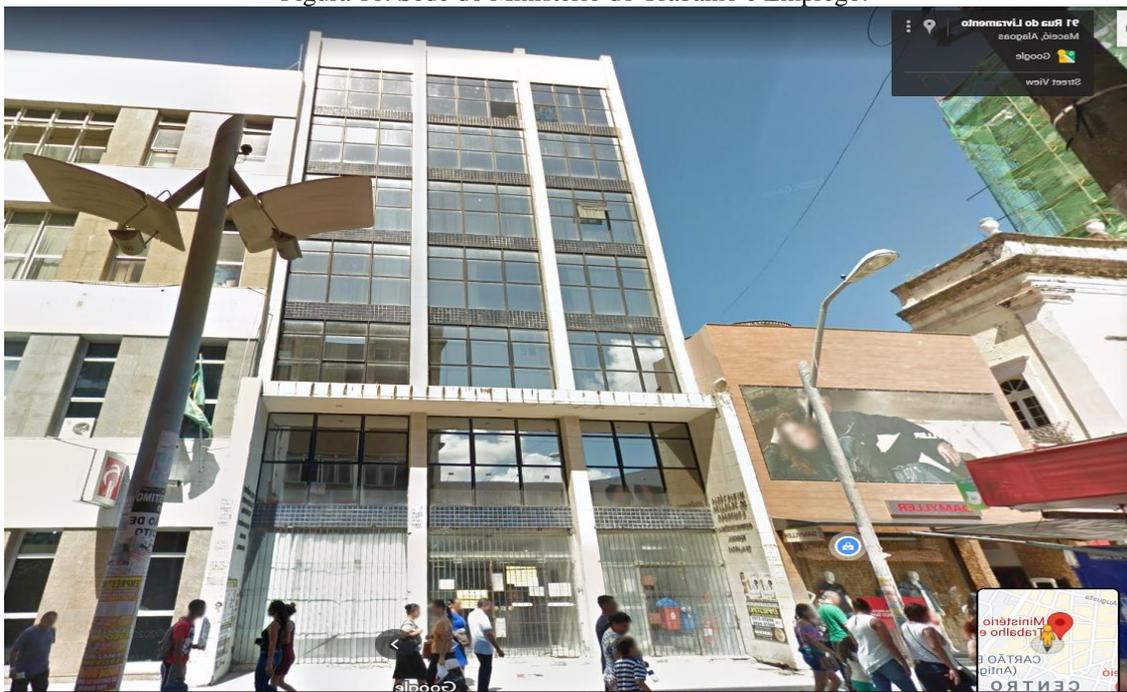
Fonte: Google Imagens (2021).  
Foto Joel A. Brandão (2019).

Figura 9. Sede da Receita Federal



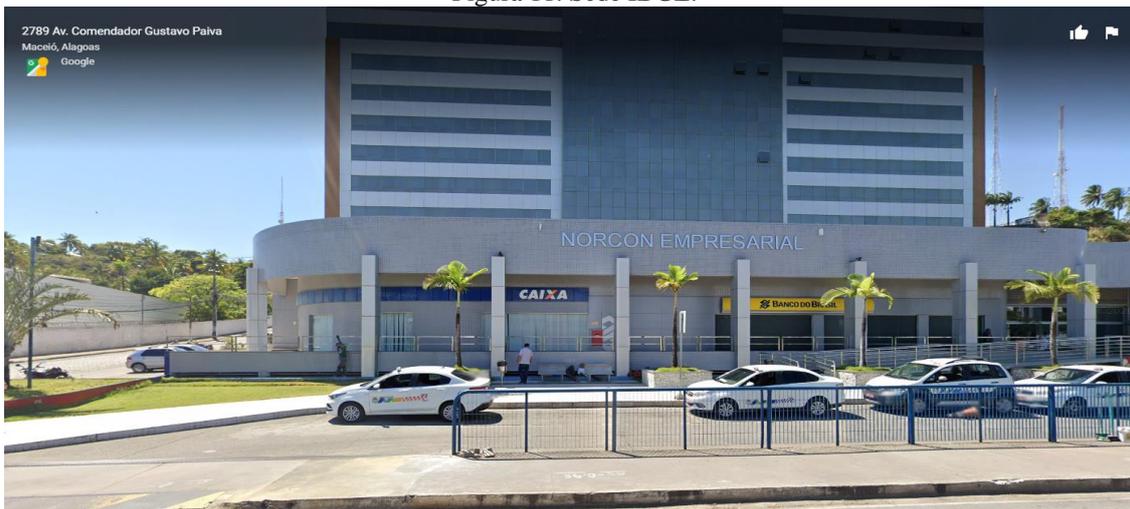
Fonte: Google Imagens (2021).  
Foto: Adriano Matos (2020).

Figura 10. Sede do Ministério do Trabalho e Emprego.



Fonte: Google Imagens (2021)

Figura 11. Sede IBGE.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 12. Sede Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.



Fonte: Google Imagens (2021).

Na gestão empresarial, foram analisados os seguintes aspectos: empresas que possuíssem duas unidades em municípios diferentes, sendo que um deles deveria constar a sede da empresa e, empresas que possuíssem mais de uma unidade na mesma cidade, chamadas de empresas monolocalizadas. Entretanto, para o REGIC (2020), foram apenas levadas em consideração as empresas multilocalizadas, ou seja, que estivessem presentes em pelo menos dois municípios diferentes, buscando uma articulação no nível econômico (pela quantidade de empresas), quanto pelo nível territorial (quantidade de cidades interligadas).

Sendo assim, podemos citar as seguintes empresas situadas em Maceió, conforme figuras 13 e 14 abaixo:

- Grupo Equatorial Energia – é uma holding que controla as distribuidoras de energia Ceal, Cemar, Celpa e Cepisa, estando presente em quatro estados nordestinos, os quais são Maranhão, Piauí, Pará e Alagoas. Referente a Alagoas, a sua sede fica situada na cidade de Maceió.
- Braskem – empresa petroquímica produtora de resinas termoplásticas que atua também em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul.

Figura 13 e 14. Empresas multilocalizadas com sedes e atuação em Maceió.

Figura 13. Equatorial Energia de Alagoas.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 14. Braskem.



Fonte: Google Imagens (2021).

Estudo promovido pelo Banco do Nordeste do Brasil-BNB (2019), com dados fornecido pelo Ministério de Trabalho e Previdência Social, apontam que a cidade de Maceió possuía no ano de 2015 um total de 16.707 estabelecimentos, distribuídos de acordo com o quadro 10 abaixo.

Quadro 10. Número de estabelecimentos na cidade de Maceió.

Tipos de Estabelecimentos	Número de estabelecimentos
Total	16.707
Administração Pública, defesa e seguridade social	95
Comércio varejista	5.451
Construção de edifícios	818
Educação	519
Serviços para edifícios e atividades paisagística	831
Atividades de atenção à saúde humana	953
Alimentação	1.329
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros	334
Transporte terrestre	233
Comércio por atacado	610
Fabricação de produtos alimentícios	207
Atividades de vigilância, segurança e investigação	41
Atividades de organizações associativas	481
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	743
Obras de infraestrutura	121
Outras atividades	3.941

Fonte: MTPS, RAIS (2015); BNB (2019).

A cidade de Maceió apresenta uma gama de empresas voltadas a prestação de bens e serviços (Magazine Luiza, Lojas Guido, Lojas Americanas), concessionárias, redes de supermercados (Big Bompreço, Extra, Unicompra), empresas no ramo da construção civil (Humberto Lôbo, Delman, Construtora R. Pontes), contando também com o Polo Industrial de Maceió, indústrias alimentícias (SOCOCO), Indústrias de Base (Dedini S/A Indústrias de Base – Maceió), possuindo redes de comércio varejista e atacadista (Atacadão, Assaí, MAXXI atacado), Agências dos Correios assim como a presença de

bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil-BNB) e privados (Itaú, Bradesco, Santander), conforme a figuras 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 abaixo:

Redes de supermercados varejistas e atacadistas de Maceió.

Figura 15. BIG Bom Preço, Bairro Antares.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 16. EXTRA Mangabeiras.



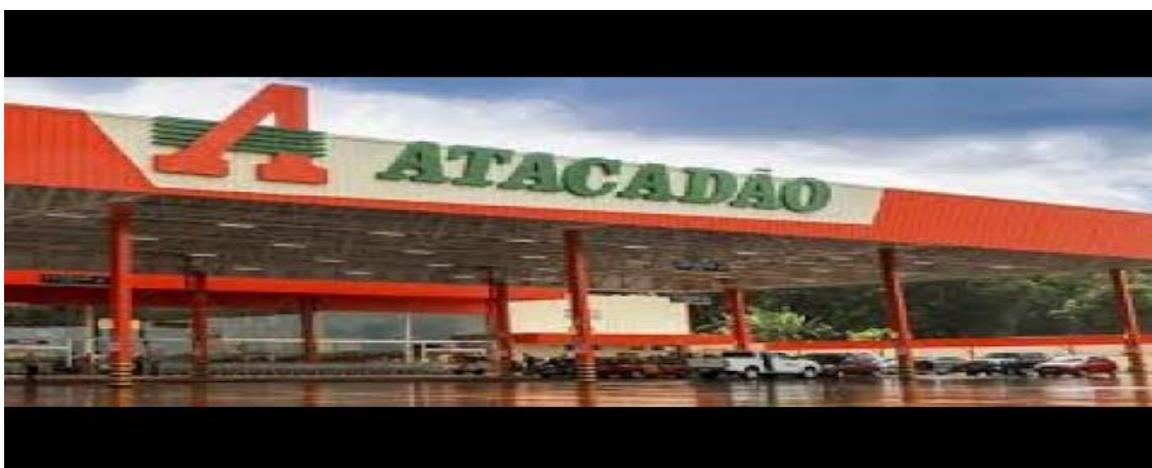
Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 17. Unicompra, Bairro Farol.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 18. Atacadão, Bairro Tabuleiro dos Martins.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 19. Assaí Atacadista.



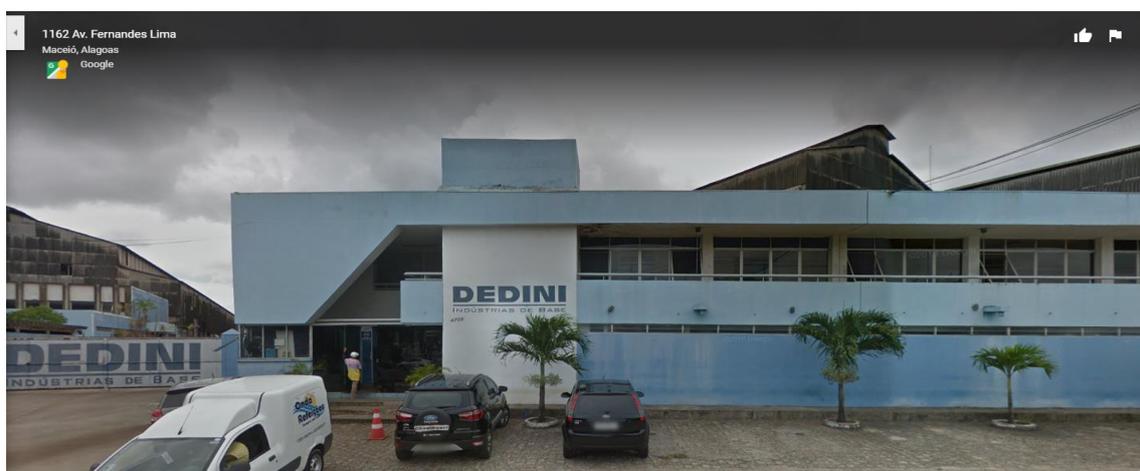
Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 20. MAXXI Atacado.



Fonte: Google Imagens, (2021).

Figura 21. Indústria de Base DEDINE



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 22. Indústria SOCOCO de Alagoas.



Fonte: Google Imagens (2021).  
Foto: Cláudio Lima (2020).

Figura 23. Rede de comércio varejista em Maceió.



Fonte: Google Imagens (2021).

Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 24. Rede de lojas AMERICANAS.

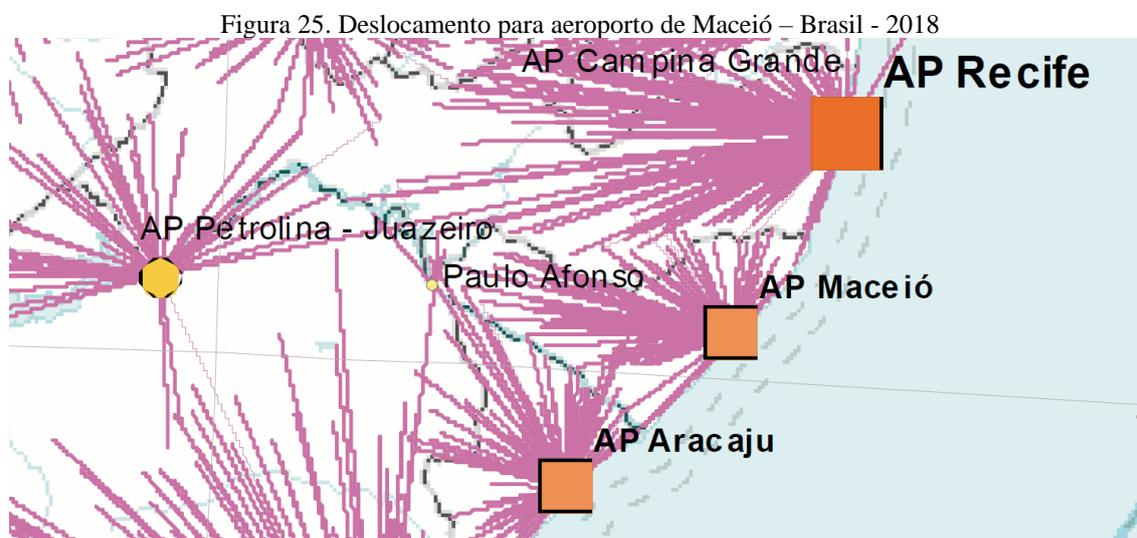


Fonte: Google Imagens (2021).

A rede de transporte maceioense atua como uma das principais formas de ligação entre as cidades que compõe o seu Arranjo Populacional, tanto no transporte local quanto intermunicipal, promovendo a troca de pessoas, mercadorias e informação, que condicionam o acesso de forma direta a sua centralidade. Assim, a capital Maceió, oferece a sua população empresas de transporte urbano (Real Alagoas, São Francisco, Cidade de Maceió), interurbano (Real Alagoas) e para outros estados, já que a capital possui rodoviária na prestação deste serviço (ALAGOAS, 2018).

Segundo o REGIC (2020), quanto maior é a cidade, mais atração ela exerce sobre as empresas de transportes de acordo com o número de conexões possíveis dentro da rede urbana, contribuindo ainda mais para sua centralidade, promovendo de forma positiva novas configurações espaciais.

Contudo, o REGIC (2020) analisou apenas como fator preponderante o transporte aéreo, excluindo o terrestre e aquaviário, como requisito de centralidade em relação a necessidade da população em ter acesso ao aeroporto, que fica no entorno de Maceió.



Fonte: IBGE (2020).

Recorte: Autor da pesquisa.

Através da figura 25 acima, fornecido pelo REGIC (2020), podemos verificar que praticamente todas as cidades que compõe o Arranjo Populacional de Maceió e as demais cidades do Estado de Alagoas nas regiões do Agreste e Sertão, buscam os serviços do aeroporto instalado na capital. Desta forma, segundo o próprio REGIC (2020), a média de deslocamento em busca desse serviço em relação a população das cidades em seu entorno, em direção a Maceió, ficou em 114 km, onde a média nacional é em média 174 km para o mais próximo e 273 km para o mais distante, isto mensurado em linha reta (REGIC, 2020).

Segundo o Plano Plurianual de Alagoas (2020-2023), com dados fornecidos pela INFRAERO (2019), a quantidade de embarques e desembarques de passageiros no período de 2014 a 2018, em Maceió – Alagoas, teve um aumento de 15,8%, conforme a tabela 1 abaixo:

Tabela 1. Movimentação Anual de Passageiros

Capital	2014	2015	2016	2017	2018	Taxa de crescimento do período (%)
Recife	7.190.381	6.700.696	6.811.676	7.776.881	8.422.566	17,1%
Salvador	9.152.159	9.047.403	7.526.358	7.735.685	8.017.778	-12,4%
Fortaleza	6.501.822	6.617.543	5.706.489	5.935.288	6.614.227	1,7%
Natal	1.495.724	2.584.355	2.316.349	2.403.135	2.429.389	62,4%
Maceió	1.893.688	1.982.393	1.995.069	2.068.245	2.192.562	15,8%
São Luís	1.833.799	1.701.015	1.520.847	1.601.836	1.598.004	-12,9%
João Pessoa	1.327.284	1.463.315	1.418.380	1.387.766	1.414.866	6,6%
Aracajú	1.377.535	1.280.236	1.225.591	1.225.789	1.191.893	-13,5%
Teresina	1.173.643	1.209.562	1.085.974	1.104.451	1.073.570	-8,5%

Fonte: INFRAERO; SEPLAG; SUPLAN, ALAGOAS (2019).

A tabela 1 acima demonstra que está ocorrendo um maior deslocamento da população das cidades vizinhas para capital alagoana e também um maior fluxo de pessoas de cidades mais distantes da capital em busca desse serviço (embarques) e também um aumento nos desembarques, que segundo o Plano Plurianual de Alagoas (2020-2023), é provocado pelo potencial turístico da capital alagoana, sendo um dos destinos mais procurados na região Nordeste (ALAGOAS, 2020).

De acordo com o Plano Plurianual do Estado de Alagoas (2020-2023), o aeroporto Zumbi dos Palmares tem capacidade de receber 5,3 milhões de pessoas por ano, contando com voos regulares para cerca de 10 cidades brasileiras e internacionais (por exemplo, Buenos Aires, na Argentina). Segundo este mesmo documento, utilizando dados da Agência Alagoas (2018), o estado de Alagoas teve um recorde de movimentação de passageiros no aeroporto, com a circulação de 2,1 milhões de passageiros no terminal, correspondendo a 5,4% a mais que no ano de 2017. O respectivo documento também frisa que há a intensão de investimentos no setor aeroportuários no interior do estado, principalmente nos polos regionais (ALAGOAS, 2020).

Isto demonstra uma forte polarização da rede urbana de Maceió, pois, praticamente, apenas os grandes centros urbanos dispõem de aeroportos, não ocorrendo uma sobreposição de uma rede na outra, fazendo com que cada centro urbano exerça um raio de atração das cidades vizinhas, o que neste aspecto, a cidade de Maceió exerce

atração não apenas das cidades subordinadas em sua região de influência, mas também em todas as cidades do estado de Alagoas. Abaixo temos a figura 26, do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, que fica localizado na parte alta da cidade de Maceió, próximos a divisa com a cidade de Rio Largo, que faz parte do Arranjo Populacional de Maceió.

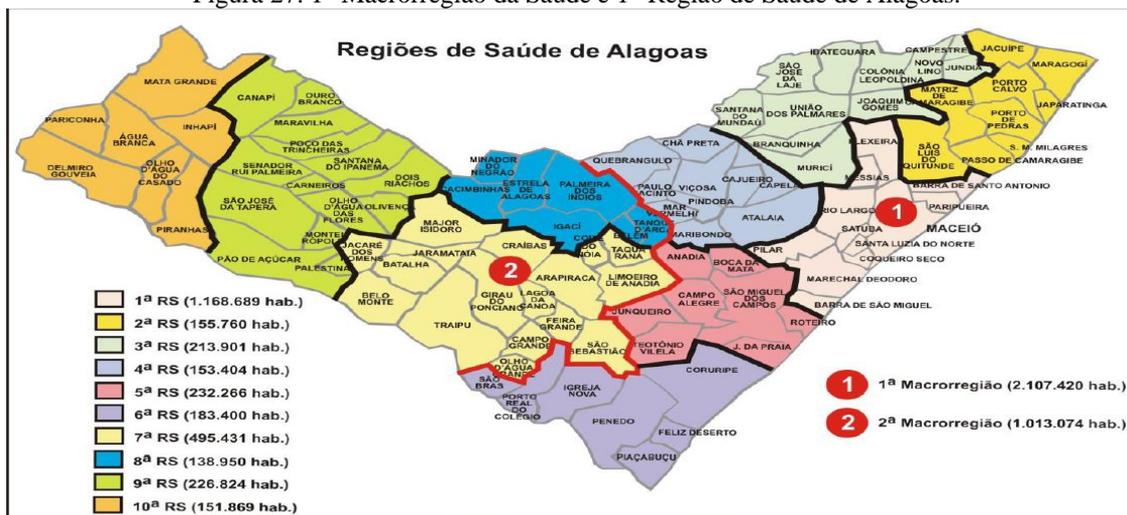
Figura 26. Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares – Maceió.



Fonte: Google Imagens (2021).  
Foto: Eliomar (2019).

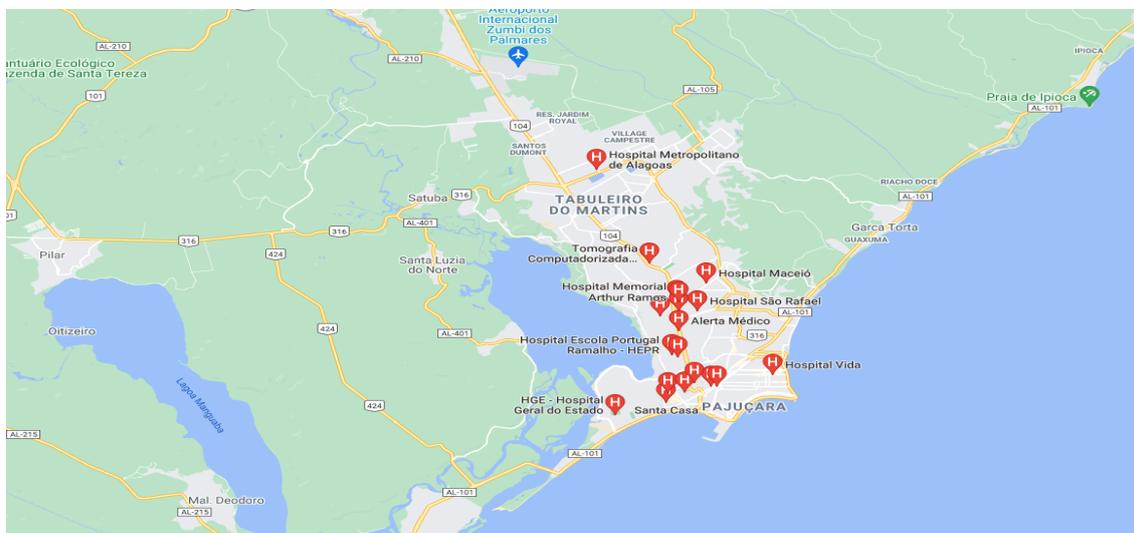
Em relação aos serviços de saúde, a cidade de Maceió faz parte da 1<sup>o</sup> Macrorregião da Saúde do Estado de Alagoas, que comporta 6 Regiões de Saúde (1<sup>o</sup> a 6<sup>o</sup>), englobando 56 municípios (com aproximadamente 2 milhões de habitantes) e da 1<sup>o</sup> Região de Saúde composta pelos seguintes municípios: Barra de São Miguel, Barra de Santo Antônio, Coqueiro Seco, Flexeiras, Maceió, Marechal Deodoro, Messias, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte e Satuba, sendo Maceió o polo de referência na região, para os atendimentos e prestação de serviços de baixa, média e alta complexidade, por concentrar a maior parte dos hospitais e centros de saúde, de acordo com as figuras 27 e 28 abaixo:

Figura 27. 1º Macrorregião da Saúde e 1º Região de Saúde de Alagoas.



Fonte: Guia para Novos Gestores (2017).

Figura 28. Localização dos Hospitais na cidade de Maceió.



Fonte: Google Imagens (2021)

Recorte: Autor da Pesquisa.

Em relação a serviços médico-hospitalares, conforme a figura 28 acima, utilizando a plataforma Google Maps (2021), podemos verificar que Maceió conta com uma rede hospitalar composta por hospitais públicos e privados, com uma distribuição espacial do centro a parte baixa da cidade, sendo estes: Hospital General do Estado - HGE e Hospital Universitário – HU/UFAL, ambos ofertando serviços de saúde de alta, média e baixa complexidade, Hospital Metropolitano de Alagoas, sendo referência em procedimentos cirúrgicos nas áreas de ortopedia, neurocirurgia, cirurgia vascular e cardíaca, além de disponibilizar exames de ressonância magnética, tomografia,

videoendoscopia, colonoscopia e Raios X. Possui o Hemocentro de Alagoas - HEMOAL, Hospital de Doenças Tropicais – HDT, sendo referência no tratamento de doenças infecciosas (tuberculoses, AIDS/HIV e parasitárias), dispõe de Hospital Maternidade Santa Mônica, referência no atendimento de grávidas de alto risco e do Hospital da Mulher (com atendimento exclusivo voltado às mulheres, fazendo parte da Rede Hospitalar de Estado da Saúde, atendendo pacientes por meio do Sistema Nacional de Regulação – SisReg<sup>3</sup>), conforme as figuras 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 (ALAGOAS, 2018):

Rede Hospitalar de Maceió.

Figura 29. Hospital Geral do Estado.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 30. Hemocentro de Alagoas.



Fonte: Google Imagens (2021).

<sup>3</sup> Sistema que permite o controle e regulação dos recursos hospitalares e ambulatoriais especializados no nível Municipal, Estadual ou Regional. Disponível em: <http://datasus1.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/regulacao/sisreg>>. Acesso: 18/06/2021.

Figura 31. Maternidade Escola Santa Mônica.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 32. Hospital de Doenças Tropicais – HDT.



Fonte: Google Imagens (2021)

Figura 33. Hospital da Mulher – Maceió.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 34. Hospital Universitário – Maceió.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 35. Hospital Metropolitano de Alagoas localizado em Maceió.



Fonte: Google Imagens (2021).

Maceió possui hemocentros dispostos em toda capital que fazem parte da Hemorrede Pública de Alagoas (HEMOAL, com unidades no bairro do Trapiche, Farol e Agência Transfuncional da Maternidade Santa Mônica no bairro do Poço), possui uma clínica infantil Doutora Dayse Brêda, localizada no bairro da Levada, sendo referência para o atendimento pediátrico com equipe multidisciplinar com distribuição de medicamentos gratuitos para pacientes que fazem uso contínuo, serviços ambulatoriais de 24 horas (Ambulatório 24 horas Assis Chateaubriand – Tabuleiro dos Martins, Ambulatório 24 horas Denilma Bulhões – Benedito Bentes, Ambulatório 24 horas João Fireman – Jacintinho e Ambulatório 24 horas Noélia Lessa – Levada), laboratoriais (Laboratório Central de Alagoas-LACEN/AL), que é responsável pela realização de

exames de alta e média complexidade para pacientes que usam o Sistema Único de Saúde-SUS, que através das informações colhidas atuam de forma eficaz na promoção da saúde pública dentro do Estado), conforme as figuras 36, 37 e 38 abaixo (ALAGOAS, 2021; SESAU-AL, 2021).

Rede de Ambulatórios públicos de Maceió.

Figura 36. Ambulatório Noélia Lessa.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 37. Ambulatório Assis Chateaubriand.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 38. Ambulatório Denilma Bulhões.



Fonte: Google Imagens (2021).

Na rede particular de saúde, Maceió conta com laboratórios de análises clínicas (MediRadius, UNIMED, MEDICOR), apresenta rede de hospitais particulares (Hospital UNIMED, Hospital Veredas, Hospital Artur Ramos, Hospital do Coração, Hospital de Olhos Santa Luzia) e um hospital filantrópico (Santa Casa de Misericórdia de Maceió), conforme figuras 39, 40, 41, 42, 43, 44 e 45 abaixo.

Rede Hospitalar e Laboratorial Privada de Maceió.

Figura 39. Hospital UNIMED.



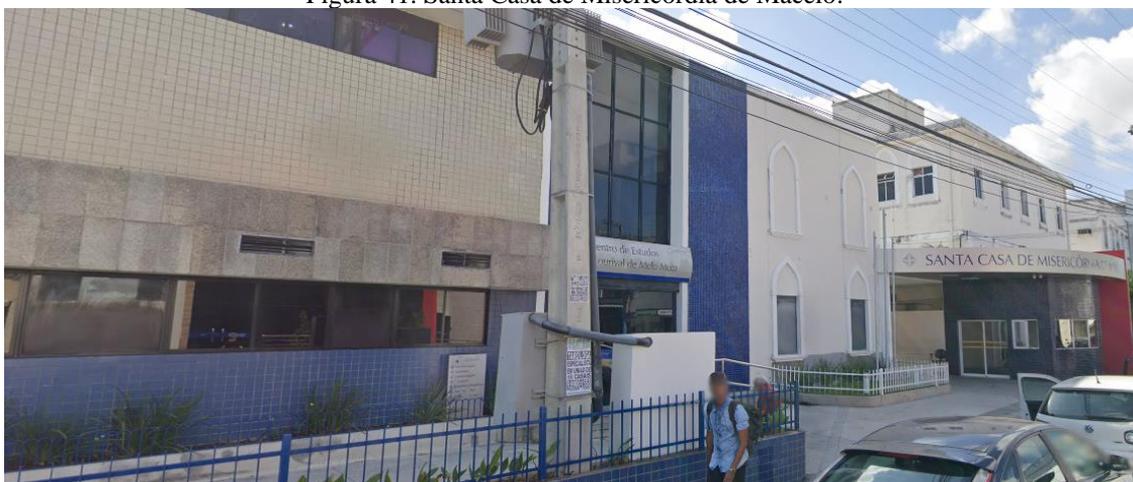
Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 40. Hospital do Coração.



Fonte: Google Imagens (2021)

Figura 41. Santa Casa de Misericórdia de Maceió.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 42. Hospital Veredas.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 43. Hospital Arthur Ramos.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 44. MediRadius.



Fonte: Google Imagens (2021).

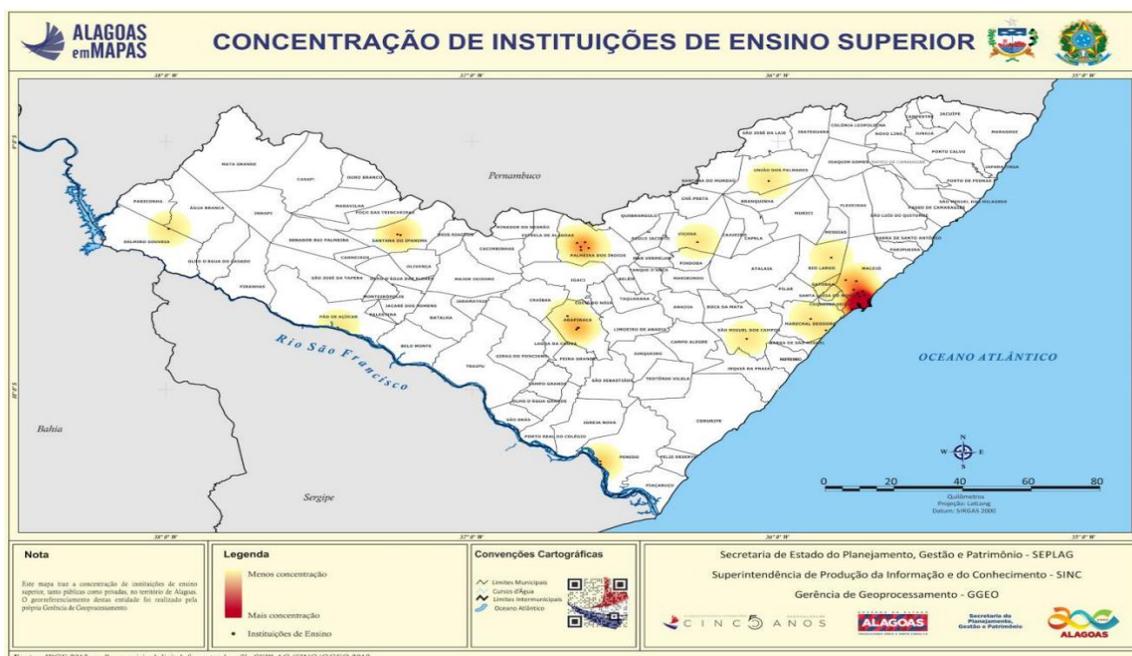
Figura 45. Hospital Santa Luzia.



Fonte: Google Imagens (2021).

Tratando agora da educação superior, Alagoas possui um total de 29 instituições de ensino superior, segundo o Plano Plurianual de Alagoas (2020-2023), sendo uma federal, duas estaduais e 29 privadas. Fazendo um comparativo com outros estados nordestinos, Alagoas possui um número relativamente baixo, ficando à frente apenas dos estados de Sergipe com 18 e Natal com 28 instituições de ensino superior. A figura 46 abaixo, mostra a distribuição das instituições de ensino superior dentro do estado de Alagoas

Figura 46. Concentração de Instituições de Ensino Superior no Estado de Alagoas.



Fonte: ALAGOAS; SEPLAG (2020).

A figura 46 acima mostra claramente uma maior concentração de instituições de ensino superior na cidade de Maceió (área vermelha), o que promove um deslocamento maior da população que reside em cidades vizinhas, principalmente as que fazem parte de seu Arranjo Populacional em busca destes serviços.

Em relação a serviços na educação pública superior temos a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, campus Maceió, com cursos de graduação, licenciatura, pós-graduação e doutorado. Compõe também esta rede a Universidades de Ciências da Saúde – UNCISAL, localizada no bairro do Trapiche, com oferta de cursos superiores na área de saúde e pós-graduação, e na oferta de cursos técnicos, tecnológicos superiores e de pós-graduação. A cidade de Maceió também conta com o Instituto Federal de Alagoas – IFAL, localizado no Bairro do Poço, conforme as figuras 47, 48 e 49 abaixo.

Serviços de Educação Superior Pública em Maceió.

Figura 47. Universidade de Ciências da Saúde



Fonte Google Imagens (2021).

Figura 48. Inst. Federal de Alagoas – IFAL, Maceió.



Fonte Google Imagens (2021).

Foto: Rychardsson Gonzaga (2019).

Figura 49. Universidade Federal de Alagoas- UFAL

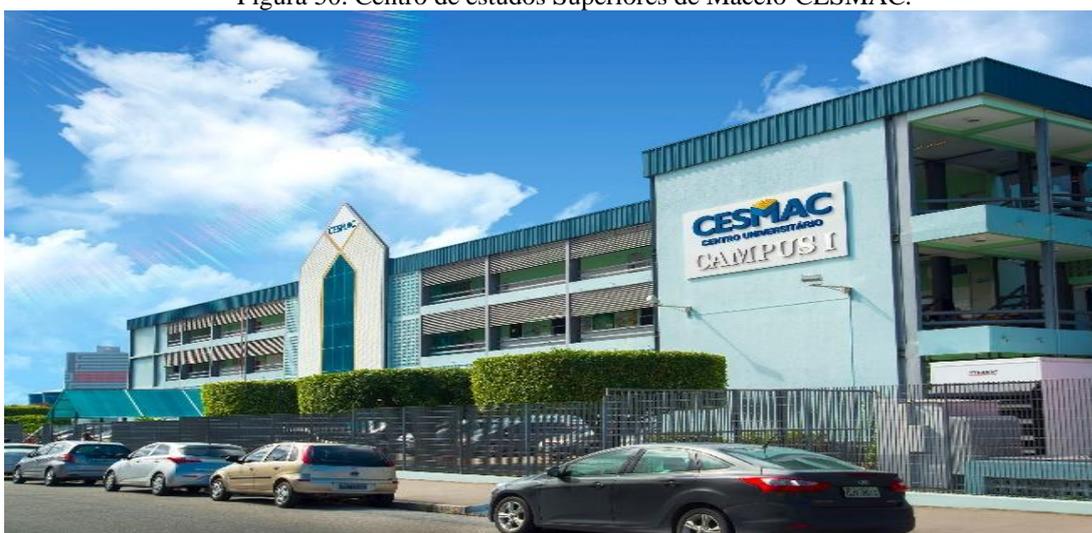


Fonte Google Imagens (2021).

Na prestação de cursos superiores, a rede particular de ensino dispõe das seguintes instituições, conforme as figuras 50, 51, 52, 53, 54 e 55 abaixo: Centro de Estudo Superiores de Maceió - CESMAC, Universidade Tiradentes (Grupo Tiradentes) - UNIT/FITS, Faculdade da Cidade de Maceió - FACIMA, Universidade Mauricio de Nassau - UNINASSAU, SEUNE, Grupo Estácio e Faculdade Alagoana de Tecnologia - FAT, que ofertam cursos de nível superior em licenciatura, bacharelato, pós-graduação, especialização e algumas com mestrado e doutorado (CESMAC e UNIT).

Rede privada de faculdades presentes em Maceió.

Figura 50. Centro de estudos Superiores de Maceió-CESMAC.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 51. Faculdade Tiradentes – Fits.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 52. Faculdade da Cidade de Maceió – FACIMA.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 53. Grupo Estácio.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 54. Faculdade Maurício de Nassau – UNINASSAU.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 55. Faculdade – SEUNE.



Fonte: Google Imagens (2021).

Todo este arcabouço empresarial faz com que haja um deslocamento da população das cidades no entorno da capital Maceió em busca de bens e serviços mais especializados, já que estas populações não dispõem em suas cidades. Isso faz com que a população, as empresas e entidades públicas promovam uma melhor dinâmica desta rede, favorecendo a expansão dos serviços das empresas em outras cidades, coleta de informações, investimentos em infraestrutura, aumentando a interação entre os locais, diminuindo a fronteira entre as cidades favorecendo a formação de um sistema urbano mais eficiente, ocasionando a atração de outros centros que não fazem parte deste arranjo populacional, aumentando ainda mais sua área de influência.

Sendo assim, por manter uma alta concentração na gestão do território, a cidade de Maceió compõe um Arranjo Populacional com os seguintes municípios: Barra de Santo Antônio, Coqueiro Seco, Maragogi, Marechal Deodoro, Messias, Paripueira, Penedo, Rio Largo, Santa Luzia do Norte, pois apresenta uma população na capital que oscila entre 800 mil a 1,4 milhão de habitantes, sendo um pré-requisito para se configurar um Arranjo Populacional, mantendo uma interação significativa com eles, principalmente em razão da continuidade de sua expansão urbana.

A quadro 11 abaixo exhibe as distâncias médias de deslocamento entre as cidades de origem e destino em busca de bens e serviços no Estado de Alagoas.

Quadro 11. Deslocamento médio entre as cidades de origem e destino em linha reta em quilômetros.

Item	Quilômetros (KM)
Vestuário e calçados	40
Móveis e eletrodomésticos	41
Saúde de baixa complexidade	43
Saúde de alta complexidade	94
Ensino superior	51
Cultura	47
Esporte	56
Aeroportos	114
Jornais	96
Ligações rodoviárias e hidroviárias	36

Fonte: IBGE (2020).

Desta forma, o deslocamento da população para suprir a demanda de consumo no comércio, bens e serviços aumenta as relações urbanas de proximidade, onde é visível na composição desse Arranjo Populacional de Maceió, já que estes municípios tem a sua dinâmica urbana influenciada por estas relações espaciais, principalmente nos seguintes requisitos: compra de vestuário e calçados, compra de móveis e eletrônicos, acesso a oferta de bens e serviços de baixa, média e alta complexidade em saúde, ensino superior, atividades culturais e esportivas, uso de aeroporto e origem dos jornais que circulam nos municípios.

Segundo o Plano Plurianual do Estado de Alagoas (2020-2023), Maceió por comportar uma população com mais de 1 milhão de habitantes, a duração média de viagens é de aproximadamente de 30 minutos dentro da rede urbana, isto é explicado devido ao maior número da frota veicular e aos congestionamentos típicos das grandes cidades (ALAGOAS, 2020).

Diante do exposto, a capital Maceió enquadra-se na classificação hierárquica, segundo o REGIC (2018), publicado em 2020, como sendo uma Capital Regional A, pois de acordo com o REGIC (2020), ela apresenta uma alta capacidade de atividades de gestão por cumprir todos os requisitos avaliativos nos seguintes requisitos adotados na metodologia:

- Gestão Pública – a presença destas instituições (INSS, TRE, TRT, Justiça Federal, IBGE e MTE) impacta diretamente nas decisões que ocorrem

dentro do território, estabelecendo pontos de referências para a prestação de serviços à população, sendo sua presença uma condição significativa nas ligações entre as cidades;

- Gestão Empresarial – a cidade de Maceió apresenta indústrias com capacidade de atrair filiais com sedes em outras cidades (Equatorial, DEDINE), intensificando o relacionamento entre as cidades em que estejam instaladas, atraindo outras indústrias que possam suprir a sua carência de insumos para a produção.

Contudo, apesar de Maceió ter atendido os requisitos exigidos pelo REGIC (2020), outros pontos merecem destaque confirmando ainda mais a sua posição hierárquica. Devido a atender os requisitos da gestão pública e gestão empresarial, o governo promove uma gestão do território mais efetiva na arrecadação de impostos, prestação de serviços públicos, coleta de dados, planejamento e tomada de decisões para a aplicação de políticas públicas. Essa efetividade é possível graças ao estabelecimento de relações com outras cidades que compõe o Arranjo Populacional, em que Maceió oferece uma maior diversidade de bens e serviços devido a consolidação do maior alcance de sua rede urbana dentro do território.

O processo de urbanização de Maceió está cada vez mais parecido com os das grandes metrópoles brasileiras, apresentando uma diversificação de comércios e serviços de forma exponencial demonstrando um potencial econômico e de investimentos, principalmente devido a presença de grandes redes varejistas de atuação em todo o território nacional e internacional, tais como: Carrefour, Big Bompreço, Wallmart, Leroy Merlin, Assaí (Grupo Pão-de-Açúcar), G Barbosa (Grupo CECONSUD), Coca-Cola (Grupo Constâncio Vieira) e das redes varejistas Unicompra e Palato (CARVALHO, 2016).

Segundo o Plano Plurianual do Estado de Alagoas (2020-2023), o setor terciários (serviços) é o que mais emprega no estado, sendo constituído por 675.000 mil trabalhadores nas seguinte atividades: comércio e reparação, educação, saúde e serviços sociais, serviços domésticos, sendo, respectivamente, a segunda, a quarta e a quinta atividade mais relevantes, enquanto a atividade agrícola emprega 227.000 mil pessoas, principalmente no interior do estado, onde o setor primário é o segundo mais importante na absorção deste tipo de mão de obra e, em último lugar, temos o setor secundário

(construção civil) que emprega 177.000 mil pessoas, seguido pela indústria de transformação com 77.000 empregados (ALAGOAS, 2020).

Outro fator preponderante é a grande variedade de comércio e serviços prestados nas mais variadas esferas de complexidade, com a presença de instituições financeiras públicas (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste) e privadas (Itaú, Bradesco, Santander), demonstrando um maior dinamismo e diversificação econômica, refletindo uma quantidade maior de pessoas que necessitam destes serviços e, de forma indireta, serve como um indicativo do nível de renda da população.

A presença de instituições que ofertam ensino superior promove o deslocamento da população de cidades vizinhas em busca destes serviços e que tenham condições de arcar com os custos de deslocamento ou moradia. Apresenta como principal instituição pública a Universidade Federal de Alagoas na oferta de cursos de graduação, pós-graduação e doutorado, também conta com uma Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, Universidade de Ciências da Saúde - UNCISAL, especializada em cursos superiores de graduação e pós-graduação na área da saúde. Devido à grande demanda da população em busca destes serviços, aos poucos foram aparecendo instituições de ensino superior privado na capital (CESMAC, FACIMA, Unit, SEUNE), também ofertando cursos de graduação e pós-graduação assim como uma nova modalidade de ensino, o EaD (Ensino à Distância). Abaixo temos a tabela 2, que demonstra a busca pelos serviços de educação superior e as modalidades de ensino pela população alagoana.

Tabela 2. Número de matrículas nas universidades e faculdades de Maceió.

Universidades	Privada	Estadual	Federal
Matrículas em curso de graduação presenciais e a distância	63.522	7.163	26.216
Cursos de graduação presencial	199	65	104
Número total de ingressos por processo seletivo	22.693	1.451	6.345
Taxa de Evasão	24%	15%	13%

Fonte: ALAGOAS (2020).

Outra questão referente aos cursos de graduação na modalidade presencial é a existência de uma diferença considerável entre as universidades públicas e privadas: enquanto as universidades privadas oferecem 199 cursos diferentes, as universidades públicas ofertam apenas 104 opções e as universidades estaduais ainda menos, ofertando apenas 55 cursos, mas isto não quer dizer que quantidade seja igual a qualidade de ensino (ALAGOAS, 2020).

Entretanto, os cursos de pós-graduação e doutorado exigem uma infraestrutura mais especializada e um corpo docente mais qualificado, sendo uma exigência dos centros urbanos com conceitos mais elevados na qualidade do ensino, fazendo com que isso seja praticamente exclusivo, até o presente momento no estado de Alagoas, apenas na capital Maceió (IBGE, 2020).

Item importante referente a centralidade de Maceió é a sua rede de saúde, que comporta todos os serviços de baixa, média e alta complexidade, mesmo havendo uma descentralização em alguns destes serviços em direção ao Agreste e Sertão, com a construção de hospitais regionais para atender as populações dos municípios mais distantes da capital. Segundo o REGIC (2020), a estrutura destes serviços, principalmente os de alta complexidade, são impactados pelas políticas públicas estaduais, promovendo a predileção pelo atendimento na capital pela população de cidades vizinhas, mesmo havendo o mesmo serviço em sua cidade de origem ou em algum centro de saúde instalado na região. Este tipo de comportamento é verificado na capital alagoana, com o envio constante de ambulâncias de municípios vizinhos em busca destes serviços de saúde.

Sendo assim, Maceió possui hospitais de baixa, média e alta complexidade com a mais variadas especialidades médicas e equipamentos de ponta, tanto na rede pública quanto na privada verificados pelo REGIC (2020), com a presença de leitos hospitalares que atendem à demanda populacional.

#### 4.2 Capital Regional C Arapiraca

Arapiraca é a segunda maior cidade de Alagoas, estando localizada na Mesorregião do Agreste Alagoano e na Microrregião de Arapiraca, ocupando uma área

com aproximadamente 351,48 Km<sup>2</sup>, com uma população estimada em 234.185 habitantes (IBGE, 2017).

No REGIC (2018), publicado em 2020, apresenta-se novamente como Capital Regional C, onde para esta classificação, a média populacional exigida é de 300 mil habitantes. Apesar de Arapiraca não possuir o total de habitantes necessários, o REGIC (2020), levou em consideração a estimativa populacional deste município para o ano de 2018, baseado na média populacional de outras capitais regionais de igual hierarquia (REGIC, 2020).

Sendo assim, iniciaremos a análise das principais características que foram encontradas acerca da cidade de Arapiraca segundo os requisitos metodológicos propostos pelo REGIC (2020).

Referente a gestão pública, a cidade de Arapiraca, no REGIC (2020), apresenta os seguintes requisitos: não dispõe de sedes dos respectivos órgãos (TRE, TRT)<sup>4</sup>, apenas um Fórum Eleitoral e uma Vara do Trabalho; apresenta uma agência do INSS e um posto da Receita Federal, ambas funcionando no mesmo prédio. Em relação as sedes do IBGE (apresenta apenas um posto localizados no centro da cidade) e referente ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (possui uma Gerência Regional do Trabalho e Emprego), assim como um posto do Ministério Público do Trabalho e Emprego – MPT, sendo uma Procuradoria do Trabalho no município de Arapiraca e um Fórum do Poder Judiciário.

Mesmo sendo insuficiente a presença destes órgãos de gestão estatal, a cidade de Arapiraca consegue atuar dentro do território alagoano, possuindo um raio de influência atingindo outras cidades, prestando serviços à população local e para as cidades em sua região. Então, de acordo com o que foi exposto, a presença destes órgãos faz com que as populações destas cidades circunvizinhas venham em busca destes serviços, fazendo com que a cidade de Arapiraca tenha uma hierarquia de centralidade urbana dentro da região. Abaixo temos as figuras 56, 57, 58, 59, 60 e 61 dos órgãos citados acima.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.tre-al.jus.br/>> e <<https://site.trt19.jus.br/>> Acesso dia 05/06/2021 às 18:23.

Figura 56. Fórum Eleitoral.



Fonte: Google Imagens (2021).  
Foto: Rodrigo Pereira Moura.

Figura 57. Poder Judiciário, Justiça do Trabalho - Vara do Trabalho em Arapiraca.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 58. Fórum do Poder Judiciário em Arapiraca.



Fonte: Google Imagens (2017).

Figura 59. Ministério do Trabalho e Emprego - Delegacia Regional do Trabalho e Emprego de Arapiraca.



Fonte: Google Imagens (2001).

Figura 60. Ministério Público do Trabalho e Emprego de Arapiraca.



Fonte: Google Imagens (2001).

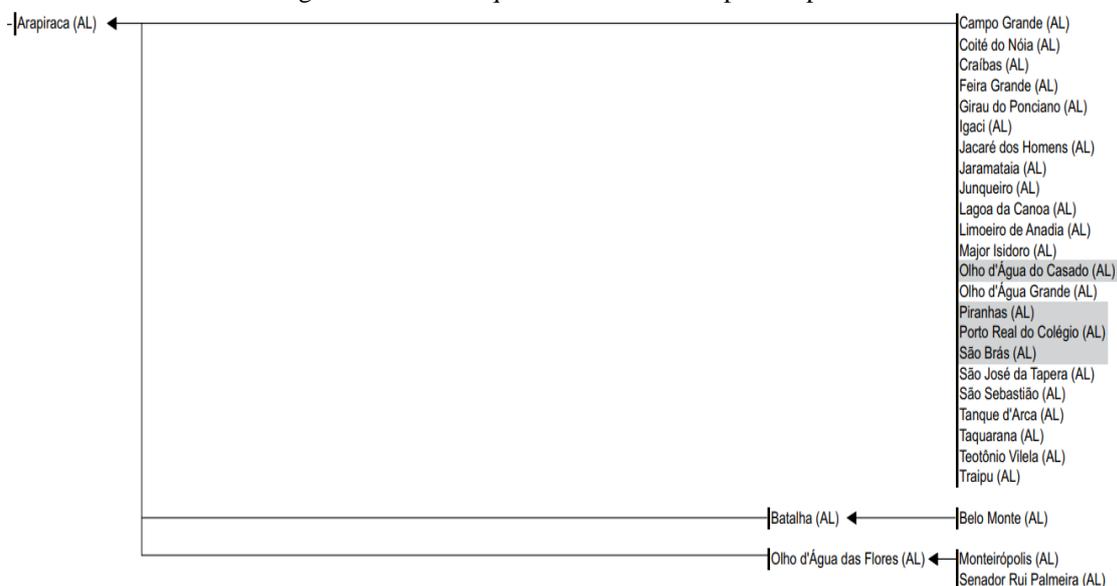
Figura 61. Agência do INSS e Posto da Receita Federal.



Fonte: Google Imagens (2019).

As cidades que recebem influência de Arapiraca, de acordo com o REGIC (2008), eram classificadas como centros locais, sendo elas: Campo Grande, Coité do Nóia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Major Isidoro, Olho d'Água do Casado, Olho d'Água Grande, Piranhas, Porto Real do Colégio, São Brás, São José da Tapera, São Sebastião, Tanque d'Arca, Taquarana, Teotônio Vilela, Traipu e outras duas que são Centros de Zona B, as quais são as cidades de Batalha, que influencia a cidade de Belo Monte e Olho d'Água das Flores, e que influencia outras duas cidades sendo elas, Monteirópolis e Senador Rui Palmeira conforme figura 62 abaixo (REGIC, 2008).

Figura 62. Cidades que são influenciadas por Arapiraca.



Fonte: IBGE (2008).

Recorte: Autor da Pesquisa.

Essa influência ocorre porque Arapiraca, sendo classificada como uma cidade média (REGIC, 2008), tem uma relação hierárquica direta com as cidades pequenas, devido ao seu papel econômico e político centralizador, já que estas cidades menores possuem boa parte de sua economia voltada para o agronegócio, demonstrando uma dependência local para o escoamento de sua produção.

No REGIC (2020), ocorre uma atualização da área de influência da cidade de Arapiraca, em relação ao REGIC (2008), onde algumas cidades foram retiradas e outras adicionadas em sua área de abrangência. As que foram retiradas são: Jacaré dos Homens, Jaramataia, Olho D'Água do Casado e Porto Real do Colégio. As que permaneceram em relação ao último estudo, REGIC (2008), e que constam no REGIC (2020) são: Olho D'Água das Flores, Traipu, Olho D'Água Grande, São Sebastião, Junqueiro, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Craíbas, Coité do Nóia e Tanque d'Arca (IBGE, 2020).

Referente a gestão empresarial, foram analisadas as empresas multilocalizadas, com o objetivo de vínculo econômico referente ao número de empresas e sua abrangência dentro do território. Estudo promovido pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB (2019), intitulado Informações Socioeconômicas Municipais, através de dados fornecidos pelo Ministério de Trabalho - MT e RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, vinculado ao Ministério da Economia, mostrou que em 2019, a cidade de Arapiraca possuía os seguintes estabelecimentos, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE do IBGE (2017), conforme o quadro 12 abaixo.

Quadro 12. Número de estabelecimentos comerciais e da administração pública de Arapiraca.

Tipos de Estabelecimentos	Número de Estabelecimentos
Total	3.597
Comércio varejista	1.588
Administração pública, defesa e seguridade social	3
Comércio por atacado	210
Atividades de atenção à saúde humana	200
Educação	112
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	62
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	244
Fabricação de produtos alimentícios	63

Alimentação	191
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	19
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	71
Construção de edifícios	86
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	19
Transporte terrestre	50
Alojamento	38
Outas atividades	641

Fonte: BNB, MT, RAIS (2019).

A cidade de Arapiraca conta com a presença dos seguintes grupos econômicos, em 2021: Grupo Coringa, Mibasa (mineração), Araforros (produção de forros em PVC), Marconplas (produção de tubos em PVC), empresas de distribuição de alimentos Grupo Asa Branca e Grupo Andrade, conforme as figuras 63, 64, 65 e 66 abaixo.

Figura 63. Grupo Coringa.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 64. Fábrica de productos plásticos Merconplas.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 65. Grupo Araforros – Arapiraca – AL.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 66. Distribuidora de alimentos Andrade – AL.



Fonte: Google Imagens (2021).

Em relação ao comércio varejista e atacadista podemos citar as redes de supermercados Unicompra, que possui unidades em Maceió e Caruaru-PE, MAXXI Atacado, Assaí Atacadista (grupo Pão-de-Açúcar) e o supermercado G Babosa (Grupo CECONSUD), de acordo com as figuras 67, 68, 69 e 70 abaixo.

Rede Atacadista e Varejista de Arapiraca.

Figura 67. Unicompra Arapiraca.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 68. Maxxi Atacado Arapiraca.



Fonte: Google Imagens (2021).  
Foto: Adyel Barbosa (2020).

Figura 69. Assaí Atacadista.



Fonte: Google Imagens (2021).  
Foto: Ivan ferreira Gama (2019).

Figura 70. Supermercado G Barbsa.



Fonte: Google Imagens (2021).  
Foto: Paulo Sergio (2019).

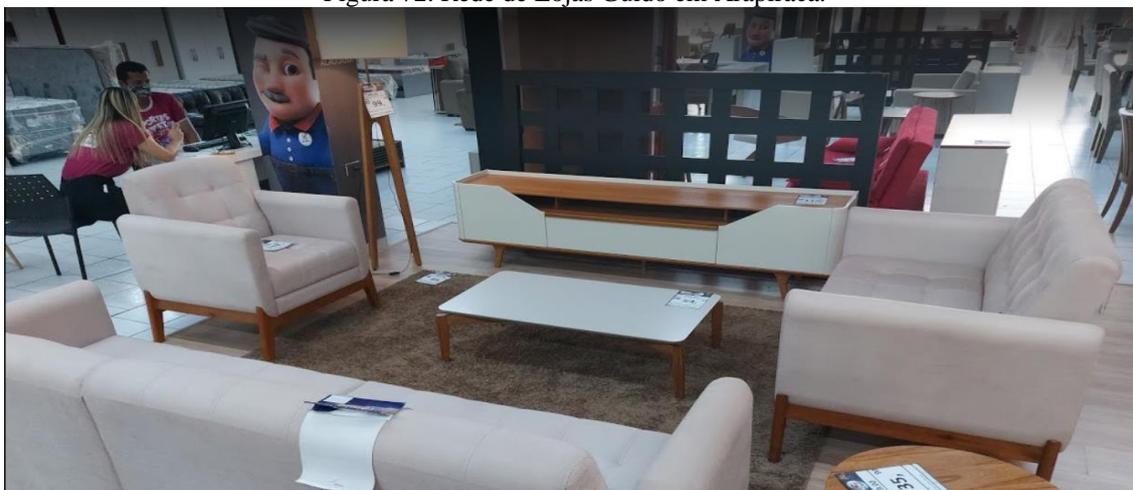
Possui também a presença de comércio de bens em movelaria, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, vestuário e calçados, serviços de internet (operadoras OI, TIM, VIVO), com as seguintes lojas: Lojas Americanas, Lojas Renner, Lojas Guido, conforme figuras 71, 72, 73, 74 e 75 abaixo.

Figura 71. Rede de Lojas Americanas.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 72. Rede de Lojas Guido em Arapiraca.



Fonte: Google Imagens (2021).

Foto: Vinícius Matheus (2019).

Figura 73. Rede de Lojas RENNER.



Fonte: Google Imagens (2021).

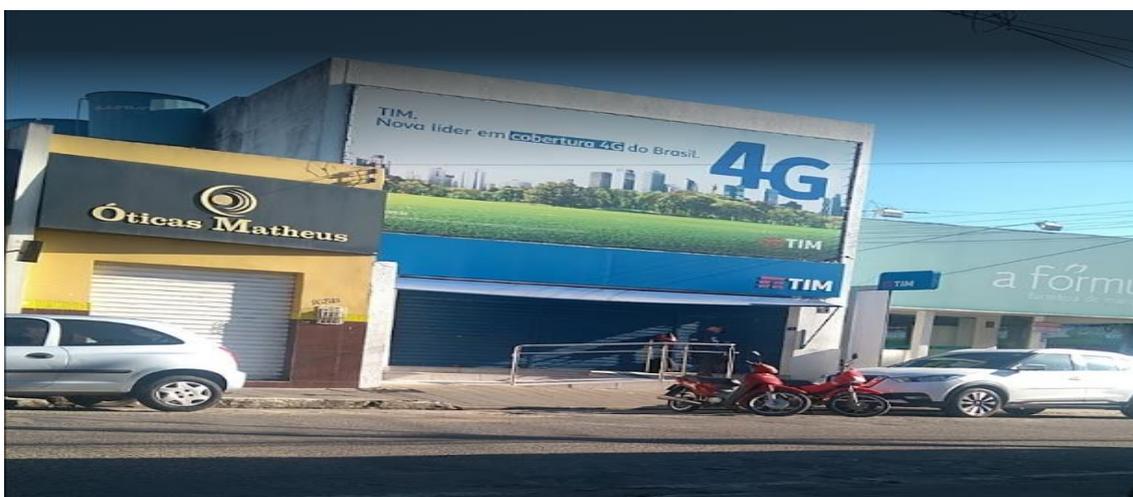
Foto: Thiago Lima (2020).

Figura 74. Serviço de telefonia móvel, internet móvel e residencial – OI Telecomunicações Arapiraca.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 75. Serviço de telefonia móvel, internet móvel e residencial – TIM comunicações Arapiraca.



Fonte: Google Imagens (2021).

Foto: Thammyr Melo (2018).

Devemos também ressaltar a abertura do Shopping Gardem Arapiraca em setembro de 2012, sendo o primeiro da região do Agreste Alagoano composto por redes de lojas nacionais e internacionais que estão presentes na capital Maceió e em outros estados, por exemplo, Riachuelo, C&A, McDonalds, Subway, Bob's, Cacau Show, Bali e Giraffas (TEODORO DOS SANTOS; GOMES, 2020).

Sobre a oferta de serviços em educação pública, podemos citar a presença do Campus da Universidade Federal de Alagoas, com oferta de cursos superiores e de pós-graduação, a presença do Campus Arapiraca do Instituto Federal de Alagoas – IFAL na oferta de cursos técnicos, tecnológicos, superiores e de pós-graduação e a Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, com a oferta de cursos de graduação. No ensino superior

privado, Arapiraca possui os polos das faculdades Unit-FITS, UNOPAR (ambos sendo de educação EaD), e presenciais da UNINASSAU e CESMAC, conforme as figuras 76, 77, 78, 79, 80 e 81 abaixo.

Figura 76. Campus da Universidade Federal de Alagoas em Arapiraca.



Fonte: Google Imagens (2021).  
Foto: José Almeida (2017).

Figura 77. Campus Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 78. Instituto Federal de Alagoas - IFAL, Campus Arapiraca.



Fonte: Google Imagens (2021)

Foto: Gege Santhos (2019).

Foto 79. Unidade do Grupo Educacional Privado Tiradentes – UNIT.



Fonte: Google Imagens (2021).

Figura 80. Grupos Educacionais Privados Pitágoras e UNOPAR em Arapiraca.



Fonte: Google Imagens (2021).

Foto: Amaury Jeffeter (2019).

Figura 81. CESMAC polo Arapiraca.



Fonte: Google Imagens (2021).  
Foto: Claudson Silva (2017).

A instalação de instituições de ensino superior públicas e principalmente privadas em Arapiraca de cursos de graduação e na modalidade EaD, ocorre a partir dos anos 2000, retratando o aumento do interesse da população em qualificar-se em busca de melhores empregos e salários, já que a sua rede urbana na prestação e produção de serviços mais especializados exige uma mão de obra compatível com o novo status da cidade, de Capital Regional C (REGIC, 2020), onde a população deve adaptar-se a nova dinâmica socioeconômica para atender as necessidades de um mercado em expansão (SILVA, 2010).

Em relação a oferta de serviços financeiros, a cidade dispõe de instituições bancárias públicas (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil - BNB) e privadas (Bradesco, Itaú, Santander) que atendem as necessidades da população e dos comerciantes.

A cidade de Arapiraca faz parte da 7ª Região de Saúde, conforme a figura 82, sendo polo da 2ª Macroregião da Saúde de Alagoas, sendo de acordo com o Guia Para Novos Gestores (2012) um agrupamento de cidades “com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações de serviços de saúde, onde deve constar serviços de atenção primária, urgência e emergência, atenção psicossocial, ambulatorial especializada e hospitalar” (GUIA PARA NOVOS GESTORES, 2011).

Figura 82. 2º Macrorregião da Saúde e 7º Região da Saúde de Alagoas.



Fonte: GUIA PARA NOVOS GESTORES (2017).

De acordo com o Plano Diretor de Regionalização de Alagoas - PDR (2011), o processo de regionalização pode interferir de forma positiva no acesso da população a serviços de saúde mais especializados, com o melhor uso de recursos aplicados pela gestão estadual e municipal na aquisição de aparato tecnológico mais avançado no atendimento à saúde.

Segundo o Guia Para Novos Gestores (2017), Arapiraca dispõe de uma rede de atenção primária de saúde que possui uma cobertura de 93,81% da população por meio de Estratégias de Saúde da Família (ESF), através da atuação de 59 equipes de saúde, com a participação de oito profissionais do programa Mais Médicos do Governo Federal, dispendo de 10 Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF), com duas academias de saúde compostas por equipamentos, estrutura e profissionais qualificados e 48 pontos de acesso ao Programa Nacional TeleSaúde Brasil Redes voltado a teleconsultoria, telediagnóstico e tele-educação.

Conta também com Central de Regulação de Urgência SAMU - 192 e de cinco hospitais com atendimento de urgência e emergência e internações: Unidade de Emergência Dr. Daniel Houly, com 77 leitos, sendo 40 em clínica médica, 27 leitos em clínica cirúrgica, três leitos em pediatria, sete leitos em UTI tipo II, além de radiologia, tomografia, ultrassonografia, eletrocardiograma, ecocardiograma, endoscopia e

laboratório clínico. Hospital Afra Barbosa, com 105 leitos, sendo 32 leitos em clínica médica, 18 leitos em clínica cirúrgica, 29 leitos em clínica pediátrica, 17 leitos em clínica obstétrica, nove leitos em UTI adulto tipo II, além de mamografia, radiologia, tomografia computadorizada, ultrassonografia, endoscopia, eletrocardiograma, eletroencefalograma, quimioterapia, hemodiálise e laboratório clínico. Hospital Chama com 178 leitos, sendo 46 leitos em clínica médica, 81 leitos em clínica cirúrgica, 10 leitos em clínica pediátrica, 17 leitos em clínica obstétrica, oito leitos em UTI adulto tipo I, 10 leitos de UTI adulto tipo II e seis leitos de UTI pediátrica tipo II, além de mamografia, radiologia, tomografia computadorizada, ultrassonografia, endoscopia, eletrocardiograma e laboratório clínico.

O Hospital Regional de Arapiraca possui 118 leitos, sendo 28 leitos em clínica médica, 34 leitos em clínica cirúrgica, 14 leitos em clínica pediátrica, 25 leitos em clínica obstétrica, sete leitos em UTI adulto tipo II, 10 leitos de UTI neonatal tipo II, além de radiologia, ultrassonografia, endoscopia, eletrocardiograma e laboratório clínico. Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora de Fátima com 87 leitos, sendo três leitos em clínica médica, 12 leitos em clínica cirúrgica, 15 leitos em clínica pediátrica, 42 leitos em clínica obstétrica, cinco leitos em UCI neonatal canguru, 10 leitos de UCI neonatal convencional, além de mamografia, radiologia, tomografia computadorizada, ultrassonografia, endoscopia, eletrocardiograma, eletroencefalograma e laboratório clínico (ALAGOAS, 2017; 2018 ).

Com toda esta estrutura de saúde, Arapiraca atua na assistência de pacientes de cidades do Agreste e Sertão alagoano e de outros estados, que segundo a Secretaria Estadual de Saúde de Alagoas - SESAU (2021), vêm de Propriá-SE, Bom Conselho-PE e Paulo Afonso-BA (ALAGOAS, 2021).

Diante do exposto, a cidade de Arapiraca justifica a sua hierarquia como Capital Regional C, segundo o REGIC (2020), por atender todos os requisitos avaliados na metodologia proposta pela pesquisa, ou seja: apesar de Arapiraca não possuir sedes de nenhum dos órgãos da administração pública e em alguns casos a inexistência destes, os que estão presentes são unidades descentralizadoras destas instituições, onde ocorre o recebimento das decisões proferidas nas sedes, situadas na Capital Regional A Maceió, não deixando de cumprir as suas funções na prestação de serviço a população ou da fragmentação do trabalho constitucional.

Desta forma, a cidade de Arapiraca, de acordo com os requisitos avaliados pelo REGIC (2020) e os dados levantados durante esta pesquisa, apresenta o nível elementar de gestão pública, apresentando também um polo do IBGE, polo da Receita Federal e uma unidade do INSS, os quais funcionam no mesmo prédio, ou seja, de uma escala de cinco níveis, Arapiraca ocupa a posição de 2º nível de acordo com a Escala das Regiões Geográficas Imediatas do IBGE (2017).

Com o seu nível de hierarquia (Capital Regional C), a cidade de Arapiraca exerce interações dentro de sua região de influência de forma horizontal (subordinando as cidades em seu entorno) e de maneira vertical (influenciando outros centros de hierarquia inferior) devido a forma de como opera o seu território, no que concerne na arrecadação de impostos, prestação de serviços, planejamento público e tomada de decisões.

O crescimento das relações da cidade de Arapiraca com outras cidades, evidencia a sua capacidade de atração devido a intensidade de suas relações dentro da rede urbana no Agreste alagoano pois, classificada como cidade média pelo REGIC (2020), ganha importância quando a sua área de influência é capaz de gerar a necessidade de deslocamento das populações das cidades em seu entorno dispostas a sanar as suas necessidades socioeconômicas em busca de bens e serviços mais especializados (SPOSITO, 2007).

Isso promove uma gestão do território mais efetiva através das relações com outras cidades graças a sua rede urbana diversificada e consolidação de sua hegemonia na região. A cidade de Arapiraca viveu dois momentos que justifiquem a sua ascensão: um deles foi no período entre as décadas de 1960-1980, aproveitando uma maior entrada de capital devido a cultura do fumo e pela sua feira-livre, transformando-se em um polo regional, atraindo investidores e indústrias de outros estados, principalmente de Sergipe e Pernambuco, contribuindo ainda mais para o aumento de sua centralidades, e o outro momento é após 1991, com a crise do fumo que mesmo com a diminuição da entrada de capital na cidade, Arapiraca consegue manter a sua posição de polo centralizador no Agreste de Alagoas (NARDI, 2010).

Segundo Oliveira (2007), Arapiraca já era um centro polarizador, que apresentava uma diversificação dos serviços no Agreste Alagoano, ao ponto de 94,7% das pequenas e médias empresas, 95,58% do setor de serviços e 87,66% do comércio

estão concentrados na cidades, mesmo após a crise do fumo, já que de acordo com Nardi (2010), a cidade, mesmo sofrendo um queda considerável em sua economia, manteve-se forte em seu potencial de atração para as empresas e indústrias que queriam investir na região. De acordo com Santos (2019), em 01 de dezembro de 2009, através da Lei complementar 27/2009, foi criada a Região Metropolitana do Agreste, composta por 20 municípios, onde a cidade de Arapiraca é colocada como cidade polo, justificando ainda mais o sua capacidade centralizadora na região do Agreste.

A chegada das indústrias no Agreste alagoano, de acordo com Santos (2019), foi proporcionada pelo Programa de Desenvolvimento Intergrado do Estado de Alagoas (PRODESIN), através da Lei 5.519, de 20 de julho de 1993, coordenado pela Secretária da Indústria e Comércio – SEIC, através da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Alagoas – CODEAL, oferecendo incentivos as indústrias a se instalarem na região, com o intuito de promover o desenvolvimento técnico e tecnológico voltados para a modernização da malha industrial alagoana, principalmente no interior do estado.

A cidade de Arapiraca, através de sua gestão de território, apresenta uma conexão com outras cidades que compõem a sua região de influência, oferecendo uma variedade de bens e serviços que atende as necessidades de acordo com a condição de cada população, que vai em busca destes serviços dissipando ainda mais o seu alcance dentro desta rede urbana. Isto aconteceu devido ao crescimento econômico nos setores de serviços, construção civil e indústrias com muitas ofertas de emprego atraindo ainda mais as populações dos municípios em seu entorno. Desta forma, as transformações que ocorrem em todos os setores, principalmente no produtivo, serviços e capital transformam a estrutura urbana, modernizando-a, aumentando ainda mais as especificidades de Arapiraca em relação as outras cidades da região.

Apresenta também uma variedade de instituições financeiras públicas e privadas, evidenciando a demanda da população em busca destes serviços e que serve como um indicador do perfil econômico da região, mostrando uma capacidade de gestão dentro de seu território, habilitando-a como um centro de hierarquia na região.

De acordo com Teodoro dos Santos (2014), outro privilégio que a cidade possui é a sua localização central no estado de Alagoas, o que proporciona uma maior interação no relacionamento com outras cidades e também com alguns estados nordestinos. Isso faz com que a cidade desponte como um dos principais destinos dentro

do Agreste alagoano em opções de lazer, educação nos níveis médio e superior, cursos profissionalizantes, técnicos e tecnológicos, oferta de serviços de saúde de baixa, média e alta complexidade, comércio de bens de valor agregado e serviços mais especializados.

Apesar de Arapiraca não possuir aeroporto, segundo o Plano Plurianual de Alagoas (2016-2019), a cidade é citada como um polo de atração dentro da região do Agreste, onde concentra atividades econômicas, apresentando grande potencial para a instalação de um sistema aeroviário. De acordo com o Plano Plurianual (2020-2023), o planejamento do estado de Alagoas para a região do Agreste alagoano visa a implementação das seguintes ações: três escolas de ensino integral, quatro laboratórios de robótica, implantação da base Aérea da Polícia Militar, um centro de educação integral, um colégio da Polícia Militar, uma delegacia de homicídios e ampliação da Unidade do Agreste (Unidade de Emergência Daniel Houly).

Sendo assim, o governo municipal e estadual através da gestão pública, mostra a intenção de ofertar a população de Arapiraca serviços referentes a administração pública, que visam não apenas atender a população local, e sim, ofertar estes serviços a totalidade da população das cidades vizinhas que compõe o Agreste e Sertão Alagoano, tendo Arapiraca como referência regional, como demonstra a figura 83 a seguir.

Figura 83. Região de Planejamento do Agreste Alagoano.



Desta maneira, o Governo Estadual e Municipal realizam melhoras na estrutura urbana da cidade de Arapiraca, ampliando a oferta de serviços públicos, fazendo com que a sua população local e a que reside em seu entorno não tenham que se deslocar para Maceió, descentralizando os serviços, promovendo um melhor reordenamento nas gestões públicas, empresarial e territorial, principalmente na região do Agreste alagoano.

Portanto, é nítido o crescimento da rede urbana de Arapiraca e o sucesso em promover o desenvolvimento na região do Agreste alagoano, mesmo após a crise do setor fumageiro, onde a cidade não se deixou abater e mesmo sendo classificada como uma cidade média, diversificou o seu comércio, atraindo empresas de atuação nacional e internacional, assim como indústrias e distribuidoras, associando o capital investido na cidade com uma rede urbana dinâmica e eficiente.

#### 4.3 Centros Sub-regionais B: Penedo, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

Segundo o REGIC (2020), as cidade de Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, Delmiro Gouveia, São Miguel dos Campos e União dos Palmares foram classificadas como Centros Sub-regionais B devido as suas semelhanças em relação a apresentarem múltiplas vinculações e por receberem influência da capital Regional A Maceió. Neste aspecto, todas elas serão avaliadas em conjunto, já que, segundo o próprio REGIC (2020), os centros Sub-regionais B possuem como características atividades de gestão menos complexas e com áreas de extensão menores em relação a influenciar outras cidades, sendo cidades que apresentam média populacional de 70 mil habitantes, referente a cidades nordestinas.

##### 4.3.1 Santana do Ipanema

Segundo o REGIC (2020), Santana do Ipanema influencia as cidades de Ouro Branco, Maravilha, Canapi, Senador Rui Palmeira, Olho D'Água das Flores, Palestina, contudo, segundo o REGIC (2020), mostra influenciando outras cidades além das citadas, sendo elas: Olivença, Carneiros e Dois Riachos. Apresenta também uma ligação de subordinação com a Capital Regional C Arapiraca, mas não com a Capital Regional A

Maceió. Isto ocorre justamente pelo fato de Arapiraca ser o maior centro de atratividade da região do Agreste alagoano e também o fato da menor distância de deslocamento da população em busca de bens e serviços mais especializados entre Arapiraca - Santana do Ipanema do que em relação ao percurso Santana do Ipanema – Maceió.

Segundo o Governo de Alagoas (2018), Santana do Ipanema, no ano de 2019, apresentava uma população estimada em 47.654 habitantes, com uma renda média *per capita* de meio salário mínimo, correspondendo a 51,7% da população com um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,591, no ano de 2010.

Em relação a sua gestão pública, a cidade de Santana do Ipanema apresenta os seguintes órgãos: uma agência do INSS, um Cartório da 19ª Zona Eleitoral, um Fórum da Comarca de Santana do Ipanema, um Juizado Cível e Criminal, um posto do IBGE, um posto da Receita Federal, uma Vara do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), um posto da Justiça Federal e um Fórum eleitoral.

Em relação a gestão empresarial, a cidade de Santana do Ipanema apresenta, segundo documento publicado pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Informações Socio-econômicas Municipais (2019), os seguintes estabelecimentos, conforme o quadro 13 abaixo.

Quadro 13. Número de estabelecimentos, empregos formais, remuneração total e remuneração média no município de Santana do Ipanema - AL – 2015.

Divisões CNAE 2.0 que mais geraram empregos	Nº de estabelecimentos	Vínculos empregatícios	Valor total das remunerações (R\$)	Remuneração média (R\$)
Total	371	4.275	5.666.053	1.325
Administração pública, defesa e seguridade social	2	1.408	1.880.842	1.336
Comércio varejista	199	1.224	1.174.339	959
Atividade de atenção à saúde humana	17	629	942.321	1.498
Atividades de atenção à saúde humana	14	36	42.139,76	1.395,61
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	8	233	260.782	1.119
Educação	13	116	109.385	943

Eletricidade, gás e outras utilidades	1	82	410.744	5.009
Atividades jurídicas, de contabilidade e auditoria	16	71	93.881,47	1.322,27
Construção de edifícios	7	58	66.877	1.153
Alimentação	16.	52	40.187	773
Fabricação de produtos alimentícios	11	51	45.641	895
Atividade de serviços financeiros	4	49	320.479	6.540
Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	12	49	57.675	1.177
Outras atividades de serviços pessoais	3	48	63.905	1.331
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	15	46	57.757	1.256
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2	36	30.926	859
Atividades de organizações associativas	6	24	21.896	912
Outras atividades	55	170	182.297	1.072

Fonte: BNB, MT, RAIS (2019).

Acerca da gestão do território, não foi identificada nenhuma parceria pública-privada da prefeitura com alguma entidade ou empresa privada. A cidade também é assistida por emissoras de canais abertos, emissoras de rádio AM/FM, presença de jornais impressos, provedores de internet e não apresenta ligações aéreas. As redes encontradas em Santana foram as seguintes: Rede de Supermercados Hiper TodoDia, pertencente ao grupo BIG BOMPREGO, Rede de Lojas Americanas, Rede de lojas de telefonia e internet VIVO, Rede de Lojas telefonia e Internet OI, não foram encontradas nenhuma das loja referentes as operadoras de telefonia móvel CLARO e TIM. Apresenta Rede de lojas Magazine Luiza, Rede de Lojas Casas Bahia, Grupo G Barbosa, Rede de Farmácias Permanente e Distribuidora Brasil Gás – S/A.

Santana do Ipanema está inserida na 9º Região de Saúde, formada por 14 municípios, onde do total de domicílios existentes na cidade (1837), 15.3% não dispõe de banheiro, vaso sanitário ou de esgoto encanado, provocando a contaminação do solo e das fontes de água que abastecem a cidade.

Santana do Ipanema dispõe de serviços de saúde de média e alta complexidade: uma Base Descentralizada do SAMU, utilizando os serviços da UPA 24h de Delmiro Gouveia, o município dispõe do Hospital Regional Dr. Clodolfo Rodrigues de Mello que funciona com atendimento de urgência, emergência e internação com 132 leitos, sendo: 25 leitos em clínica médica, 38 leitos em clínica cirúrgica, 16 leitos em clínica pediatria, 27 leitos em clínica obstétrica, seis leitos para isolamento, 10 leitos em UTI adulto tipo II e 10 leitos em UCI neonatal convencional, além de laboratório clínico, radiologia, tomografia, computadorizada, ultrassonografia, eletrocardiograma e endoscopia. Os casos de trauma são referenciados para a Unidade de emergência Dr. Daniel Houly em Arapiraca e o Hospital Geral do Estado – HGE em Maceió (ALAGOAS, 2017; 2018).

Em relação a rede de saúde, Santana do Ipanema dispunha no ano de 2017, os seguintes estabelecimentos de saúde, conforme o quadro 14 abaixo:

Quadro 14. Número de estabelecimentos de saúde de Sanatana do Ipanema -AL.

Especificação do estabelecimento	2015	2016	2017
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	12	12	12
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	7	7	7
Consultório	12	13	12
Hospital Geral	2	2	2
Policlínica	5	5	5
Posto de saúde	1	1	1
Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar-Urgência/Emergência	1	1	2
Academia de Saúde	1	1	1
Centro de Atenção Psicossocial – CAPS	1	1	1
Total	43	44	45

Fonte: ALAGOAS (2018).

Em relação ao número de leitos disponíveis a população, a cidade oferta as seguintes especialidades, conforme o quadro 15 abaixo:

Quadro 15. Número de leitos e internações por especialidades em Santana do Ipanema-AL.

Leitos por Especialidade	2015	2016	2017
Cirúrgicos	27	27	24
Clínicos	27	27	24
Obstétrico	30	30	26
Pediátrico	16	16	16
Outras especialidades	0	0	0
Hospital/Dia	12	12	12
Complementares	32	32	30
Total	144	144	132

Fonte: ALAGOAS (2018).

Neste aspecto, a cidade conta com o seguinte corpo de profissionais na prestação de serviços de saúde: dois anestesistas, três psiquiatras, seis nutricionistas, seis radiologistas, sete farmacêuticos, oito auxiliares de enfermagem, 11 fonoaudiólogos, 11 médicos da família, 11 cirurgiões geral, 12 assistentes sociais, 13 ginecologistas-obstetricia, 14 psicólogos, 19 pediátras, 22 cirurgiões dentistas, 22 clínicos geral, 23 fisioterapeutas, 41 outras especialidades, 85 enfermeiros e 212 técnicos de enfermagem (ALAGOAS, 2018).

Em relação aos serviços de educação fundamental e básica, Santana do Ipanema apresenta no ano de 2017: uma Escola Federal (campus IFAL, Santana do Ipanema), oito estaduais, 32 municipais, nove privadas, totalizando 50 estabelecimentos de ensino dentro da cidade (ALAGOAS, 2018).

Acerca do ensino público superior, a cidade dispõe das seguintes instituições: um campus da Universidade Federal de Alagoas – UFAL e um da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Acerca das instituições de ensino superior privado, a cidade

dispões das seguintes: UNOPAR, UniBTA Digital, UNINTA Centro Universitário, Unifil, polo da Universidade Anhanguera, UniCesumar (graduação e pós-graduação).

Em relação a gestão do território, Santana do Ipanema oferta as seguintes instituições que provovem a atração das populações das cidades que estão dentro de sua área de influência, que ajudam na estruturação de sua rede urbana: conta com bancos públicos (1 agência do Banco do Brasil, 1 da Caixa Econômica Federal, e 1 do Banco do Nordeste – BNB). Acerca dos serviços bancários privados, conta com as agências dos bancos Bradesco, Banco Bomsucesso, Santander e serviços de financeiras (SICREDI) (ALAGOAS, 2018).

Segundo o Governo de Alagoas, em seu Plano Plurianual (2020-2023), Santana do Ipanema foi contemplada com um Centro de Referência Social de Dependentes Químicos, três escola de ensino integral, transformação da delegacia de Sanatana do Ipanema em Casa de Custódia e seis laboratórios de robótica (ALAGOAS, 2020).

#### 4.3.2 Delmiro Gouveia

A cidade de Delmiro Gouveia, segundo o REGIC (2020), apresenta-se como município que possui mais de uma vinculação, recebendo influência da Capital Regional (A) Maceió, mas também do município de Paulo Afonso-BA, que é classificado como um Centro Sub-regional (A) REGIC (2020). Outro ponto em questão é que apresenta a Capital Regional (A) Maceió com uma ligação horizontal com a cidade de Delmiro Gouveia, ou seja, o município recebe influência da cidade de Maceió, mas não é citada no próprio REGIC (2020) esta relação de influência, contudo, Delmiro Gouveia exerce influência sobre algumas cidades em seu entorno, as quais são: Pariconha, Mata Grande, Inhapi, Olho d'Água do Casado e Piranhas (REGIC, 2020).

De acordo com Melo (2018), Delmiro Gouveia cresceu de forma acelerada, mesmo possuindo uma urbanização restrita, mas promissora em relação as cidades em seu entorno. O setor de comércio aumentou consideravelmente e passou a diversificar seus produtos, fomentando as relações comerciais e o acesso da população a produtos que não eram comercializados, assim como atividades voltadas ao lazer.

Segundo Firmino (2018), a cidade sofreu com uma crise econômica e a fábrica de pedra, especializada na produção de tecidos foi fechada em 2017, causando a

diminuição de dinheiro circulante na cidade, diminuição do comércio e aumento do desemprego, fazendo com que a população de baixa renda tivesse que se adaptar com a nova dinâmica do comércio.

De acordo as Informações Socioeconômicas Municipais, publicados pelo Banco do Nordeste do Brasil- BNB em 2019, a cidade de Delmiro Gouveia possui os seguintes estabelecimentos, conforme o quadro 16 abaixo:

Quadro 16. Número de estabelecimentos, empregos formais, remuneração total média no município de Delmiro Gouveia – AL.

Divisões CNAE 2.0 que mais geraram empregos	Nº de estabelecimentos	Vínculos empregatícios	Valor total das remunerações (R\$)	Remuneração média (R\$)
Total	519	4.549	6.346,916	1.395
Administração pública, defesa e seguridade social	2	1.779	2.718,964	1.528
Comércio varejista	307	1.110	1.084,078	977
Fabricação de produtos têxteis	2	590	773.040	1.310
Atividades de atenção à saúde humana	14	36	42.139,76	1.395,61
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	35	88	105.779,05	1.202,03
Educação	14	144	141.963,44	985,89
Alimentação	20	58	62.951,07	1.085,36
Atividades jurídicas, de contabilidade e auditoria	16	71	93.881,47	1.322,27
Outras atividades e serviços pessoais	5	67	81.996,54	1.223,83
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	7	34	58.690,77	1.726,20
Alojamento	13	42	42.604,91	1.014,40
Atividade de serviços financeiros	5	50	362.667,66	7.253,35

Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	2	52	67.799,35	1.303,83
Fabricação de produtos alimentícios	10	21	22.792,97	1.085,38
Eletricidade, gás e outras utilidades	1	30	416.978,95	13.899,30
Outras atividades	74	258	341.116,76	1.322,16

Fonte: BNB, 2019.

Sendo assim, a cidade de Delmiro Gouveia, para justificar a sua classificação como Centro Sub-regional (B), apresenta de acordo com a metodologia aplicada no estudo REGIC (2020), as seguintes características: em relação a gestão pública apresenta (uma agência do INSS, e uma sede de comarca, uma Promotoria de Justiça, vinculada ao Ministério Público, um campus da Universidade Estadual de Alagoas e um campus da Universidade Federal de Alagoas), sobre a gestão empresarial possui (277 estabelecimentos varejistas, 14 fábricas, sete estabelecimentos por comércio de atacado, 35 estabelecimentos de serviços de reparação de veículos, cinco estabelecimentos de comércio pessoais, 13 estabelecimentos de alojamento) e a gestão de território não consta nenhuma parceria entre o ente público e privado (BNB, 2019).

Referente a sua centralidade, a cidade de Delmiro Gouveia oferece serviços bancários, lojas de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, lojas de construção civil, redes de supermercados que atraem os clientes em busca de variedades, rede de lojas varejistas (Magazine Luiza, Americanas, Casas Bahia), presença de instituições financeiras como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Bradesco, serviço hospitalar (conta com 55 estabelecimentos: (15) Centros de Saúde/Unidade Básica de Saúde, cinco Clínicas Especializada/Ambulatórios Especializados, sete Consultórios, seis Policlínicas, (14) Postos de Saúde, uma Unidade de Pronto Atendimento, uma Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar-Urgência/Emergência, um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, (1) Farmácia e um hospital), apresenta também o seguintes profissionais de saúde atuando na cidade: dois anestesistas, dois cirurgiões gerais, dois fonoaudiólogos, três psiquiatras, cinco farmacêuticos, seis auxiliares de enfermagem, sete nutricionistas, sete radiologistas, sete médicos da família, oito pediatras, nove psicólogos, (10) ginecologistas-obstetrícia, (12) assistentes sociais, (20) fisioterapeutas, (27)

profissionais de outras especialidades, (28) cirurgiões dentista, (38) clínicos geral, (52) enfermeiros e (59) técnicos de enfermagem, possui canais de tv aberta e circulação de jornais impressos, transporte gratuito coletivo dos povoados para a cidade, apresenta atividades agropecuárias tais como (produção de feijão, melancia, banana, milho, batata doce, coco-da-baía, criação de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, leite, mel de abelha, ovos e galináceos), entretanto, não possui conexões aéreas e nem ligações internacionais (ALAGOAS, 2020; BNB, 2019; OLIVEIRA, 2020).

Sobre a gestão empresarial possui (277 estabelecimentos varejistas, 14 fábricas, sete estabelecimentos por comércio de atacado, 35 estabelecimentos de serviços de reparação de veículos, cinco estabelecimentos de comércio pessoais, 13 estabelecimentos de alojamento) e a gestão de território não consta nenhuma parceria entre o ente público e privado (BNB, 2019).

Diante de tais características, a cidade foi se transformando em um polo de comercialização da Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco. Assim sendo, sua ascensão foi ocorrendo de forma dinâmica, sendo um entreposto comercial, atraindo a população para uma área que não possuía atividade econômica, dinamizando a região, fazendo com que centros existentes fossem substituídos pelo município de Delmiro Gouveia e também aumentando sua área de influência em relação a outros municípios como Pariconha, Inhapi, Mata Grande, Olho d'Água do Casado e Piranhas.

Desta forma a cidade de Delmiro Gouveia aumentou a sua hierarquia dentro da região, expandindo sua área de influência, ofertando bens e serviços de melhor qualidade e variedade por haver uma maior dinâmica em seu comércio de bens e serviços prestado a população local e para quem se desloca em seu entorno.

Diante do exposto, a cidade de Delmiro Gouveia, apresenta-se como um Centro Sub-regional (B) de grande importância oferta de serviços e equipamentos, da Microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco, aumentando as suas relações urbanas de proximidade com outras cidades, através da gestão de seu território e na prestação de serviços à população, vinculando vários órgãos governamentais entre as cidades e estabelecendo uma hierarquia urbana na construção de sua região de influência.

## 4.3.4 São Miguel dos Campos

A cidade de São Miguel dos Campos, para justificar a sua classificação como Centro Sub-regional B, apresenta em relação a sua gestão pública as seguintes instituições: uma agência do INSS, um Cartório Eleitoral, uma Vara do Trabalho (vinculada ao Tribunal Regional do Trabalho), um posto do IBGE, um posto da Receita Federal e uma agência dos Correios. Acerca de sua gestão empresarial, segundo o Banco do Nordeste – BNB (2019), apresenta os seguintes estabelecimentos, conforme o quadro 17 abaixo:

Quadro 17. Número de estabelecimentos, empregos formais, remuneração total média no município de São Miguel dos Campos– AL.

Divisões CNAE 2.0 que mais geraram empregos	Nº de estabelecimentos	Vínculos empregatícios	Valor total das remunerações (R\$)	Remuneração média (R\$)
Total	610	9094	15.216.739	1.673
Fabricação de produtos alimentícios	9	3.214	5.156.976	1.605
Administração pública, defesa e seguridade social	2	1847	3.481.767	1.885
Comércio varejista	259	1.118	1.134.180	1.014
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	33	465	616.395	1.326
Atividades de atenção à saúde humana	17	412	605.568	1.470
Transporte terrestre	60	3116	390.304	1.235
Educação	16	209	205.279	982
Alimentação	31	167	156.500	937
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2	147	543.674	3.698
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	31	132	166.601	1.262
Obras de infraestrutura	7	105	110.736	1.055

Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	8	98	117.553	1.200
Eletricidade, gás e outras utilidades	2	79	321.175	4.066
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	10	72	101.969	1.416
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	1	71	487.694	6.869
Outras atividades	122	642	1.620.370	2.524

Fonte: (BNB, 2019)

Referente a sua centralidade, em relação aos serviços de saúde, São Miguel dos Campos dispõe de uma unidade da Santa Casa de Misericórdia, com atendimento de urgência e emergência, internação, com 132 leitos, sendo 41 em clínica médica, 14 em clínica pediátrica, 22 em clínica obstétrica, 34 em clínica cirúrgica, sete em UTI adulto, tipo II, cinco em UTI neonatal, tipo II, e nove em UCI neonatal, além de hemodiálise, radiologia (Raio X e tomografia computadorizada), laboratório clínico, eletrocardiografia, eletroencefalografia, endoscopia e ultrassonografia. Na assistência materno-infantil conta com Maternidade de Referência para o Risco Habitual com 30 leitos, referenciando para Maceió o alto risco na Maternidade Santa Mônica (ALAGOAS, 2017; 2018).

São Miguel dos Campos assiste a população com os seguintes estabelecimentos: (12) Centros de Saúde/Unidade Básica de Saúde, sete Clínicas Especializada/Ambulatório Especializado, sete consultórios, um hospital geral, um pronto atendimento, uma Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar-Urgência/Emergência, um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, duas farmácias. Apresenta também os seguintes números em relação ao quantitativo de leitos de internação e suas especialidades: 32 cirúrgicos, 43 clínicos, 26 obstétricos, 18 pediátricos e 25 complementares. A cidade também oferta os seguintes profissionais de saúde: dois sanitaristas, três psiquiatras, quatro fonoaudiólogos, cinco farmacêuticos, sete radiologistas, nove anestesistas, 13 assistentes sociais, 13 nutricionistas, 14 ginecologistas-obstetras, 14 cirurgiões geral, 15 psicólogos, 17 pediatras, 19 auxiliares de

enfermagem, 21 médicos de família, 27 fisioterapeutas, 36 cirurgiões dentista, 46 outras especialidades, 4 clínicos geral, 74 enfermeiros e 143 técnicos de enfermagem (ALAGOAS, 2018).

Em relação aos serviços educacionais, São Miguel dos Campos apresenta: um campus do Instituto Federal de Alagoas, três escolas estaduais, 23 municipais e sete privadas. Acerca do ensino superior público possui um campus da Universidade Estadual de Alagoas e no setor privado apresenta: um polo da faculdade UNOPAR, um polo da Faculdade Cruzeiro do Sul (modalidade EaD), um polo Faculdade Unicesumar (modalidade EaD), um polo da Universidade UNIFIL e um polo da Faculdade Unidombosco.

Dispões também de bancos públicos (uma agência do Banco do Brasil, uma da Caixa Econômica Federal e uma do Banco do Nordeste – BNB), bancos privados (uma agência do Bradesco) e financeiras (um posto da Gilliard Financeira), três estações repetidoras de TV, uma estação de rádio FM, três jornais diários e duas agências dos correios, não apresenta ligações aéreas sendo necessário o deslocamento de sua população até a capital Maceió (ALAGOAS, 2018).

#### 4.3.5 União dos Palmares

A cidade de União dos Palmares, classificada como um Centro Sub-regional B, é o único centro desta categoria a influenciar apenas uma única cidade, segundo o REGIC (2020), e recebe influência da Capital Regional A Maceió. Tem uma população estimada para o ano de 2019 de 65.611 habitantes, onde 48,4% desta recebe menos de meio salário mínimo, com IDH de 0,593 (ALAGOAS, 2018).

Sendo assim, a cidade de União dos Palmares, em relação a sua gestão pública apresenta as seguintes instituições: uma agência do INSS, um Fórum Eleitoral, uma Vara do Trabalho, uma Comarca da Justiça, uma Defensoria Pública, um polo da Justiça Federal (Subseção União dos Palmares), uma Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas e um Juizado de Pequenas Causas (BRASIL, 2008; ALAGOAS, 2018).

Acerca da presença de empresas multilocalizadas, União dos Palmares apresenta apenas duas: a Pespico do Basil, referente a distribuição de refrigerantes e a Granja Almeida, referente a venda de ovos.

Sobre rede de comércio varejista e atacadista conta com as redes Americanas, Magazine Luiza e Lojas Guido, Casas Bahia, Lojas Império, O Boticário, rede de Farmácias Permanentes, referentes a venda de móveis, eletrodomésticos, serviços de crédito, perfumaria, medicamentos. Em relação a serviços de telefonia, internet e provedores, temos as redes de telefonia móvel CLARO, VIVO e TIM.

Em relação aos estabelecimentos de saúde, União dos Palmares apresenta os seguintes: um Centro de Apoio a Saúde da Família – CASF, 17 Centros de Saúde/Unidades Básicas de Saúde, seis Clínicas Especializadas/Ambulatórios Especializados, três consultórios, dois hospitais gerais, cinco policlínicas, uma Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar-Urgência/Emergência, dois Centros de Atenção Psicossocial – CAPS. A sua rede de saúde também disponibiliza leitos nas seguintes especialidades: 20 cirúrgicos, 14 clínicos, 23 obstétricos, seis pediátricos. Possui um corpo da saúde com os seguintes profissionais: dois psiquiatras, três fonoaudiólogos, três farmacêuticos, oito radiologistas, oito cirurgiões geral, 11 nutricionistas, 11 anestesistas, 15 pediatras, 16 assistentes sociais, 16 gineco-obstetras, 17 médicos de família, 17 fisioterapeutas, 18 psicólogos, 21 clínicos gerais, 22 auxiliares de enfermagem, 41 técnicos de enfermagem, 51 enfermeiros, 51 cirurgiões dentistas e 38 especialidades variadas. Em relação aos serviços educacionais, conta com cinco escolas estaduais, 25 municipais e quatro privadas. Em relação a sua centralidade, apresenta três agências de bancos públicos (Banco do Brasil - BB, Banco do Nordeste do Brasil - BNB e Caixa Econômica Federal), um banco privado e uma agência dos correios (ALAGOAS, 2018).

Em relação ao ensino superior público, apresenta um campus da Universidade Federal de Alagoas e um campus da Universidade Estadual de Alagoas. Em relação as instituições de ensino superior privadas são: um polo da Faculdade Estácio, um polo da Faculdade Uniasselvi, um polo da Faculdade UNOPAR, um polo da Faculdade EAD Unicesuamar e um polo da Escola de Ensino Técnico de Enfermagem (Santa Juliana).

Segundo o Governo de Alagoas (2020-2023), há investimento futuros para a cidade de União dos Palmares que foram inseridos no Plano Plurianual (2020-2023) tais como: a construção do Hospital Regional de União dos Palmares (em andamento), instalação de quatro escolas de ensino integral e de nove laboratórios de robótica, ambas já funcionando (ALAGOAS, 2020).

#### 4.3.6 Penedo

Penedo é uma cidade composta por 63.683 habitantes (IBGE, 2018), que foi instituída como polo da Região Metropolitana do São Francisco, através da Lei Complementar nº 33, de 11 de maio de 2012 (ALAGOAS, 2012), pois desempenha funções de centralidade e relações urbanas de proximidade, influenciando as seguintes cidades: Igeja Nova, Porto Real do Colégio, Feliz Deserto, São Brás e Santana do São Francisco (SE), conforme o REGIC (2020).

De acordo com a publicação do IBGE (Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil – 2016), o estado de Alagoas possuía três Arranjos Populacionais em 2016, onde a cidade de Penedo – AL estava inserida neste quadro, exercendo sua influência nas cidades em seu entorno, e também sobre a cidade de Santana do São Francisco (SE).

Referente a sua Gestão Pública, a cidade possui um Cartório da 13ª Zona Eleitoral, um Fórum Judicial da Comarca de Penedo, um Fórum Judicial, um posto do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, uma agência do IBGE, uma Delegacia do Ministério da Fazenda e uma agência do INSS.

Sobre a sua Gestão do Empresarial, não existe parceria entre o município e alguma empresa privada, contudo, Penedo apresenta empresas que atuam tanto no comércio varejista quanto atacadista, as quais são: Magazine Luiza, Lojas Guido, rede de Lojas Americanas, Eletro Shop G Barbosa, rede de Supermercados Todo Dia.

Segundo o IBGE (2019)<sup>5</sup>, Penedo apresentava 703 empresas atuantes no município, sendo que nenhuma delas exercia atividades em outros municípios, ou seja, não exercem atividades multilocalizadas.

Em relação ao acesso da população a serviços de saúde pública, Penedo apresenta, segundo o Guia para Novos Gestores da 6ª Região de Saúde de Alagoas de 2017, conta com uma UPA 24h (Unidade de Pronto Atendimento), Unidade Mista Nossa Senhora das Graças com atendimento de urgência, emergência e internação, dispendo de 135 leitos sendo: 46 em clínica médica, 24 em clínica cirúrgica, 19 em clínica pediátrica, 35 em clínica obstétrica, oito em UCI neonatal convencional, três em UCI neonatal canguru, além dos serviços de radiologia, ultrassonografia, eletrocardiografia e

---

<sup>5</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. In: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/penedo/pesquisa/19/29761>. Acesso dia 11 de janeiro de 2022.

laboratório clínico, assim como dispõe da Santa Casa de Misericórdia de Penedo. Apresenta os seguintes profissionais da saúde atendendo no município: três psiquiatras, cinco anestesistas, sete farmacêuticos, oito nutricionista, 12 assistentes sociais, 12 cirurgiões geral, 13 fonoaudiólogos, 13 gineco-obstetras, 15 radiologistas, 15 pediatras, 18 auxiliares de enfermagem, 20 médicos de família, 21 psicólogos, 24 fisioterapeutas, 34 clínicos geral, 39 enfermeiros, 41 cirurgiões dentista, 74 técnicos de enfermagem e 66 de outras especialidades (ALAGOAS, 2018).

Em relação aos serviços de educação apresenta um campus do Instituto Federal de Alagoas – IFAL, sete escolas estaduais, 28 municipais e 11 escolas privadas. Relacionado a presença de instituições de ensino superior público, Penedo possui um polo do Instituto Federal de Alagoas, campus Penedo e um polo da Universidade Federal de Alagoas. Já na rede privada de ensino superior, a cidade de Penedo possui as seguintes instituições: Faculdade Raimundo Marinho, Estácio Penedo, Unopar e UNIP Penedo.

Em relação a sua centralidade apresenta três bancos públicos (Banco do Brasil – BB, Banco do Nordeste do Brasil – BNB e Caixa Econômica Federal), um banco privado e uma agência dos correios. Dispõe também de uma biblioteca pública e o Museu do São Francisco (ALAGOAS, 2018).

Os Centros Sub-regionais B evoluíram na prestação de bens e serviços mais especializados, principalmete nos setores de comércio, saúde e educação, evitando que as suas populações não tenham que se deslocar até a capital Maceió, promovendo uma boa gestão do território, aumentando as suas capacidades de atrair investimentos e transformando-se em pólos de comercialização regionais. Desta maneira, as populações locais não tem a necessidade de fazer longos deslocamentos para terem as suas necessidades atendidas, já que as suas cidades de origem são capazes de ofertar os bens e serviços que possam atender as suas necessidades. Os planos de desenvolvimento que o Governo de Alagoas está aplicando em todo o estado buscaram promover o desenvolvimento e o bem estar da população através da cultura lazer, acesso a serviços de saúde e educação de qualidade.

#### 4.4 Centros de Zona B Coruripe, Pão de Açúcar, Olho d'Água das Flores, Porto Calvo e Viçosa.

Os Centros de Zona B ocupam a 4<sup>o</sup> posição na hierarquia urbana estipulada pelo REGIC (2020), apresentando como características cidades populações em média de 25 mil habitantes por deterem um menor nível de gestão e com uma capacidade inferior de polarizar outras cidades, já que o fato de ofertarem bens e serviços que atendem as populações locais, não exigindo um deslocamento a centros maiores (REGIC, 2020).

##### 4.4.1 Coruripe

Segundo o Governo de Alagoas (2018), a cidade de Coruripe apresenta uma população estimada para o ano de 2019, de aproximadamente de 53.933 habitantes. A cidade dispõe de uma agência do INSS, um cartório da 7<sup>o</sup> Zona Eleitoral, um Fórum de Comarca, uma Vara de Justiça do Trabalho, com ausência de posto do IBGE, Receita Federal e Fórum do Tribunal Regional do Trabalho.

Segundo o BNB (2019), Coruripe apresenta 539 estabelecimentos comerciais, assim distribuídos: Fabricação de produtos alimentícios (1), Comércio varejista (199), Serviços para edifícios e atividades paisagísticas (2), Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas (11), Alimentação (20), Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (24), Serviços especializados para construção (8). Podemos citar como exemplo, as redes de lojas Americanas, Lojas Guido, Casas Bahia e Magazine Luiza. Em relação ao serviço de internet e telefonia móvel, conta com as empresas de telefonia móvel TIM, CLARO, provedores de internet com a empresa local TC WEB e é assistida por canais de tv aberta e circulação de jornal impresso, não apresentando ligações aéreas. Dispõe de serviços bancários, através das agências do Banco do Brasil – BB, Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Caixa Econômica Federal, Bradesco Dia e Noite e de financeiras ou correspondentes bancários: Funvest Empréstimos BMG, Crefisa, Help! Loja de Crédito e agência dos correios, recebendo sinais de tv aberta e circulação de jornais impressos,

Em relação aos serviços de saúde, dispõe de 31 estabelecimentos, os quais são: um Centro de Apoio a Saúde da Família-CASF, (16) Centros de Saúde/Unidades

Básicas de Saúde, duas Clínicas Especializadas/Ambulatórios Especializados, dois Consultórios, um Hospital Especializado, um Hospital Geral, duas Policlínicas, um Pronto Atendimento, um Pronto Socorro Geral, uma Unidade Mista, uma Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar-Urgência/Emergência e uma Academia de Saúde, um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. Apresenta os seguintes leitos disponíveis nas seguintes especialidades: 128 Cirúrgicos, 136 Clínicos, 44 Obstétricos, 110 Pediátricos. Em relação aos profissionais de saúde que atuam na cidade, apresentam os seguintes: dois psiquiatras, três fonoaudiólogos, sete farmacêuticos, oito nutricionistas, 12 assistentes sociais, 12 psicólogos, 16 radiologistas, 16 anestesistas, 17 gineco-obstetras, 18 médicos de família, 18 pediatras, 23 cirurgiões geral, 25 auxiliares de enfermagem, 28 cirurgiões dentista, 37 clínicos geral, 54 técnicos de enfermagem, 68 fisioterapeutas, 87 enfermeiros e 88 em demais especialidades.

Em relação aos serviços educacionais, a cidade dispõe de um campus do Instituto Federal de Alagoas, quatro escolas estaduais, 20 municipais e cinco privadas. Ocorreu também a inauguração, no ano de 2020, de duas escolas estaduais, quatro escolas de ensino integral e oito laboratórios de robótica. Sobre os serviços de educação superior, na rede privada, a cidade dispõe dos polos da faculdade UNOPAR e polo da UNINASSAU (ALAGOAS, 2018).

#### 4.4.2 Olho d'Água das Flores

A cidade de Olho d'Água das Flores, segundo o governo de Alagoas (2018), apresenta uma população estimada para o ano de 2019 de 21.688 habitantes. Nesta, são encontradas as seguintes instituições: apresenta um Tribunal de Justiça, uma Promotoria de Justiça, um Cartório Eleitoral, um Fórum de Comarca do Tribunal de Justiça do Estado, não apresentando agência do INSS, IBGE e Receita Federal.

Segundo o BNB (2019), a cidade apresenta os seguintes estabelecimentos: 79 varejistas, sete atacadistas, dois de Fabricação de produtos têxteis, um de fabricação de produtos químicos, um de obras de infraestrutura, um de atividades de serviços pessoais, 13 comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, dois de agricultura, pecuária e serviços relacionados e quatro de atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria. Na cidade não ocorre a atuação das grandes redes de lojas de móveis ou

eletrodomésticos, tais como Magazine Luiza, Casas Bahia ou lojas Guido, e sim, a atuação de lojas locais, por exemplo, Requite Moveis e Eletrodomésticos e Olho d'Água Moveis e Eletro. Apresenta três bancos públicos (Banco do Brasil – BB, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil – BNB e agência dos Correios.

Em relação aos serviços de saúde, encontramos os seguintes estabelecimentos: oito Centros de Saúde/Unidades Básicas de Saúde, um Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde, uma Unidade Mista, uma Academia de Saúde e um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. Sobre os leitos e suas especialidades, a cidade oferta os seguintes: oito cirúrgicos, 14 clínicos, oito obstétricos e 17 pediátricos, contando com o seguintes profissionais que atuam na cidade: um psiquiatra, um radiologista, dois pediatras, dois gineco-obstetras, dois farmacêuticos, três nutricionistas, três psicólogos, cinco fisioterapeutas, seis assistentes sociais, sete auxiliares de enfermagem, oito clínicos geral, nove médicos de família, 13 técnicos de enfermagem, 15 enfermeiros e 15 cirurgiões dentista. Sobre o número de leitos que assistem a população temos oito cirúrgicos, 14 clínicos, oito obstétricos e 17 pediátricos. Acerca dos profissionais de saúde, a cidade dispõe de um psiquiatra, dois Pediatras, dois gineco-obstetras, dois farmacêuticos, três psicólogos, cinco fisioterapeutas, seis assistentes sociais, sete auxiliares de enfermagem, oito clínicos geral, nove médicos de família, 13 técnicos de enfermagem, 15 enfermeiros e 15 cirurgiões dentistas (ALAGOAS, 2018).

Em relação aos serviços em educação, a cidade dispõe de duas escolas estaduais, 10 municipais e sete privadas. Em relação ao ensino superior, temos um polo da Faculdade UNOPAR. Não apresenta ligações aéreas, assistida por cobertura de sinal de tv aberta e jornais impressos.

#### 4.4.3 Porto Calvo

De acordo com o governo do Estado de Alagoas (2018), a cidade de Porto Calvo tem uma população estimada para o ano de 2019 de 27.165 habitantes. Sendo assim, apresenta os seguintes órgãos: um Fórum da Comarca de Porto Calvo, uma Vara do Trabalho, um Cartório da 14ª zona, uma agência do IBGE, uma agência do INSS e não apresenta posto da Receita Federal. Em relação aos serviços bancários, apresenta

agências de bancos públicos (uma do Banco do Brasil, uma da Caixa econômica Federal) e uma agência de banco privado (Bradesco Dia e Noite) e uma agência dos correios.

Segundo o BNB (2019), apresenta os seguintes estabelecimentos comerciais: oito de fabricação de produtos alimentícios, 141 de comércio varejista, 28 de agricultura, pecuária e serviços relacionados, oito de Construção de edifícios, 11 de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, 20 de transporte terrestre, duas de Fabricação de produtos de minerais não-metálicos, três de alojamento, três atividades de serviços financeiros, quatro de comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas, sete de serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestado a empresas, 16 de alimentação, cinco de atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria. Dispõe de dois de bancos públicos (Banco do Brasil – BB e Caixa Econômica Federal) e uma financeira, apresenta uma agência dos correios, é assistida por sinal de tv aberta e circulação de jornal impresso.

Em relação aos serviços educacionais, a cidade apresenta duas escolas estaduais, 14 municipais e três particulares. Em relação ao ensino superior, existem dois polos de faculdades privadas, um da UNOPAR e um da UNIASSELVI, ambas na modalidade EaD (ALAGOAS, 2018).

Sobre os serviços de saúde, a cidade disponibiliza a seus habitantes os seguintes estabelecimentos: um Centro de Apoio a Saúde da Família-CASF, 10 Centros de Saúde/Unidades Básicas de Saúde, duas Clinicas Especializadas/Ambulatórios Especializados, um Hospital Geral, uma policlínica, uma Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar-Urgência/Emergência, um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. Esta rede é composta pelos seguintes leitos e especialidades: oito cirúrgicos, 16 clínicos, 12 obstétricos com os seguintes profissionais atendendo na cidade: um gineco-obstetra, um psiquiatra, um pediatra, dois fonoaudiólogos, dois farmacêuticos, dois nutricionistas, cinco assistentes sociais, cinco psicólogos, seis radiologistas, seis clínicos geral, 11 médicos da família, 11 auxiliares de enfermagem, 12 fisioterapeutas, 17 cirurgiões dentistas, 18 enfermeiros e 20 técnicos de enfermagem. A cidade também possui sinal de tv aberta, apresenta a circulação de jornais impressos e não tem ligações aéreas, onde a sua população tem que se deslocar a capital Maceió para ter acesso a este tipo de serviço. Em seu Plano Plurianual (2020-2023), o Governo de Alagoas, inaugurou recentemente duas escolas de ensino integral, quatro laboratórios de robótica e está em construção um Hospital Regional (ALAGOAS, 2018).

#### 4.4.4 Pão de Açúcar

A cidade de Pão de Açúcar, segundo o estado de Alagoas (2018), tem uma população estimada para o ano de 2019 de 24.399 habitantes, apresentando os seguintes órgãos: uma agência do INSS, um cartório da 11ª Zona Eleitoral, um Fórum do Tribunal de Justiça e uma agência dos correios. Não apresentando polo do IBGE e nem da Receita Federal.

Segundo o BNB (2019), a cidade de Pão de Açúcar apresenta apenas 89 estabelecimentos: 50 comércio varejista, uma de captação, tratamento e distribuição de água, quatro de atividades de serviços financeiros, quatro de fabricação de produtos alimentícios, um de transporte aquaviário, quatro de atividades de organizações associativas, dois de agricultura, pecuária e serviços relacionados, dois de alimentação, e outras atividades de entrega, dois de serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas, um de alojamento, um de atividades de rádio e de televisão e três de construção de edifícios. A cidade dispõe de três bancos, sendo dois públicos (Banco do Brasil – BB e Caixa Econômica Federal) e um privado. Possui cobertura por sinal de tv aberta, circulação de jornal impresso e não apresenta ligações aéreas.

Em relação aos serviços educacionais, apresenta três escolas estaduais, 31 municipais e nove privadas. Em relação ao ensino superior, apresenta apenas uma faculdade particular (Faculdade São Vicente de Pão de Açúcar – FASVIPA) (ALAGOAS, 2018)

Acerca da assistência à saúde, a cidade dispõe dos seguintes estabelecimentos: cinco Centros de Saúde/Unidades Básicas de Saúde, duas Clínicas Especializadas/Ambulatórios Especializados, uma policlínica, oito postos de saúde, uma Unidade Mista, uma Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar-Urgência/Emergência, um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS e uma farmácia. Dispõe das seguintes leitos nas especialidades: 10 cirúrgicos, 18 clínicos, 12 obstétricos e 12 Pediátricos, com os seguintes profissionais atuando na cidade: um anestesista, um cirurgião geral, dois psiquiatras, três nutricionistas, três radiologistas, três pediatras, três psicólogos, quatro assistentes sociais, quatro farmacêuticos, quatro fisioterapeutas, quatro auxiliares de

enfermagem, cinco gineco-obstetras, oito clínicos geral, 10 cirurgiões dentistas, 16 médicos de família, 26 enfermeiros e 75 técnicos de enfermagem.

De acordo com o Plano Plurianual (2020-2023) do Governo de Alagoas, a cidade de Pão de Açúcar recebeu a implantação de cinco unidades da força tarefa, dois centros integrados de segurança pública, foram inauguradas três escolas de ensino integral e seis laboratórios de robótica.

#### 4.4.5 Viçosa

A cidade de Viçosa, segundo o Governo de Alagoas (2018), tem uma população estimada para o ano de 2019 de 25.733 habitantes, apresentando os seguintes órgãos: apresenta uma agência do INSS, um Cartório da 5ª Zona Eleitoral, um Tribunal de Justiça, um posto do IBGE, com ausência de posto ou delegacia da Receita Federal.

Segundo o BNB (2019), Viçosa apresenta 192 estabelecimentos: 58 agricultura, pecuária e serviços relacionados, 78 comércio varejista, cinco de educação, quatro de fabricação de produtos alimentícios, sete de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, três de atividades de serviços financeiros, um de coleta, tratamento e disposição de resíduos, um de captação, tratamento e distribuição de água, três de alojamento, cinco de atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria, sete alimentação, um de atividades imobiliárias, três de serviços especializados para construção e dois de atividades de atenção à saúde humana. Dispõe de três bancos públicos (Banco do Brasil – BB, Banco do Nordeste do Brasil – BNB e Caixa Econômica Federal), de um banco privado e uma financeira. Possui agência dos correios, cobertura de sinal de tv aberta e circulação de jornal impresso.

Em relação aos serviços educacionais, a cidade de Viçosa dispõe de: campus do Instituto Federal de Alagoas – IFAL, 3 escolas estaduais, 24 municipais e 3 privadas. Em relação ao ensino superior público, dispõe de campus da Universidade Federal de Alagoas e de polo da Faculdade Uninta, na modalidade EaD.

Acerca dos serviços de saúde prestados a população, conta com o seguintes estabelecimentos: um Centro de Apoio a Saúde da Família-CASF, nove Centros de Saúde/Unidades Básicas de Saúde, uma Clínica Especializada/Ambulatório

Especializado, dois Consultórios, um Hospital Geral, um Pronto Atendimento, uma Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar-Urgência/Emergência, uma Academia de Saúde e um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, composta pelo leitos nas seguintes especialidades: cinco cirúrgicos, 20 clínicos, 10 obstétricos e 10 pediátricos. Dispõe dos seguintes profissionais de saúde atuando na cidade: um fonoaudiólogo, um psiquiatra, um farmacêutico, um radiologista, dois pediatras, três nutricionistas, cinco psicólogos, sete médicos de família, sete auxiliares de enfermagem, nove cirurgiões dentistas, nove fisioterapeutas, nove assistentes sociais, 20 técnicos de enfermagem, 23 enfermeiros e 28 clínicos gerais. Segundo o Plano plurianual do Governo do Estado de Alagoas (2020-2023), a cidade de Viçosa recebeu a implantação de quatro unidades da Força Tarefa, um Centro Integrado de Segurança Pública, a inauguração de mais uma escola estadual, quatro escolas de ensino integral e nove laboratórios de robótica (ALAGOAS, 2018).

Os Centros de Zona B alagoanos foram capazes de ascender na hierarquia urbana, apesar de apenas um deles (Viçosa) conseguiu influenciar outra cidade. Estes centros passaram por transformações significativas em sua estrutura urbana, sendo agora dotados de equipamentos e serviços de baixa e média complexidade. Muitos deles são dotados de hospitais, clínicas e leitos de atendimento nas mais variadas especialidades. Apresentam um comércio diversificado o suficiente para atender as necessidades mais urgentes da população, alguns deles apresentam campus de institutos federais e polos de universidades privadas na modalidade presencial ou EaD, contudo, ainda são dependentes dos serviços ofertados pelos Centros Sub-regionais B, ou até mesmo da capital Maceió, já que estão inseridos dentro de suas áreas de influência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1950, o Brasil passou a ter um plano de desenvolvimento para as regiões brasileiras, que anteriormente existia apenas ações em regiões-chaves da economia brasileira, ou em alguns casos de forma assistencialista, por exemplo, o combate às secas no Nordeste. Segundo Cano (2000), entre o séc. XIX e início do séc. XX, a economia brasileira passou por transformações em sua estrutura, principalmente no setor industrial e em sua urbanização, com o intuito de integrar as demais regiões do país (mercado interno), entretanto, isso provocou uma concentração exacerbada de indústrias no estado de São Paulo, deixando as demais regiões carentes de investimentos e de infraestrutura, contribuindo assim para o agravamento das desigualdades regionais, sobretudo no Nordeste, o qual ainda possuía uma economia fortemente agrária nos moldes arcaicos de produção.

Esta postura da União é causada por vários fatores, mas um dos mais significativos é um corpo político e de fraca representatividade alagoana perante a política nacional, e boa parte dos recursos quando chegavam às cidades eram destinados à construção de poços artesianos, servindo de moeda de troca, como “benfeitorias” dos políticos locais perante a população carente (AZEVEDO, 1962; SAMPAIO, 1987).

Em 1950, o governo federal cria o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, tendo a missão de identificar os principais problemas que assolam a região e de criar soluções em parceria com o Banco do Nordeste – BNB, o qual foi criado em 1952, para fomentar investimentos na região, principalmente auxiliando o setor privado, já que a União financiava parte do processo de industrialização na região Centro-Sul do país. Outro ponto importante a ser combatido eram os latifundiários (principalmente do setor açucareiro), os quais por influência política, queriam que os investimentos fossem utilizados em suas propriedades, o que dificultava a implantação de políticas sociais (FURTADO, 2003).

Assim o GTDN vinha com os seguintes princípios (FURTADO, 2003):

- A intensificação dos investimentos industriais visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;

- Transformação da economia agrícola da faixa úmida com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deveria ser intensificada;
- Transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-las mais resistentes ao impacto das secas;
- Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense que estavam em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida.

Estes princípios eram necessários, pois o setor primário nordestino oferecia apenas matérias primas básicas às indústrias e ainda por cima com uma mão de obra de baixa qualificação, incapaz de atender as demandas de mercado de bens duráveis e de alto valor agregado e os setores secundário e terciário apenas serviam para consumir os produtos de indústrias locais. Assim, era necessário que a região Nordeste fosse capaz de atrair indústrias de base promovendo uma reformulação em sua cadeia produtiva, buscando uma nova organização, para que pudessem ter chances em um mercado interno competitivo, já que a região era favorecida por uma diversidade de matérias primas, energia abundante, mão de obra barata e um banco federal criado para facilitar a aquisição de crédito para investimentos na região, principalmente de cunho privado (FURTADO, 2003).

Sendo assim, no dia 15 de dezembro de 1959, através da Lei nº 3.692, a SUDENE foi criada com as seguintes atribuições:

- Estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste;
- Estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste;
- Executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe foram atribuídos, nos termos da legislação em vigor;
- Coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira do Nordeste.

A primeira ação que a SUDENE fez foi executar o I Plano Diretor (1961), direcionado a melhoria de estradas, rede elétrica, transportes, recursos hídricos e mineração, trazendo grandes investimentos para a região nos setores públicos e privados, e um dos pontos importantes deste plano era o fato de qualquer empresa que decidisse instalar-se no Nordeste teria um incentivo do governo na redução do imposto de renda em projetos de cunho industrial. Em seguida, foi feito o II Plano Diretor (1963), distribuindo ainda mais investimentos, sendo que nas áreas de educação, habitação, qualificação de mão de obra e pesca (CARVALHO, 2001).

A economia alagoana não se destacou muito em relação aos outros estados nordestinos, pois até a década de 1960, sua economia era baseada na agroindústria açucareira (Zona da Mata e Litoral), têxtil e pecuária extensiva (Agreste e Sertão). A partir da implantação, de incentivos fiscais na região, através da SUDENE, a partir do II Plano Diretor, as estatais alagoanas sofreram algumas mudanças positivas em suas estruturas industriais.

Infelizmente, as políticas de desenvolvimento da SUDENE foram afetadas pelo Golpe Militar de 1964, fazendo com que suas funções fossem redefinidas, deixando de ser uma promotora de investimentos e de desenvolvimento, passando a atuar em prol dos latifundiários e oligopólios do Nordeste, aumentando ainda mais as desigualdades sociais na região. Houve um III Plano Diretor (1966), voltado para investimentos na irrigação do Vale do São Francisco, saúde pública e educação básica. Ocorreu um IV Plano Diretor (1968), com o intuito de aumentar a área agrícola na região, com o objetivo de dinamizar a Zona da Mata e uma proposta de reorganização do semiárido. Infelizmente, o IV Plano Diretor favoreceu apenas os estados da Bahia e Pernambuco em relação a instalação de indústrias, contribuindo para o aumento das desigualdades sociais, com redução de salários e investimentos em ações de cunho social e assistencialista (COLOMBO, 2018).

Contudo, apesar destes problemas encontrados na SUDENE, Maceió desponta como o centro polarizador, de acordo com os seguintes aspectos: apresenta um comércio varejista e atacadista com a oferta de bens e serviços diversificados, atraindo as populações das cidades em seu entorno em busca de produtos e serviços que não são encontradas nas cidades de origem. Isto ocorre devido ao grande número de empresas e filiais que se instalaram na cidade, já que apresenta a maior demanda por bens e serviços por ser a cidade mais populosa do estado. Outro ponto importante a ser destacado é a sua

capacidade administrativa, abrigando os principais órgãos e suas sedes do governo federal, estadual e municipal, assim como agências bancárias e financeiras e sedes de lojas de grandes empresas nos ramos atacadista e varejista. Apresenta também serviços de consultoria e publicidades capazes de orientar e promover os melhores investimentos nos diversos setores da economia alagoana (imobiliário, empresas e comércio). A capital Maceió disponibiliza a maior rede de educação da América Latina, através do Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (CEPA), na oferta de educação infantil, básica e secundarista (ensino médio) para toda a capital e ainda atende algumas cidades em seu entorno que disponibilizam transporte gratuito no deslocamento de alunos. Dispõe também de inúmeros hospitais e centros de saúde no atendimento da população tanto da capital e do interior, devido a oferta de serviços nas mais variadas especialidades médicas e por disponibilizar os procedimentos e exames mais complexos, sendo referência no atendimento à saúde. Disponibiliza para a população cinemas, teatros, sinal de rádio e de tv, assim como a presença de times de futebol e jogos de campeonatos nas mais variadas modalidades.

As cidades do interior que são polarizadas por Maceió não atingem as notas necessárias em alguns itens avaliativos utilizados na metodologia do IBGE (1967). Cidades como Arapiraca, Delmiro Gouveia, São Miguel dos Campos, Penedo, Santana do Ipanema, União dos Palmares, apesar de serem centros de referência no Agreste, Sertão e Zona da Mata, apresentaram apenas alguns dos itens avaliados na metodologia do IBGE (1967), não atingindo os requisitos mínimos que possam auferir notas consideráveis em suas avaliações, isto porque, a classificação dos centros polarizadores foi feita levando-se em consideração o aparato terciário relacionado a atividade industrial e a quantidade da população urbana para discriminar os centros que possuíssem iguais hierarquias, contudo, apenas o aparato terciário serviu como análise para estas cidades já que regiões rurais com baixa atividade tem grandes áreas, mas com fluxos baixos de atividades sofrendo influência das metrópoles, ao contrário de uma região com um adensamento populacional alto e com uma economia diversificada, a polarização ocorre de maneira menor já que não sofrem influência das metrópoles, pois possuem fluxos de pessoas e mercadorias mais intensos.

Com isto, muitas cidades do Agreste e Sertão de Alagoas desenvolvem-se sem sofrer influência da capital Maceió, ofertando bens e serviços de consumo imediato e de baixo custo as populações locais, fazendo com que não tenham a necessidade de se

deslocarem para a capital. As cidades de Coruripe, Olho d'Água das Flores, Pão de Açúcar, Porto Calvo e Viçosa, muitas delas nem sequer apresentam os itens que foram avaliados no estudo do IBGE (1967), sendo consideradas apenas como municípios sem expressividade, atendendo apenas a população local com serviços de consumo imediato e de baixo valor agregado.

A evolução destas cidades ocorre, segundo Corrêa (1997), no que diz respeito a rede urbana ser obrigada a se transformar constantemente para que ela possa atender as necessidades da dinâmica social e econômica de cada região. Sendo assim, a rede urbana alagoana, segundo o IBGE (1967), apresentava um baixo índice de urbanização, devido a praticamente todo o estado ser dependente da monocultura da cana-de-açúcar, principalmente as cidades do Litoral e Zona da Mata, diferentemente das cidades do Agreste e Sertão, que se especializaram na oferta de bens e serviços dentro de suas áreas de influência.

Entre 1970 e 1985, a indústria alagoana, após experimentar as alterações em sua base produtiva devido aos incentivos e investimentos da SUDENE, cresceu em média 12% ao ano, sendo este indicativo superior à média do país, que no mesmo período foi de 10,2%, contudo, abaixo da média Nordeste de 14,1%. Esse aumento foi graças a modernização nas técnicas de produção, investimentos em tecnologia e maquinário, principalmente nos ramos têxtil, alimentação e bebidas. Outro destaque foi o aumento da atividade na construção civil graças aos recursos disponíveis do Sistema de Habitação e do Banco Nacional de Habitação e com a instalação do Polo Cloroquímico de Alagoas, que desenvolveu a indústria química e de plástico na região (PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL DE ALAGOAS, 2017).

Estas modificações promoveram crescimento de outros setores, principalmente os de serviços, em especial na capital Maceió, atraindo um grande volume de trabalhadores que não queriam mais trabalhar na zona rural. Em relação ao setor industrial, de 1970 a 1985, foram favorecidos por acontecimentos de cunho nacional e internacional, onde as indústrias de Alagoas (principalmente o setor sucroalcooleiro) ficaram ainda mais poderosas econômica e politicamente, favorecidas pelas 2 crises do petróleo, sendo beneficiadas com aumento das exportações de açúcar e álcool devido ao Programa Nacional do Álcool – Proálcool, onde o governo federal visava diminuir a dependência do país da importação de petróleo, fazendo com que o estado ampliasse ainda mais a sua capacidade produtiva, favorecendo o aumento da área de plantio da cana

de açúcar, duplicando a sua produção e aumentando em 25 vezes a de álcool (CARVALHO, 2016).

Infelizmente, em 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso, assinou uma Medida Provisória encerrando as atividades da SUDENE, devido a escândalos de corrupção e denúncias de favorecimento político dentro da instituição em beneficiar com projetos alguns estados do Nordeste (PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL DE ALAGOAS, 2017)

A sua recriação ocorreu em 2007, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, por meio de uma Lei Complementar nº 25, ampliando ainda mais o seu raio de atuação, não ficando restringida apenas a região Nordeste, atuando também no Norte de Minas Gerais e no Espírito Santo, com novos projetos os quais são: Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE, Planos regionais de desenvolvimento Plurianuais e Anuais – PRDPA, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE (SUDENE, 2011).

Em Alagoas, o governo do estado lança em 2017 o seu Plano de Desenvolvimento Estadual – PDE (2017) em parceria com a SUDENE, na promoção do desenvolvimento, assim como direcionador de investimentos ao longo do estado, tendo em vista ampliar as potencialidades, e claro detectar as principais carências que cada cidade apresenta, tendo em foco a melhora das condições sociais, associado ao crescimento econômico, com atenção ao meio ambiente e sustentabilidade (PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL DE ALAGOAS, 2017).

Desta maneira, o PDE (2017), propõe a redução da concentração de renda, diversificação das atividades produtivas ao longo do estado, associado a uma qualificação da mão de obra disponível, integração das indústrias no contexto regional e nacional, associado a um desenvolvimento sustentável e a melhoria nos indicadores sociais, principalmente focado em investimentos na educação.

Sendo assim, o governo do estado junto com a SUDENE, traçaram as seguintes diretrizes através do PDE (2017), com os seguintes programas, objetivos, metas e instituições públicas e privadas envolvidas nesta parceria (PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL DE ALAGOAS, 2017, p.123-133):

- a) EIXO DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL / DIRETRIZ: Desenvolvimento Rural Sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura.

**PROGRAMAS:**

1. Diversificação e sustentabilidade de atividades alternativas à monoatividade canavieira na Zona da Mata;
2. Ampliação e verticalização da bacia leiteira de Alagoas;
3. Promoção da convivência com o semiárido;
4. Uso hidroagrícola do Canal do Sertão;
5. Integração campo-cidade, agricultura urbana e periurbana e inserção produtiva;
6. Desenvolvimento da aquicultura;
7. Desenvolvimento sustentável da fruticultura;
8. Dinamização e qualificação da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura em Alagoas;
9. Fortalecimento da agricultura familiar e cooperativismo no campo.

**PRINCIPAIS OBJETIVOS:**

- Diversificar a produção rural;
- Aumentar a produtividade;
- Universalizar o acesso à água;
- Manter o homem no campo;
- Ampliar o mercado institucional.

**PRINCIPAIS METAS:**

- 100% das propriedades rurais com acesso à água para produção;
- 85% dos produtores com acesso a serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- Reduzir em 25% a participação relativa da atividade canavieira no PIB do estado;
- Ampliar em 70% a produção aquícola;
- Ampliar em 15% a produtividade média da fruticultura.

**PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:**

- Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura (Seagri);

- Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (Emater);
- Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL);
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas (Faeal);
- Companhia Nacional de Abastecimento (Conab);
- Ministério da Integração Nacional (MI);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa);
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (Sebrae);
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene);
- Prefeituras Municipais

b) EIXO DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL / DIRETRIZ: Turismo como vetor de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

#### PROGRAMAS:

1. Infraestrutura aplicada ao turismo;
2. Defesa ambiental para o turismo;
3. qualificação dos produtos turísticos;
4. Promoção e fortalecimento da imagem dos destinos;
5. Fortalecimento da gestão participativa e da política estadual de turismo.

#### PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Qualificar e diversificar a oferta de produtos;
- Qualificar prestadores de serviços;
- Consolidar o posicionamento de mercado de cada região, considerando sua segmentação turística.

#### PRINCIPAIS METAS:

- 15 praias com selo Bandeira Azul;
- Sinalização turística considerada excelente por 90% dos turistas;
- Observatório de Turismo estadual consolidado e com informações acessíveis on-line.

#### PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur);

- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh);
- Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL);
- Ministério do Turismo (MTur);
- Ministério da Integração Nacional;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
- Maceió Convention & Visitors Bureau (MC&vB);
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (Sebrae);
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac);
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene);
- Academia: universidades e Faculdades públicas e privadas;
- Prefeituras Municipais.

c) EIXO DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL / DIRETRIZ: Indústria competitiva, dinâmica e diversificada.

#### PROGRAMAS:

1. Fortalecimento e ampliação do polo industrial da química e do plástico na região metropolitana de Maceió;
2. Desenvolvimento de empreendimentos de energia sustentável;
3. Fortalecimento dos polos regionais e diversificação industrial;
4. Fortalecimento da agroindústria.

#### PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Implantar novas indústrias;
- Diversificar a matriz energética;
- Fortalecer polos setoriais no interior;
- Agregar valor à produção rural.

#### PRINCIPAIS METAS:

- Ampliar a participação da indústria para 25% do valor Adicionado Bruto (vAB);
- Taxa de desemprego abaixo de 7,5%;
- Reduzir em 40% as perdas na transmissão de energia elétrica.

#### PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur);

- Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz);
  - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL);
  - Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (Fiea);
  - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (Sebrae);
  - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai);
  - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene);
  - Academia: universidades e Faculdades públicas e privadas;
  - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic);
  - Ministério da Integração Nacional;
  - Ministério de Minas e Energia (MME).
- d) EIXO DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL / DIRETRIZ: Ambiente atrativo para o desenvolvimento do Comércio e dos Serviços.

#### PROGRAMAS:

1. Fortalecimento do comércio varejista nas pequenas e médias cidades de Alagoas;
2. Simplificação do processo de registro de empreendimentos do comércio e serviços;
3. Fortalecimento do Polo de Tecnologia e Inovação de Maceió;
4. Estímulo ao consumo de produtos locais.

#### PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Processo de recolhimento de tributos unificados em um processo simplificado e ágil;
- Crescimento de 75% no número de empresas formalizadas;
- Ampliar em 25% o comércio de produtos com origem em Alagoas.

#### PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur);
- Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz);
- Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL);
- Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Alagoas (Fecomércio);
- Junta Comercial de Alagoas (Juceal);

- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (Sebrae);
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac);
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene);
- Academia: universidades e Faculdades públicas e privadas.

e) EIXO ESTRUTURANTE / DIRETRIZ: Educação acessível e de qualidade para cidadania e formação profissional.

#### PROGRAMAS:

1. Interiorização do ensino técnico e universitário;
2. Promoção de ambiente favorável e resultados de excelência;
3. Erradicação do analfabetismo.

#### PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Diagnosticar a cobertura do ensino em Alagoas;
- Ampliar a oferta de vagas e cursos;
- Melhorar a qualidade da educação;
- Valorizar profissionais da educação;
- Promover ambiente escolar favorável;
- Erradicar o analfabetismo.

#### PRINCIPAIS METAS:

- Ideb acima de 6 em todos os níveis (fundamental e médio);
- 50% das escolas com educação em tempo integral;
- 98% da população alfabetizada.

#### PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Secretaria de Estado da Educação (Seduc);
- Ministério da Educação (MEC);
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-AL);
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-AL);
- Universidade Federal de Alagoas (UFAL);
- Instituto Federal de Alagoas (IFAL),

- f) EIXO ESTRUTURANTE / DIRETRIZ: Infraestrutura produtiva e de suporte transformadora.

#### PROGRAMAS:

1. Otimização da logística e do transporte;
2. Infraestrutura produtiva;
3. Infraestrutura dos serviços públicos;
4. Segurança energética com sustentabilidade.

#### PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Melhorar a competitividade logística;
- Atrair indústrias e agroindústrias;
- Estimular estrutura para novos negócios;
- Melhorar a infraestrutura de serviços básicos;
- Diversificar a matriz energética.

#### PRINCIPAIS METAS:

- Ferrovia Transnordestina em operação e conectada às ferrovias alagoanas;
- Elevar o calado do Porto de Maceió para 12,5 m;
- 45% da energia de fontes renováveis não poluidoras.

#### PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur);
- Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento urbano (Setrand);
- Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra);
- Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura (Seagri);
- Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;
- Ministério de Minas e Energia (MME);
- Ministério da Integração Nacional (MI);
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);

- Companhia Docas;
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene);
- Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas (DER);
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

g) EIXO ESTRUTURANTE / DIRETRIZ: Sustentabilidade e Meio Ambiente.

#### PROGRAMAS:

1. Ampliação do saneamento básico;
2. Preservação ambiental e valorização dos ecossistemas;
3. Fortalecimento dos sistemas de gestão ambiental

#### PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Universalizar o acesso à água potável;
- Ampliar a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto;
- Ampliar a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de resíduos sólidos;
- Ampliar a área preservada;
- Assegurar a sustentabilidade das unidades de Conservação.

#### PRINCIPAIS METAS:

- 100% da população atendida com serviços de abastecimento de água;
- Pagamento por Serviços Ambientais regulamentado e implementado;
- 100% do esgoto coletado;
- Redução de 70% dos resíduos recicláveis secos dispostos em aterros.

#### PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh);
- Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL);
- Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Ministério da Integração Nacional (MI);

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

h) EIXO ESTRUTURANTE / DIRETRIZ: Serviços básicos acessíveis e eficazes

#### PROGRAMAS:

1. Universalização da saúde;
2. Defesa da integridade do cidadão;
3. Respostas à sociedade;
4. Consolidação de Parcerias Público-Privadas.

#### PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Melhorar os serviços de saúde;
- Reduzir a criminalidade;
- Desburocratizar os serviços públicos;
- Simplificar o ambiente tributário;
- Atrair investimentos privados.

#### PRINCIPAIS METAS:

- Aumento da expectativa de vida média da população para 79 anos;
- Redução de 75% dos índices de criminalidade;
- Sistema de obrigações tributárias acessórias unificado.

#### PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Secretaria de Estado da Saúde (Sesau);
- Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura (Seagri);
- Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz);
- Ministério da Fazenda (MF);
- Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag);
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur);
- Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic);
- Ministério da Integração Nacional (MI);
- Ministério da Saúde (MS);
- Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP);
- Polícia Militar de Alagoas (PM-AL);

- Polícia Civil de Alagoas;
- Tribunal de justiça de Alagoas;
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene);
- Academia: universidades e Faculdades públicas e privadas.

i) EIXO ESTRUTURANTE / DIRETRIZ: Inovação e Tecnologia incorporadas ao cotidiano

#### PROGRAMAS:

1. Estruturação do Sistema Estadual de CT&I;
2. Apoio à incorporação da tecnologia e inovação no cotidiano;
3. Pesquisas para o desenvolvimento econômico de Alagoas.

#### PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Ampliar a estrutura de comunicação;
- Implantar estruturas de acesso à tecnologia;
- Consolidar polos tecnológicos;
- Desenvolver tecnologia para cidades inteligentes;
- Desenvolver pesquisas e extensão nas principais atividades econômicas.

#### PRINCIPAIS METAS:

- 100% dos municípios atendidos com rede de fibra ótica;
- Consolidar o Parque Tecnológico de Alagoas e seus polos:
- Agroalimentar de Batalha;
- Agroalimentar de Arapiraca;
- Tecnologia da Informação, Comunicação e Serviços; • Museu interativo de CTI.

#### PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (Secti);
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur);
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal);
- Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI);
- Ministério da Integração Nacional;
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene);
- Academia: Universidades e Faculdades públicas e privadas.

Desta forma cada eixo de atuação foi pensado e organizado visando o desenvolvimento sustentável nos aspectos mais relevantes de Alagoas, focado em suas necessidades mais urgentes, a fim de colocar Alagoas como um estado atuante dentro do território nacional. Outro ponto importante foram as parcerias público - privadas e também os inúmeros órgãos do poder público envolvidos no projeto assim como a inclusão desta parceria de universidades públicas e privadas.

Ao analisarmos a rede urbana alagoana percebemos o quanto ela evoluiu ao longo dos últimos 40 anos, desde o primeiro estudo promovido pelo IBGE em 1967, onde apenas a capital Maceió aparece como centro polarizador e as demais cidades como centro polarizados. No último estudo publicado, Regiões de Influência das Cidades - REGIC (2020), mostra uma configuração totalmente nova da encontrada em 1967: uma rede composta por arranjos populacionais, centros sub-regionais e centros de zona. Esta rede passou por diversas transformações e agora, em relação ao estudo promovido pelo IBGE, Regiões de Influência das Cidades REGIC – 2020, alguns problemas puderam ser evidenciados na maneira como o IBGE chegou às conclusões acerca das regiões de influência do estado de Alagoas.

No REGIC (2020), os centros Sub-regionais B, apresentam atividades de gestão menos complexas, sendo que todas são de nível 3 em gestão de território e a sua área de influência enquadra-se nas de menor extensão que as capitais regionais, sendo classificadas como cidades de menor porte populacional, onde no estudo REGIC (2020), passou de 71 mil habitantes (REGIC 2007) para 85 mil habitantes, sendo este o novo valor, também usado como uma média em relação as populações das outras regiões do país (REGIC, 2020).

Nas análises dos Centros Sub-regionais B, algumas cidades que fazem parte desta hierarquia apresentam-se influenciando um número de cidades menor do que o demonstrado pelo REGIC (2020), as quais são:

- Delmiro Gouveia – De acordo com os estudos de Regiões de Influência de Cidades (REGIC), publicados em (2008 e 2020), a cidade de Delmiro Gouveia apresenta-se da seguinte maneira: em relação ao REGIC (2008), é classificada como um Centro de Zona B, que possui múltiplas vinculações, ou seja, além de influenciar as cidades de Olho d'Água do

Casado, Pariconha e Piranhas, recebe influência da Capital Regional (A) Maceió, e também é influenciada pela cidade de Paulo Afonso na Bahia. Em relação ao REGIC (2020), a cidade de Delmiro Gouveia se apresenta novamente como município que possui mais de uma vinculação, recebendo influência da Capital Regional (A) Maceió, mas também do município de Paulo Afonso-BA, que é classificado como um Centro Sub-regional (A), mas que não é citada esta relação de influência. Outro ponto em questão é que neste mesmo mapa, apresenta a Capital Regional (A) Maceió com uma ligação vertical com a cidade de Delmiro Gouveia, ou seja, o município recebe influência da cidade de Maceió, mas não é citada esta relação de influência (REGIC, 2008;2020). Outra questão que envolve a cidade de Água Branca é que ela está inserida dentro da região de influência de Delmiro Gouveia, mas não é citada esta relação de influência;

- Santana do Ipanema – a cidade de Santana do Ipanema apresenta situação semelhante à de Delmiro Gouveia, influenciando as cidades de Canapi, Ouro Branco e Maravilha, Senador Rui Palmeira e Olho d'Água das Flores, entretanto, outras cidades fazem parte de sua região de influência que não são citadas no estudo REGIC (2020), sendo elas Carneiros, Olivença e Dois Riachos, pois estas faziam parte de sua região de influência no estudo REGIC (2008);
- Palmeira dos Índios – no estudo REGIC (2020), apresenta-se influenciando apenas 2 cidades, Minador do Negrão e Cacimbinhas, e recebe influência da Capital Regional C Arapiraca, entretanto, há outras cidades em sua região de influência que não foram citadas no REGIC (2020), sendo elas: Quebrangulo, Estrela de Alagoas e Belém, as quais faziam parte de sua região de influência no estudo REGIC (2008).
- União dos Palmares – apresenta-se compondo o arranjo populacional de Maceió, entretanto, segundo o próprio REGIC (2020), na composição dos arranjos populacionais considerados na pesquisa, União dos Palmares não está inclusa nesta listagem. Outro fator encontrado, é que União dos Palmares é considerada um Centro Sub-regional B, mas não apresenta, de forma expressa, influenciando nenhuma cidade, contudo, segundo o REGIC (2020), sobre a configuração das regiões de influência

do Estado de Alagoas, apresenta uma ligação de hierarquia, mas não é citada esta cidade, mas segundo o REGIC (2008), União dos Palmares, influenciava duas cidades, sendo elas Branquinha e Santana do Mundaú, mas como essa ligação é no sentido vertical no mapa, a possibilidade é que está cidade seja Branquinha.

- Penedo – segundo o estudo REGIC (2020), faz parte do arranjo populacional de Maceió e apresenta-se influenciando apenas uma cidade, Piaçabuçu, contudo, mostra-se influenciando outra cidade, Santana do São Francisco, a qual estava inserida em sua região de influência no estudo REGIC (2008), mas que não é citada esta relação de influência no REGIC (2020);
- São Miguel dos Campos – encontra-se em situação semelhante a cidade de União dos Palmares, ao ser inserida no arranjo populacional de Maceió, entretanto, segundo o próprio REGIC (2020), na composição dos arranjos populacionais considerados na pesquisa, não está inclusa nesta listagem. Outra questão, é que de acordo com o mapa das regiões de influência das cidades REGIC (2020), não apresenta influenciando nenhuma outra cidade, ao contrário do estudo REGIC (2008), onde a cidade de Roteiro fazia parte de sua região de influência.

Em relação as cidades avaliados neste estudo, houve uma ascensão em sua hierarquia referente ao estudo IBGE (1967), elas eram classificadas como Centros Polarizados e passaram a ser Centros Sub-regionais B, no REGIC (2020). Segundo o REGIC (2020), todos os centros Sub-regionais se comportam como um Arranjo Populacional, onde mais uma vez, segundo o próprio REGIC (2020), só foi identificado e citado o arranjo populacional de Maceió.

O REGIC (2020), na seção referente a Alagoas, expões estes Centros Sub-Regionais B (Penedo, São Miguel dos Campos, União dos Palmares, Palmeira dos Índios, Delmiro Gouveia e Santana do Ipanema) compondo um arranjo populacional entre si, contudo, este comportamento não é exclusividade dos centros Sub-regionais B em Alagoas, pois em outros estados, também foram identificados este fenômeno, inclusive ocorrendo com Centros Sub-regionais A e Centros de Zona A ou B em outras regiões brasileiras (REGIC, 2020).

O REGIC (2020) não explica o porque de ter feito indiretamente esta classificação, pois segundo o próprio estudo, para se compor um Arranjo Populacional é necessário:

“o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte interação populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido a contiguidade entre as manchas urbanizadas principais, de acordo com o seguintes fatores: crescimento de uma cidade (os casos mais comuns são os metropolitanos, onde a capital costuma atrair população do entorno); emancipação de um município; processos históricos de formação; localização de indústrias (onde uma fábrica em um pequeno município demanda população dos municípios vizinhos), entre outros.” (IBGE, 2016, p.22).

O quadro 18 abaixo explica este fenômeno dos centros Sub-regionais B em Alagoas estarem se comportando como Arranjos Populacionais.

Quadro 18. Relação entre os grupos hierárquicos da gestão do território e a hierarquia urbana.

Grupo Hierárquico (CGT)	Hierarquia Urbana
<i>1. Metrópole</i>	1a. Grande Metrópole Nacional 1b. Metrópole Nacional 87 1c. Metrópole
<i>2. Capital Regional</i>	2a. Capital Regional A 2b. Capital Regional B 2c. Capital Regional
<i>3. Centro Sub-Regional</i>	3a. Centro Sub-Regional A 3b. Centro Sub-Regional B
<i>4. Centro de Zona</i>	4a. Centro de Zona A 4b. Centro de Zona B
<i>5. Centros Locais</i>	5. Centro Local

Fonte: IBGE (2020).

Neste sentido, a explicação mais provável para os Centros Sub-regionais B de Alagoas terem uma classificação de Arranjo Populacional, seja o fato de o REGIC (2020), ter identificado que as cidades do grupo 3 da tabela 18 acima, apresentam cidades que de acordo com o critério de Índice de Atração e o Índice de Centralidade da Gestão do Território (IBGE, 2020), obtiveram deslocamento para cima, ou seja, obtiveram notas correspondentes as atividades do Arranjo Populacional da capital Maceió, assim como pode ter ocorrido de outras terem suas notas abaixo do esperado caindo na hierarquia urbana. Sendo assim, as cidades que eram classificadas como grau 3 (Centros Sub-Regionais B) e obtiveram notas altas nos índices citados acima, passaram a exercer atividades de gestão e atratividade, relações de longa distância e maior centralidade equivalentes as Capitais Regionais (REGIC, 2020).

Outra maneira de podermos entender esse fenômeno é a criação das Regiões Metropolitanas do Estado de Alagoas, através de Leis Complementares Estaduais, onde o Estado cria outras regiões além das que já existem, por exemplo, Região Metropolitana de Maceió (Lei Complementar nº 40 de 17 de junho de 2014), para compor toda a estrutura da rede urbana em Alagoas, escolhendo cidades polos com maior centralidades e que subordinam outros municípios que compõe a sua região de influência. As Regiões Metropolitanas de Alagoas são instituídas pelas seguintes leis complementares: Região Metropolitana do Sertão (Lei complementar nº 36, de 26 de julho de 2012); Região Metropolitana do Médio Sertão (Lei Complementar nº 39, de 8 de agosto de 2013); Região Metropolitana de Palmeira dos Índios (Lei Complementar nº 32, de 5 de janeiro de 2012); Região Metropolitana do Agreste (Lei Complementar nº 27, de 30 de novembro de 2009); Região Metropolitana de Caetés (Lei Complementar nº 48, de 11 de junho de 2019) e Lei Complementar nº 35, de 26 de julho de 2012 (exclusão do minicípio de Roteiro da Região Metropolitana dos Caetés); Região Metropolitana do Vale do Paraíba (Lei Complementar nº 30, de 15 de dezembro de 2011); Região Metropolitana de Maceió (Lei Complementar nº 40, de 17 de junho de 2014 / Lei Complementar nº 38, de 14 de junho de 2013 e Lei Complementar nº 18, de 19 de novembro de 1998); Região Metropolitana da Zona da Mata (Lei Complmentar nº 31, de 15 de dezembro de 2011) e Região Metropolitana do São Francisco (Lei Complementar nº 33, de 11 de maio de 2012) (ALAGOAS, 2019).

Segundo Santos Filho (2018), a criação destas regiões metropolitanas em Alagoas é sustentada pela Constituição Federal de 1988, que assegura aos estados o poder

de criar Regiões Metropolitanas dando o mesmo tratamento dos aglomerados urbanos e que na Constituição Estadual de Alagoas, seção IV, art. 41 diz:

Art.41 – O estado poderá, mediante lei complementar, intuir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, contituídas de municípios limitrofes, para integrarem a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse em comum.

Segundo Firkowski (2012), o Governo Federal não possui uma política a nível nacional em relação as regiões metropolitanas, apresentando uma carência de definições e classificações que comprometem os resultados que possam dar uma unicidades de entendimento, para serem analisadas e classificadas de forma adequada em todo o país.

Recorremos a Corrêa (2006), acerca da carência de critérios em definir a criação de regiões metropolitanas, onde favorece a fragmentação institucional, ou seja, a falta de critérios que permeiam a institucionalização baseados em fatos concretos na criação destas metopóles acabam por prejudicar a sua criação e seu desenvolvimento no espaço urbano.

Em relação aos Centros de Zona B, as referidas cidades de Viçosa, Olho d'Água das Flores, Coruripe, Pão de Açúcar e Porto Calvo encontram-se no penúltimo nível da herrarquia urbana, contudo, alguns pontos merecem ser observados acerca de seu papel na hierarquia urbana de Alagoas.

A cidade de Viçosa apresenta-se inserida no arranjo poopulacional de Maceió, mas na composição dos arranjos populacionais considerados na pesquisa, a cidade não foi inserida, além do que Viçosa influencia outra cidade, mas esta não é citada, contudo, a relação de influência exibida pelo REGIC (2020), mostra-se tratar da cidade de Pindoba.

Coruripe mostra-se em situação semelhante a Viçosa, estando inserida no arranjo populacional de Maceió, mas não está inclusa na composição dos arranjos populacionais (REGIC 2020). No estudo anterior REGIC (2008), era classificada como

Centro Local, ascendendo na hierarquia urbana de Alagoas, no REGIC (2020), mas não é evidenciando nenhuma relação de hierarquia com outra cidade.

A cidade de Olho d'Água das Flores, no estudo REGIC (2008), já era classificada na hierarquia urbana como um Centro de Zona B, pois influenciava as cidades de Monteirópolis e Senador Rui Palmeira. No estudo REGIC (2020), manteve a sua hierarquia dentro do estado de Alagoas, mas segundo o REGIC (2020), aparenta influenciar uma única cidade e que não é citada no respectivo estudo, mas, possivelmente, seja a cidade de Monteirópolis.

A cidade de Pão de Açúcar, de acordo com o REGIC (2020), mostra-se inserida dentro do arranjo populacional de Maceió, em situação semelhante as cidades de Coruripe e Viçosa, contudo, não está inserida na relação de cidades que compõe os arranjos populacionais fornecido pelo REGIC (2020). No estudo REGIC (2008), não recebia influência de nenhuma cidade e muito menos foi citada, e no estudo REGIC (2020), apresenta-se fazendo parte da região de influência da cidade de Santana do Ipanema.

A cidade de Porto Calvo mostra-se inserida dentro do arranjo populacional de Maceió, mas a mesma não faz parte da composição segundo o próprio REGIC (2020), quando determina a composição dos arranjos populacionais encontrados nos estudo publicado em 2020 e outro fator importante, não influencia nenhuma cidades apesar de ter subido na hierarquia urbana, comparado-se com o estudo anterior (REGIC 2008), onde nem sequer a cidade foi citada ou inserida dentro de uma hierarquia.

As cidades de Coruripe, Viçosa e Olho d'Água das Flores no estudo REGIC (2008), eram classificadas como Centros Locais, enquanto Pão de Açúcar e Porto de Pedras foram citadas não recebendo influência de nenhuma cidade.

O processo de metropolização feito sem seguir as diretrizes que intencionalizam a criação das Região Metropolitanas, serve apenas para favorecer grupo políticos que atuam na região, já que o objetivo principal da metropolização é a sistematização do desenvolvimento regional, ou seja, dependendo da influência política, determinado município pode ser inserido ou retirado da respectiva região metropolitana, sem a apresentação de critérios técnicos que o justifiquem (SANTOS FILHO, 2018).

Sendo assim, temos o intuito através da presente pesquisa, abrir novas possibilidades para futuros estudos acerca da rede urbana alagoana. Sabemos o quanto é desafiante estudar a rede urbana devido a sua complexidade e transformações constantes em um curto espaço de tempo.

Embora reconheça-se a neessidade de futuros estudos mais aprofundados sobre o tema, percebe-ce o caráter inovador desta pesquisa ao desbravar as fronteiras da hierarquia urbana. Veja-se que o retrospecto apresentado por esta pesquisa transcende os elementos numéricos, revelando quão amplas são as questões desvendadas, trazendo contribuições ricas à Geografia Urbana e ao estudos das redes, evidenciando a sua importância não só na vida acadêmica, mas sobretudo, para uma sociedade em constate transformação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. de. **A Formação Histórica de Alagoas (I) rotas de acumulação de açúcar**. Maceió: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

ARAÚJO, A. H. S.; GOMES, F. G.; SANTOS FILHO, J. E. dos. A composição financeira dos municípios alagoanos, com ênfase na lei de responsabilidade fiscal (1999/2010). In: ARAÚJO, A. H. S. A composição financeira dos municípios alagoanos, com ênfase na lei de responsabilidade fiscal (1999/2010). In: **Revista Economia Política e Desenvolvimento**. Maceió, vol. 6, n. 17, p. 65-84, maio/ago., 2013.

AZEVEDO, F. A. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB. **Informações Socioeconômicas Municipais** – Delmiro Gouveia. In:<  
[https://www.bnb.gov.br/documents/80223/1309601/Delmiro+Gouveia\\_AL-2019.pdf/b1930367-2533-4647-cbcb-8d184986fb36](https://www.bnb.gov.br/documents/80223/1309601/Delmiro+Gouveia_AL-2019.pdf/b1930367-2533-4647-cbcb-8d184986fb36)> Acesso dia: 26/03/2020 às 11:56.

BELLUZZO, L. G. de M. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

BRASIL - GOVERNO FEDERAL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea Alagoas – Diagnóstico do município de Delmiro Gouveia**, Recife, agosto, 2005.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea Alagoas – Diagnóstico do município de União dos Palmares**, Recife, agosto, 2005.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

CANTARIN, F. Estudos de Redes urbanas no Brasil: reflexões sobre transformações metodológicas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 36, nº 129, p.117-133, jul-dez, 2015, Curitiba – PR.

CARVALHO, C. P. de. **Economia popular uma via de modernização para Alagoas**. 6. ed. rev. e ampl. Maceió: Edufa, 2014

\_\_\_\_\_. **Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas**. 7ª Edição. rev. e ampli – Maceió: EDUFAL, 2016. 144 p

CARVALHO, O. Nordeste: a falta que o planejamento faz. In: Anais do Seminário Nacional: Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões - **a Espacialidade do Desenvolvimento Brasileiro**. Campinas/SP: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional-ANPUR, 2001.

COLOMBO, L. A. O auge e o declínio: a trajetória institucional da Sudene e o futuro do planejamento no Nordeste. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 375-399, mar./jun., 2018.

CONTE, C.H. **Rede urbana**: uma breve abordagem teórica. Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP, n° 14, p. 76-93, jan-jun, 2004, Presidente Prudente – SP.

CORRÊA, R.L. **Status Socio-Econômico e Centralidade**: uma interpretação geográfica, *Revista Geografia* n° 2 (3), 1977.

\_\_\_\_\_. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. In **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 50 (1): 61-83, jan./mar. 1988.

\_\_\_\_\_. **Regionalização e organização espacial**. 6 ed. São Paulo, Ed. Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **A rede urbana**, Ed. Ática, 1989, São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Corporação e espaço** - Uma nota. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, vol. 53, n° 1, p. 137-145, jan. - mar, 1991

\_\_\_\_\_. As Redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. *Revista Brasileira de Geografia*. In: CORRÊA, R.L. **Trajelórias Geográficas**. Rio de Janeiro, Bertrand, Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. **Trajelórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. **Região e Organização Espacial**, 7° edição, Ed. Ática, 2000, São Paulo.

\_\_\_\_\_. A vida urbana em alagoas: A importância dos meios de transporte na sua evolução. Associação dos Geógrafos do Brasil. **Revista Terra Livre**, n° 10, pag. 93-116, jan-jul, 1992, São Paulo -SP.

\_\_\_\_\_. Dimensões de análise das redes geográficas. In. **Trajelórias Geográficas**. 2° ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias Geográficas**, 3º ed, Rio de Janeiro, Berttand Brasil, 2005.

CORRÊA, R.L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

CORRÊA, R. L.; DAVIDOVICH, F. R. Centros de polarização do Brasil (metodologia adotada). In: **Esboço Preliminar de Divisão do Brasil em Espaços Homogêneos e Espaços Polarizados**. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Geografia, Divisão de Geografia, 1967, pp.1-7.

DIAS, L.C. Redes: Emergência e Organização. In CASTRO, I. E *et al.* (Orgs.)

**Geografia: conceitos e temas**. 3/ ed. Rio de Janeiro: Berthrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. Os Sentidos da Rede: notas para Discussão. In: DIAS, L.C.;

SILVEIRA, R.L.L. da (Org.). **Redes, sociedade e Territórios**. Santa Cruz do Sul:

EDUNISC, 2005, p. 11-28.

FIRKOWSKI, O.L.C de F.; MOURA, R. Regiões Metropolitanas e Metrôpoles.

Reflexões acerca das espacialidades e institucionalidades no sul do Brasil. In: **Revista RA'EGA**. Curitiba, nº 5, v.5, p. 27-46, maio, 2001.

FIRMINO, M. M. **A expansão da Universidade Federal de Alagoas-UFAL no interior nordestino: o campus do sertão no desenvolvimento do município de Delmiro Gouveia e Região**. (Monografia)- Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus Delmiro Gouveia, Delmiro Gouveia, 2018.

FRESCA, T. M. **A rede urbana do Norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

FURTADO, C. **O longo amanhecer: ensaios sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; 1999.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica do Brasil**. 32.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GOMES, P.C.C da. O conceito de região e sua discussão, 1995. In: Geografia:

Conceitos e Temas. Org. CASTRO, I.E, de.; GOMES, P.C.C. da.; CORRÊA, R.L.

**Geografia: Conceitos e temas**, 2º ed. Bertrand, Rio de Janeiro, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**, Maceió, Alagoas.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO. SUPERINTENDÊNCIA DE

PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO. GERÊNCIA DE ESTATÍSTICA E INDICADORES. **Perfil Municipal de Delmiro Gouveia**, v.4, n° 4, Maceió, 2018.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO. SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO. GERÊNCIA DE ESTATÍSTICA E INDICADORES. **Perfil Municipal de Palmeira dos Índios**, v.4, n° 4, Maceió, 2018.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO. SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO. GERÊNCIA DE ESTATÍSTICA E INDICADORES. **Perfil Municipal de Penedo**, v.4, n° 4, Maceió, 2018.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO. SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO. GERÊNCIA DE ESTATÍSTICA E INDICADORES. **Perfil Municipal de Santana do Ipanema**, v.4, n° 4, Maceió, 2018.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO. SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO. GERÊNCIA DE ESTATÍSTICA E INDICADORES. **Perfil Municipal de São Miguel dos Campos**, v.4, n° 4, Maceió, 2018.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO. SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO. GERÊNCIA DE ESTATÍSTICA E INDICADORES. **Perfil Municipal de União dos Palmares**, v.4, n° 4, Maceió, 2018.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO – SEPLAG. SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E PLÁTICAS PÚBLICAS – SUPLAN. **Plano Plurianual de Alagoas**, 2020 - 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE – SESAU. Disponível em: <<https://www.saude.al.gov.br/unidades-e-servicos/>>. Acesso em: 06/06/2021.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE – SESAU. Disponível em: <<https://www.saude.al.gov.br/unidades-e-servicos/>>. Acesso em 06/06/2021.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. **Guia para novos gestores.** Municípios da 3º Região de Saúde de Alagoas, 2017.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. **Guia para novos gestores.** Municípios da 4º Região de Saúde de Alagoas, 2017.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. **Guia para novos gestores.** Municípios da 5º Região de Saúde de Alagoas, 2017.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. **Guia para novos gestores.** Municípios da 7º Região de Saúde de Alagoas, 2017.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. **Guia para novos gestores.** Municípios da 8º Região de Saúde de Alagoas, 2017.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. **Guia para novos gestores.** Municípios da 9º Região de Saúde de Alagoas, 2017.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. **Guia para novos gestores.** Municípios da 10º Região de Saúde de Alagoas, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA- DIVISÃO DE GEOGRAFIA. **Esboço Preliminar da Divisão do Brasil em Espaços Homogêneos e Espaços Polarizados** – IBGE, 1967, Rio de Janeiro, janeiro, 1967.

\_\_\_\_\_. DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA. **Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas** - 1972, Rio de Janeiro, 1972.

\_\_\_\_\_. DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS. **Regiões de Influência das Cidades** – 1987, Rio de Janeiro, 1987.

\_\_\_\_\_. DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS. **Regiões de Influência das Cidades** – 1993, Rio de Janeiro, 2000. ISBN 85-240-0750-4.

\_\_\_\_\_. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, vol. XIX, Rio de Janeiro, 1959.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS – COORDENAÇÃO DE GEOGRAFIA.

**Regiões de Influência das Cidades** - 2007, Rio de Janeiro, 2008. ISBN 978-85-240-4033-2.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS – COORDENAÇÃO DE GEOGRAFIA. **Regiões de Influência das Cidades** - 2018, Rio de Janeiro, 2020.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPRADES. **Comentários sobre os resultados do REGIC 2007**. Curitiba, PR, 2009. CDU 911.3:711.432 (816).

LIMA, I. F. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Editora do Brasil, 1965.

LIMA, N.T; GERSCHMAN. S; EDLER, F.C; SUÁREZ, M. J. **Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005. p. 27-58.

MALDANER, I.S.; LIMA, J.F.; GRECO, S.C.B. A estrutura urbana no Oeste do Paraná: a influência da cidade de Cascavel no seu entorno. In: **Revista RA'EGA**, Curitiba, n. 14, p. 7-18, 2007. Editora UFPR.

MARICATO.E. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. 1º edição, Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2001.

MELO, J. S. **Usos do Território, Globalização e Circuito Inferior da Economia Urbana na Cidade de Delmiro Gouveia** – AL. 2018, 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso/TCC (Graduação em Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas/UFAL, Campus do Sertão/Delmiro Gouveia, 2018.

MELO, M. A. **Crise do Mundo do trabalho e proteção social**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.9, n.4, p.40-46. 1995.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS. COORDENAÇÃO DE GEOGRAFIA. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil**, 2º Edição, Rio de Janeiro, 2016.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

MOURA, R.; PÊGO, B. **O sistema urbano brasileiro e suas articulações na escala Sul-Americana**. Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ministério da Integração Nacional, Boletim Regional, Urbano e Ambiental, nº 16, jan.-jun., 2017.

NARDI, J. B. **Acabou-se o fumo: formação socioeconômica e espacial em Arapiraca – AL**. Maceió: Q Gráfica, 2010.

NETO, R. E. Saúde: **Promessas e limites da Constituição**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003.

OLIVEIRA, D. A. **Território, globalização e circuitos da economia urbana: Uma análise à luz de duas cidades do alto sertão alagoano - Delmiro Gouveia e Pariconha**. (Monografia) – Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Delmiro Gouveia, 2020.

OLIVEIRA, J. L. de. **Da crise do setor fumageiro à diversificação produtiva em Arapiraca/AL: o projeto cinturão verde**, 2007, 108 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente: Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Alagoas. Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Maceió, 2007.

PAIM J.S. **Reforma sanitária brasileira: contribuição e crítica**. Salvador: Edufba/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.

PEREIRA, R. de M, et al. Estudos básicos para definição de polos de desenvolvimento no Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 1967, n. 29, tomo 1, pp.82-101.

Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas. Mauro Knupfer Coutinho e Luis Tadeu Assad (Org.). Editora IABS, Brasília-DF, Brasil – 2017, 238 p. ISBN 978-85-64478-59-6

RIBEIRO, M.A.C. **A complexidade da Rede Urbana Amazônica: Três Dimensões de Análise**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. As Redes Geográficas sob a ótica analítica de Miossec. **Geo UERJ. Revista do Departamento de Geografia**, n° 10, 2° semestre de 2001, p.35-46, UERJ, RJ, 2001.

SANTOS FILHO, C. dos. **Regiões Metropolitanas de Alagoas: entre os motivos da institucionalização e a dinâmica da interação**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curso de Geografia. Maceió, 2018.

SANTOS, M. Crescimento nacional e a nova rede urbana: o exemplo do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 29, n. 4, p. 78-92, out.-dez., 1967.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova; da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo, HUCITEC, 1978.

\_\_\_\_\_. **Uma revisão da teoria dos lugares centrais.** Economia espacial críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_. **A urbanização Brasileira.** Ed. HUCITEC, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira.** São Paulo, Hucitec, 1993

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira.** 5<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2008.

SAMPAIO, Y. **Desenvolvimento Rural Nordestino: Experiência do Polonordeste,** 2.ed. Recife: CME-PIMES, 1987

SANTOS. P. C. L. dos. **Arapiraca e a sua expressão enquanto cidade média no contexto regional alagoano.** 148 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Maceió, 2019.

SILVA. C.A.F da. **Dinâmica espacial do capital bancário – difusão, integração e crise: estudo de caso do Banco Nacional.** Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

SOUZA, J. C.O. de; MARISCO, L. M. de O. **Reestruturação da Rede Urbana e dinâmica socioeconômica em cidades médias: o caso de Arapiraca.** Caderno Prudente de Geografia, nº 13, vol. 1, 2009.

SPOSITO, M. E. B. O Estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TEODORO DOS SANTOS, A. P.; GOMES, R. C. C. **Os usos do território revelando a centralidade de Arapiraca no contexto urbano e regional do agreste alagoano.** Revista Científica do IFAL – EDUCTE, Maceió – AL, 2020.

\_\_\_\_\_. **Sentidos da urbanização: desafios do presente.** In SPOSITO, Eliseu Silvério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBALO, Oscar. (Org.). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional,** 1<sup>o</sup> ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE SUDENE.

**Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste - PRDNE.** Recife: Sudene, 2011.

## Anexos 1

Hierarquia das cidades alagoanas ao longo dos estudos promovidos pelo IBGE nos anos de 1967, 1972, 1987, 1993, 2008 e 2020.

- Maceió
  - REGIC de 1967: caracterizado como um centro de polarização, sendo uma região produtora de bens primários, por exemplo, açúcar e algodão, para o mercado externo;
  - REGIC de 1972: município classificado como Centro Regional 2(A) que sofre influência do Centro de nível 1 (Cidade do Recife);
  - REGIC de 1987: encontra-se na classificação de Centro Sub-metropolitano;
  - REGIC 1993: classificada com nível de centralidade forte, sendo subordinada ao centro máximo que é a cidade do Recife;
  - REGIC 2007: Capital Regional (A) subordinada a metrópole Recife;
  - REGIC 2018: Capital Regional (A).
  
- Barra de Santo Antônio
  - REGIC 1967: município sendo um centro polarizado pela cidade de Maceió.
  - REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias propostas pelo estudo, sendo influenciado pela cidade de Maceió que é um Centro de nível 2a;
  - REGIC 1987: município influenciado pelo Centro Sub-metropolitano Maceió;
  - REGIC 1993: apresenta interações espaciais e nível de centralidade muito fraco, sendo influenciado pela cidade de Porto Calvo, cuja centralidade é de médio/fraco, onde ambas cidades são influenciadas pela cidade de Maceió que possui interações e centralidades forte;
  - REGIC 2007: classificado como Centro Local subordinado diretamente a Maceió que é uma Capital Regional A;

- REGIC 2018: faz parte do Arranjo Populacional (AP) da cidade de Maceió, sendo Capital Regional (A).

- Barra de São Miguel

- REGIC 1967: não consta no respectivo estudo mesmo sendo elevado à categoria de município com denominação de Barra de São Miguel, pela Lei Estadual nº 2612, de 02/07/1963, desmembrado de São Miguel dos Campos (SILVA, 2021).

- REGIC 1972: está classificado como município, sofrendo influência da cidade de São Miguel dos Campos que é um Centro de influência nível 4b, o qual está inserido dentro da área de influência de Maceió que é um centro de nível 2a;

- REGIC 1987: município influenciado pela cidade de São Miguel dos Campos que agora é um Centro de Zona que sofre influência de Maceió que é um Centro Sub-metropolitano;

- REGIC 1993: apresenta interações espaciais e níveis de centralidade muito fraco, que sofre influência da cidade de São Miguel dos Campos com interações e centralidades fracas em relação a Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: está classificado como centro local, recebendo influência diretamente de Maceió que é a Capital Regional (A);

- REGIC 2018: é classificado como Centro Sub-Regional (B), que faz parte do Arranjo Populacional (AP) de Maceió, sendo Capital Regional (A).

- Coqueiro Seco

- REGIC 1967: não consta no respectivo estudo, mesmo sendo elevado à categoria de município com a denominação de Coqueiro Seco, pela Lei Estadual nº 2463, de 23/08/1962, desmembrado de Satuba (SILVA, 2021).

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias propostas pelo estudo, sendo influenciado pela cidade de Maceió que é um Centro de nível 2a;
- REGIC 1987: município influenciado pelo Centro Metropolitano que é a cidade de Maceió;
- REGIC 1993: apresenta interações espaciais e nível de centralidade muito fraco, sendo influenciado pelas interações e centralidades fortes de Maceió;
- REGIC 2007: não é citado no respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio REGIC 2007, recebe influência da Capital Regional (A) Maceió.
- REGIC 2018: município que faz parte do Arranjo Populacional (AP) de Maceió, sendo Capital Regional (A).

- Flexeiras

- REGIC 1967: município polarizado pelo Centro Polarizador Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias propostas pelo estudo, sendo influenciado pela cidade de Maceió que é um Centro de nível 2a;
- REGIC 1987: município que recebe influência da cidade de Rio Largo que é um Centro de Zona, o qual também é subordinado a Maceió que é um Centro Sub-Metropolitano;
- REGIC 1993: apresenta interações espaciais e nível de centralidade muito fraco, que recebe influência da cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: está classificado como um centro local que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: é um Centro Local que faz parte do Arranjo Populacional (AP) da cidade de Maceió que é Capital Regional (A);

- Marechal Deodoro

- REGIC 1967: é um município sendo região polarizada pela cidade de Maceió que é o Centro Polarizador;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias propostas pelo estudo, sendo influenciado pela cidade de Maceió que é um Centro de nível 2a;

- REGIC 1987: é um município subordinado ao Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: apresenta interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que recebe influência da cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: é classificado como Centro Local que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: é classificado como Centro Local que faz parte do Arranjo Populacional (AP) de Maceió que é Capital Regional (A);

- Messias

- REGIC 1967: não conta no respectivo estudo mesmo sendo elevado à categoria de município, pela lei nº 2475, de 06/09/1962, sendo desmembrado de Flexeiras (SILVA, 2021);

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias propostas pelo estudo, sendo influenciado pela cidade de Maceió que é um Centro de nível 2a;

- REGIC 1987: município influenciado pelo Centro de Zona Rio Largo, o qual recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: apresenta interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: é classificado como um centro local que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município que faz parte do Arranjo Populacional (AP) da cidade de Maceió que é Capital Regional (A).

- Paripueira

- REGIC 1967, 1972 e 1987: Não consta nos referidos estudos, pois foi elevado à categoria de município com a denominação de Paripueira, pelo artigo

4B8r3B4p7yhRXuBWLqsQ546WR43cqQwrbXMDFnBi6vSJBeif8tPW85a7r7DM961Jvk4hdryZoByEp8GC8HzsqJpRN4FxGM905/10/1989, desmembrado de Barra de Santo Antônio (SILVA, 2021);

- REGIC 1993: apresenta interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que recebe influência da cidade de Maceió com suas interações e níveis de centralidade fortes;

- REGIC 2007: é classificado como Centro Local, recebendo influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município que faz parte do Arranjo Populacional (AP) de Maceió que é Capital Regional (A);

- Pilar

- REGIC 1967: é uma região polarizada pela cidade da Maceió que é o Centro Polarizador;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias propostas pelo estudo, sendo influenciado pela cidade de Maceió que é um Centro de nível 2a;

- REGIC 1987: município influenciado pela cidade de Maceió que é o Centro Submetropolitano;

- REGIC 1993: apresenta interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que é influenciado pelas interações e centralidades fortes da cidade de Maceió;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, recebendo influência da cidade de Maceió que é a Capital Regional A;

- REGIC 2018: faz parte do Arranjo Populacional (AP) da cidade de Maceió.

- Rio Largo

- REGIC 1967: é uma região polarizada pela cidade de Maceió que é o Centro Polarizador;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias propostas pelo estudo, sendo influenciado pela cidade de Maceió que é um Centro de nível 2a;

- REGIC 1987: é classificado como Centro de Zona, sendo influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: apresenta interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, sendo influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: o município não é citado no respectivo estudo, mas segundo mapa fornecido pelo IBGE/REGIC-2007, está dentro da área de influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município que faz parte do Arranjo Populacional (AP) de Maceió que é Capital Regional (A);

- Santa Luzia do Norte

- REGIC 1967: não consta no respectivo estudo, mesmo sendo elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 2464, de 23/08/1962, desmembrado do município de Rio Largo (SILVA, 2021);

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias propostas pelo estudo, sendo influenciado pela cidade de Maceió que é um Centro de nível 2a;

- REGIC 1987: apresenta-se como município subordinado ao Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: apresenta interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, sendo influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: não está citado no referente estudo, por não se enquadrar nas categorias estudadas, mas segundo mapa fornecido pelo respectivo estudo, está dentro da área de influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município que faz parte do Arranjo Populacional (AP) de Maceió que é Capital Regional (A).

- Satuba

- REGIC 1967: município polarizado pela cidade de Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias propostas pelo estudo, sendo influenciado pela cidade de Maceió que é um Centro de nível 2a;

-REGIC 1987: município influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;

-REGIC 1993: apresenta interações espaciais e nível de centralidade muito fraco, sendo influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: não está citado no referente estudo, por não se enquadrar nas categorias estudadas, mas segundo mapa fornecido pelo respectivo estudo, está dentro da área de influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município que faz parte do Arranjo Populacional (AP) de Maceió que é Capital Regional (A).

- Jacuípe

- REGIC 1967: município polarizado pela cidade de Maceió que é o centro polarizador;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, e não consta na lista de municípios estudados;

- REGIC 1987: município influenciado pela cidade de Porto Calvo que é um Centro de Zona, que sofre influência pelo Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que sofre influência pela cidade de Porto Calvo que detém nível de interações e centralidades médio p/fraco, possuindo nível inferior à cidade de Maceió, que tem interação e centralidades fortes;

- REGIC 2007 não está citado no referente estudo, por não se enquadrar nas categorias estudadas, mas segundo mapa fornecido pelo respectivo estudo, está dentro da área de influência da Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018 o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Japaratinga

- REGIC 1967: município polarizado pelo Centro Polarizador Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, e não consta na lista de municípios estudados;
- REGIC 1987: município influenciado pela cidade de Porto Calvo que é um Centro de Zona, o qual sofre influência do Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, permanecendo subordinado a cidade de Porto Calvo que detém nível de interações e centralidades médio p/fraco, estando abaixo da cidade de Maceió que tem interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: classificado como Centro Local, que recebe influência da cidade de Porto Calvo que é um Centro de Zona (B), o qual é influenciado pela cidade de Maceió que é a Capital Regional (A);
- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Maragogi

- REGIC 1967:município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, e não consta na lista de municípios estudados;

- REGIC 1987: município influenciado pelo Centro de Zona Porto Calvo, o qual sofre influência pelo que é um Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidades muito fracos, subordinado ao município de Porto Calvo que apresenta interações e centralidades médio p/fraco, sendo subordinado a cidade de Maceió que detém interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: classificado como centro local que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: o município não faz parte do Arranjo Populacional (AP) de Maceió, entretanto, segundo mapa do respectivo estudo, está inserido no Arranjo Populacional (AP) de Maceió junto com o município de São José da Coroa Grande/PE, recebendo influência da Capital Regional (A) Maceió.

- Matriz de Camaragibe

- REGIC 1967: município polarizado pela região polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, e não consta na lista de municípios estudados;
- REGIC 1987: município influenciado pelo Centro de Zona Porto Calvo, o qual sofre influência do Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e nível de centralidade muito fraco, subordinado ao município de Porto Calvo que apresenta interações e centralidades médio/fraco, sendo subordinado a cidade de Maceió que detém interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: classificado como centro local que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Passo de Camaragibe

- REGIC 1967: município polarizado pela região polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias, sendo município influenciado pela cidade de Maceió que é um Centro de nível 2a;
- REGIC 1987: município influenciado pelo Centro de Zona Porto Calvo, o qual recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e nível de centralidade muito fraco, subordinado ao município de Porto Calvo que apresenta interações e centralidades médio/fraco, sendo subordinado a cidade de Maceió que detém interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: classificado como centro local que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Porto Calvo

- REGIC 1967: município polarizado pela região polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias, sendo município influenciado pela cidade de Maceió que é um Centro de nível 2a;
- REGIC 1987: município classificado como Centro de Zona, sendo influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade médio/fraco, subordinado a cidade de Maceió que tem interações espaciais e centralidades fortes;
- REGIC 2007: classificado como Centro de Zona (B), sendo influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município classificado como Centro de Zona (B), não recebendo influência da Capital Regional (A) Maceió, Capital Regional (C) Arapiraca, Centros Subregionais (A)/(B) ou Centro de Zona;

- Porto de Pedras

- REGIC 1967: município polarizado pela região polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias, sendo influenciado pela cidade de Maceió, que é um Centro de nível 2a;

- REGIC 1987: município influenciado pela cidade de Porto Calvo que é um Centro de Zona, o qual sofre influência da cidade de Maceió que é um Centro Submetropolitano;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e nível de centralidade muito fraco, subordinado ao município de Porto Calvo que apresenta interações e centralidades médio/fraco, sendo subordinado a cidade de Maceió que detém interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- São Luiz do Quitunde

- REGIC 1967: município polarizado pela região polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias, sendo influenciado pela cidade de Maceió que é um Centro de nível 2a;

- REGIC 1987: município influenciado pela cidade de Maceió que é o Centro Submetropolitano;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e nível de centralidade muito fraco, subordinado ao município de Porto Calvo que apresenta

interações e centralidades médio/fraco, sendo subordinado a cidade de Maceió que detém interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- São Miguel dos Milagres

- REGIC 1967: município polarizado pela região polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias, sendo influenciado pela cidade de Maceió que é um Centro de nível 2a;

- REGIC 1987: município influenciado pela cidade de Porto Calvo que é um Centro de Zona, o qual é influenciado pela cidade de Maceió que é um Centro Submetropolitano;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e nível de centralidade muito fraco, subordinado ao município de Porto Calvo que apresenta interações e centralidades médio/fraco, sendo subordinado a cidade de Maceió que detém interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como centro local que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Branquinha

- REGIC 1967: não consta no referido estudo apesar de ser elevado à categoria de município com a denominação de Branquinha, pela lei estadual nº 2446, de 18/05/1962, desmembrado de Murici (SILVA, 2021);

- REGIC 1972: município influenciado pela cidade de União dos Palmares que é um Centro de nível 4-b, o qual sofre influência pela cidade de Maceió, que é Centro de nível 2a;
- REGIC 1987: município influenciado pela cidade de União dos Palmares que é um Centro de Zona, o qual recebe influência de Maceió, que é um Centro Submetropolitano;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e nível de centralidade muito fraco, subordinado a cidade de União dos Palmares que possui interações e centralidades médio/fraco o qual é subordinado a cidade de Maceió que possui interações espaciais e centralidades fortes;
- REGIC 2007: é classificado como um Centro Local recebendo influência da cidade de União dos Palmares que é um Centro de Zona (A), o qual recebe influência de Maceió que é a Capital Regional (A);
- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- **Campestre**

- REGIC 1967, 1972, 1987, 1993, 2007: não consta nos referidos estudos apesar de ter sido elevado à categoria de município pelo Art. 4B8r3B4p7yhRXuBWLqsQ546WR43cqQwrbXMDFnBi6vSJBeif8tPW85a7r7DM961Jvk4hdryZoByEp8GC8HzsqJpRN4FxGM9 05/10/1989, confirmado pela Lei Estadual nº 5641, de 21/11/1994, que define os seus limites, desmembrado de Jundiá instalado em 01/01/1997(SILVA, 2021).
- REGIC 2018: apesar de ser município desde 01/01/2007, não consta no referido estudo e não faz parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió, de acordo com o mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018.

- **Colônia Leopoldina**

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, e não consta na lista de municípios estudados;
- REGIC 1987: não se enquadra em nenhuma das categorias e não é citado o município no respectivo estudo;
- REGIC 1993: interações espaciais e níveis de centralidade muito fraco, sendo subordinado a cidade de Maceió que possui interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: não consta no referido estudo, entretanto, apresenta receber influência da Capital Regional (A) Maceió, segundo mapa fornecido pelo próprio REGIC 2007.
- REGIC 2018: o município não é citado no respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Ibateguara

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, e não consta na lista de municípios estudados;
- REGIC 1987: município influenciado pelo Centro de Zona União dos Palmares, o qual recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fraco, subordinado a cidade de União dos Palmares que possui interações e centralidades médio/fraco o qual subordina-se a cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: município classificado como Centro de Zona, recebendo influência diretamente da Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: não é citado no respectivo estudo.

- Joaquim Gomes

- REGIC 1967: não consta no referido estudo apesar de ter sido elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 2468, de 25/08/1962, desmembrando-se de Passo do Camaragibe (SILVA, 2021);
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado na lista de município, recebendo influência diretamente da cidade de Maceió que é um Centro de nível 2a;
- REGIC 1987: não se enquadra em nenhuma das categorias e nem é citado como município no respectivo estudo;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fraco, subordinado a cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: município classificado como Centro de Zona, recebendo influência diretamente da Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: o município não é citado no respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Jundiá

- REGIC 1967: município polarizado pela região polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado na lista de municípios, recebendo influência diretamente da cidade de Maceió que é um centro de nível 2a;
- REGIC 1987: município influenciado pela cidade de Porto Calvo que é um Centro de Zona, o qual recebe influência da cidade de Maceió, que é um Centro Submetropolitano;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e nível de centralidade muito fraco, subordinado ao município de Porto Calvo que apresenta interações e centralidades médio/fraco, sendo subordinado a cidade de Maceió, que detém interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: não consta no referido estudo, entretanto, apresenta receber influência da Capital Regional (A) Maceió, segundo mapa fornecido pelo próprio REGIC 2007.

- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Murici

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, recebendo influência diretamente da cidade de Maceió que é um Centro de nível 2a;

- REGIC 1987: não se enquadra em nenhuma das categorias e nem é citado como município no respectivo estudo;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fraco, sendo subordinado a cidade de União dos Palmares que possui interações e centralidade médio/fraco, o qual é subordinado a cidade de Maceió que possui interações e centralidade forte;

- REGIC 2007: município classificado como Centro de Zona, recebendo influência diretamente da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Novo Lino

- REGIC 1967: não consta no referido estudo apesar de ter sido elevado à categoria de município pela lei estadual nº 2490, de 01/12/1962, desmembrado de Colônia Leopoldina, instalado em 18/01/1963(SILVA, 2021);

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, recebendo influência diretamente da cidade de Maceió que é um Centro de nível 2a;
- REGIC 1987: não se enquadra em nenhuma das categorias e nem é citado o município no respectivo estudo;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fraco, influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: não consta no referido estudo, entretanto, apresenta receber influência da Capital Regional (A) Maceió, segundo mapa fornecido pelo próprio REGIC 2007.
- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Santana do Mundaú

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, e não consta na lista de municípios estudados;
- REGIC 1987: município que recebe influência do Centro de Zona União dos Palmares, o qual é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fraco, que recebe influência da cidade de União dos Palmares cujo interações e centralidades médio p/fraco, o qual é influenciado pelas interações e centralidades fortes da cidade de Maceió;
- REGIC 2007: classificado como Centro Local, estando inserido na região de influência do Centro de Zona (A) União dos Palmares, o qual é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se

fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- São José da Laje

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, e não consta na lista de municípios estudados;
- REGIC 1987: município subordinado ao Centro de Zona União dos Palmares que recebe influência do centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fraco, influenciado pela cidade de União dos Palmares que possui interações espaciais e centralidades médio p/fraco o qual recebe influência da cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: é um Centro Local que é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- União dos Palmares

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: classificado como Centro de nível 4b, que recebe influência da cidade de Maceió, que é um Centro de nível 2a;
- REGIC 1987: Centro de Zona que recebe influência do centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: possui interações espaciais e níveis de centralidade médio p/fraco, sendo influenciado pelas interações e níveis de centralidade fortes da cidade de Maceió;
- REGIC 2007: classificado como Centro de Zona (A), que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Atalaia

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, recebendo influência da cidade de Maceió, que é um Centro de nível 2a;

- REGIC 1987: é município que é influenciado pelo Centro de Zona Capela o qual recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fraco, que é influenciado pelo município de Viçosa que possui interações e centralidades médio p/fraco, o qual recebe influência da cidade de Maceió com interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Cajueiro

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, recebendo influência da cidade de Viçosa que é um Centro de nível 4b o qual é influenciado pela cidade de Maceió, que é um Centro de nível 2a;

- REGIC 1987: município subordinado que recebe influência do centro de zona Capela o qual é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e centralidades muito fracas, sendo influenciado pela cidade de Viçosa que possui interações e centralidades médio p/fraco, o qual recebe influência da cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, recebendo influência da capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Capela

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, recebendo influência da cidade de Maceió, que é um Centro de nível 2a;

- REGIC 1987: é classificado como Centro e Zona, que recebe influência do centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que recebe influência da cidade de Viçosa que possui interações e centralidades médio p/fraco, o qual é influenciado pelas interações e centralidades fortes da cidade de Maceió;

- REGIC 2007: classificado com Centro Local, recebendo influência direta da capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Chã Preta

- REGIC 1967: não consta no referido estudo apesar de ter sido elevado à categoria de município pela lei estadual nº 2432, de 03/11/1962, desmembrado de Viçosa (SILVA, 2021);

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, recebendo influência da cidade de Viçosa, que é um Centro de nível 4b, o qual é influenciado pelo Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado que recebe influência do centro de Zona Viçosa, o qual é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fraco, sendo influenciado pela cidade de Viçosa com suas interações e centralidades médio p/fraco, que recebe influência da cidade de Maceió, com suas interações e centralidades fortes.

- REGIC 2007: classificado como um Centro Local, sendo influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Mar Vermelho

- REGIC 1967: não conta no respectivo estudo apesar de ter sido elevado à categoria de município pela Lei nº 2431, de 03/02/1962, desmembrado de Anadia (SILVA, 2021).

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, recebendo influência da cidade de Maceió que é um Centro de nível 2a;

- REGIC 1987: município subordinado ao Centro de Zona Viçosa, o qual recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fraco, sendo influenciado pela cidade de Viçosa com suas interações e centralidades médio p/fraco, que recebe influência da cidade de Maceió, com suas interações e centralidades fortes.
- REGIC 2007: classificado como um Centro Local, sendo influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Paulo Jacinto

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, subordinado ao Centro de nível 4b Viçosa, o qual recebe influência do Centro de nível 2a Maceió;
- REGIC 1987: município subordinado, que recebe influência do Centro de Zona Viçosa, o qual é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fraco que sofre influência da cidade de Viçosa com interações e centralidades médio p/fraco, o qual é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: classificado como Centro Local que é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Pindoba

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, subordinado ao Centro de nível 4b Viçosa, o qual recebe influência do Centro de nível 2a Maceió;
- REGIC 1987: município subordinado, que recebe influência do Centro de Zona Viçosa, o qual é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fraco que sofre influência da cidade de Viçosa com interações e centralidades médio p/fraco, o qual é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: classificado como Centro Local que é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Quebrangulo

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, sendo subordinado ao Centro de nível 3a Palmeira dos Índios, o qual recebe influência da cidade de Maceió que é um Centro de nível 2a;
- REGIC 1987 : município subordinado que recebe influência do Centro Sub-regional Palmeira dos Índios, o qual é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió.
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fraco, que é influenciado pela cidade de Palmeira dos Índios com interações e centralidades médias, o qual recebe influência da cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local que é influenciado pelo centro de Zona (A) Palmeira dos Índios, o qual é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado no respectivo estudo.

- Viçosa

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: classificado como Centro de nível 4b, que é influenciado pelo centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: classificado como Centro de Zona que recebe influência do Centro Sumetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: possui interações espaciais e níveis de centralidade médio p/fraco sendo influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local recebendo influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Anadia

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, sendo subordinado ao Centro de nível 4b São Miguel dos Campos, o qual recebe influência do centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado que recebe influência de Centro de Zona Maribondo, sendo influenciado pelo Centro Sub-regional Palmeira dos Índios o qual é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis centralidade muito fraco que recebe influência da cidade de São Miguel dos Campos com suas interações e centralidades fracas o qual é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: é um Centro Local que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Boca da Mata

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: município subordinado ao Centro de nível 4b São Miguel dos Campos, que é subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado ao Centro de Zona de São Miguel dos Campos, o qual recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos que recebe influência da cidade de São Miguel dos Campos, com suas interações e centralidades fracas, o qual é influenciado por Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Campo Alegre

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município e subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;
- REGIC 1987: município subordinado que recebe influência do Centro de Zona São Miguel dos Campos, o qual é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que recebe influência das cidades São Miguel dos Campos (interações e centralidades fracas) e Arapiraca (interações e centralidades fortes p/médio), sendo todas influenciadas pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes.
- REGIC 2007: classificado como Centro de Local, que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: o município não é citado no estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio REGIC 2018, recebe influência da Capital Regional (C) Arapiraca.

- Junqueiro

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município e subordinado ao Centro de nível 3a Arapiraca;
- REGIC 1987: município subordinado aos Centros de Zona de São Miguel dos Campos e Penedo, o qual esta última é influenciada pela Capital Regional Arapiraca que recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e centralidades fracas, que é influenciado pela cidade de Arapiraca com suas interações e centralidades fortes, a qual recebe influência da cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: município classificado como Centro Local, que recebe influência da Capital Regional(C) Arapiraca, a qual é influenciada pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado no estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio REGIC 2018, recebe influência da Capital Regional (C) Arapiraca.

- Roteiro

- REGIC 1967: não conta no respectivo estudo apesar de ter sido elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 2648, de 18/12/1963, desmembrado de São Miguel dos Campos, instalado em 31/01/1966 (SILVA, 2021);

- REGIC 1972: município subordinado ao Centro de nível 4b de São Miguel dos Campos, que é subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado ao Centro de Zona São Miguel dos Campos, o qual é subordinado ao Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidades muito fracos, que é influenciado pela cidade de São Miguel dos Campos com interações e centralidades fracas, o que recebe influência da cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes.

- REGIC 2007: classificado como Centro Local que sofre influência do Centro de Zona A, o qual recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- São Miguel dos Campos

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: classificado com Centro de nível 4b, subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: classificado como Centro de Zona, subordinado ao Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidades fracos, que recebe influência da cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: classificado com Centro Local que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Teotônio Vilela

- REGIC 1967, 1972 e 1987: não é citado nos respectivos estudos pois foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 4831, de 12/12/1986, alterada pela Lei Estadual nº 4884, de 27/02/1987, desmembrado dos municípios de Coruripe, Junqueiro e Campo Alegre (SILVA, 2021).

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos que recebe influência da cidade de São Miguel dos Campos com suas interações e centralidades fracas, o qual é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: é um Centro Local que é influenciado pela capital regional (C) Arapiraca, o qual recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Coruripe

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município e subordinado ao Centro de nível 4b São Miguel dos Campos;
- REGIC 1987: município subordinado aos Centros de Zona São Miguel dos Campos e Penedo, o qual este último recebe influência da Capital Regional Arapiraca que é influenciada pelo centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidades muito fracos que é influenciado pela cidade de penedo com suas interações e centralidades médias, que recebe influência da cidade de Arapiraca com suas centralidades e interações forte p/médias, o qual recebe influência da cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes.
- REGIC 2007: classificado com Centro Local que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Feliz Deserto

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município e subordinado ao Centro de nível 3b Penedo o qual é subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;
- REGIC 1987: município subordinado ao Centro de Zona Penedo, que sofre influência da Capital Regional, o qual é influenciado pelo Centro Submetropolitano;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade fracas, que recebe influência da cidade de Penedo com suas interações e centralidades médias, sendo influenciado pela cidade de Arapiraca com suas interações e centralidades fortes p/médias, o qual

recebe influência da cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local que é influenciado pelo Centro de Zona (A) Penedo, o qual é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Igreja Nova

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município e subordinado ao Centro de nível 3b Penedo o qual é subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado ao Centro de Zona Penedo, o qual é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidades muito fracos que é influenciado pela cidade de Penedo com suas interações e centralidades médias o qual é influenciado pela cidade de Maceió com interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: Centro Local que é influenciado pelo Centro de Zona (A) Penedo, o qual recebe influência da Capital Regional (A);

- REGIC 2018: município que recebe influência da Capital Regional (C) Arapiraca.

- Jequiá da Praia

- REGIC 1967, 1972, 1987 e 1993: não é citado nos respectivos estudos pois foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação Jequiá da Praia, confirmado pela Lei Estadual nº 5675, de 03/02/1995, que define os seus limites, desmembrado de São Miguel dos Campos e Coruripe (SILVA, 2021);

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo próprio IBGE/REGIC 2018, apresenta-se fazendo parte do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Penedo

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: classificado como Centro de nível 3b, sendo subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: classificado como Centro de Zona que recebe influência da Capital Regional Arapiraca o qual é influenciado pela Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: possui interações espaciais e níveis de centralidades médias, que sofre influência da cidade de Arapiraca com suas interações e centralidades forte p/médias, o qual recebe influência da cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes.

- REGIC 2007: classificado como Centro de Zona (A), que é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: está inserido no Arranjo Populacional (AP) da Capital regional (A) Maceió.

- Piaçabuçu

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não é citado no respectivo estudo e não conta na lista de municípios estudados;

- REGIC 1987: município subordinado ao Centro de Zona Penedo, que recebe influência da Capital Regional Arapiraca o qual é subordinado ao Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidades muito fracos, que é influenciado pela cidade de Penedo com suas interações e centralidades médias, que recebe influência da cidade de Arapiraca com suas interações e centralidades fortes p/médias, o qual é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes.

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, que recebe influência do Centro de Zona (A) Penedo que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município que faz parte da Região de Influência da Capital Regional (C) Arapiraca;

- Porto Real do Colégio

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

-REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, entretanto, segundo o referido estudo, este município se liga à 2 Centros de hierarquias imediatamente superiores que são Maceió (Centro de nível 2a) e a cidade de Propriá em Sergipe, que não tem a sua classificação definida segundo o estudo IBGE/REGIC-1972, pois não analisou o Estado de Sergipe e seus municípios por não possuir regiões funcionais urbanas;

- REGIC 1987 e 1993: o município não é citado no respectivo estudo;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local que recebe influência da Capital Regional (C) Arapiraca o qual recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: não é citado no respectivo estudo e não faz parte de nenhuma área de influência tanto da Capital Regional (C) Arapiraca e nem do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- São Brás

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, entretanto, segundo o referido estudo, este município se liga à 2 Centros de hierarquias imediatamente superiores que são Maceió (Centro de nível 2a) e a cidade de Propriá em Sergipe, que não tem a sua classificação definida segundo o estudo IBGE/REGIC-1972, pois não analisou o Estado de Sergipe e seus municípios por não possuir regiões funcionais urbanas;
- REGIC 1987 e 1993: o município não é citado no respectivo estudo;
- REGIC 2007: classificado como Centro Local que recebe influência do Centro de Zona Penedo o qual recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: não é citado no respectivo estudo e não faz parte de nenhuma área de influência tanto da Capital Regional (C) Arapiraca e nem do Arranjo Populacional (AP) da Capital Regional (A) Maceió.

- Arapiraca

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: classificado como Centro de nível 3a subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;
- REGIC 1987: é classificado como Capital Regional que recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidades fortes p/médias, sendo influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: município classificado como Capital Regional (C) que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: classificado como Capital Regional C.

- Batalha

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: município classificado como centro de nível 4b, subordinado ao Centro de nível 3a Arapiraca, o qual é subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;
- REGIC 1987: município classificado como Centro de Zona, sendo influenciado pela Capital Regional Arapiraca o qual é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracas que recebe influência da cidade de Arapiraca com suas interações e centralidades fortes p/medias, o qual é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: classificado como Centro de Zona (B), influenciado pela Capital Regional (C) Arapiraca o qual recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: município não é citado no respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo IBGE/REGIC-2018, apresenta-se inserido dentro da área de Influência da Capital Regional (C) Arapiraca;

- Belo Monte

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 4b Batalha, que está subordinado ao centro de nível 3a Arapiraca, o qual é subordinado ao Centro de nível 2a Maceió. Entretanto, segundo o respectivo estudo, o município de Belo Monte se liga a 2 Centros de hierarquia imediatamente superior (um deste é a cidade de Batalha e outro não foi especificado pelo respectivo estudo), ou se liga a um Centro de hierarquia superior fora da sua região funcional urbana de nível mais alto a que pertence o município, o qual também não foi citado pelo IBGE/REGIC-1972.
- REGIC 1987: município subordinado ao Centro de Zona Batalha, que recebe influência da Capital Regional Arapiraca, o qual é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió.

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que recebe influência da cidade de Pão de Açúcar com suas interações e centralidades fracas, o qual recebe influência da cidade de Santana do Ipanema com interações e centralidades médias, cujo é influenciada pela cidade de Maceió com duas interações e centralidades fortes.

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, sendo influenciado pelo Centro de Zona (B) Batalha, o qual está inserido na região de influência da Capital Regional (C) Arapiraca que é influenciada pela capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município inserido na região de influência da Capital Regional (C) Arapiraca.

- Campo Alegre

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado que recebe influência do Centro de Zona São Miguel dos Campos, o qual é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que é influenciado por 2 regiões de influência, a cidade de São Miguel dos Campos (com interações e centralidades fracas) e Arapiraca (com suas interações e centralidades fortes p/médias), onde ambas recebem influência da cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes.

- REGIC 2007: classificado como Centro Local que recebe influência da Capital Regional (C) Arapiraca, a qual é influenciada pela capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município não é citado no respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo IBGE/REGIC-2018, apresenta-se inserido dentro da área de Influência da Capital Regional (C) Arapiraca;

- Coité do Nóia

- REGIC 1967: não é citado no respectivo estudo, pois foi elevado à categoria de município com a denominação de Coite do Nóia, pela Lei Estadual nº 2616, de 21/08/1963, desmembrado de Taquarana (SILVA, 2021).

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, sendo subordinado ao Centro de nível 3a Arapiraca, o qual está subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado a Capital Regional Arapiraca que recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que é influenciado pela cidade de Arapiraca com suas interações e centralidades forte p/médios o qual recebe influência da cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local que recebe influência da Capital Regional (C) Arapiraca o qual é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município está inserido na região de influência da Capital regional (C) Arapiraca.

- Craíbas

- REGIC 1967, 1972 e 1987: não consta nos respectivos estudos, pois foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 2471, de 28/08/1962, desmembrado de Arapiraca (SILVA, 2021).

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos que recebe influência da cidade de Arapiraca com suas interações e centralidades fortes p/médias o qual é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local recebendo influência da Capital Regional (C) Arapiraca que é influenciada pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município que está inserido na região de influência da Capital Regional (C) Arapiraca.

- Feira Grande

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, sendo subordinado ao Centro de nível 3a Arapiraca, o qual está subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado a Capital Regional Arapiraca que recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos que recebe influência da cidade de Arapiraca com suas interações e centralidades fortes p/médias o qual é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local recebendo influência da Capital Regional (C) Arapiraca que é influenciada pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município que está inserido na região de influência da Capital Regional (C) Arapiraca.

- Girau do Ponciano

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, subordinado ao Centro de nível 3a Arapiraca, o qual está subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado a Capital Regional Arapiraca que recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos que recebe influência da cidade de Arapiraca com suas interações e centralidades fortes p/médias o qual é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local recebendo influência da Capital Regional (C) Arapiraca que é influenciada pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município que está inserido na região de influência da Capital Regional (C) Arapiraca.

- Jacaré dos Homens

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, subordinado ao Centro de nível 4a Pão de Açúcar, que é subordinado ao Centro de nível 3b Santana do Ipanema, o qual está subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado a Capital Regional Arapiraca que recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos que recebe influência da cidade de Arapiraca com suas interações e centralidades fortes p/médias o qual é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local recebendo influência da Capital Regional (C) Arapiraca que é influenciada pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município que está inserido na região de influência da Capital Regional (C) Arapiraca.

- Jaramataia

- REGIC 1967: não é citado no respectivo estudo, mesmo sendo elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Jaramataia, pela lei estadual nº 2444, de 17/05/1962, desmembrando-se de Batalha (SILVA, 2021).

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, sendo ligado a 2 centros de hierarquias superiores, sendo que a cidade de Batalha está classificada

como centro de nível 4b e o outro que está fora de sua região funcional urbana que é o Centro de nível 3a Palmeira dos Índios, onde todos estes estão abaixo do Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado ao Centro de Zona Batalha, que é influenciado pela Capital Regional Arapiraca que recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos que recebe influência da cidade de Arapiraca com suas interações e centralidades fortes p/médias o qual é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local recebendo influência da Capital Regional (C) Arapiraca que é influenciada pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado no respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo IBGE/REGIC-2018, apresenta-se inserido dentro da área de Influência da Capital Regional (C) Arapiraca;

- Lagoa da Canoa

- REGIC 1967: não consta no respectivo estudo mesmo sendo elevado à categoria de município com a denominação de Lagoa da Canoa, pela lei estadual nº 2472, de 28/08/1962, desmembrado de Arapiraca (SILVA, 2021).

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao centro de nível 3a Arapiraca, o qual é subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado a Capital Regional Arapiraca que recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos que recebe influência da cidade de Arapiraca com suas interações e centralidades fortes p/médias o qual é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local recebendo influência da Capital Regional (C) Arapiraca que é influenciada pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município que está inserido na região de influência da Capital Regional (C) Arapiraca.

- Limoeiro de Anadia

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao centro de nível 3a Arapiraca, o qual é subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado a Capital Regional Arapiraca que recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que recebe influência da cidade de Arapiraca com suas interações e centralidades fortes p/médias, o qual é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local recebendo influência da Capital Regional (C) Arapiraca que é influenciada pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado no respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo IBGE/REGIC-2018, apresenta-se inserido dentro da área de Influência da Capital Regional (C) Arapiraca;

- Major Isidoro

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao centro de nível 3(a) Palmeira dos Índios, o qual é subordinado ao Centro de nível 2(a) Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado ao centro de Zona Batalha que recebe influência da Capital Regional Arapiraca, que é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que recebe influência de 2 municípios com interações e centralidades distintas. O primeiro é Palmeira dos Índios, com suas interações e centralidades médias, e o segundo é a cidade de Arapiraca, com suas interações e centralidades fortes p/médias, sendo ambas influenciadas pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local recebendo influência da Capital Regional (C) Arapiraca que é influenciada pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado no respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo IBGE/REGIC-2018, apresenta-se inserido dentro da área de Influência da Capital Regional (C) Arapiraca;

- Olho d`Água do Casado

- REGIC 1967: não consta no respectivo estudo, mesmo sendo elevado à categoria de município, com denominação de Olho d`Água do Casado, pela lei estadual n° 2962, de 22 de agosto de 1962, desmembrando-se de Piranhas (SILVA, 2021).

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, entretanto, está ligado a 2 Centros de hierarquias imediatamente superiores, os quais são a cidade de Delmiro Gouveia e Paulo Afonso. Entretanto, encontramos um problema na classificação destes centros, pois, no estudo referente a cidade de Delmiro Gouveia, esta não é classificada como Centro estando subordinada diretamente ao Centro de nível 2a Maceió, contudo, no estudo referente a cidade de Salvador, a mesma cidade é classificada como um Centro de Nível 4b, sendo subordinada a cidade de Paulo Afonso que se apresenta como um Centro de nível 4a.

- REGIC 1987: município subordinado a cidade de Delmiro Gouveia que é um Centro de Zona, o qual é subordinado ao Centro Submetropolitano Maceió.

- REGIC 1993: o município não é citado no respectivo estudo;

- REGIC 2007: é classificado como Centro Local, que recebe influência do Centro de Zona (B) Delmiro Gouveia, o qual é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió, entretanto, o município de Olho d'Água do Casado apresenta-se de acordo com o respectivo estudo, como um Centro com múltiplas vinculações, ou seja, pela metodologia aplicada pelo IBGE/REGIC-2007, as suas relações em busca por bens e serviços e gestão apontam para vinculações fortemente divididas entre mais de um município. Diferentemente do que ocorreu no estudo do IBGE/REGIC-1972, o município de Olho d'Água do Casado não é influenciado pela cidade de Paulo Afonso, pois segundo o próprio IBGE/REGIC-2007, as áreas de influência da cidade de Paulo Afonso foram isoladas porque uma de suas vinculações ocorre com uma metrópole (Salvador);

- REGIC 2018: o município de Olho d'Água do Casado está inserido dentro da área de influência do Centro Sub-Regional (B) de Delmiro Gouveia. Contudo, de acordo com o respectivo estudo, o município de Delmiro Gouveia compõe um Arranjo Populacional (AP) com as cidades de Penedo, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e União dos Palmares. Isto ocorre devido a metodologia aplicada pelo IBGE/REGIC-2018 onde, se uma Capital Regional, Centro Sub-regional ou Centro de zona estiver ligado a uma metrópole, todos os seus municípios de sua área de influência são classificados de acordo com a maior hierarquia, mas estes municípios não podem ter múltiplas vinculações. Neste caso, a ligação é com a Capital Regional (A) Maceió.

- São Sebastião

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao

Centro 3(b) Penedo, o qual está inserido dentro da área do Centro 2a Maceió;

- REGIC 1987: município que recebe influência da Capital Regional Arapiraca, a qual é influenciada pelo Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que recebe influência da cidade de Penedo com suas interações e centralidades médias, influenciado pela cidade de Arapiraca com suas interações e centralidades fortes p/médias, o qual é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, que recebe influência da Capital Regional (C) Arapiraca, sendo influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município inserido na área de influência da Capital Regional (C) Arapiraca.

- Taquarana

- REGIC 1967: não consta no respectivo estudo, mesmo sendo elevado à categoria de município em agosto de 1962, mediante lei nº 2465 (SILVA, 2021).

- REGIC 1972: município subordinado ao Centro de nível 3a Arapiraca, que está abaixo do centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado influenciado pela Capital Regional Arapiraca, que recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações e centralidades muito fracas, influenciado pela cidade de Arapiraca com suas interações e centralidades fortes p/médias o qual recebe influência da cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, que recebe influência da Capital Regional (C) Arapiraca, sendo influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município inserido na região de influência da Capital Regional (C) Arapiraca.

- Traipu

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: o município não é citado no respectivo estudo;

- REGIC 1987: município subordinado que recebe influência da Capital Regional Arapiraca o qual é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que é influenciado pela cidade de Arapiraca com suas interações e centralidades fortes p/médias, o qual recebe influência da cidade de Maceió;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, que recebe influência da Capital Regional (C) Arapiraca, sendo influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município está inserido na região de influência da Capital Regional (C) Arapiraca.

- Belém

- REGIC 1967: o município não conta no respectivo estudo, apesar de ter tido sua autonomia administrativa em 24 de agosto de 1962, por meio da Lei nº 2466, desmembrando-se de Anadia (SILVA, 2021).

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 3a Palmeira dos Índios, que está abaixo do Centro de nível 2a Maceió.

- REGIC 1987: município subordinado influenciado pelo Centro de Sub-regional Palmeira dos Índios, que é influenciado pelo Centro SubMetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, influenciado pela cidade de Palmeira dos

Índios com suas interações e centralidades fortes, que recebe influência da cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local que recebe influência pelo Centro de Zona (A) Palmeira dos Índios, o qual é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: não é citado no respectivo estudo, mas segundo mapa fornecido pelo IBGE/REGIC-2018, está inserido na região de influência da Capital Regional (C) Arapiraca.

- Cacimbinhas

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 3a Palmeira dos Índios, que está abaixo do Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado influenciado pelo Centro Sub-regional que recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, influenciado pela cidade de Palmeira dos Índios com suas interações e centralidades fortes, que recebe influência da cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município está inserido dentro da área de influência do Centro Sub-Regional (B) de Palmeira dos Índios. Contudo, de acordo com o respectivo estudo, o município de Palmeira dos Índios compõe um Arranjo Populacional (AP) com as cidades de Penedo, Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e União dos Palmares. Isto ocorre devido a metodologia aplicada pelo IBGE/REGIC-2018 onde, se uma Capital Regional, Centro Sub-regional ou Centro de Zona estiver ligado a uma metrópole, todos os seus municípios de sua área de influência são classificados de acordo com a maior hierarquia, mas estes

municípios não podem ter múltiplas vinculações. Neste caso, a ligação é com a Capital Regional (C) Arapiraca.

- Estrela de Alagoas

- REGIC 1967, 1972 e 1987: não consta no respectivo estudo, pois ocorre sua emancipação em 05 de outubro de 1989 (SILVA, 2021);

- REGIV 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, influenciado pela cidade de Palmeira dos Índios com suas interações e centralidades fortes, que recebe influência da cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local que recebe influência pelo Centro de Zona (A) Palmeira dos Índios, o qual é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município está inserido dentro da área de influência do Centro Sub-Regional (B) de Palmeira dos Índios. Contudo, de acordo com o respectivo estudo, o município de Palmeira dos Índios compõe um Arranjo Populacional (AP) com as cidades de Penedo, Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e União dos Palmares. Isto ocorre devido a metodologia aplicada pelo IBGE/REGIC-2018 onde, se uma Capital Regional, Centro Sub-regional ou Centro de Zona estiver ligado a uma metrópole, todos os seus municípios de sua área de influência são classificados de acordo com a maior hierarquia, mas estes municípios não podem ter múltiplas vinculações. Neste caso, a ligação é com a Capital Regional (C) Arapiraca.

- Igaci

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 3a Palmeira dos Índios, que está abaixo do Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado influenciado pelo Centro Sub-regional Palmeira dos Índios que recebe influência do centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, influenciado pela cidade de Palmeira dos Índios com suas interações e centralidades fortes e pela cidade de Arapiraca com suas interações e centralidades fortes p/médias, os quais são subordinados pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: classificado como Centro Local que recebe influência da Capital Regional (C) Arapiraca, o qual é influenciado pela capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: o município está inserido em 2 regiões de influência, a do Centro Sub-regional (B) de Palmeira dos Índios, o qual compõe um Arranjo Populacional (AP) com as cidades de Penedo, Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e União dos Palmares e o da Capital Regional (C) Arapiraca.

- Maribondo

- REGIC 1967: não conta no respectivo estudo, apesar de sua emancipação ter ocorrido pela lei estadual nº 2467, de 24 de agosto de 1962, quando desmembra-se de Anadia (SILVA, 2021).
- REGIC 1972: classificado como Centro de nível 4b, estando subordinado ao centro de nível 3a Palmeira dos Índios, o qual subordina-se ao centro de nível 2a Maceió;
- REGIC 1987: classificado como Centro de Zona, que recebe influência do Centro Sub-regional Palmeira dos Índios que é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e nível de centralidades muito fracos, que é influenciado por outros 2 municípios, Palmeira dos Índios com suas interações e centralidades médias e Arapiraca com suas interações e centralidades fortes p/médias, ambos

sendo influenciados pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: é classificado como Centro Local, sendo influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município está inserido dentro da área de influência da Capital Regional (C) Arapiraca;

- Minador do Negrão

- REGIC 1967: não consta no referido estudo, apesar de ter se emancipado pela Lei nº 2470, de 27 de agosto de 1962, desmembrando-se de Palmeira dos Índios (SILVA, 2021);

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 3a Palmeira dos Índios, o qual está abaixo do centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado que recebe influência do Centro Sub-regional Palmeira dos Índios, sendo influenciado pelo centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos que recebe influência da cidade de Palmeira dos Índios com suas interações e centralidades médias, o qual é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, que recebe influência do Centro de Zona (A) Palmeira dos Índios o qual é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município está inserido dentro da área de influência dos Centros Sub-regionais (B)/ Arranjo populacional de Palmeira dos Índios, Penedo, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e União dos Palmares;

- Palmeira dos Índios

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: é classificado como Centro de nível 3a, estando abaixo do Centro 2a Maceió;
- REGIC 1987: classificado como Centro Sub-regional, sendo influenciado pelo centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidades médias, que é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: classificado como Centro de Zona (A), que recebe influência da capital regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: o município está classificado como Centro Sub-regional (B), compondo o Arranjo Populacional (AP) com as cidades de Penedo, Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

- Tanque d'Arca

- REGIC 1967: o município não consta no respectivo estudo, tendo sua emancipação em 1962, através da Lei nº 2507, desmembrando-se de Anadia (SILVA, 2021);
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 4b Maribondo, que é influenciado pelo Centro de nível 3a Palmeira dos Índios o qual está abaixo do centro de nível 2a Maceió;
- REGIC 1987: município subordinado que é influenciado pelo Centro de Zona Maribondo, que recebe influência do centro Sub-regional Palmeira dos Índios, o qual é influenciado pelo centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: não é citado no respectivo estudo;
- REGIC 2007: classificado como Centro Local, que recebe influência da Capital regional (C) Arapiraca, o qual é subordinada a capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: o município está inserido na área de influência da Capital Regional C Arapiraca;

- Canapi

- REGIC 1967: o município não consta no respectivo estudo, mesmo sendo elevado à categoria de município pela lei estadual nº 2461, de 22 de agosto de 1962, desmembrando-se da cidade de Mata Grande (SILVA, 2021);

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 3b Santana do Ipanema, o qual está abaixo do centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado que recebe influência da cidade do Centro Sub-regional Santana do Ipanema, que é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis e centralidades muito fracos, que recebe influência da cidade de Santana do Ipanema com suas interações e centralidades médias, o qual é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, que é influenciado pelo Centro Sub-regional (B) Santana do Ipanema, sendo influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município está inserido na área de influência do centro Sub-regional (B) Santana do Ipanema, que compõe um Arranjo Populacional (AP) junto com os municípios de Penedo, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

- Carneiros

- REGIC 1967: não consta no respectivo estudo, mesmo sendo elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 2425, de 11 de junho de 1962, desmembrando-se da cidade de Santana do Ipanema (SILVA, 2021);

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 4b Olho d'Água das Flores que é subordinado ao centro

de nível 3b Santana do Ipanema o qual está abaixo do Centro de nível 2ª Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado que é influenciado pelo centro de zona de Olho d'Água das Flores, que é influenciado pelo Centro sub-regional Santana do Ipanema, o qual recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que recebe influência da cidade de Santana do Ipanema com suas interações e centralidades médias, o qual recebe influência da cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, que é influenciado pelo Centro Sub-regional (B) Santana do Ipanema o qual recebe influência da capital regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: não é citado no respectivo estudo, mas segundo mapa fornecido pelo IBGE/REGIC-2018, está inserido dentro da área de influência do Centro Sub-regional (B) / Arranjo Populacional formado por Santana do Ipanema, Penedo, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

- Dois Riachos

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 3ª Palmeira dos Índios, estando abaixo do centro de nível 2ª Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado a 2 Centros Sub-regionais Palmeira dos Índios e Santana do Ipanema, os quais são influenciados pelo Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e nível de centralidades muito fracos que é influenciado pela cidade de Santana do Ipanema, com suas interações e centralidades médias, que recebe influência da cidade de Maceió com suas interações fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local que recebe influência do Centro Sub-regional (B) Santana do Ipanema, o qual é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município não é citado no respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo IBGE/REGIC-2018, está inserido dentro da área de influência do Centro Sub-regional (B) / Arranjo Populacional formado por Santana do Ipanema, Penedo, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

- Maravilha

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: o município não é citado no respectivo estudo;

- REGIC 1987: município subordinado que recebe influência do Centro Sub-regional Santana do Ipanema, sendo subordinado ao Centro Submetropolitano Maceió. Segundo o respectivo estudo, a cidade de Maravilha está subordinada a outra localidade central, além dos citados anteriormente.

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que é influenciado pela cidade de Santana do Ipanema, com suas interações e centralidades médias, o qual recebe influência da cidade de Maceió, com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, que é influenciado pelo Centro Sub-regional Santana do Ipanema, o qual recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município está inserido dentro da área de influência do Centro Sub-regional (B) / Arranjo Populacional formado por Santana do Ipanema, Penedo, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

- Monteirópolis

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 4b Olho d'Água das Flores, que subordinado ao centro de nível 3b Santana do Ipanema, o qual é subordinado ao centro de nível 2a Maceió;
- REGIC 1987: município classificado como subordinado e influenciado pelo Centro de Zona Olho d'Água das Flores, que é influenciado pelo Centro Sub-regional Santana do Ipanema, o qual recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que recebe influência da cidade de pão de Açúcar com suas interações e centralidades fracas, que recebe influência da cidade de Santana do Ipanema com suas interações e centralidades médias, sendo influenciada pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: classificado como Centro Local, influenciado pelo Centro de Zona (B), que recebe influência da Capital regional (C) Arapiraca, o qual sofre influência da Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: não é citado no respectivo estudo, mas segundo mapa fornecido pelo IBGE/REGIC-2018, encontra-se inserido dentro da área de influência da capital regional (C) Arapiraca.

- Olho d'Água das Flores

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: classificado como centro de nível 4b, subordinado ao centro de nível 3b Santana do Ipanema, o qual está abaixo do centro de nível 2a Maceió;
- REGIC 1987: classificado como Centro de Zona, que recebe influência do Centro Sub-regional Santana do Ipanema, o qual é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que é influenciado pela cidade de Santana do Ipanema, com suas interações e centralidades médias, o qual recebe influência da cidade de Maceió, com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro de Zona (B), que é influenciado pela capital regional (C) Arapiraca, que recebe influência da Capital regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município não é citado no respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo IBGE/REGIC-2018, recebe influência de 2 regiões, a primeira, referente a Capital Regional (C) Arapiraca e a segunda, referente aos Centros Sub-regionais (B)/Arranjo Populacional (AP), composto pelos municípios de Santana do Ipanema, União dos Palmares, Penedo, São Miguel dos Campos e Delmiro Gouveia.

- Olivença

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 3b Santana do Ipanema, o qual é subordinado ao centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado ao Centro de zona de Olho d'Água das Flores, que recebe influência do centro Sub-regional de Santana do Ipanema, o qual é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que recebe influência da cidade de Santana do Ipanema com suas interações e centralidades médias, o qual é influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro de Zona, que é influenciado pelo Centro Sub-regional (B) Santana do Ipanema, que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: não é citado no respectivo estudo, mas segundo mapa fornecido pelo IBGE/REGIC-2018, está inserido em 2 regiões de influência, sendo a primeira, pertencente a Capital Regional (C) Arapiraca e a outra, pertencente aos Centros Sub-regionais (B)/Arranjo Populacional (AP) composto pelos municípios de Santana do Ipanema, Penedo, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

- Ouro Branco

- REGIC 1967: não é citado no respectivo estudo, entretanto, foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 2445, de 17 de maio de 1962, desmembrando-se de Santana do Ipanema (SILVA, 2021);

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 3b Santana do Ipanema, que é subordinado ao centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado que recebe influência do Centro Sub-regional Santana do Ipanema, influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que é influenciado pela cidade de Santana do Ipanema, com suas interações e centralidades médias, sendo influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, influenciado pelo centro Sub-regional Santana do Ipanema, que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: o município está inserido dentro da região de influência dos Centros Sub-regionais (B)/Arranjo Populacional (AP) de Santana do Ipanema, Delmiro Gouveia, Penedo, São Miguel dos Campos, Palmeira dos Índios e União dos Palmares.

- Palestina

- REGIC 1967: não consta no respectivo estudo, entretanto, foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 2469, de 27 de agosto de 1962, desmembrando-se de Pão de Açúcar (SILVA, 2021).

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 4a Pão de Açúcar, que é subordinado ao Centro de nível 3b, o qual subordina-se ao Centro de nível 4a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado que recebe influência do centro de Zona de Pão de Açúcar, o qual é recebe influência da Capital Regional Arapiraca, sendo subordinada ao Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidades muito fracos, que é influenciado pela cidade de Pão de Açúcar com suas interações e centralidades fracas, o qual recebe influência da cidade de Santana do Ipanema com suas interações e centralidades médias, sendo influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, sendo influenciado pelo Centro de Zona (B) Pão de Açúcar, o qual recebe influência da capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município inserido na área de influência dos Centros Sub-regionais (B)/Arranjo Populacional (AP) dos municípios de Santana do Ipanema, Delmiro Gouveia, Penedo, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

- Pão de Açúcar

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: classificado como Centro de nível 4a, sendo subordinado ao Centro de nível 3b Santana do Ipanema, que está abaixo do centro 2a Maceió;

- REGIC 1987: classificado como Centro de Zona, que recebe influência da Capital Regional Arapiraca, sendo influenciado pelo Centro Sub-regional Maceió;
- REGIC 1993: município com interações e centralidades fracas, que recebe influência da cidade de Santana do Ipanema com suas interações e centralidades médias, sendo influenciado pela cidade de Maceió, com suas interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: classificado como Centro de Zona (B) que é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: cidade que recebe influência de 2 áreas de influência, uma sendo o Arranjo Populacional de Maceió e outra dos Centros sub-Regionais (B)/Arranjo Populacional (AP) composto pelos municípios de Santana do Ipanema, Delmiro Gouveia, Penedo, São Miguel dos Campos, Palmeira dos Índios e União dos Palmares.

- Poço das Trincheiras

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: o município não é citado no respectivo estudo;
- REGIC 1987: município subordinado que recebe influência do Centro Sub-regional Santana do Ipanema, o qual é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que é influenciado pela cidade de Santana do Ipanema com suas interações e centralidades médias, sendo influenciado pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: classificado como Centro Local que é influenciado pelo Centro Sub-regional (B) Santana do Ipanema, sendo influenciado pela Capital regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: não é citado no respectivo estudo, entretanto, segundo mapa fornecido pelo IBGE/REGIC-2018, apresenta-se inserido dentro da área de influência do Centro Sub-regional (B)/Arranjo Populacional (AP) que é composto pelos municípios de Santana do Ipanema, Delmiro

Gouveia, Penedo, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

- Santana do Ipanema

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: município classificado como Centro de nível 3b, subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;
- REGIC 1987: classificado como centro Sub-regional que é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade médios, que recebe influência da cidade de Maceió, com suas interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: classificado como Centro sub-regional B que recebe influência da capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: classificado como Centro Sub-regional (B), que recebe influência da capital Regional (C) Arapiraca.

- São José da Tapera

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 4a Pão de Açúcar, que está subordinado ao Centro de nível 3b Santana do Ipanema, que está abaixo do Centro 2a Maceió;
- REGIC 1987: município subordinado que recebe influência de 2 Centros de Zona e 1 Centro Sub-regional, sendo estes Pão de Açúcar e Olho d'Água das Flores, os quais são influenciados pela Capital Regional Arapiraca e Centro Sub-regional Santana do Ipanema respectivamente, e do próprio Centro Sub-regional Santana do Ipanema, ambos influenciados pelo Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que recebe influência da cidade de Santana do

Ipanema, com suas interações e centralidades médias, sendo influenciada pela cidade de Maceió com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, que recebe influência da capital Regional (C) Arapiraca, sendo influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: não é citado no respectivo estudo.

- Senador Rui Palmeira

- REGIC 1967, 1972 e 1987: não consta no respectivo estudo, sendo elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 4346, de 13 de maio de 1982, desmembrando-se de Santana do Ipanema (SILVA, 2021);

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que recebe influência da cidade de Santana do Ipanema com suas interações e centralidades médias, sendo influenciado pela cidade de Maceió, com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, que recebem influência do Centro de Zona B Olho d'Água das Flores, que recebe influência da Capital Regional (C), sendo influenciada pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: está inserido dentro da região de influência do Centro Sub-Regional (B)/Arranjo Populacional (AP) de Santana do Ipanema, composto com os municípios de Delmiro Gouveia, Penedo, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

- Água Branca

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 2ª Maceió, entretanto, segundo o IBGE/REGIC-1972, também está ligado a outro centro de hierarquia superior nível 3b Paulo Afonso, que está fora de sua região funcional urbana.

- REGIC 1987: município subordinado, que recebe influência do Centro de Zona de Delmiro Gouveia, o qual é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió. Entretanto, segundo o IBGE/REGIC 1987, este município também está subordinado a outra localidade central que é a cidade de Paulo Afonso-BA;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió.

- REGIC 2007: é classificada como Centro Local, que recebe influência do Centro Subregional (A) Paulo Afonso – BA, não sendo citado no estudo referente ao Estado de Alagoas, não recebendo influência de nenhum município alagoano. Isso ocorre devido a não possuir articulação de redes suficientes entre as cidades alagoanas no fluxo de bens e serviços que a população necessita;

- REGIC 2018: não é citado no respectivo estudo, está inserido dentro da região de influência do Centro Sub-Regional (B)/Arranjo Populacional (AP) de Delmiro Gouveia, composto com os municípios de Santana do Ipanema, Penedo, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

- Delmiro Gouveia

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: classificado como Centro de Nível 4b, que recebe influência do Centro de Nível 3b Paulo Afonso na Bahia.

- REGIC 1987: classificado como Centro de Zona, que recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que é influenciado pela cidade de Maceió, com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro de Zona (B), que é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: município classificado como Centro Sub-regional (B), que recebe influência da Capital Regional (A) Maceió, compondo o seu Arranjo Populacional (AP).

- Inhapi

- REGIC 1967: não consta no respectivo estudo, mesmo sendo elevado à categoria de município pela lei estadual n° 2460, de 22 de agosto de 1962, desmembrando-se de Mata Grande (SILVA, 2001). Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros publicado pelo IBGE em 1959, antes de seu desmembramento, o povoado apresentava apenas uma feira e 2 escolas, mas era abastecido por rede elétrica, contando com 130 casas e

4B8r3B4p7yhRXuBWLqsQ546WR43cqQwrbXMDFnBi6vSJBeif8tPW85a7r7DM961Jvk4hdryZoByEp8GC8HzsqJpRN4FxGM9municípios, com ausência de influência e hierarquia, não apresentando equipamento terciário importante, sendo uma área estagnada de atividade econômica.

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 3b Santana do Ipanema, que é subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado que recebe influência do Centro de Zona Delmiro Gouveia, sendo influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que recebe influência da cidade de Santana do Ipanema com suas interações e centralidades médias, o qual é influenciado pela cidade de Maceió, com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, recebendo influência do Centro Sub-regional (B) Santana do Ipanema, que é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: está inserido dentro da área de influência do Centro Sub-regional (B)/Arranjo Populacional (AP) Delmiro Gouveia, junto com

Penedo, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

- Mata Grande

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;
- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 3b Santana do Ipanema, que está abaixo do Centro de nível 2a Maceió;
- REGIC 1987: município subordinado que recebe influência do Centro de Zona de Delmiro Gouveia, o qual recebe influência do Centro Submetropolitano Maceió;
- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que é subordinado a cidade de Maceió, com suas interações e centralidades fortes;
- REGIC 2007: classificado como Centro de Zona, que recebe influência do Centro Sub-regional (B), sendo influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;
- REGIC 2018: está inserido dentro da área de influência do Centro Sub-regional (B)/Arranjo Populacional (AP) Delmiro Gouveia, junto com Penedo, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

- Olho D'água do Casado

- REGIC 1967: não consta no respectivo estudo, mesmo sendo elevado à categoria de município, pela Lei Estadual nº 2962, de 22 de agosto de 1962, desmembrando-se de Piranhas (SILVA, 2021). A sua ausência é motivada devido ao seu desmembramento da cidade de Piranhas, de uma condição de aglomeração urbana (vila) a município, onde o mesmo, segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE (1959), possui apenas como atividade econômica a pecuária, quando fazia parte do município de Piranhas. Sendo assim, a sua ausência justifica-se, de acordo

com os critérios do estudo do REGIC-1967, o município de Olho d'Água do Casado não apresenta foco de atividades em outros municípios, pois não estabelece áreas de influência e nem de hierarquia, assim como fluxos e centros de comercialização de produtos agrários, e também, não consta um equipamento terciário importante, possuindo uma área estagnada que não atrai a população rural e nem comerciantes.

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado que recebe influência do Centro de Zona que é influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: não é citado no respectivo estudo;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, que recebe influência da Capital Regional (C) Arapiraca, que é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: está inserido dentro da área de influência do Centro Sub-regional (B)/Arranjo Populacional (AP) Delmiro Gouveia, junto com Penedo, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

- Pariconha

- REGIC 1967, 1972 e 1987: não consta no respectivo estudo, pois foi elevado à categoria de município art. 41, inciso III, do ato das disposições constitucionais de 05-10-1989 outubro de 1989, desmembrando-se de Água Branca (SILVA, 2021);

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que é subordinado a cidade de Maceió, com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, que recebe influência do Centro de Zona (B) Delmiro Gouveia, que é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: está inserido dentro da área de influência do Centro Sub-regional (B)/Arranjo Populacional (AP) Delmiro Gouveia, junto com

Penedo, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

- Piranhas

- REGIC 1967: município polarizado pela Região Polarizadora Maceió;

- REGIC 1972: não se enquadra em nenhuma das 4 categorias do referido estudo, sendo citado apenas como município, estando subordinado ao Centro de nível 4a Pão de Açúcar, que é subordinado ao Centro de nível 3b Santana do Ipanema, o qual subordina-se ao Centro de nível 2a Maceió;

- REGIC 1987: município subordinado que é influenciado pelo Centro de Zona Delmiro Gouveia, sendo influenciado pelo Centro Submetropolitano Maceió;

- REGIC 1993: município com interações espaciais e níveis de centralidade muito fracos, que é subordinado a cidade de Maceió, com suas interações e centralidades fortes;

- REGIC 2007: classificado como Centro Local, que recebe influência do Centro de Zona (B) Delmiro Gouveia, que é influenciado pela Capital Regional (A) Maceió;

- REGIC 2018: está inserido dentro da área de influência do Centro Sub-regional (B)/Arranjo Populacional (AP) Delmiro Gouveia, junto com Penedo, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

## Anexos 2

## Relação dos endereços das instituições encontradas durante a pesquisa

## Maceió

## Instituições públicas

- IBGE – sede localizada no endereço Av. Comendador Gustavo Paiva, 1106-1286 - Mangabeiras, Maceió - AL, CEP: 57031-530, ocupando o 3º, 4º, 6º e 7º andares do Edifício Empresarial Norcom.
- INSS – sede localizada na R. Eng. Roberto Gonçalves Menezes, 149 - Centro, Maceió - AL, CEP: 57020-080.
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – sede localizada na Rua do Livramento, 148 - 6º e 7º Andar - Centro, Maceió - AL, CEP: 57020-916.
- Secretaria da Receita Federal – não existe uma secretaria, mas sim uma sede/delegacia localizada na rua Sá e Albuquerque, 541 - Jaraguá, Maceió - AL, CEP: 57025-902.
- Tribunal Regional do Trabalho (TRT) – localizado na Av. da Paz, 2076 - Centro, Maceió - AL, CEP: 57020-440.
- Tribunal Regional Eleitoral (TRE) – localizado na Av. Aristeu de Andrade, 377 - Farol, Maceió - AL, CEP: 57051-900.
- Justiça Federal – localizada na Av. Menino Marcelo, s/n - Serraria, Maceió - AL, CEP: 57046-000.

## Empresas

- Grupo Equatorial Energia – Av. Fernandes Lima, 3349 - Gruta de Lourdes, Maceió - AL, CEP: 57052-405.
- Braskem – Av. Maj. Cícero de Góes Monteiro, 2889 - Mutange, Maceió - AL, CEP: 57017-515.

### Rede atacadista

- BIG Bom Preço Antares – localizado na Av. Menino Marcelo N.º 5300 - Antares, Maceió - AL, CEP: 57083-410.
- EXTRA Mangabeiras – localizado na Av. Comendador Gustavo Paiva, 3159 - Mangabeiras, Maceió - AL, CEP: 57038-000.
- Unicompra – localizado na Av. Gov. Afrânio Lages, 15 - Farol, Maceió - AL, CEP: 57050-015.
- ATACADÃO -localizado na Av. Durval de Góes Monteiro, 6775 - Tabuleiro do Martins, Maceió - AL, CEP: 57061-000.
- Assaí Atacadista – localizado na Av. Menino Marcelo, s/n - Serraria, Maceió - AL, CEP: 57046-000.
- MAXXI Atacado – localizado na Av. Durval de Góes Monteiro, 2791 - Tabuleiro do Martins, Maceió - AL, 57081-285.

### Indústria

- Indústria de Base DEDINE - Av. Fernandes Lima, 4789 - Gruta de Lourdes, Maceió - AL, CEP: 57052-405.
- SOCOCO - Av. Comendador Gustavo Paiva, 2541 - Mangabeiras, Maceió - AL, CEP:57038-000.

### Rede varejista

- Magazine Luiza - R. do Comércio, 193 - Centro, Maceió - AL, CEP: 57020-000.
- Lojas Guido - Av. Comendador Gustavo Paiva, 5.945 - Cruz das Almas, Maceió - AL, CEP: 57038-000.
- Lojas Americanas - Cincinato Pinto, 167 - Centro, Maceió - AL, CEP: 57020-050.

### Hospitais públicos

- Hospital Geral do Estado (HGE) - Av. Siqueira Campos, 2095 - Trapiche da Barra, Maceió - AL, CEP: 57010-001.

- Hemoal Trapiche - Hemocentro de Alagoas Unidade Maceió - R. Dr. Jorge de Lima, 58 - Trapiche da Barra, Maceió - AL, CEP: 57010-300.
- Maternidade Escola Santa Monica - Av. Comendador Leão, S/N - Poço, Maceió - AL, CEP: 57025-000.
- Hospital de Doenças Tropicais - R. Cônego Fernando Lyra, s/n - Trapiche da Barra, Maceió - AL, CEP: 57017-420.
- Hospital da Mulher - Av. Comendador Leão, 1213 - Poço, Maceió - AL, CEP: 57025-000.
- Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes - Av. Lourival Melo Mota, S/N - Tabuleiro do Martins, Maceió - AL
- Hospital Metropolitano de Alagoas - Av. Menino Marcelo, s/n - Cidade Universitária, Maceió - AL, CEP: 57083-410.

#### Hospitais privados

- Hospital UNIMED - Av. Dom Antônio Brandão, 395 - Farol, Maceió - AL, CEP: 57051-190.
- Hospital do Coração - R. Ariosvaldo Pereira Cintra, 152 - Gruta de Lourdes, Maceió - AL, CEP: 57052-580.
- Santa Casa de Misericórdia de Maceió - R. Barão de Maceió, 346 - Centro, Maceió - AL, CEP: 57020-360.
- Hospital Veredas - Av. Fernandes Lima, s/n - Km 05 - Gruta de Lourdes, Maceió - AL, CEP 57050-000.
- Hospital Memorial Artur Ramos - R. Hugo Corrêa Paes, 253 - Gruta de Lourdes, Maceió - AL, CEP: 57025-827.
- MediRadius - R. Hugo Corrêa Paes, 104 - Gruta de Lourdes, Maceió - AL, CEP: 57052-827.
- Hospital de Olhos Santa Luzia - R. Artur Vital da Silva, 634 - Gruta de Lourdes, Maceió - AL, CEP: 57035-000.

#### Universidades públicas

- Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas - R. Dr. Jorge de Lima, 113 - Trapiche da Barra, Maceió - AL, CEP: 57010-300.

- Instituto Federal de Alagoas, Polo Maceió - Av. do Ferroviário, 530 - Centro, Maceió - AL, CEP: 57020-600.
- Universidade Federal de Alagoas – UFAL - Av. Lourival Melo Mota - Tabuleiro do Martins, Maceió - AL, CEP: 57072-970.

#### Instituições Privadas

- Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC - R. da Harmônia - Farol, Maceió - AL, CEP: 57081-350.
- Faculdade Tiradentes - Av. Comendador Gustavo Paiva, 5017 - Cruz das Almas, Maceió - AL, CEP: 57038-000.
- Faculdade da Cidade de Maceió – FACIMA - Av. Durval de Góes Monteiro, 4354 - Tabuleiro do Martins, Maceió - AL, CEP: 57081-285.
- Faculdade ESTÁCIO - Av. Pio XII, 350 - Jatiúca, Maceió - AL, CEP: 57035-560.
- UNINASSAU - Centro Universitário Maurício de Nassau - R. José de Alencar, 511 - Farol, Maceió - AL, CEP: 57051-565.
- Faculdade SEUNE - Av. Dom Antônio Brandão, 204 - Farol, Maceió - AL, CEP: 57051-240.

#### Rede bancária / Bancos Públicos

- Agência do Banco do Brasil no bairro Mangabeiras - Av. Gustavo Paiva, nº 2789, térreo do edifício Norcon Empresarial, CEP: 57031-530
- Agência do Banco do Brasil no bairro FAROL – Av. Fernandes Lima, 2591, 1º andar, CEP: 57057-972, Bairro Farol
- Agência Estilo Ponta Verde do Banco do Brasil - R. Prefeito Abdon Arroxelas, nº 539, Bairro Ponta Verde, CEP: 57035-380.
- Agência Ponta Verde Banco do Brasil - Av. Álvaro Otacílio, nº 2963, Bairro: Ponta Verde, CEP: 57035-180
- Agência Praça Dos Martírios – Rua do Sol, Nº 444, Bairro Centro de Maceió, CEP: 57020-070
- Agência S. Público Banco Do Brasil - R. Do Livramento, nº120, 6º Andar, Bairro Centro de Maceió, CEP: 57020-913
- Agência Tabuleiro Do Martins Banco do Brasil - Av. Durval de Goes Monteiro, nº 9371, Bairro Tabuleiro do Martins, CEP: 57080-000.

- Agência Campus Universitário UFAL Banco do Brasil - Rod. BR-101 Norte, Km 14, S/N, Univ. Federal de Alagoas, Bairro Tabuleiro do Martins, CEP: 57072-970.
- Agência Jaraguá Banco Do Brasil - R. Sá e Albuquerque, N° 417, Bairro Jaraguá, CEP: 57022-180
- Agência Estilo Maceió Banco do Brasil - R. Valdo Omena, N° 474, Bairro: Ponta Verde, CEP: 57035-170
- Agência Gruta de Lourdes Banco do Brasil - Av. Fernandes Lima, n° 3678, Bairro: Gruta De Lourdes, CEP: 57052-400
- Agência Mangabeiras Banco do Brasil - Av. Gov. Osman Loureiro, n° 49, Térreo, Bairro: Mangabeiras, CEP: 57037-630
- Agência Praça Centenário Banco do Brasil - Av. Tomaz Espindola, n° 433, Bairro: Farol, CEP: 57051-000
- Agência Rua do Livramento Banco do Brasil - R. Do Livramento, n° 120, do Subsolo ao 3° Andar, Bairro: Centro, Cep: 57020-913
- Agência Serraria do Banco do Brasil - Av. Menino Marcelo, n° 9370, Bairro: Serraria, Cep: 57046-000
- Agência Maceió Antares Banco do Nordeste - Av. Antônio Lisboa Amorim Quadra 8, Bairro: Antares, Cep: 57083-048
- Agência Maceió-Farol Banco do Nordeste - Av. Fernandes Lima, Bairro: Gruta de Lourdes, Cep: 57052-400
- Agência Maceió-Centro Banco do Nordeste - Rua Dr. R. Melo Moraes, n° 165 - Centro, Maceió - AL, 57020-330
- Agência Barão De Jaraguá Caixa Econômica Federal - Av. Sá e Albuquerque, n° 367, Bairro: Jaraguá, Cep: 57025-180
- Agência Costa Dos Corais Caixa Econômica Federal – Av. Almirante Álvaro Calheiros, Bairro: Mangabeiras, Cep: 57035-558
- Agência Farol Caixa Econômica Federal - Av. Fernandes Lima, n° 651, Bairro: Farol, Cep: 57055-000
- Agência Gruta De Lourdes Caixa Econômica Federal - Av. Fernandes Lima, n° 2631, Bairro: Farol, Cep: 57057-000
- Agência Jatiúca Caixa Econômica Federal - Av. Álvaro Otacílio, n° 3309, Bairro: Jatiúca, Cep: 57035-000

- Agência Maceió Caixa Econômica Federal - Av. Cincinato Pinto, nº 53, Bairro: Centro, Cep: 57020-050
- Agência Pajuçara Caixa Econômica Federal - Rua Jangadeiros Alagoanos, nº 1403, Bairro: Pajuçara, Cep: 57000-000
- Agência Rosa Da Fonseca Caixa Econômica Federal - Praça Mal Floriano Peixoto nº 76, Bairro: Centro, Cep: 57020-000
- Agência Tabuleiro Do Martins Caixa Econômica Federal – Av. Dr. Durval De Goes Monteiro, nº 131, Bairro: Tabuleiro do Martins, Cep: 57061-000
- Agência Via Expressa AL Caixa Econômica Federal – Av. Menino Marcelo, S/N, Bairro: Serraria, Cep: 57046-000
- Agência Catedral Maceió Al Caixa Econômica Federal - Rua D. Pedro II, nº 95, Bairro: Centro, Bairro: Centro
- Agência Empresarial Mangabeiras Al Caixa Econômica Federal - Av Com. Gustavo Paiva, nº 2789 Ed Norcon, Bairro: Mangabeiras, Cep: 57031-530
- Agência Graciliano Ramos Caixa Econômica Federal - Rua Do Sol, nº 297, Bairro: Centro, Cep: 57020-070
- Agência Jacintinho AL Caixa Econômica Federal - R Bonfim, S/N, Bairro: Jacintinho, Cep: 57040-220
- Agência Litoral Norte Caixa Econômica Federal – Av. Com. Gustavo Paiva, Bairro: Cruz Das Almas, Cep: 57038-000
- Agência Maceió Shopping Caixa Econômica Federal - Av. Gustavo Paiva, 2990, Loja 133-A, Maceió Shopping, Bairro: Mangabeiras, Cep: 57032-901
- Agência Pátio AL Caixa Econômica Federal – Av. Antônio Lisboa de Amorim Quadra 8, Bairro: Benedito Bentes, Cep: 57085-160
- Agência Shopping Miramar Caixa Econômica Federal - Av. Juca Sampaio, nº 2247, Bairro: Barro Duro, Cep: 57045-000
- Agência Tomás Espindola Caixa Econômica Federal – Av. Tomas Espindola, nº 155/171, Bairro: Farol, Cep: 57051-000

- Banco BMG S.A Agencia Maceió - Rua do Sol n° 123, Bairro: Centro, Cep: 57020-070
- Agência Select Maceió Banco Santander Brasil S.A – Av. Álvaro Otacílio N° 4493, Bairro: Ponta Verde, Cep: 57035-180
- Agência Maceió-Farol Banco Santander Brasil S.A - Avenida Fernandes Lima n° 2410, Bairro: Farol, Cep: 57050-000
- Agência Urb-Maceió Rua Do Sol Banco Santander Brasil S.A - Rua do Sol, n°310, Quadra 11, Lote 615, Bairro: Centro, Cep: 57020-070
- Agência Maceió Banco Santander Brasil S.A - Rua do Sol, n° 48, Bairro: Centro, Cep: 57020-070
- Agência Fernandes Lima-Maceió Banco Santander Brasil S.A - Avenida Fernandes Lima, n° 2468, Loja B, Bairro: Gruta de Lourdes, Cep: 57052-400
- Agência Maceió-Ponta Verde Banco Santander Brasil S.A - R Do Sol, Bairro: Ponta Verde, Cep: 57020-070
- Agência Maceió Centro Banco Santander Brasil S.A - Rua João Pessoa, Bairro: Centro, Cep: 57020-010
- Agência Fernandes Lima Banco Bradesco S. A - Av. Fernandes Lima, n° 1801, Bairro: Farol, Cep: 57055-000
- Agência Bairro Jaraguá, Urb. Maceió Banco Bradesco S.A - Rua Sá e Albuquerque, n° 517 Trav. Sa E Albuquerque, Bairro: Jaraguá, Cep: 57025-180
- Agência Gruta De Lourdes, Urb. Maceió Banco Bradesco S.A - Av. Fernandes Lima, n° 2729, Bairro: Farol, Cep: 57057-450
- Agência Nova Farol Urb. Maceió AL Banco Bradesco S.A - Avenida Fernandes Lima, n° 2229, Bairro: Pinheiro, Cep: 57057-450
- Agência Rua do Sol, Urb. Maceió Banco Bradesco S.A - Rua Do Sol, n° 192, Bairro: Centro, Cep: 57020-070
- Agência Tabuleiro, Urb. Maceió Banco Bradesco S.A - Av. Doutor Durval De Goes Monteiro, n° 38/42, Bairro: Tabuleiro Dos Martins, Cep: 57081-285
- Agência Avenida Tomas Espindola, Urb. Maceió Banco Bradesco S.A - Av. Tomas Espindola, n° 54, Bairro: Farol, Cep: 57051-000

- Agência Farol, Urb. Maceió Banco Bradesco S.A - Av. Fernandes Lima, nº 849, Bairro: Farol, Cep: 57055-000
- Agência Maceió, Centro Banco Bradesco S.A - Rua Do Livramento, Nº 101, Bairro: Centro, Cep: 57020-030
- Agência ó Banco Bradesco S.A - Rua Sá e Albuquerque, nº 517 1º Andar, Bairro: Jaraguá, Cep: 57022-180
- Agência Shopping Pátio Maceió, Urb. Maceió Banco Bradesco S.A - Avenida Menino Marcelo, nº 3800, Lojas 150, 151 E 152, Bairro: Tabuleiro Do Martins
- Agência Via Expressa, Urb. Maceió Banco Bradesco S.A - Avenida Menino Marcelo, S/N, Bairro: Serraria, Cep: 57046-000
- Banco Daycoval S.A - Rua Sampaio Marques 8º Andar - Conjuntos 809 E 810, Bairro: Pajuçara, Cep: 57030-107
- Banco Safra S.A - Rua do Sol, Nº 154, Bairro: Centro, Cep: 57020-070
- Agência Maceió Banco Itaú Unibanco S.A - Rua João Pessoa, nº 110, Bairro: Centro, Cep: 57020-070
- Agência Maceió-Centro Banco Itaú Unibanco S.A - Rua João Pessoa, nº 72, Bairro: Centro, Cep: 57020-070
- Agência Maceió/Pajuçara Banco Itaú Unibanco S.A - Avenida Dr. Antônio Gouveia, nº 701, Bairro: Pajuçara, Cep: 57030-170
- Agência Maceió/Tabuleiro Banco Itaú Unibanco S.A - Av. Durval de Góes Monteiro, nº10.280, Bairro: Tabuleiro Dos Martins, Cep: 57081-285
- Agência Personalité Maceió Banco Itaú Unibanco S.A - Av. Álvaro Otacílio nº3309, Bairro: Ponta Verde, Cep: 57035-180
- Agência Maceió/Ponta Verde Banco Itaú Unibanco S.A - Av. Álvaro Otacílio, nº 2891, Bairro: Ponta Verde, Cep: 57035-180
- Agência Maceió/Farol Banco Itaú Unibanco S.A - Av. Fernandes Lima, Bairro: Farol, Cep: 57057-000
- Agência Maceió/Avenida Banco Itaú Unibanco S.A - Av. Fernandes Lima, nº 1513 Parte, Bairro: Farol, Cep: 57055-901

## Arapiraca

### Instituições públicas

- Fórum Eleitoral - R. Gervásio de Oliveira Lima, nº 147 - Novo Horizonte, Arapiraca - AL, 57312-630.
- Vara Do Trabalho De Arapiraca - Av. Deputada Ceci Cunha, nº 1214-1232 - Itapoã, Arapiraca - AL, 57314-105.
- Receita Federal Arapiraca - R. Eng. Godilho de Castro - Centro, Arapiraca - AL, 57300-100.
- Ministério Público do Trabalho - Procuradoria do Trabalho no Município de Arapiraca - R. José Jaílson Nunes - s/n, Lote - Santa Edwiges, Arapiraca - AL, 57310-255
- INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - R. José Leite Bezerra, nº 178 - Loteamento Santa Edwiges, Arapiraca - AL, 57310-400.

### Empresas

- Grupo Coringa - AL-220, Km 6 - Bom Sucesso, Arapiraca - AL, 57309-035
- MIBASA - Mineração Barreto S.A. - Av. Dep, Av. Deputada Ceci Cunha, nº 1179 - Novo Horizonte, Arapiraca - AL, 57312-675
- Araforros - Km 66, Rod. Dr. Geraldo Cavalcante Cajueiro, nº 2714 - Boa Vista, Arapiraca - AL, 57303-225
- Marconplas - R. Francisco Firmino de Oliveira, nº 60 - Nova Esperança, Arapiraca - AL, 57316-355.
- Asa Branca Distribuidora - Av. Asa Branca, nº 342 - Guaribas, Arapiraca - AL, 57303-750
- Grupo Andrade - AL-110, 1401 - Zona Rural, Arapiraca - AL, 57319-300

### Rede atacadista e varejista

- Unicompra - R. do Sol, 379 - Centro, Arapiraca - AL, 57300-210
- Maxxi Atacado Arapiraca - AL-220, nº 1870 - Sen. Arnon de Melo, Arapiraca - AL, 57315-745

- Assaí Arapiraca. Maria Genusir Soares - Planalto, Arapiraca - AL, 57308-532
- Supermercado G Barabsa - Av. Rio Branco, Quadra 0 - 614 A - Cacimbas, Arapiraca - AL, 57300-190
- Lojas Americanas - R. Quinze de novembro, n° 67 - Centro, Arapiraca - AL, 57300-340.
- Lojas Guido - R. Quinze de novembro, n° 45 - Centro, Arapiraca - AL, 57300-005.
- Lojas Renner (Arapiraca Garden Shopping) - José Leite Bezerra, n° 493 - Santa Edwiges, Arapiraca - AL, 57310-400
- Loja de telefonia e provedor de internet Oi - R. Prof. Domingos Correia, n° 528 - Centro, Arapiraca - AL, 57300-010
- Loja de telefonia e provedor de internet TIM - R. Esperidião Rodrigues, n° 164 - Centro, Arapiraca - AL, 57300-060.

#### Rede de ensino superior público

- Campus Arapiraca da Universidade Federal de Alagoas UFAL - Av. Manoel Severino Barbosa - Bom Sucesso, Arapiraca - AL, 57309-005
- Universidade Estadual de Alagoas UNEAL - R. Gov. Luís Cavalcante, s/n - Alto do Cruzeiro, Arapiraca - AL, 57312-000
- Campus Arapiraca do Instituto Federal de Alagoas IFAL - Rodovia estadual AL-110, 359, bairro Deputado Nezinho, Arapiraca. Cep 57.317

#### Universidades privadas

- Polo Universidade Tiradentes UNIT - Rua N. Sra. Fátima, n° 111 - Centro, Arapiraca - AL, 57312-461
- Polo Faculdade UNOPAR - R. Prof. Domingos Correia, n° 1461 - Ouro Preto, Arapiraca - AL, 57301-100
- Faculdade CESMAC Agreste - R. Prof. Domingos Correia, 1207 - QD 0090 - Ouro Preto, Arapiraca - AL, 57301-060

## Instituições Bancárias Públicas

- Agência Arapiraca Banco do Brasil - R. Fernandes Lima,118, Bairro: Centro, Cep: 57300-070
- Agência Praça Manoel André Banco do Brasil - Praça. Manoel André, n°122, Comércio, Bairro: Centro, Cep: 57300-005
- Agência Arapiraca Caixa Econômica Federal - Av. Rio Branco, n° 13, Bairro: Centro, Cep: 57300-190
- Agência Bosque Das Arapiraca Caixa Econômica Federal - R Brasília Lt n°4, Bairro: Brasília, Cep: 57313-130
- Agência Asa Gigante Caixa Econômica Federal – Endereço: Av. Vicente Nunes de Albuquerque, Bairro: Caititus, Cep: 57311-250
- Agência Capital do Agreste/Al Caixa Econômica Federal - Rua Manoel André, n° 597, Bairro: Centro, Cep: 57300-005
- Agência Arapiraca Banco do Nordeste S.A - Rua Fernandes Lima, Bairro: Centro, Cep: 57300-070
- Agência Arapiraca – Centro Banco Bradesco S.A - Praça Marques Da Silva, n° 71, Bairro: Centro, Cep: 57300-330
- Agência Rua São Francisco - Urb. Arapiraca - Rua São Francisco, n° 993 e 1065, Bairro: Centro, Cep: 57300-085
- Agência Arapiraca Banco Santander S.A - R. Estudante Jose de Oliveira Leite, n° 72, Bairro: Centro, Cep: 57300-310
- Agência Arapiraca Itaú Unibanco S.A - Rua João Ribeiro Lima, n° 122, Bairro: Centro, Cep: 57300-300